

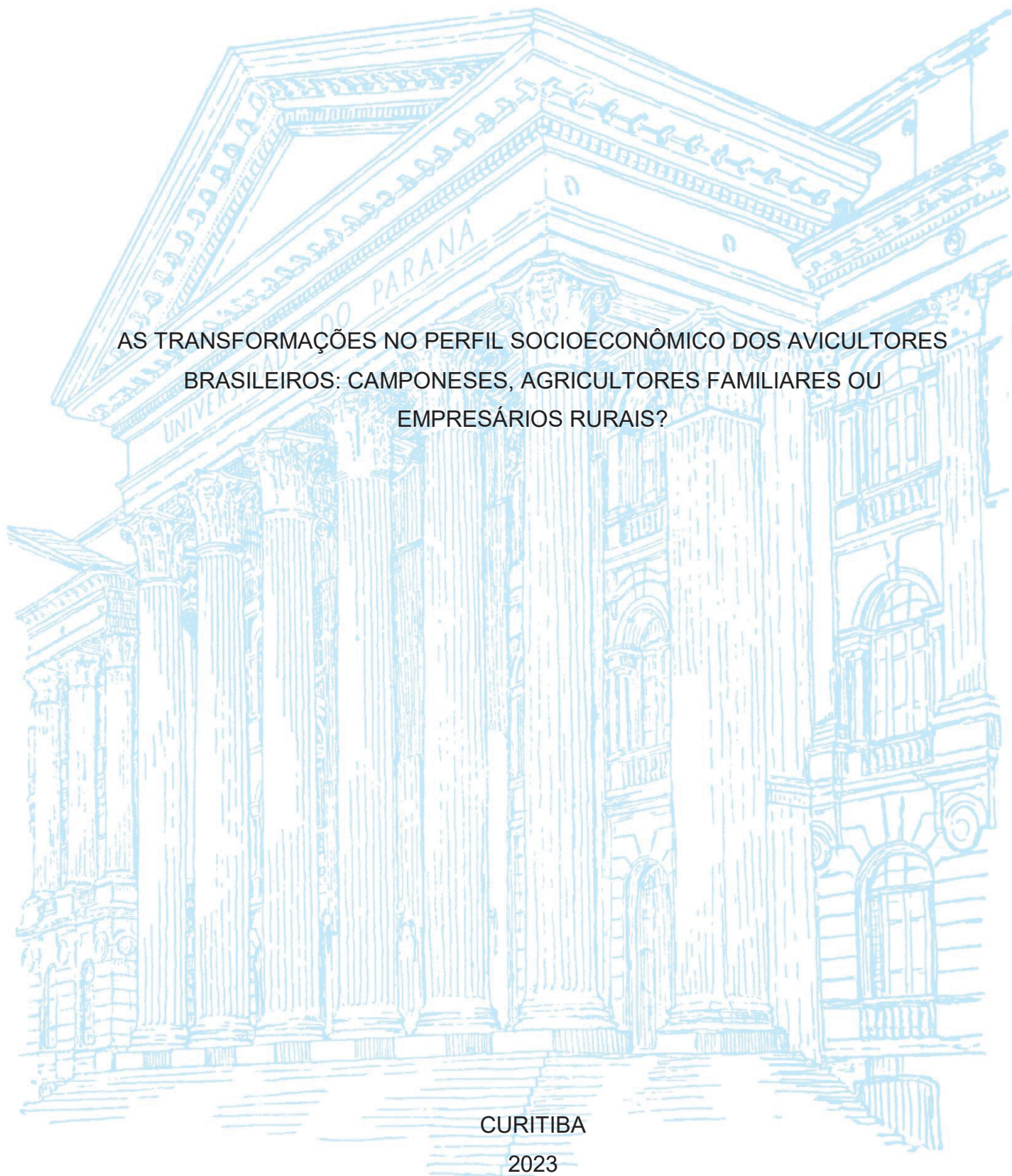
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROSANA ZAFALON

AS TRANSFORMAÇÕES NO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS AVICULTORES
BRASILEIROS: CAMPONESES, AGRICULTORES FAMILIARES OU
EMPRESÁRIOS RURAIS?

CURITIBA

2023



ROSANA ZAFALON

AS TRANSFORMAÇÕES NO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS AVICULTORES
BRASILEIROS: CAMPONESES, AGRICULTORES FAMILIARES OU
EMPRESÁRIOS RURAIS?

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho
Coorientador: Prof. Dr. Luís Lopes Diniz Filho

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Zafalon, Rosana

As transformações no perfil socioeconômico dos avicultores brasileiros: camponeses, agricultores familiares ou empresários rurais? / Rosana Zafalon. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Orientador: Sylvio Fausto Gil Filho

Coorientador: Luís Lopes Diniz Filho

1. Geografia agrária. 2. Campesinato. 3. Agricultura familiar. 4. Agronegócio. 5. Aves - Criação. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Gil Filho, Sylvio Fausto. IV. Diniz Filho, Luís Lopes. V. Título.

Bibliotecário: Elias Barbosa da Silva CRB-9/1894



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA -
40001016035P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **ROSANA ZAFALON** intitulada: **AS TRANSFORMAÇÕES NO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS AVICULTORES BRASILEIROS: CAMPONESES, AGRICULTORES FAMILIARES OU EMPRESÁRIOS RURAIS.**, sob orientação do Prof. Dr. SYLVIO FAUSTO GIL FILHO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 18 de Setembro de 2023.

Assinatura Eletrônica
21/09/2023 16:22:58.0
SYLVIO FAUSTO GIL FILHO
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica 21/09/2023 14:35:43.0 SERGIO FAJARDO Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)	Assinatura Eletrônica 28/10/2023 14:47:58.0 CARLOS JOSÉ ESPÍNDOLA Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)
--	---

Assinatura Eletrônica 09/10/2023 21:13:34.0 MARIZA FERREIRA DA SILVA Avaliador Externo (UNIVER. FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)	Assinatura Eletrônica 22/09/2023 06:57:18.0 DANILO VOLOCHKO Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)
--	---

Av. Cel. Francisco H dos Santos, 100 - Ed. João José Bigarella - 1º andar - sala 108 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 81531-980 - Tel: (41) 3361-3450 - E-mail: posgeografia@ufpr.br
Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 316623
**Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 316623**

Dedico esta tese aos meus pais,
Gilberto Zafalon e Maria Regina de Araújo
Zafalon, que, com tanta paciência e amor, me
apoiaram na realização deste projeto. E ao
Prof. Dr. Luís Lopes Diniz Filho, pela
orientação e assistência integral.
A vocês, todo o meu carinho, respeito e gratidão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me ajudar a enfrentar todas as dificuldades da vida, sobretudo os problemas de saúde dos últimos tempos.

Aos meus pais, por todo amparo, compreensão e incentivo ao longo da minha trajetória acadêmica.

A minha querida amiga Leila M. B. de Magalhães, pelos sábios conselhos e apoio incondicional em todos os momentos.

A minhas queridas irmãs de coração, Elaine C. Abreu, Adriana B. S. Dadona e Yasmin W. Zimmermann, com quem compartilho, mesmo à distância, intensos laços de amizade.

A minhas amigas e companheiras de trabalho, do Colégio Cívico Militar Júlio Farah, Lucimara Aparecida dos Reis, Tânia Aparecida Alves e Luciane Andrea Garcia, pelo apoio e compreensão nos momentos de dificuldades e por dividirem comigo os sonhos e os desafios da missão de educar.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná e aos professores da banca de qualificação e defesa, pelos proveitosos conselhos e sugestões.

Aos avicultores entrevistados do município de Japira, pela receptividade e disposição em partilhar comigo suas experiências.

Ao professor Dr. Sylvio Fausto Gil Filho, por aceitar assumir a minha orientação formal.

E, finalmente, ao professor Dr. Luís Lopes Diniz Filho, com quem tenho construído uma profícua história acadêmica, desde a graduação. Por tantos ensinamentos, por sua imensa generosidade e compreensão, minha eterna gratidão.

A todos o meu agradecimento.

“Soberano Deus, derrube as muralhas, vá à frente nas batalhas, faz-me forte e fiel.
Se eu cair, me ajude a levantar e quando a cruz pesar, faz-me resistir, Soberano
Deus!” (Soberano Deus – Padre Reginaldo Manzotti)

RESUMO

Esta tese, embasada na metodologia histórica e empírica, tem como objetivo avaliar a empregabilidade dos conceitos de “agricultura camponesa”, “agricultura familiar” e “agronegócio” para definir os modernos produtores de frango integrados à agroindústria. Para atingir esse propósito, realizou-se uma ampla discussão sobre as características dos principais paradigmas vigentes na geografia agrária brasileira: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). O escrutínio desses paradigmas evidencia que, enquanto os teóricos do primeiro (PQA) utilizam o conceito de produção camponesa como sinônimo de agricultura familiar e ambos os termos como um só modelo produtivo antagônico ao agronegócio, no segundo (PCA), os pesquisadores definem a agricultura familiar como uma forma contemporânea de produção rural, sem laços históricos com o campesinato e incluída no agronegócio. A integração da agricultura com a indústria, resultado do processo de modernização agrícola, gerou profundas transformações no campo, alterando os modelos e técnicas de produção, bem como as dinâmicas sociais. Nesse contexto formou-se o Complexo Agroindustrial (CAI) Avícola, que representa, atualmente, um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira. Todavia, a constante evolução tecnológica e a crescente demanda por capital na atividade têm levado à redefinição do perfil socioeconômico dos avicultores, favorecendo os produtores mais capitalizados. Para acompanhar as novas demandas produtivas, percebe-se uma aproximação, econômica e social, dos avicultores ao padrão de produção e gestão empresarial, afastando-os do perfil da agricultura camponesa. As evidências levantadas nesta pesquisa apontam para a configuração de dois modelos produtivos na avicultura: de um lado, uma produção empresarial plena e, de outro, uma produção de base familiar. Contudo, não correspondem a modelos antagônicos, pois ambos são formas de produção capitalista e têm por objetivo a obtenção de lucro. A avicultura familiar corresponde a um modelo produtivo que combina a gestão familiar do estabelecimento com a adoção de mão-de-obra não familiar permanente e uma completa integração produtiva ao mercado capitalista, estando, portanto, plenamente incluída no agronegócio.

Palavras-chave: Paradigma. Geografia Agrária. Campesinato. Agricultura Familiar. Agronegócio. Avicultura.

ABSTRACT

This thesis, based on historical and empirical methodology, aims to evaluate the employability of “peasant farming”, “family farming” and “agribusiness” concepts to define modern chicken producers integrated into the agroindustry. To achieve this purpose, a broad discussion was carried out on the characteristics of the main paradigms in force in Brazilian agrarian geography: the Agrarian Question Paradigm (PQA) and the Agrarian Capitalism Paradigm (PCA). The scrutiny of these paradigms shows that, while the theorists of the first (PQA) use the concept of peasant production as a synonym for family farming and both terms as a single productive model antagonistic to agribusiness, in the second (PCA), researchers define agriculture family as a contemporary form of rural production, without historical ties with the peasantry and included in agribusiness. The integration of agriculture with industry, a result of the agricultural modernization process, generated profound transformations in the countryside, altering production models and techniques, as well as social dynamics. In this context, the Poultry Agroindustrial Complex (CAI) was formed, which currently represents one of the most dynamic sectors of the Brazilian economy. However, constant technological evolution and the growing demand for capital in the activity have led to the redefinition of the socioeconomic profile of poultry farmers, favoring more capitalized producers. To keep up with the new production demands, one can see an economic and social approximation of poultry farmers to the standard of production and business management, moving them away from the profile of peasant agriculture. The evidence raised in this research points to the configuration of two productive models in poultry farming: on the one hand, a full business production and, on the other, a family-based production. However, they do not correspond to antagonistic models, since both are forms of capitalist production and aim to obtain profit. Family poultry farming corresponds to a productive model that combines family management of the establishment with the adoption of permanent non-family labor and a complete productive integration into the capitalist market, being, therefore, fully included in agribusiness.

Keywords: Paradigm. Agrarian Geography. Peasantry. Family farming. Agribusiness.

Poultry farming.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ELEMENTOS DAS TENDÊNCIAS PARADIGMÁTICAS.....	30
FIGURA 2 - ORGANOGRAMA: PRINCIPAIS IDEIAS NA TEORIA AGRÁRIA DE LÊNIN (1899).....	128
FIGURA 3 - ORGANOGRAMA: PRINCIPAIS IDEIAS NA TEORIA AGRÁRIA DE KAUTSKY (1899).....	148
FIGURA 4 - MÓDULOS FISCAIS NO BRASIL.....	159
FIGURA 5 - AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR: VARIAÇÕES ENTRE 2006 E 2017.....	160
FIGURA 6 - ESTRUTURA PRODUTIVO-COMERCIAL DO CAI.....	204
FIGURA 7 - CADEIA PRODUTIVA DA AVICULTURA.....	208
FIGURA 8 - ABATE DE FRANGOS NO BRASIL (2019).....	248
FIGURA 9 - ABATE DE FRANGO POR UNIDADE FEDERATIVA EM 2021.....	252
FIGURA 10 - EXPORTAÇÕES DE CARNE DE FRANGO POR UNIDADE FEDERATIVA EM 2021.....	253
FIGURA 11 - EMPRESAS ASSOCIADAS AO SINDIAVIPAR – 2022.....	264
FIGURA 12 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAPIRA – PR.....	276
FIGURA 13 - LIMITES DO MUNICÍPIO DE JAPIRA - PR.....	277

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PERFIS DE PROPRIEDADES DA TERRA ENTRE 1960 E 2006 (%).	175
GRÁFICO 2 - ÁREA E PRODUÇÃO DE GRÃOS DE 1977 A 2018.....	178
GRÁFICO 3 - RENDIMENTO MÉDIO (T/HA) DOS GRÃOS DE 1977 A 2017.	181
GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DO CONSUMO INTERNO PER CAPITA DE GRÃOS ANUAL, DE 1970 A 2016.	184
GRÁFICO 5 - CONSUMO PER CAPITA ANUAL DE CARNES BOVINA, SUÍNA E DE FRANGO NO BRASIL, DE 1970 A 2013.....	184
GRÁFICO 6 - IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES E SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO, DE 1989 A 2017.	188

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PRINCIPAIS VANTAGENS DO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO VERTICAL NA AVICULTURA.	232
QUADRO 2 - ANO E VALOR DOS FINANCIAMENTOS DECLARADOS PARA A CONSTRUÇÃO DOS AVIÁRIOS, EM ORDEM CRONOLÓGICA. ..	285
QUADRO 3 - MODALIDADE E VALOR DOS EMPRÉSTIMOS RECENTES VIA CRÉDITO RURAL.....	288
QUADRO 4 - QUEM É CAMPONÊS?	300
QUADRO 5 - O QUE ENTENDE POR AGRONEGÓCIO?	301
QUADRO 6 - POR QUE O AGRONEGÓCIO É IMPORTANTE PARA A ECONOMIA BRASILEIRA?	301
QUADRO 7 - O QUE VOCÊ ENTENDE POR REFORMA AGRÁRIA?.....	302
QUADRO 8 - POR QUE NÃO CONCORDAM COM A OCUPAÇÃO DE TERRAS POR MOVIMENTOS SOCIAIS?.....	302
QUADRO 9 - POR QUE O GOVERNO BRASILEIRO NÃO DEVE CRIAR MAIS ASSENTAMENTOS RURAIS?	303
QUADRO 10 - POR QUE CONCORDA COM A DEMARCAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS?	305
QUADRO 11 - POR QUE NÃO CONCORDA COM A DEMARCAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS? ...	305

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DOS DISTINTOS GRUPOS DE AGRICULTORES FAMILIARES DO BRASIL – 2006.	166
TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DOS DISTINTOS GRUPOS DE AGRICULTORES FAMILIARES SEGUNDO AS REGIÕES DO BRASIL – 2006.	166
TABELA 3 - DESEMBOLSOS E NÚMERO DE OPERAÇÕES DO BNDES PARA AS PRINCIPAIS CADEIAS – 1990/99.	216
TABELA 4 - DESEMBOLSOS DO BNDES PARA O SEGMENTO PRIMÁRIO DA CADEIA DE CARNES, SEGUNDO RAMO/GÊNERO – 1990/99.....	217
TABELA 5 - DESEMBOLSOS DO BNDES PARA A INDÚSTRIA DE CARNES, SEGUNDO RAMO/GÊNERO – 1990/99.	217
TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NA PRODUÇÃO NACIONAL DE FRANGOS (SEM ESPECIFICAÇÃO).....	256
TABELA 7 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NA EXPORTAÇÃO NACIONAL DE FRANGOS (SEM ESPECIFICAÇÃO).....	256
TABELA 8 - PRODUÇÃO DE FRANGOS SEGUNDO ALOJAMENTO DE PINTOS.	257
TABELA 9 - PRODUÇÃO DE FRANGOS SEGUNDO CABEÇAS ABATIDAS.	257
TABELA 10 - EXPORTAÇÃO DE FRANGO (EM KG).....	258
TABELA 11 - RELAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO NACIONAL E PARANAENSE DE SOJA E MILHO – 2021.	259
TABELA 12 - NÚMERO DE GRANJAS DE FRANGO DE CORTE POR REGIÃO DO PARANÁ – 2021.	262
TABELA 13 - DESTINO DA CARNE DE FRANGO PARANAENSE.	265
TABELA 14 - FAIXA ETÁRIA DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS.....	278
TABELA 15 - ESCOLARIDADE DOS AVICULTORES ENTREVISTADOS.	279
TABELA 16 - FUNÇÃO PRODUTIVA FEMININA.....	279
TABELA 17 - ATIVIDADE ECONÔMICA E FORMA DE TRABALHO DO AVICULTOR ANTES DO INGRESSO NA PRODUÇÃO INTEGRADA DE FRANGO.	280
TABELA 18 - MOTIVAÇÕES PARA A INSERÇÃO NA AVICULTURA.	280

TABELA 19 - HIPOTECA DE PROPRIEDADE RURAL PARA A CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO DE AVIÁRIO.	281
TABELA 20 - SITUAÇÃO ATUAL DOS FINANCIAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DOS AVIÁRIOS.	281
TABELA 21 - TAMANHO MÉDIO DAS PROPRIEDADES RURAIS HIPOTECADAS PARA FINANCIAMENTO DO AVIÁRIO.	282
TABELA 22 - TAMANHO MÉDIO DE TODAS AS PROPRIEDADES DECLARADAS PELOS AVICULTORES.	282
TABELA 23 - NÚMERO DE PROPRIEDADES RURAIS QUE O AVICULTOR POSSUI.	283
TABELA 24 - NÚMERO DE AVIÁRIOS QUE O PRODUTOR POSSUI ATUALMENTE.	284
TABELA 25 - CAPACIDADE MÉDIA DE ALOJAMENTO DOS AVIÁRIOS.	284
TABELA 26 - PROPRIEDADE DO AVIÁRIO: INDIVIDUAL E EM SOCIEDADE.	286
TABELA 27 - DESEJO DE EXPANSÃO DA PRODUÇÃO AVÍCOLA.	286
TABELA 28 - DESEJO DE AQUISIÇÃO DE NOVAS PROPRIEDADES RURAIS.	287
TABELA 29 - LINHA DE CRÉDITO RURAL ATUAL.	288
TABELA 30 - MÃO-DE-OBRA ENVOLVIDA NO MANEJO DO(S) AVIÁRIO(S).	290
TABELA 31 - NÚMERO DE TRABALHADORES CONTRATADOS PARA O MANEJO NO AVIÁRIO.	292
TABELA 32 - MODELOS DE FORÇA DE TRABALHO UTILIZADA NA RETIRADA DA CAMA DO AVIÁRIO.	293
TABELA 33 - PRODUÇÃO E VALOR DE VENDA DA CAMA DE AVIÁRIO NO ÚLTIMO ANO.	293
TABELA 34 - EVOLUÇÃO DA RENDA FAMILIAR A PARTIR DA INTRODUÇÃO DA AVICULTURA DE CORTE.	294
TABELA 35 - RENDA LÍQUIDA MÉDIA POR AVIÁRIO E LOTE.	295
TABELA 36 - AVALIAÇÃO DO RETORNO FINANCEIRO DA PRODUÇÃO DE FRANGOS.	295
TABELA 37 - APLICAÇÃO DA RENDA DO(S) AVIÁRIO(S): BENS ADQUIRIDOS.	296
TABELA 38 - RESPONSÁVEIS PELOS CUIDADOS COM A HORTA.	296
TABELA 39 - AVALIAÇÃO DO MODELO DE PRODUÇÃO INTEGRADA (INTEGRAÇÃO COM A AGROINDÚSTRIA).	297

TABELA 40 - AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO DA AGROINDÚSTRIA INTEGRADORA.....	297
TABELA 41 - VANTAGENS DO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO PARA O AVICULTOR.	298
TABELA 42 - DESVANTAGENS DO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO PARA O AVICULTOR.	298
TABELA 43 - VANTAGENS DA AVICULTURA EM RELAÇÃO A OUTRAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS.....	299
TABELA 44 - PERSPECTIVA DO AVICULTOR SOBRE A ATUAL VIABILIDADE DA PRODUÇÃO.	299
TABELA 45 - AUTODEFINIÇÃO DOS AVICULTORES.	300
TABELA 46 - PERSPECTIVAS SOBRE O PAPEL PRODUTIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR.	303
TABELA 47 - PRIORIDADE DE ACESSO AO CRÉDITO RURAL.....	303
TABELA 48 - ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA PROPRIEDADE.	305

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABAG	- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO
ABEF	- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES E EXPORTADORES DE FRANGO
ABPA	- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL
ACARESC	- ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ACARPA	- ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ
ANPEGE	- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA
BACEN	- BANCO CENTRAL DO BRASIL
BADEP	- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ S.A.
BNDE	- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
BNDES	- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
BRF	- BRASIL FOODS S.A
BRDE	- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL
CAI	- COMPLEXO AGROINDUSTRIAL
CEPA	- CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA
CEPEA	- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA
CREAI	- CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL
CNA	- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
CODEPAR	- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARANÁ
COOPAVEL	- COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE CASCAVEL
COPACOL	- COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA
COASUL	- COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL (DO SUDOESTE PARANAENSE)

EGF	- EMPRÉSTIMOS DO GOVERNO FEDERAL
EMATER	- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
EMBRATER	- EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
EMBRAPA	- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIAS
EMPASC	- EMPRESA CATARINENSE DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
ENGA	- ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
ESALQ	- ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ
FAO	- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO.
FDE	- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
FINEX	- FUNDO DE FINANCIAMENTO À EXPORTAÇÃO
FIPEME	- FINANCIAMENTO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
FINAME	- FUNDO DE FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS
FISET	- FUNDO DE INVESTIMENTOS SETORIAIS
FNRR	- FUNDO NACIONAL DE REFINANCIAMENTO RURAL
FUNAGRI	- FUNDO GERAL PARA A INDÚSTRIA E AGRICULTURA
FUNDEPE	- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA
IAPAR	- INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ
IBGE	- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INCRA	- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
INOVAGRO	- CRÉDITO PARA FINANCIAR A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NAS PROPRIEDADES RURAIS
INSTIÓLEOS	- INSTITUTO PRIVADO DE ÓLEO
IPARDES	- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
IPEACS	- INSTITUTO DE PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIA DO CENTRO SUL

MERCOSUL	- MERCADO COMUM DO SUL.
OECD	- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT
PAEG	- PLANO DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO
PAGRI	- PROGRAMA AGROINDÚSTRIA
PCA	- PADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO
PED	- PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO
PGPM	- POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS
PIB	- PRODUTO INTERNO BRUTO
PND	- PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
PQA	- PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA
PROÁLCOOL	- PROGRAMA NACIONAL DO ÁLCOOL
PRONAF	- PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
PRONAGRI	- PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA À AGROINDÚSTRIA
PRONAMP	- PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO MÉDIO PRODUTOR RURAL
MDA	- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MAPA	- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
MST	- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA
SECEX	- SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR
SIF	- SISTEMA DE INSPEÇÃO FEDERAL
SIM	- SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL
SIP	- SISTEMA DE INSPEÇÃO PARANAENSE
SINDIAVIPAR	- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS AVÍCOLAS DO ESTADO DO PARANÁ
SINGA	- SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
SNCR	- SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL
SPD	- SISTEMA PLANTIO DIRETO
USP	- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO 1 – O PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA E A CENTRALIDADE DA CATEGORIA CAMPESINATO	26
1.1 O EMBATE PARADIGMÁTICO NA LEITURA DO RURAL.....	26
1.2 PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS NAS PESQUISAS BRASILEIRAS SOBRE O CAMPESINATO: CHAYANOV, SHANIN E PLOEG.	31
1.2.1 O campesinato brasileiro a partir da leitura de Chayanov	32
1.2.2 O pensamento de Teodor Shanin.....	37
1.2.3 O pensamento de Jan Douwe Van der Ploeg.....	40
1.3 AS LEITURAS GEOGRÁFICAS DOMINANTES SOBRE O CAMPESINATO.....	46
1.3.1 A visão de Ariovaldo Umbelino de Oliveira.....	47
1.3.2 A visão de Bernardo Mançano Fernandes	54
1.3.3 A visão de Eliane Tomiazi Paulino	62
1.4 CAMPESINATO, INTEGRAÇÃO A AGROINDÚSTRIA E AVICULTURA	69
1.4.1 Integração agroindustrial e apropriação da renda da terra camponesa	69
1.4.2 Modernização produtiva e a inserção do campesinato na avicultura industrial	73
1.4.3 Discutindo alguns pressupostos das teorias do campesinato contemporâneo	79
1.4.4 A exclusão do campesinato na avicultura moderna.....	91
2 O PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO	109
2.1 A VISÃO MARXISTA CLÁSSICA: MARX, LÊNIN E KAUTSKY.....	110
2.1.1 A questão agrária em Marx	111
2.1.2 A questão agrária em Vladimir Ilich Lênin	121
2.1.3 A questão agrária em Karl Kautsky	136
2.2 O CAPITALISMO AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO E A EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR.....	151
2.3 O ANTAGONISMO ENTRE A AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRONEGÓCIO E OS MITOS SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	171
3 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA AVICULTURA BRASILEIRA: DO COMPLEXO RURAL AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL.....	192
3.1 MODERNIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS NO BRASIL	194

3.2 A ATUAÇÃO ESTATAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	209
3.3 MODERNIZAÇÃO E TENDÊNCIAS ATUAIS DA AVICULTURA BRASILEIRA: DIFERENCIAÇÃO PRODUTIVA, SISTEMA DE INTEGRAÇÃO, TECNIFICAÇÃO E CAPITALIZAÇÃO DOS PRODUTORES	220
3.4 OS NÚMEROS DA PRODUÇÃO E A DIFERENCIAÇÃO REGIONAL DA AVICULTURA BRASILEIRA	242
3.5 VISÕES DISTORCIDAS SOBRE A AVICULTURA BRASILEIRA.....	248
3.6 A REGIÃO SUL E A AVICULTURA DE CORTE NO ESTADO DO PARANÁ...	254
3.6.1 Vantagens produtivas e características da avicultura paranaense	254
3.6.2 Políticas públicas: fomento a avicultura paranaense	267
4 ESTUDO DE CASO: AVICULTORES DE JAPIRA PR.....	276
4.1 LOCALIZAÇÃO E AMOSTRA	276
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	277
CONSIDERAÇÕES FINAIS	307
REFERÊNCIAS	318
APÊNDICE	336
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A DEFINIÇÃO DE PERFIL DOS AVICULTORES JAPIRENSES.....	336

INTRODUÇÃO

Discutir as transformações na agricultura, decorrentes da introdução do modo capitalista de produção, não é uma preocupação nova entre os cientistas. Esse interesse remonta aos próprios estudos de Marx, tendo sido, posteriormente, aprofundado por partidários e mesmo opositores da teoria marxista, que assim desenvolveram leituras diferentes sobre a evolução do capitalismo no campo e seus desdobramentos econômicos e sociais. Embora mais antiga em outras partes do mundo, como no continente europeu e nos Estados Unidos, no Brasil essa discussão ganha relevância a partir da segunda metade do século XX, com as grandes transformações que atingiram o meio rural em função do processo de modernização da agricultura.

Com mais de meio século de debates, pode-se pensar que essa discussão está acabada e todas as respostas já foram encontradas. No entanto, quando se trata dos estudos agrários, o cenário ainda é muito controverso em nosso país, suscitando discussões calorosas entre correntes de pensamento antagônicas. Trata-se de distintas perspectivas teóricas, e mesmo políticas, que configuram leituras próprias do espaço rural e de seus atores sociais, que, por conseguinte, são definidas como paradigmas.

Nas últimas décadas, com a expansão da tecnificação e da integração do setor primário ao ramo industrial, grandes mudanças se processaram no campo brasileiro, alterando modos e objetivos de produção, bem como as próprias relações sociais. É nesse contexto que as definições conceituais precisam ser repensadas.

Para Graziano da Silva et al. (2002, p. 39), a partir da década de 1980, começou a se configurar no Brasil, a exemplo do que já ocorre nos países desenvolvidos, um novo rural, caracterizado por três grandes grupos de atividades. A primeira seria a existência de “uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias”. A segunda, a existência de “um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços”. E a terceira característica seria a existência de “um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercado”.

De acordo com essa classificação, a avicultura pode ser inserida no primeiro grupo, o da agropecuária moderna. Embora a criação de frangos de corte continue a

ser facilmente realizada em pequenas propriedades rurais, o grau de tecnificação e as estratégias de produção adotados na atividade têm levado a um distanciamento crescente dos atuais produtores em relação ao perfil socioeconômico predominante nas primeiras décadas da introdução do modelo de integração no país.

No passado, não havia dúvidas sobre o caráter familiar dos estabelecimentos integrados à agroindústria processadora, mas o mesmo não pode ser dito nos dias de hoje. E, se até o distintivo “familiar” não é mais inquestionável, tampouco a “produção camponesa” pode caracterizar uniformemente as pequenas propriedades de produção avícola.

Por essa razão, tendo em vista as transformações recentes na avicultura, resultante do acelerado progresso tecnológico e da capitalização da produção, é preciso avaliar em que medida os conceitos de agricultura camponesa e mesmo agricultura familiar continuam sendo adequados para a classificação desses produtores.

Ponderando que a economia de mercado gera uma diferenciação interna na agricultura familiar, com propensão de fortalecimento dos produtores mais capitalizados, tais como os integrados à agroindústria, projeta-se a expansão das chamadas empresas agrofamiliares. Nesse modelo, a família continua sendo a responsável pelo gerenciamento da produção, mas o trabalho produtivo direto é transferido para trabalhadores assalariados (ou parceiros, no caso da avicultura), sem vínculos familiares e até mesmo afetivos com a produção e modo de vida rural, rompendo assim, com as concepções tradicionais da agricultura familiar/camponesa.

Sucedese que, na geografia agrária brasileira, é vigente um embate entre duas correntes de pensamento, denominados de Paradigma da Questão Agrária e Paradigma do Capitalismo Agrário. No primeiro paradigma, dominante entre os pesquisadores, adota-se o conceito de agricultura familiar com o mesmo sentido de agricultura camponesa e, ambos, em oposição ao que definem por agronegócio. Para o segundo, no entanto, o conceito de agricultura familiar tem uma conotação diferenciada e expressa um modelo produtivo integrado ao agronegócio.

Como nesta disputa paradigmática se opõe a agricultura familiar ao agronegócio, questiona-se a assertividade desta premissa para a leitura do meio rural, especialmente na análise da avicultura moderna. Pensando particularmente no caso dos avicultores, espera-se, neste trabalho, determinar em que contexto os termos “camponês”, “familiar” e “empresarial” podem ser corretamente aplicados.

Dessa forma, a análise da produção integrada de frango de corte poderá fornecer ferramentas para diagnosticar o enquadramento apropriado para os avicultores em relação aos paradigmas teóricos da agricultura camponesa ou da agricultura familiar mediante a avaliação sobre a existência ou não de uma oposição efetiva entre os modos de produção e de gestão adotados pelos avicultores e pelo agronegócio.

Sendo assim, a hipótese central desta pesquisa é que a integração à agroindústria tem transformado o perfil do avicultor, aumentando a concentração de bens e de capital e aproximando-o do modelo empresarial de produção, ao mesmo tempo em que favorece o desaparecimento das formas produtivas tradicionais, da agricultura camponesa e até mesmo da agricultura familiar no setor.

Como objetivo geral, por sua vez, definiu-se avaliar a aplicabilidade teórica dos conceitos de “agricultura camponesa”, “agricultura familiar” e “agronegócio” pelo estudo das transformações estruturais da avicultura de corte no Brasil e pela análise de uma amostra qualitativa de produtores integrados paranaenses.

Os objetivos específicos consistem em: a) caracterizar o campesinato e a agricultura familiar no contexto de modernização da agricultura; b) analisar as mudanças tecnológicas e econômicas recentes na agroindústria de frangos no Brasil e no Paraná; c) apontar vantagens e desvantagens da tecnificação da avicultura e seus impactos sobre a agricultura familiar e camponesa; d) realizar um estudo de caso com avicultores paranaenses; e) determinar o melhor enquadramento conceitual para os avicultores modernos.

Detalhando a problemática, busca-se, especificamente, escrutinar as propostas teórica e política dos paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário, contrapondo as concepções gerais que norteiam o debate sobre o desenvolvimento da agricultura no capitalismo e as opções conceituais que diferenciam esses paradigmas, bem como ainda, seus reflexos nos estudos da Geografia Agrária brasileira.

Para atender a essa demanda investigativa, este trabalho foi estruturado em quatro capítulos, sendo os dois primeiros de cunho teórico e o terceiro e quarto destinados a uma investigação histórica e empírica, com estudo de caso no último. Por fim, apresentam-se as conclusões e as considerações finais.

O primeiro capítulo é dedicado ao estudo do Paradigma da Questão Agrária. Inicialmente, seção 1.1, são abordadas as principais diferenças entre os paradigmas

da Questão Agrária (PQA) e do Capitalismo Agrário (PCA). Na sequência, trata-se, especificamente, do primeiro modelo. Como neste paradigma (PQA) o conceito de campesinato tem centralidade, são apresentadas as contribuições dos principais teóricos que, ao longo das últimas décadas, analisaram a dinâmica interna e o modo de produção camponês, como Alexander Chayanov, Teodor Shanin e Jan Douwe Van der Ploeg, seção 1.2. A partir dessa leitura geral, buscando trazer o debate para o campo da geografia, na seção 1.3, expõem-se as análises dos reconhecidos geógrafos Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes, que abordam a temática da produção camponesa em nível nacional, e ainda a leitura da geógrafa Eliane Tomiazi Paulino, cujos trabalhos apresentam também um enfoque regional, com o estudo do campesinato paranaense. Por fim, a seção 1.4 trata da relação entre a agricultura camponesa e a produção agroindustrial, com foco na avicultura e ainda a aplicabilidade do conceito de campesinato na agricultura moderna.

Por seu turno, o segundo capítulo estuda o Paradigma da Capitalismo Agrário, começando, na seção 2.1, pelas análises clássicas de Marx, Lênin e Kautsky, sobre o desenvolvimento da agricultura no capitalismo e seus reflexos sobre o campesinato. Em seguida, na seção 2.2, discute-se o conceito de agricultura familiar: seu surgimento, as variadas propostas de definição, as características da agricultura familiar no Brasil e seu suposto antagonismo ao agronegócio.

O terceiro capítulo trata, especificamente, da constituição e das características do complexo agroindustrial avícola no Brasil. No início do capítulo apresenta-se, brevemente, o processo de modernização e industrialização da produção agropecuária nacional, seção 3.1, e discute-se o papel do Estado brasileiro e as políticas públicas de promoção a agroindustrialização, seção 3.2. Na sequência a análise se volta para a avicultura, propriamente, começando pela introdução, evolução e características atuais da produção e dos produtores integrados de frango, na seção 3.3. Posteriormente, são apresentados os números e as diferenças regionais da produção avícola no Brasil, seção 3.4, e as leituras distorcidas sobre a função e desempenho da avicultura na economia brasileira, seção 3.5. Finaliza-se com uma descrição da produção de frangos no Sul do país, com enfoque nas características produtivas paranaenses, seção 3.6.

Por fim, no quarto capítulo, para elucidar as reflexões abstratas, realizados ao longo dos demais capítulos, e verificar a compatibilidade com as estatísticas

levantadas, apresenta-se a discussão dos resultados de um estudo de caso. Para essa finalidade, foram realizadas entrevistas com um grupo amostral de avicultores integrados no Norte do Paraná, principal estado produtor de frangos do Brasil.

Em termos metodológicos, a estrutura deste estudo evidencia a combinação entre duas propostas: a pesquisa bibliográfica, para as análises conceituais e a sondagem de dados secundários, com a pesquisa de campo para o levantamento de dados primários. Dessa forma, optou-se, nos capítulos iniciais, pela revisão bibliográfica, a partir da metodologia histórica e empírica, discorrendo acerca dos temas de interesse e levantando dados que embasam a hipótese, o problema e os objetivos da pesquisa. E para finalizar, a adoção de um método qualitativo de investigação, para a coleta de dados primários, a fim de confirmar ou refutar os pressupostos teóricos apresentados. Essa estratégia investigativa é de grande relevância, pois permite, por meio da aplicação de questionário, obter informações que as estatísticas oficiais não fornecem.

Por não representar uma amostra estatisticamente significativa, este trabalho não tem caráter quantitativo, embora faça uso de recursos quantitativos (gráficos e tabelas) para a exposição e análise dos resultados e utilize dados estatísticos secundários, provenientes de agências governamentais e de instituições do setor.

Dessa forma, este estudo pode ser definido como uma pesquisa qualitativa descritiva, estando, em parte, baseada no método *survey*¹ de coleta de dados, que, no caso, se processou por meio da aplicação de um questionário (com questões abertas e fechadas) a um grupo de avicultores. Contudo, em função da limitação da amostra, não apresenta relevância estatística, como prevê este método quantitativo, mas apenas uma exploração de viés qualitativo.

Embora se considere a limitação da amostra, em vista do contingente de avicultores no país, é possível, por meio desta análise, ampliar a compreensão do problema em questão, que consiste no levantamento das atuais características dos produtores integrados de frango e seu adequado enquadramento conceitual, bem

¹ O *survey*, importante método de pesquisa entre os cientistas sociais, tem sido adotado para analisar grandes grupos populacionais por meio de levantamentos amostrais. As técnicas de coleta de dados, comumente, associadas a esse método são o questionário e a entrevista estruturada. Segundo Mineiro (2020, p. 287): “O objetivo do levantamento é produzir descrições, predominantemente quantitativas ou numéricas, sobre alguns aspectos de uma população, coletando dados por meio de perguntas feitas às pessoas. Tais dados são bases para posteriores análises”.

como ainda diagnosticar tendências socioeconômicas que possam fundamentar o planejamento de políticas públicas.

Evidenciou-se nesta pesquisa que os avicultores integrados não se enquadram nos critérios econômicos que caracterizam a produção camponesa, mas que atendem aos requisitos que definem a produção familiar moderna na agricultura. Modelo econômico que combina a gestão familiar do estabelecimento com a adoção de mão-de-obra não familiar permanente e completa integração produtiva ao mercado capitalista, estando, portanto, plenamente incluído no agronegócio.

CAPÍTULO 1 – O PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA E A CENTRALIDADE DA CATEGORIA CAMPESINATO

Neste capítulo discute-se o modo de produção camponês a partir da análise de teóricos agrários referenciais no estudo do campesinato brasileiro e internacional; o uso da categoria campesinato na geografia agrária atual e a validade do emprego do conceito de camponês na avicultura moderna.

1.1 O EMBATE PARADIGMÁTICO NA LEITURA DO RURAL

O desenvolvimento e as transformações da agricultura, no modelo capitalista de produção, têm sido, sobretudo a partir do século XX, tema de debate entre os diversos teóricos que estudam o espaço rural. Essas discussões ocorrem em diversas disciplinas acadêmicas, como na sociologia, na economia, na agronomia e na geografia.

Apesar das diferenças disciplinares, os debates estruturaram-se entre duas linhas paradigmáticas distintas, definidas como “paradigma da questão agrária” e “paradigma do capitalismo agrário”. São diferentes leituras, visões de mundo e mesmo posicionamentos políticos-ideológicos, que estão em constante debate (embate).

Para a discussão proposta, este trabalho adota o pressuposto de que os paradigmas representam modelos que orientam as pesquisas científicas, apoiando-se na perspectiva de Thomas Kuhn (*A estrutura das revoluções científicas*), a qual entende paradigma como “um corpo característico de crenças e concepções que abrangem todos os conhecimentos partilhados por um grupo científico” (CAPORAL, 2009, p. 3).

De forma mais simples, Bartelmebs (2012, p. 353) afirma que “o paradigma é um conjunto de saberes e fazeres que garantam a realização de uma pesquisa científica por uma comunidade”. Desse modo, a aplicação de dados e teorias por esse grupo, tende a confirmar os pressupostos do paradigma compartilhado.

Para Fernandes (2013, p. 67) os paradigmas “são formados por teorias, que são pensamentos de referências organizados em correntes teóricas, que são interpretações dos fatos, o que implica necessariamente ter uma postura política diante dos mesmos”.

Na Geografia, de acordo com Vinha (2021), o conceito de paradigma foi entendido como as diferentes visões de mundo, historicamente abrigadas no campo da ciência geográfica.

Por sua vez, o debate paradigmático é caracterizado pela intencionalidade, visto que cada parte tem o desejo de defender seu ponto de vista e também de explorar os paradigmas opostos. Desse modo, a discussão conceitual, dentro do debate paradigmático, é importante por revelar as intencionalidades e as posições políticas dos intelectuais (FERNANDES, 2013).

Ademais, na disputa paradigmática há um embate entre os modelos interpretativos, onde “os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais” (FERNANDES, 2013, p. 68).

Portanto, na visão do autor, o paradigma também envolve uma dimensão política e ideológica. E havendo intencionalidades e posições políticas, não pode haver neutralidade, de modo que a observação do objeto em estudo se dará a partir do prisma do paradigma adotado.

No que tange a agricultura, essa disputa paradigmática condiciona a aplicação dos recursos públicos, o que torna fundamental conhecer o que Fernandes (2013) chama de movimento paradigmático, processo que envolve desde a construção da interpretação até a execução da política pública.

Desse modo, é a partir das concepções de dois paradigmas (questão agrária e capitalismo agrário) que se estruturam as diferentes leituras sobre o espaço rural brasileiro, envolvendo tanto as análises teóricas do meio acadêmico, quanto a atuação prática do governo (em suas diferentes esferas), as empresas e organizações do agronegócio e os movimentos sociais (camponeses) (FERNANDES, 2013).

No caso da Geografia Agrária, segundo Vinha (2021), a partir da escolha paradigmática é possível entender como o pesquisador interpreta e explica o campo, uma vez que os paradigmas não são definidos com a intenção de aproximar o conhecimento da objetividade, mas para expressar interesses e ideologias que representam as pretensões de determinadas classes sociais.

Assim, marcam as discussões agrárias no Brasil, entre elas as análises de cunho geográfico, o embate entre dois paradigmas: O Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA).

O principal elemento que norteia o paradigma da questão agrária, segundo Fernandes (2013, p.69) é a adoção da categoria luta de classes para explicar disputas e conflitos e defender um modelo de desenvolvimento (não capitalista) que viabilize o campesinato. “Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade”.

A partir dessa linha geral de entendimento ainda é possível fazer uma diferenciação do paradigma da questão agrária em duas tendências. A primeira, chamada de proletarista, destaca as relações capital trabalho, já a segunda, denominada campesinista, está centrada nas relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital (FERNANDES, 2013).

É importante enfatizar que esse paradigma não nega a participação no mercado, mas busca enfatizar a necessidade de se promover, concomitantemente, a luta pela terra e pela reforma agrária, almejando a transformação da sociedade por meio da superação do capitalismo. Como se aceita a existência de conflitualidade, o enfrentamento ao modo de produção capitalista se torna condição necessária para a (re) criação do campesinato (VINHA, 2021).

Por sua vez, de acordo com Camacho (2011, p.19) esta recriação do campesinato no capitalismo pode processar-se de duas maneiras. A primeira por meio do “movimento desigual e contraditório do capital: que produz capital por meio de relações não-capitalistas, como as relações de trabalho familiar camponesa” e a segunda através da luta pela terra, configurando os chamados movimentos socioterritoriais camponeses, e que representam a disputa por território entre camponeses e o agronegócio.

Ao contrário dessa visão de superação do sistema capitalista, o segundo paradigma em análise, o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) se pauta na inserção da agricultura familiar no capitalismo.

Nessa perspectiva não há uma questão agrária a ser solucionada, pois se entende que os problemas agrários gerados pelo capitalismo podem ser solucionados por ele próprio, de modo que o horizonte vislumbrado é da manutenção do capitalismo e não da sua superação (FELÍCIO, 2011).

Sendo assim, o paradigma do capitalismo agrário trabalha com a ideia de que a integração do campesinato ou do agricultor de base familiar ao mercado capitalista é a solução para resolver o problema conjuntural das desigualdades criadas pelo

sistema capitalista. Como não há luta de classes nesta leitura, campesinato e capital não se diferenciam, pois fazem parte de uma mesma totalidade que é a sociedade capitalista (FERNANDES, 2013).

No paradigma do capitalismo agrário também é possível fazer uma diferenciação interna, entre os segmentos da agricultura familiar e do agronegócio. No primeiro defende-se a integração da agricultura familiar ao capital e no segundo entende-se a agricultura familiar como um modelo de produção residual (FERNANDES, 2013).

Na perspectiva mais tradicional deste paradigma, envolvendo os estudos clássicos de Kautsky e Lênin, o campesinato é entendido como um resíduo social em vias de extinção, enquanto que, contemporaneamente, como na leitura de Ricardo Abramovay, enfatiza-se a necessidade de sua integração ao capital que, contudo, converte o camponês em um novo sujeito social, o agricultor familiar (CAMACHO, 2011).

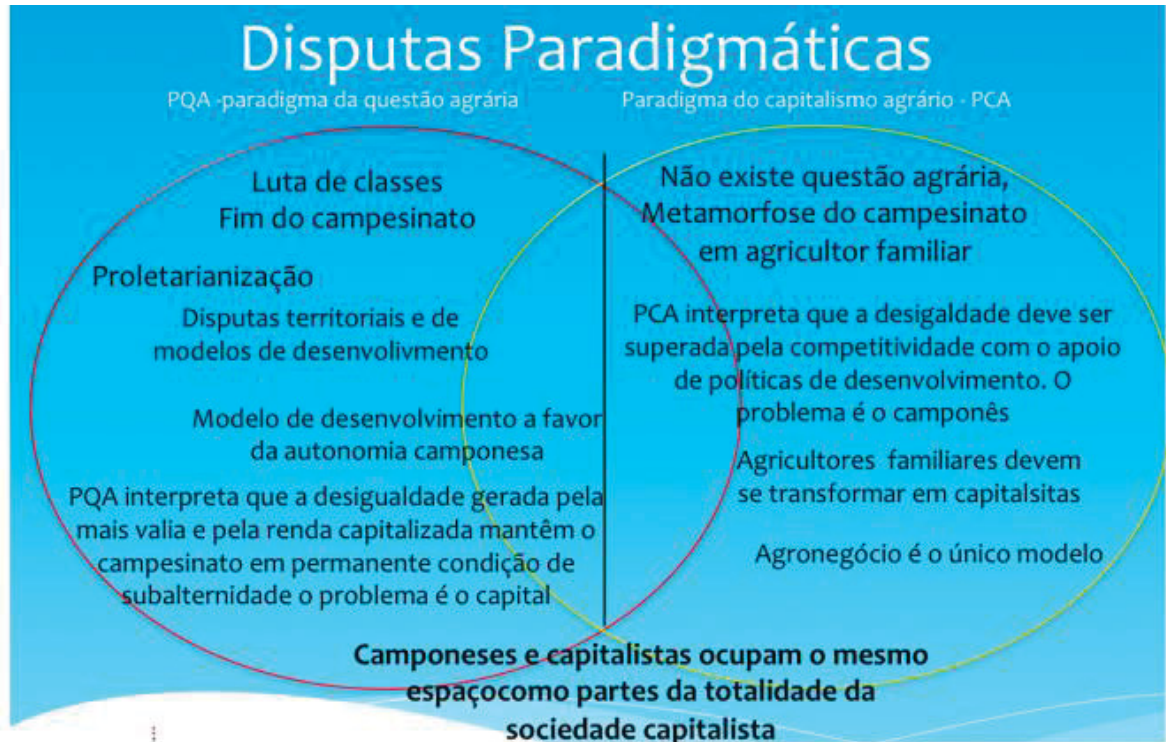
Admite-se no Paradigma do Capitalismo Agrário que o mecanismo de mercado gera desigualdades, contudo, as mesmas podem ser superadas através de políticas públicas. Estas, que por sua vez, têm a função de integrar o agricultor ao mercado e transformá-lo. “O camponês dá lugar a um novo sujeito social, os agricultores familiares, produtores modernos, altamente tecnificados e integrados ao mercado (VINHA, 2021, p.77).

De acordo com Fernandes (2013) há uma conflitualidade entre os paradigmas tanto na teoria quanto na realidade. No primeiro aspecto trata-se do embate teórico, mas como também há uma disputa entre os paradigmas pelos espaços políticos, no aspecto concreto, essa conflitualidade se reflete na aplicação de políticas públicas de desenvolvimento na agricultura.

Essa diferenciação paradigmática permite considerar os reflexos concretos, em termos de políticas públicas, decorrentes da distinção de leituras. Considerando o predomínio do entendimento de que a agricultura de base familiar/camponesa é residual e em vias de extinção, por exemplo, o governo pode considerar desnecessária a criação de programas de apoio a essa categoria, caso da política de reforma agrária. Ou ainda, considerando a necessidade de transformação do campesinato em agricultura familiar, os investimentos poderão ser orientados para políticas de modernização, financeirização e integração ao mercado.

De maneira esquemática, Fernandes (2013) organizou a FIGURA 1 para apresentar as diferenças entre os paradigmas.

FIGURA 1 - ELEMENTOS DAS TENDÊNCIAS PARADIGMÁTICAS.



Fonte: FERNANDES (2013, p. 71).

Em termos de temáticas desenvolvidas nas pesquisas acadêmicas, os dois paradigmas também se diferenciam significativamente. Enquanto no Paradigma da Questão Agrária os temas de destaque são aqueles que trazem a perspectiva da luta pela terra, como “movimentos sociais/ socioterritoriais, assentamentos rurais, ocupações de terras, disputas territoriais, políticas públicas e manifestações”, no Paradigma do Capitalismo Agrário há uma centralidade na abordagem econômica, onde “o mercado é o elemento de compreensão das relações sociais, com forte destaque para a produção de mercadoria” (VINHA, 2021, p.77).

Em termos metodológicos, Coca (2014) afirma que as análises do Paradigma da Questão Agrária se assentam no materialismo histórico-dialético, enquanto as leituras do Paradigma do Capitalismo Agrário estão centradas no método positivista.

Assim, enquanto no primeiro modelo o sujeito social central é o agricultor familiar camponês, no segundo, é o agricultor familiar moderno, integrado ao agronegócio.

Fernandes (2013, p.69) resume essa disputa afirmando que: “Em síntese, para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato”.

Ou ainda, enquanto no paradigma da questão agrária a centralidade está na subordinação do campesinato ao capital, no paradigma do capitalismo agrário o foco está na integração do campesinato ao capital (FERNANDES, 2011).

Embora seja possível apontar limitações teóricas em ambos os paradigmas, é notória a predominância do paradigma da questão agrária entre os geógrafos brasileiros, como aponta a pesquisa sobre os temas dos textos apresentados nos eventos científicos agrários (VINHA, 2021).

Buscando entender as consequências do avanço do capitalismo no campo, na geografia, como em outras ciências humanas, a questão agrária tem assumido grande importância nas pesquisas sobre o espaço rural. Essa perspectiva pressupõe a superação do sistema capitalista e está diretamente vinculada à defesa de um modo específico de produção no campo, o campesinato.

Para os teóricos dessa corrente o campesinato não desaparece com o desenvolvimento das relações capitalistas, ao contrário, encontra novas formas de organização, engendrando um processo chamado de “recriação do campesinato”.

Essa é a leitura dominante da geografia agrária brasileira, que será explorada com mais detalhes nas próximas seções deste capítulo.

1.2 PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS NAS PESQUISAS BRASILEIRAS SOBRE O CAMPESINATO: CHAYANOV, SHANIN E PLOEG.

De um modo geral, as discussões sobre o campesinato brasileiro incorporaram, ao longo das últimas décadas, uma significativa influência da obra de Chayanov.

Embora muito citado pelos pesquisadores brasileiros, principalmente pelos geógrafos alinhados ao paradigma da questão agrária, a obra de A. Chayanov não é profundamente conhecida. Isso porque há apenas um texto de Chayanov traduzido para o português, “Sobre a teoria dos sistemas não-capitalistas”, publicada em 1981 no livro “A questão agrária”, organizada por José Graziano da Silva. Outra obra de referência é a versão em espanhol do trabalho “La organización de la unidad

económica campesina”, traduzida na Argentina em 1974, que, segundo Gerardi e Salmoni (2014), é a obra mais conhecida entre os teóricos ocidentais.

Podemos enquadrar a obra de Chayanov no quadro conceitual dos neopopulistas russos, grupo de pensadores de diversas áreas, que defendiam a viabilidade da agricultura camponesa, sugerindo que as terras fossem destinadas a esses produtores (propriedades privadas), contrariando, desse modo, o entendimento do governo socialista, cujo projeto político se assentava na criação de fazendas coletivas administradas pelo Estado (GERALDI e SALMONI, 2014).

Além do teórico russo, também merecem destaque as leituras de Shanin e Ploeg no quadro de referências internacionais no qual os pesquisadores brasileiros têm buscado embasamento teórico para suas análises. Vejamos então, brevemente, as principais ideias defendidas por esses pesquisadores.

1.2.1 O campesinato brasileiro a partir da leitura de Chayanov

Existem diferentes correntes teórico-metodológicas que abordam os modelos de produção familiar no espaço rural, resultando na adoção de conceitos como camponês, agricultor familiar ou agricultor pluriativo para esse segmento, diferenciando-os de acordo com o contexto histórico, econômico e geográfico (ALVES; LINDNER; RODRIGUES, 2008).

No âmbito do paradigma da questão agrária, o campesinato tem sido a principal categoria social adotada pelos pesquisadores.

De acordo com Marques (2008) é no final do século XIX, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1970, que os debates sobre o destino do campesinato ganharam força. Neste contexto, duas correntes de pensamento destacaram-se. A primeira, construída a partir dos estudos dos populistas russos sobre a organização da produção camponesa, representava um segmento de valorização do modo de vida e da economia camponesa, defendendo a relevância desse modelo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Por outro lado, a segunda corrente centrava-se nas análises das transformações no campo a partir dos processos de modernização e industrialização induzidos pelo desenvolvimento capitalista e seus reflexos econômicos e sociais (desagrarização e descampesinização). Enquanto a primeira corrente de pensamento teve como principal referência a obra de A. Chayanov, na segunda, os teóricos de maior destaque foram V. Lênin e K. Kautsky.

Entre as abordagens clássicas, a análise da unidade de produção camponesa (não capitalista), do teórico russo Alexander Chayanov, é frequentemente citada nas pesquisas geográficas sobre o campesinato, ocupando um lugar de destaque no quadro de referências conceituais sobre o tema.

Na teoria da reprodução camponesa de Alexander Chayanov, apresentada na obra “A Organização da Unidade Econômica Camponesa” (1925), elaborada a partir de estudos sobre as unidades de produção familiares russas do início do século XX, a centralidade da discussão está na “caracterização do campesinato a partir do núcleo familiar e do balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica” (ALVES e FERREIRA, 2009, p.151).

Diferentemente das visões de subordinação ao capitalismo de Lênin e Kausty, Chayanov entendia o campesinato como uma forma de produção independente da dinâmica capitalista, assentada no trabalho não assalariado e destinado a produção necessária para a sobrevivência e reprodução familiar.

Nesse sentido, na visão de Chayanov, a racionalidade camponesa não poderia ser compreendida por meio das teorias econômicas clássicas e das teorias delas derivadas, mas por uma teoria que partisse da lógica interna da unidade econômica camponesa, por sua vez, assentada no trabalho familiar (CARNEIRO, 2009).

Para Chayanov, o estabelecimento produtivo camponês é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo e seu princípio básico está na satisfação das necessidades. Dessa forma se estabelece um conjunto indissociável entre o trabalho, a terra e o capital, variáveis dependentes e que se organizam em um processo de equilíbrio no balanço trabalho e consumo (CARNEIRO, 2009).

É a chamada motivação individual (fator interno) que condiciona a relação produção-consumo, pois a quantidade de trabalho irá depender do tamanho e composição familiar. Fatores como tamanho da família, membros aptos ou não ao trabalho e dimensão da terra produzem o que Chayanov chamou de diferenciação demográfica (CARNEIRO, 2009).

Sua diferenciação demográfica, na equação trabalho-consumo, é para Chayanov a explicação da racionalidade camponesa, visto que “o número de trabalhadores e consumidores da família camponesa é a explicação da sua existência: um trabalho que serve às demandas necessárias à manutenção da família e não a produção de valor e acumulação de capital” (ALVES e FERREIRA, 2009, p.152).

Assim, o entendimento geral é de que “a família trabalha para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e em um segundo plano, para acumular capital” (ALVES e FERREIRA, 2009, p.151).

Como o lucro não é seu objetivo primordial, na economia camponesa predomina os valores de uso (destinado ao autoconsumo) em detrimento dos valores de troca, típicos da produção capitalista (CARNEIRO, 2009).

Essa característica, porém, não exclui a ocorrência de excedente produtivo. No entanto, a diferenciação entre os modelos produtivos (camponês e capitalista) nesse aspecto está assentada, de acordo com Oliveira (2001), na comercialização. O excedente se insere e circula dentro de um sistema mercantil simples, onde se vende para comprar, ou seja, a mercadoria excedente da produção camponesa é vendida para que se possa adquirir valores de uso, destinados a sobrevivência da própria unidade produtiva (OLIVEIRA, 2001 apud CARNEIRO, 2009).

A venda do excedente assume, portanto, um fim específico: adquirir aquilo que não é produzido internamente como sementes, instrumentos de trabalho, vestuários, utensílios domésticos etc. (custos da reprodução material) e/ou cumprir as obrigações prescritas por aqueles que detêm o poder econômico e político como pagar os tributos devidos ao Estado e à Igreja (taxas de casamentos, batizados etc.) (custos da reprodução social) (CARNEIRO, 2009, p.56).

Essas características do modelo de produção permitem afirmar que o propósito produtivo na unidade camponesa é a subsistência, sendo esse atributo responsável pela relativa autonomia desse produtor para gerir suas atividades (CARNEIRO, 2009).

Outro ponto imprescindível na discussão sobre a produção camponesa diz respeito ao modelo de trabalho empregado. A unidade de produção camponesa é considerada não-capitalista, por Chayanov, porque não visa à acumulação de capital e não apresenta trabalho assalariado.

Dispondo de seus próprios meios de produção e tendo o cultivo da terra e a criação de animais como suas ocupações centrais, em determinadas circunstâncias, porém, os camponeses podem se ocupar em atividades não-agrícolas²

² A combinação entre atividades agrícolas e não-agrícolas, configurando famílias rurais pluriativas, tem sido campo de estudos de importantes pesquisadores agrários, como Sergio Schneider. Em geral, essas pesquisas tem mostrado o potencial da pluriatividade como estratégia de reprodução da agricultura familiar no campo brasileiro (SCHNEIDER, 2003).

complementares, tais como manufatura e artesanato, sendo essa uma característica histórica do campesinato (CARNEIRO, 2009).

Como perspectivas para o campesinato frente ao capitalismo, Chayanov acreditava na sobrevivência da unidade familiar camponesa e propunha, em caso de inserção dessa produção no âmbito da industrialização agrícola em grande escala, a formação de cooperativas coletivas. Portanto, o autor defendia não só a manutenção da produção camponesa, como também o seu fortalecimento por meio da associação e cooperação, mantendo-se como um modelo de produção independente do capitalista (ALVES e FERREIRA, 2009).

Na leitura clássica de Chayanov, a dinâmica específica da produção camponesa residia justamente na exclusão do trabalho assalariado, pois entre os camponeses russos a presença do trabalho extra familiar era praticamente irrelevante, e assim, sua introdução acarretaria na inserção da lógica capitalista dentro do campesinato (CARNEIRO, 2009).

Diferentemente disso, nas leituras modernas sobre o modo de vida camponês há uma revisão desse entendimento, de modo que a presença minoritária ou temporária do trabalho assalariado, não é visto como uma característica alheia ao modo de vida camponês.

Essa é a leitura, por exemplo, do geógrafo Ariovaldo U. de Oliveira, o qual entende que o trabalho assalariado pode estar presente na unidade camponesa em períodos específicos do ciclo agrícola, que demandam um aumento da força de trabalho no estabelecimento, sem, no entanto, anular a lógica não-capitalista desse modo de produção (OLIVEIRA, 2001 apud CARNEIRO, 2009).

Além disso, na atualidade, a teoria de Chayanov é adotada por teóricos ligados ao paradigma da questão agrária e que defendem a agricultura de subsistência, com destaque para os geógrafos que trabalham com a temática dos movimentos sociais no campo (ALVES e FERREIRA, 2009).

Dessa forma, embora suas raízes sejam buscadas na teoria clássica de Chayanov, o camponês brasileiro contemporâneo tem novas características, entre elas, o trabalho assalariado temporário.

Nesse sentido é possível discutir a validade do emprego e a abrangência do conceito de camponês para o pequeno produtor familiar brasileiro, visto que sua origem não está ligada ao feudalismo (ou na transição do feudalismo para o

capitalismo), como no caso europeu, e também não apresenta exatamente as mesmas características do modelo russo.

Alguns autores chegam a afirmar que o campo brasileiro sempre foi marcado por relações capitalistas, pois a grande propriedade rural, voltada para a produção de exportação, tinha por finalidade direta o lucro. Assim, embora o trabalho assalariado, característica primordial da produção capitalista, não estivesse presente, a dinâmica geral capitalista seria intrínseca a exploração agrária no país.

Em vista dos argumentos apresentados, torna-se relevante compreender em que medida o conceito clássico de campesinato pode ser aplicado nas sociedades modernas, preocupação expressada por Wanderley (1996).

Baseando-se em Mendras (1984), Wanderley (1996) ressalta que o camponês europeu representa um modelo que pode ser adotado, em partes, para uma comparação com outras formas de organizações agrárias no mundo, sem, no entanto, se configurar como um modelo universal.

Partindo desse princípio, Wanderley (1996), ao abordar a constituição do campesinato no Brasil, ressalta os reflexos das nossas particularidades sociais, como o quadro colonial, perpetuado mesmo após a independência; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; o legado da escravidão e a grande quantidade de terras disponíveis para ocupação e posse sobre a configuração dessa categoria no país.

Para a autora, a grande propriedade foi dominante em toda a história brasileira, consolidando-se como modelo socialmente reconhecido e por isso mesmo privilegiado nas políticas públicas: “Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução”. Ao mesmo tempo, coube a agricultura familiar um papel social secundário e subalterno, de modo que o campesinato brasileiro foi “impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção” (WANDERLEY, 1996, p. 8).

Por fim é preciso considerar que, segundo os sociólogos José de Souza Martins e Maria de Nazareth Wanderley, a adoção de relações não capitalistas foram funcionais ao processo de acumulação capitalista em muitos momentos da história brasileira, de modo que o camponês, embora não seja um trabalhador capitalista, em muito contribuiu para tal processo (BOSETTI, 2012).

1.2.2 O pensamento de Teodor Shanin

Entre os grandes pesquisadores contemporâneos do rural destaca-se o sociólogo e economista Teodor Shanin, de significativa influência sobre os teóricos brasileiros que estudam o campesinato e a questão agrária sob a perspectiva marxista. Shanin dedicou-se ao estudo das questões camponesas, inspirando-se profundamente na leitura de Chayanov, inclusive traduzindo obras deste teórico.

Embora reconheça a influência de Chayanov sobre sua construção teórica, Shanin destaca que sua obra não é um “Chayanismo”, mas sim um “Shanismo”. Segundo Shanin, Chayanov não se preocupou com as variações das populações camponesas, mas apenas em entender as razões de sua existência e seus mecanismos internos de funcionamento (ALVES e LIMA, 2018).

Justamente, a abordagem de Shanin enfatiza a heterogeneidade dos camponeses, assinalando a diversidade de formas que o campesinato pode assumir, em lugares diferentes ou no interior do mesmo recorte espacial e ainda ao longo do tempo.

Para começar, “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Dentro da mesma aldeia, o rico e o pobre, o proprietário de terras e o arrendatário, o chefe do grupo doméstico e um “braço” contratado romperão, muito frequentemente, qualquer continuidade de gradações regulares. Também a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive “o mesmo” poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos (SHANIN, 2005, p.1-2).

Como o campesinato não é uma realidade estática, para Shanin (2005), sua compreensão deve ocorrer dentro da perspectiva da mudança. Além disso, o autor chama a atenção para as formas de uso e generalizações em torno do conceito de camponês, inclusive dentro do marxismo. Para não perderem sua capacidade explicativa as teorizações não devem se afastar das dimensões empíricas, pois a realidade é mais complexa que as abstrações conceituais.

Em sua fala durante o III Simpósio Internacional e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária, realizado na Universidade Estadual de Londrina em 2007, Shanin apresentou sua definição de campesinato, assentada nos seguintes elementos: “terra, vila [ou comunidade rural], economia camponesa e a condição de classe inferior na sociedade, sendo a classe mais baixa da sociedade”, porém, afirmou que é possível

encontrar grupos camponeses com apenas três dessas quatro características (SHANIN, 2008, p.33).

Dessa forma, para Shanin a especificidade camponesa resulta da interdependência e da combinação entre esses elementos: “o cultivo da terra; a unidade de produção familiar; a comunidade de aldeia como unidade básica de organização social e sua posição como classe mais baixa da sociedade”. Porém, o princípio fundamental que norteia a dinâmica camponesa é a unidade de produção familiar (MARQUES, 2008, p. 51).

Portanto, considerando o campesinato como “um modo de vida” e como resultado de “uma combinação de vários elementos”, a economia familiar é apontada como o elemento mais significativo para a compreensão dos camponeses

Eu acredito que a unidade de análise mais eficaz para entender o campesinato é a unidade familiar, que é a unidade que liga a família à terra, que nem sempre é propriedade da família camponesa. O que importa não é ser dono ou arrendatário da parcela, mas quem utiliza a terra (SHANIN, 2008, p.45).

Ressalta-se que é exatamente nessa ênfase dada a unidade de produção familiar, como princípio norteador da unidade camponesa, que se evidencia o alinhamento de Shanin ao pensamento de Chayanov (MARQUES, 2008).

Para Shanin, as históricas dificuldades conceituais para a definição de campesinato resultam da sua dualidade, pois é, ao mesmo tempo, uma classe social, geralmente dominada pelas demais classes e um modo de vida, uma sociedade diferente e autossuficiente (MARQUES, 2008).

Quanto à questão da autossuficiência, esta é apontada pelo teórico para justificar a necessidade de controle político dos governantes sobre estes, embora tal característica venha sendo gradualmente dissolvida em função da influência da mídia, da igreja, da escola e demais instituições ideológicas, responsáveis por difundir valores gerais para toda a sociedade. Por causa disso, a cooptação tem sido o principal meio de domínio político exercido sobre os mesmos (MARQUES, 2008).

Sobre as transformações da agricultura camponesa no capitalismo, diferentemente da abordagem de Lênin que previa apenas os processos de diferenciação e polarização social, Shanin aponta a ocorrência de três processos distintos: Diferenciação, pauperização e marginalização. Esses processos, por sua

vez, se dariam em função das diversidades locais na relação entre o campesinato e o capitalismo.

No caso da transformação capitalista da agricultura parece ocorrer não uma, mas três tendências principais, simultaneamente em diferentes regiões e partes do mundo e, às vezes, dentro da mesma sociedade. Chamaremos essas tendências de processos de diferenciação, pauperização e marginalização (SHANIN, 2005, p.8).

Embora reconheça a relevância do processo de diferenciação³ na transformação capitalista da agricultura camponesa, Shanin (2005, p.8) afirma que esse processo não é “um padrão de desenvolvimento exclusivo e incontestavelmente necessário”.

Desse modo, outro ponto crucial do pensamento de Shanin é sua oposição às teses, clássicas e contemporâneas, que pregam o desaparecimento do campesinato frente à expansão capitalista

[...] sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês (SHANIN, 2005, p.9).

Para Shanin (2005), os camponeses não desaparecem completamente, embora não permaneçam estruturalmente como antes. Tampouco há um processo generalizado de proletarização, como previsto pelos teóricos clássicos do capitalismo.

Por fim, Shanin (2005), ao discorrer sobre as diversas concepções teóricas sobre o campesinato, mostra que o mesmo pode ser entendido sob três diferentes perspectivas: como um modo de produção; como um tipo de sociedade e ainda como uma classe social. A escolha da categoria conceitual irá depender do tipo e dos objetivos da análise pretendida. Porém, no contexto da análise marxista e na perspectiva política, o campesinato é entendido como classe social.

³ Diferenciação no sentido marxista clássico, com a desintegração do campesinato e a formação de duas classes distintas no campo: capitalistas rurais versus proletariado.

Quando a análise política imediatamente relevante reconheceu o lugar dos camponeses, estes se transformaram, de derivações e deduções, em exércitos e atores; e, simultaneamente, admitiu-se, cada vez mais, a autonomia analítica relativa da classe com relação ao(s) modo(s) e/ou sociedade a que se vincula. Os camponeses tornaram-se, de fato, uma classe, mesmo “dentro de um país capitalista” – citando o Lênin pós-1906 (SHANIN, 2005, p.15).

Embora reconheça o campesinato enquanto classe social, Shanin (2005, p.16) enfatiza que “os camponeses “são” uma classe, uma economia, uma part-society e, além disso, outras “coisas” que ainda não conceituamos” e que por isso os conceitos devem ser selecionados a partir da definição de uma problemática.

Entre os pontos destacados da abordagem de Shanin, a permanência do campesinato frente ao avanço capitalista no campo, sua heterogeneidade e definição enquanto modo de vida e classe social, são alguns dos elementos incorporados por muitos teóricos agrários brasileiros, sobretudo pelos geógrafos.

1.2.3 O pensamento de Jan Douwe Van der Ploeg

O sociólogo holandês Jan Douwe Van der Ploeg é um dos mais notórios nomes entre os pesquisadores contemporâneos do campesinato e suas teses muito influenciam os geógrafos brasileiros.

Segundo Bosetti (2012) a compreensão e análise da presença camponesa no século XXI pode ser realizada a partir da perspectiva teórica chayanovista da economia camponesa ou do cenário de crise do modelo de desenvolvimento da chamada agricultura produtivista. Nesta definição, a análise realizada por Ploeg é apontada como a principal referência do segundo modelo de estudos.

Tal crise, na visão de Ploeg, resultaria da “inter-relação entre natureza, sociedade, agricultura e os atores envolvidos”, sendo dimensionada a partir de questões de mercado, preços e renda, na esfera dos agentes; na degradação do meio ambiente pela agricultura, na esfera agroambiental; e na quantidade, qualidade e distribuição dos produtos produzidos frente às demandas sociais no que tange a esfera social (PLOEG, 2008 apud BOSETTI, 2012, p. 23).

Assim, a tese central da análise de Ploeg é a de que

[...] a ascensão do que ele denomina de império (grandes corporações controlando a agricultura via mercado), como princípio orientador do processo produtivo na agricultura contemporânea na distribuição e no consumo de alimentos, bem como os processos extremos de degradação ambiental e de desigualdade social no campo, acaba produzindo formas alternativas a este modelo (PLOEG, 2008 apud BOSETTI, 2012, p. 23).

Uma dessas formas alternativas é justamente a agricultura camponesa, cuja especificidade produtiva é responsável por assegurar sua sobrevivência em pleno século XXI (BOSETTI, 2012).

A leitura de Ploeg (2006; 2009) está assentada na existência de três modelos produtivos no campo: a agricultura capitalista, caracterizada pelo trabalho assalariado e por estar essencialmente voltada para o mercado; a agricultura empresarial, desenvolvida a partir dos processos de modernização (artificialização) da agricultura, que embora incorpore formas familiares (onde o trabalho é familiar e não assalariado), apresenta uma lógica mercantil e a agricultura camponesa, definida por sua maior autonomia em relação ao mercado (característica particularmente favorável em momentos de crise) e maior proximidade com a natureza. Embora distintos, o autor considera a existência de sobreposições e intrincamentos entre os modelos.

Além disso, tanto a agricultura empresarial quanto a agricultura camponesa podem ser consideradas formas de produção familiar. Desse modo, as principais diferenças entre eles estariam em dois aspectos centrais: o grau de dependência industrial e financeira e a relação com o meio natural, conforme Ploeg (2009)

A principal diferença entre as duas últimas formas é que a agricultura camponesa é fortemente baseada no capital ecológico (especialmente a natureza viva), enquanto a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza. Insumos e outros fatores artificiais de crescimento substituem os recursos naturais, o que significa que a agricultura está sendo industrializada. Ao mesmo tempo, a dependência do capital financeiro torna-se a principal característica da agricultura empresarial, favorecendo a economia de escala e rápidos (embora frequentemente parciais) aumentos de produtividade. (PLOEG, 2009, p.17)

Antes de tratar das especificidades do modelo camponês de produção é preciso ressaltar que Ploeg (2006; 2009) faz uma diferenciação entre os conceitos de “condição camponesa” e “modo de produção camponês”, que juntos, constituem a agricultura camponesa.

A condição camponesa refere-se ao conjunto das relações sociais do campesinato na sociedade, sendo marcada, sobretudo, pela luta por autonomia. É a

partir dessas relações sociais, por sua vez, que se estrutura o modo de produção camponês.

A agricultura camponesa (ou o modo de produção camponês) tem origem e está imersa nessa condição. A condição camponesa consiste na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação (PLOEG, 2009, p.18).

Quanto a unidade produtiva camponesa, propriamente, Ploeg (2006) aponta as seguintes características: 1. Apresenta uma base de recursos limitada – por causa da origem e da reprodução intergeracional, que leva a divisão dos recursos disponíveis por unidade de produção. 2. Abundância de trabalho (mão-de-obra familiar) concomitantemente a escassez de objetos de trabalho (terra, animais). 3. A base de recursos não é separada em elementos opostos e contraditórios (como trabalho e capital, ou trabalhos manual e intelectual), de modo que os recursos sociais e materiais representam uma unidade orgânica na qual os recursos materiais são considerados objetos e instrumentos de trabalho e não como capital. 4. Centralidade do trabalho. 5. A menor dependência da unidade de produção camponesa em relação ao mercado (maior autonomia). 6. O modo de produção camponês é basicamente orientado para a busca de criação de valor agregado e de empregos produtivos, opondo-se aos modelos capitalista e empresarial que estão voltados para a ampliação da rentabilidade e do lucro.

Outra característica muito importante ressaltada por Ploeg (2006) é o grande potencial de geração de empregos produtivos no modelo camponês, fator estratégico que deveria ser considerado para a formulação de políticas públicas em todo o mundo.

Essa variável, geração de empregos agrícolas, é uma característica muito destacada pelos geógrafos brasileiros ao defenderem a necessidade de políticas públicas destinadas aos agricultores camponeses.

Ploeg (2006) apresenta ainda o conceito de recampesinização, que, segundo o autor, une duas dimensões analíticas: a qualitativa e a quantitativa. Do ponto de vista qualitativo a recampesinização envolve a transformação de indivíduos, vindos de outras condições, em camponeses, é o entrar na condição camponesa e no modo de produção camponês. Dessa dimensão deriva a segunda, a quantitativa, que se refere ao aumento do número de camponeses.

Estudar a recampesinização é importante por três grandes motivos: Primeiro por sua importância teórica, pois nas teorias econômicas e nas abordagens marxistas está é uma tendência praticamente descartada, considerada impossível e que representaria uma regressão. Segundo, devido a pertinência modo de produção camponês para o enfrentamento dos chamados problemas globais, como desemprego, fome, escassez de alimentos, insustentabilidade, consumo excessivo de energia⁴, entre outros (PLOEG, 2006).

E por último porque estaria em curso, em escala global, um processo de recriação camponesa, nas palavras do autor, “porque em todos os lugares do mundo as pessoas (entre elas, muitos jovens) estão se reconstituindo como camponeses” (PLOEG, 2006, p. 44).

Embora sua discussão esteja centralizada no processo de recampesinização, Ploeg (2006) também reconhece a ocorrência do processo de descampesinização⁵ e aponta que ambos podem ocorrer simultaneamente (mesmo tempo e espaço) e ainda estarem interligados de modo complexo.

Quanto a recampesinização, no caso europeu, este processo, seria uma forma de resposta dos agricultores ao cenário pouco promissor da agricultura moderna, caracterizado pelo aumento dos custos produtivos, pelas incertezas econômicas do contexto da globalização e de crescente controle exercido sobre eles pela agroindústria e pelo Estado (PLOEG, 2006).

Trata-se de um processo através do qual a autonomia é novamente criada, uma autonomia que é simultaneamente convertida em novas formas de desenvolvimento, em novo valor agregado e maior rentabilidade, bem como em novas oportunidades de emprego e maiores níveis de autonomia (PLOEG, 2006, p. 44).

O processo de recampesinização, segundo Ploeg (2006, p.44-45) está centrado na busca por maior autonomia e se caracterizaria, na Europa, pela adoção das seguintes alternativas produtivas: 1.Criação de novos produtos/serviços e conseqüentemente novos mercados e novos circuitos mercantis. 2. Busca por distanciamento em relação aos principais mercados de insumos (uso de recursos alternativos aos produzidos pelas agroindústrias. 3. A reconexão da agricultura com a

⁴ O autor não apresenta nenhuma evidência empírica para confirmar esses pressupostos.

⁵ No caso da avicultura industrial, objeto de análise desta pesquisa, um processo de descampesinização estaria em curso ou já haveria se consolidado?

natureza. 4. Pluriatividade⁶. 5. Novas formas de cooperação local (redução da dependência da agricultura ao capital financeiro e industrial). 6. Aperfeiçoamento na conversão de insumos em produtos (reintrodução da artesanidade).

De acordo com Ploeg (2006), essas tendências formariam o escopo do processo de recampesinização ou o que outros autores chamam de desenvolvimento rural ou ainda de criação de multifuncionalidade e estaria em curso, em diferentes escalas, com o emprego de uma ou mais respostas, entre cerca de 80% dos agricultores europeus.

Por fim, Ploeg (2006) ressalta que o processo de recampesinização não é simplesmente um “retorno ao passado”, mas “uma ativa reconstituição de relações e elementos (velhos e novos, materiais e simbólicos) que ajudam a encarar o mundo moderno, mas em muitos aspectos grosseiro e cruel, de forma mais adequada e atrativa”.

Neste contexto, o papel dos cientistas sociais é de grande relevância, cabendo a eles dar visibilidade a este processo de emancipação que a recampesinização representa e elaborar os fundamentos teóricos adequados, inclusive uma reconceitualização do camponês, para a análise (PLOEG, 2006).

Do quadro conceitual traçado por Ploeg (2006;2009) três aspectos são particularmente significativos e foram incorporados no atual debate geográfico brasileiro. O primeiro deles diz respeito a importância econômica e social dos camponeses, sobretudo em relação a sua participação na produção de alimentos e geração de empregos no campo.

Em termos quantitativos, os camponeses são a maior parcela, se não a maioria esmagadora da população agrícola do mundo. É enorme e indispensável sua contribuição para a produção de alimentos, a geração de emprego e renda, a sustentabilidade e o desenvolvimento de modo geral (PLOEG, 2009, p.17).

⁶ É importante ressaltar que o entendimento de Ploeg sobre a pluriatividade é diferente da abordagem comumente encontrada no Paradigma do Capitalismo Agrário. Enquanto os autores deste paradigma costumam associar a pluriatividade a ineficácia de geração de renda do estabelecimento produtivo, que compeli os agricultores a buscarem outras formas de ocupação, na leitura de Ploeg a pluriatividade é um elemento positivo, associada a diversificação e a autonomia das unidades camponesas e responsável por criar circuitos comerciais locais que, por sua vez, aumenta a renda das famílias e fortalece a economia local (PAULINO, 2008).

Essas características, principalmente o papel decisivo do campesinato para a produção de alimentos, têm sido apontadas nas pesquisas nacionais, por meio de análises dos censos agropecuários, para subsidiar as discussões sobre a importância do campesinato para a soberania alimentar brasileira.

O segundo elemento a ser destacado, do quadro teórico desenvolvido por Ploeg, é o processo de recampesinização através dos movimentos sociais de luta pela terra. A luta por autonomia, que supõe o controle de uma fração de terra, é uma característica dos camponeses apontada por Ploeg.

Diversos geógrafos afirmam que na atuação dos movimentos sociais de luta pela terra ocorre um processo de recriação do campesinato. Aliás, o próprio Ploeg (2006) ressalta a atuação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na recampesinização brasileira.

Por fim, o terceiro aspecto a ser ressaltado diz respeito a associação entre o modo de produção camponês e a sustentabilidade ambiental. Muitos teóricos, como Ploeg, ressaltam a valorização da natureza (base de recursos naturais) nas práticas camponesas.

As economias camponesas, assim como muitas economias informais urbanas, possuem um padrão em que os recursos naturais (terra, água, animais, madeira, combustível, etc.) são escassos e não têm um caráter mercantil. Então, há uma forte tendência para sua conservação e proteção. Esse é um contraste marcante em relação aos processos produtivos estruturados nos moldes do Império. Nestes, os animais, por exemplo, são objetos descartáveis, enquanto nas economias camponesas eles são recursos preciosos e zelosamente cuidados (PLOEG, 2009, p. 29).

O campesinato (entendido nesse campo teórico como sinônimo de agricultura familiar) aparece ainda como protagonista de formas alternativas (sustentáveis) de produção rural, como, por exemplo, o modelo agroecológico⁷.

A agroecologia é entendida por Ploeg (2009) como uma forma de resistência (intervenção na organização do trabalho e da produção) adotada pelo campesinato frente o modelo dominante (capitalista) de produção.

⁷ De modo geral, a agroecologia pode ser entendida como “uma agricultura sem agrotóxicos, sem a poluição dos rios, dos solos e, mais que isso, visa resgatar e fortalecer valores como a cooperação e a ajuda mútua entre os camponeses (RIBEIRO; MENDONÇA; RODRIGUES, 2012, p.6).

A resistência é encontrada em uma ampla gama de práticas heterogêneas e crescentemente interligadas, por meio das quais o campesinato se constitui como essencialmente diferente. Essas práticas só podem ser entendidas como uma expressão, se não como uma materialização, da resistência (PLOEG, 2009, p. 26-27).

Seguindo a mesma tendência, no contexto brasileiro o campesinato tem sido fortemente destacado em pesquisas que envolvem modelos alternativos de produção no campo (agricultura orgânica e agroecológica; uso de sementes crioulas⁸, etc.) e que se pautam pela dualidade campesinato versus agronegócio, muito comum nas análises geográficas.

Para opor o modelo camponês ao agronegócio ressaltam-se variáveis tais com a proximidade com a natureza, menor impacto ambiental, redução do uso de agrotóxicos, produção de alimentos mais saudáveis, entre outros.

Logo, a pauta ambiental, através das discussões sobre práticas sustentáveis, ganhou assim, espaço decisivo no debate teórico sobre os processos de recriação do campesinato.

1.3 AS LEITURAS GEOGRÁFICAS DOMINANTES SOBRE O CAMPESINATO

Nesta seção serão apresentadas as principais concepções teóricas, em torno da categoria campesinato, que norteiam o pensamento dos geógrafos agrários brasileiros, sob a perspectiva do paradigma da questão agrária.

Para esta análise foram escolhidos os geógrafos Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes, pela notoriedade e influência de suas obras

⁸ Algumas pesquisas associam o uso de sementes crioulas, por exemplo, a outra importante característica do campesinato, a autonomia: "Atualmente, o campesinato permanece como um meio de produção de alimentos se contrapondo ao modelo do agronegócio. O modo com que o camponês produz seu alimento. As sementes crioulas representam uma forma de autonomia dessas populações, pois são obras da natureza e configuram experiências camponesas e indígenas historicamente construídas. Elas são uma criação coletiva dos povos que reflete a história especialmente das mulheres que foram as primeiras a cultivarem as sementes, sendo que garantiram através da história sua permanência e se tornaram suas principais guardiãs. As sementes crioulas são fundamento e produto de culturas e sociedades através da história. Nelas se incorporam valores, afetos, visões, mitos, e formas de vida que ligam ao âmbito do sagrado. Nesse sentido as sementes crioulas constituem um meio de sustento e soberania das Comunidades Camponesas e dos povos, garantindo a construção histórica e cultural." (RIBEIRO; MENDONÇA; RODRIGUES, 2012, p. 3). Além da autonomia, as sementes crioulas são consideradas formas de resistência da agricultura camponesa, como encontramos na discussão de Pereira e Dal Soglio (2013), por sua vez, embasada nos pressupostos teóricos sobre as formas de resistência do campesinato apresentadas por Ploeg (2009).

neste campo temático e a geógrafa Eliane Tomiazi Paulino, cujas análises sobre a agricultura camponesa, também são direcionadas ao estado do Paraná, recorte espacial desta pesquisa.

1.3.1 A visão de Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Um dos maiores nomes da geografia agrária brasileira é o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, cujos trabalhos estão centrados no paradigma da questão agrária. Vejamos, a seguir, os principais elementos que norteiam o pensamento de Oliveira sobre o campesinato.

Primeiramente serão destacados os principais pressupostos do autor sobre a expansão do capitalismo no campo e suas consequências no território brasileiro. E, no segundo momento, serão elencadas as características da agricultura camponesa e do campesinato no Brasil, segundo Oliveira.

O primeiro pressuposto defendido por Oliveira (2001, p.185) é de que o desenvolvimento capitalista moderno ocorre de forma desigual e contraditória, “parto do princípio de que o desenvolvimento do capitalismo – e a sua consequente expansão no campo – se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural”. Seu entendimento, portanto, se opõe ao dos teóricos que acreditam que a característica central do capitalismo moderno é “a expansão homogênea, total e absoluta do trabalho assalariado no campo”.

Esse desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo significa que o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção, o que justifica a permanência e mesmo, segundo o próprio Oliveira (2001), a expansão do campesinato.

O segundo pressuposto pode ser considerado uma derivação do primeiro, pois é uma consequência, no território brasileiro, do desenvolvimento desigual do capitalismo. Trata-se da expansão do trabalho assalariado no campo, em culturas específicas, como nas lavouras de cana-de-açúcar, laranja e soja, simultaneamente ao desenvolvimento da produção camponesa em outros nichos produtivos. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura camponesa pelo capital, por sua vez, permite afirmar que o camponês é fruto do próprio capitalismo, isto é, “o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele” (OLIVEIRA, 2001, p.185).

E o terceiro pressuposto defendido por Oliveira (2001) é o chamado caráter rentista do capitalismo no Brasil, uma consequência do desenvolvimento da produção capitalista, que no caso brasileiro ocorreu, primordialmente, “pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra” (OLIVEIRA, 2001, p.186).

Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários (OLIVEIRA, 2001, p.186).

Para Oliveira (2001, p.187) a grande concentração fundiária que ocorre no Brasil é fruto de uma dinâmica específica, do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista ocorrido internamente, que mescla aspectos de modernidade com elementos arcaicos, e não algo atípico da lógica capitalista, “um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no verso e outra atrasada no reverso”.

No Brasil as grandes propriedades rurais funcionam como reserva de valor e também como reserva patrimonial, garantindo, desse modo, tanto o acesso ao sistema de financiamentos bancários quanto ao sistema de políticas de incentivos governamentais. É por essa dupla finalidade que as terras encontram-se extremamente concentradas (OLIVEIRA, 2001).

Considerando que, historicamente, o Brasil é marcado pela concentração fundiária, Oliveira (2001) afirma que os camponeses nunca representaram um entrave ao desenvolvimento do capitalismo no campo, visto que estes, praticamente, nunca tiveram acesso à terra.

Desse modo, a luta dos camponeses no país ocorreria em duas frentes: primeiro pelo acesso à terra e depois pela permanência na mesma. “São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas”⁹ (OLIVEIRA, 2001, p.189).

Além disso, é preciso ressaltar que no capitalismo, diferentemente do processo de sujeição do trabalho ao capital que ocorre na indústria, na agricultura ocorre um processo de sujeição da renda da terra ao capital, o que pode ocorrer por

⁹ Essa afirmação nos permite inferir que Oliveira (2001) não considera o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, criado em 1995, como uma política relevante de apoio aos agricultores camponeses no Brasil.

duas vias, pela compra e venda da terra ou pela subordinação da produção camponesa. No último caso, sem que necessariamente ocorra a expropriação da terra (meio de produção) do camponês, pois sua sujeição ao capital pode se dar de outras formas, como por meio da atuação estatal, do capital bancário e dos monopólios de comercialização (OLIVEIRA, 2001).

Portanto, o modo de produção não capitalista, representado pelo campesinato, é uma das contradições do capitalismo. Mas quem são os camponeses brasileiros? Quais características unem os diferentes atores sociais enquadrados dentro da diversidade da classe camponesa?

Para essa caracterização, Oliveira (2007, p.41) adota como referência os atributos apresentados em trabalho de Tavares dos Santos (1978), elencando os nove elementos estruturais da produção camponesa, conforme apresentado a seguir: **1. A força de trabalho familiar** – na unidade camponesa a família exerce o papel de trabalhador coletivo. **2. A ajuda mútua entre os camponeses** – por não possuírem recursos financeiros para a contratação de trabalhadores assalariados, em determinados períodos, quando uma força de trabalho extrafamiliar é necessária, adotam-se práticas de ajuda mútua, como mutirão e troca de dias de trabalho entre os camponeses. **3. A parceria** – também decorrente da escassez de recursos financeiros para a contratação de trabalhadores assalariados, essa estratégia aparece sob duas formas distintas: como mecanismo de divisão de custos e ganhos e ampliação da área de cultivo (e da renda) entre os camponeses ou como instrumento da produção capitalista para reduzir o custo de remuneração dos trabalhadores. **4. O trabalho acessório** – refere-se a transformação periódica do camponês em trabalhador assalariado para auferir uma renda monetária suplementar. **5. A jornada de trabalho assalariada** – adotada em momentos pontuais do ciclo produtivo, mas que pode tornar-se permanente, estabelecendo-se uma combinação entre as forças de trabalho familiar e assalariada. **6. A socialização do camponês** – meio de iniciação das crianças na divisão social do trabalho do estabelecimento produtivo, “quando criança camponesa é pequena, brinca com miniaturas dos instrumentos de trabalho; quando é criança crescida, já trabalha com esses instrumentos”. **7. A propriedade da terra** – a propriedade familiar camponesa, diferentemente da propriedade privada capitalista, onde a terra constitui-se meio de exploração do trabalho alheio, configura-se como um instrumento de trabalho pertencente ao próprio trabalhador (terra de trabalho), podendo ainda estar organizada de três formas: como

camponês proprietário, como camponês-rendeiro ou como camponês-posseiro. **8. A propriedade dos meios de produção** – com exceção da terra, parte dos meios de produção são mercadorias adquiridas e outra parte produzida pelos próprios camponeses. Porém, a necessidade de aquisição de mercadorias, como os próprios instrumentos de trabalho, gera uma subordinação do camponês ao capital que, além disso, vende insumos caros, embora pague preços baixos pela produção. **9. A jornada de trabalho** – sem a rigidez de horário da produção capitalista, a jornada de trabalho camponesa sofre variações em função do produto cultivado e do período do ano. Desse modo tanto é possível desempenhar uma atividade fora do estabelecimento ou produzir instrumentos de trabalho em períodos de pouca demanda como trabalhar por longas jornadas em épocas de trabalho intenso.

Além desses elementos é preciso citar ainda um importante diferencial entre a agricultura camponesa e a agricultura capitalista. Enquanto a agricultura capitalista se assenta na busca pelo lucro médio, a produção camponesa se pauta na sobrevivência, por isso parte da produção agrícola é consumida pela família (subsistência imediata) e apenas o excedente comercializado, configurando-se assim uma circulação simples de mercadorias, cujo objetivo é assegurar a sobrevivência da unidade familiar (OLIVEIRA, 2007).

Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D — M — D$ na sua versão simples, e $D — M — D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M — D — M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Portanto, a dinâmica camponesa é marcada por relações não capitalistas de produção, sendo que a expressiva presença de camponeses na agricultura dos países capitalistas é explicada, segundo Oliveira (2007, p.40) pelo desenvolvimento contraditório do próprio capitalismo. “A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução”.

Desse modo é equivocado pensar o campesinato como um resquício feudal, pois sua origem remontaria justamente ao período de transição entre a agricultura

feudal e o capitalismo, sendo, pois fruto de um processo de adaptação da produção camponesa (OLIVEIRA, 2007).

Quanto à reprodução da produção camponesa, Oliveira (2007) afirma que esse processo ocorre de maneira simples, pois “o camponês repõe, a cada ciclo da atividade produtiva, os meios de produção e a torça de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva”, o que pode acontecer tanto através da produção direta quanto através da troca monetária.

Por sua vez, o acúmulo de dinheiro, fruto do trabalho familiar e que ocorre quando o camponês já se encontra em situação favorável no mercado, possibilitará a reprodução dos filhos como camponeses, processo que Oliveira (2007) chama de reprodução ampliada do campesinato.

A diferenciação interna do campesinato, por sua vez, ocorre a partir desses dois mecanismos de reprodução, e suas variações internas, associado às diferentes formas de conexão com os, já apontados, elementos estruturais da produção camponesa (OLIVEIRA, 2007).

Essa diferenciação, por sua vez, pode acarretar diferentes leituras e projeções para esse produtor, caso dos farmers americanos, diferenciado, por alguns autores, do camponês europeu e latino-americano justamente por se encontrar em um estágio de transição entre o modelo camponês e o capitalista. Outros teóricos, no entanto, entendem que o acúmulo, fruto da combinação entre trabalho familiar e assalariado desses produtores, intensifica a produção e eleva a produtividade do trabalho camponês (OLIVEIRA, 2007).

Finalmente, vejamos os três elementos fundamentais da reprodução dinâmica camponesa, apontados por Oliveira (2007): 1: Os proprietários de terras; 2. O Estado e 3. As Cooperativas.

Os proprietários de terras criam, contraditoriamente, as condições para a reprodução do camponês-proprietário por causa da especulação com a “terra-mercadoria” (loteamentos e projetos de colonização agrícola, por exemplo). O Estado, por sua vez, atua na reprodução camponesa por meio de duas frentes: na distribuição de terras em projetos de reforma agrária ou de colonização e na promoção de políticas que assegurem a reprodução camponesa, como fixação de preços mínimos agrícolas e cotas de produção. Já a formação de cooperativas é um mecanismo de fortalecimento da produção camponesa porque permite as vantagens da compra e venda em escala (OLIVEIRA, 2007).

Sobre o papel desses mecanismos, no contexto brasileiro atual, é importante considerar alguns aspectos. No que diz respeito a atuação dos proprietários de terras é preciso considerar que esses projetos privados de loteamento e colonização são mais viáveis nas áreas de fronteira agrícola (menor preço da terra; deficiência nos mecanismos de fiscalização e regulação burocrática, incluindo a prática de grilagem), o que pode representar uma limitação espacial para a dinâmica de reprodução camponesa por essa via.

Quanto ao papel do Estado, esse pode variar em função dos atores políticos do momento, suas agendas de interesses ou mesmo viés ideológico, é o que se observou no país em relação à reforma agrária, por exemplo, com a retração dos projetos nessa área nos últimos anos.

E ainda as características de grande parte das cooperativas agrícolas, sobretudo na Região Sul do país, que agregam produtores de commodities (soja; milho; aves e suínos), além de muitos integrados verticalmente a agroindústria. Desse modo, embora incorporem o pequeno produtor, esse, por sua vez, possui um perfil diferenciado da produção camponesa, que segundo autores como o próprio Ariovaldo U. de Oliveira, se assenta, sobretudo, na produção para o mercado interno, ou seja, em nichos de produção e mercado diferenciados.

Esses apontamentos podem indicar uma limitação para o processo de reprodução do modo de produção camponês no Brasil, senão em todo o território nacional, em grande parte dele.

Dessa forma, estariam os camponeses brasileiros fadados ao desaparecimento nas próximas décadas?

A resposta para essa indagação, segundo Ariovaldo U. de Oliveira, é não. Para ele, assim como para a maioria dos geógrafos agrários brasileiros, aqueles que trabalham sob o paradigma da questão agrária, é a luta pela terra que assegura a reprodução da identidade camponesa.

Ainda que, ao longo de toda a história agrária brasileira, a violência seja, segundo Oliveira (2007) a principal característica dos conflitos por terra, a luta dos camponeses por acesso a terra continua e com essa luta, a própria reprodução contraditória do campesinato no capitalismo também.

Nesse sentido, os movimentos sociais de luta pela terra, como o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por exemplo, ganham destaque nas

análises sobre a questão agrária brasileira, como demonstrado nos trabalhos de Ariovaldo U. de Oliveira.

Está é a razão principal sobre a necessidade urgente de se compreender a luta camponesa pela terra, e no seu interior, é inegável que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocupa lugar de destaque. O MST como o movimento soci-territorial rural mais organizado no final do Século XX e início do Século XXI, representa no conjunto da história recente deste país, mais um passo na longa marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra (OLIVEIRA, 2007, p. 139).

Os movimentos sociais, ao organizarem a luta dos camponeses, acabam se tornando, em grande parte, responsáveis pela manutenção e reprodução do próprio campesinato. Seguindo esse raciocínio, admite-se que o campesinato continuará existindo, pois enquanto houver resistência (luta pela terra), haverá camponeses.

Essa luta camponesa, segundo Oliveira (2007), apresenta um viés novo e moderno, pois não se trata de lutar para não deixar a terra, mas sim de lutar para entrar nela. Por isso, segundo essa leitura, é possível incluir os de trabalhadores urbanos (os pobres ou expropriados da cidade) na classe camponesa.

Trata-se, pois, de uma luta de expropriados, que na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, pois, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas revela muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível hoje, a construção de uma nova sociedade (OLIVEIRA, 2007, p. 139).

Admite-se que o campesinato não é uniforme, podendo incluir até mesmo trabalhadores urbanos, mas o elemento aglutinador desta diversidade camponesa é o vínculo com a terra. Tanto que quando expropriados, os camponeses buscam alternativas para voltar a terra, como, por exemplo, a migração (OLIVEIRA, 2001; 2007).

O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações (OLIVEIRA, 2007, p. 11)

Embora apresente elementos estruturais para a identificação da agricultura camponesa, nas suas análises estatísticas, Oliveira (2007, p. 151) faz apenas uma associação entre a exploração agropecuária em pequenos estabelecimentos ao campesinato, de forma que pequena produção, agricultura familiar e agricultura camponesa acabam sendo tratados como sinônimos, como no trecho “Foi diante desta realidade que o II Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula destacou o importante papel da pequena agricultura familiar camponesa na agricultura brasileira”.

Dessa característica deriva ainda a associação entre a produção camponesa (familiar) e a segurança alimentar, visto que uma parte significativa da produção de alimentos no Brasil ocorre nas pequenas propriedades rurais, automaticamente associadas ao campesinato.

Por fim, é preciso destacar a visão dualista do campo brasileiro. O trabalho de Ariovaldo U. de Oliveira é marcado pela oposição entre campesinato (pequena produção; agricultura familiar) e agronegócio (agricultura patronal).

Em suas discussões sobre as características da produção camponesa (familiar) e da agricultura empresarial (agronegócio), a leitura de Oliveira se assenta na associação entre modelo produtivo e tamanho da propriedade, que como será demonstrado a diante, não é unânime entre os teóricos do espaço rural.

Sobre o agronegócio, especificamente, e sua polarização com o campesinato, a leitura dominante na geografia agrária, compatível com a visão do próprio Ariovaldo U. de Oliveira, também será apresentada e debatida em uma seção do próximo capítulo.

1.3.2 A visão de Bernardo Mançano Fernandes

No âmbito da geografia, outro expoente da temática agrária brasileira é o professor Bernardo Mançano Fernandes, que, entre outros temas ligados ao paradigma da questão agrária, trata da diferenciação teórica entre o campesinato e a agricultura familiar, da oposição (conflitualidades) entre a produção camponesa e o agronegócio (território camponês x território do agronegócio) e da relevância de uma política de reforma agrária em favor do campesinato no Brasil.

Segundo Fernandes (2004), observa-se nos trabalhos acadêmicos uma expressiva diferenciação entre os pesquisadores que adotam o conceito de agricultura

familiar e aqueles que empregam o conceito de camponês. Enquanto os primeiros não usam o termo camponês, o segundo grupo pode adotar a expressão agricultura familiar para fazer referência a forma de organização do trabalho e mesmo expressões como pequeno produtor e pequeno agricultor.

No entanto, ressalta o autor, é necessária uma boa demarcação do campo teórico empregado, tendo em vista que muitos trabalhos utilizam esses termos como sinônimos de agricultura familiar.

No caso dos trabalhos de Fernandes, é explícita sua associação ao paradigma da questão agrária, sendo seu entendimento sobre o desenvolvimento da agricultura no capitalismo (sujeição da renda da terra ao capital) e o processo de criação e recriação contraditórios do campesinato, alinhados ao pensamento de Ariovaldo U. de Oliveira, já apresentado na seção anterior.

A partir dessas considerações, a seguir, serão expostos alguns dos muitos aspectos debatidos por Fernandes sobre o campesinato brasileiro, dentro do paradigma da questão agrária.

Primeiramente é preciso demarcar as características da agricultura camponesa elencadas pelo autor. Segundo Fernandes (2013) o produtivismo não é um elemento da produção camponesa, por isso esse modelo não é adepto da monocultura e também não utiliza, predominantemente, insumos externos. Ao contrário, é na diversidade e nos usos múltiplos dos recursos naturais que se assenta seu potencial de produção de alimentos.

Uma ressalva importante, apresentada por Fernandes (2011) é o emprego da expressão “tradicional” para caracterizar a produção camponesa. A adoção deste termo pode ter conotação distinta, podendo tanto expressar a valorização da produção camponesa autêntica (que resiste ao capital), quanto denotar uma depreciação, quando considera esse modelo produtivo velho e atrasado e que precisa ser modernizado.

Ainda, segundo Fernandes (2013, p. 142) “Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores, a desigualdade é menor e por conseguinte os índices de

desenvolvimento estão entre os maiores”¹⁰. Fernandes considera o pequeno agricultor como sinônimo de agricultura camponesa.

Quanto à permanência da produção camponesa sob o regime capitalista, Fernandes (2013) aponta que uma significativa parcela dos referenciais teóricos evidencia que a existência do campesinato é consequência da luta dessa categoria contra os mecanismos de expropriação e de proletarização do capitalismo, por meio de um movimento de criação e recriação do campesinato no processo de diferenciação. Este processo, por sua vez, é contraditório, porque ocorre através da sujeição da renda da terra ao capital.

Desse modo, a formação do campesinato acontece simultaneamente pela exclusão/inclusão das condições de realização do trabalho familiar, na criação/destruição/recriação das relações sociais como a propriedade camponesa, a posse, o arrendamento, a meação, e a parceria. Ao mesmo tempo em que o capital destrói o campesinato em um lugar ele recria em outro. Ou no mesmo lugar em outro tempo. Dessa forma, pode-se compreender a destruição do campesinato pela territorialização do capital, bem como o processo de recriação do campesinato, onde o capital se territorializou. E isso acontece porque o campesinato, no processo de diferenciação, ao ser totalmente expropriado torna-se um assalariado, e ao se capitalizar pode se tornar um capitalista. E no interior desse processo, resistindo, se mantém como camponês, ou ainda nas regiões onde ocorreu a difusão e ou interiorização industrial, torna-se um camponês - assalariado. É da formação do campesinato que também se desenvolvem as relações capitalistas. Assim, o capital destrói e recria relações não capitalistas e também se desenvolve a partir de seu contrário, ou seja, das relações não capitalistas (FERNANDES, 2013, p. 125).

Dessa forma, o campesinato se encontra em um estado permanente de subalternidade ao capitalismo, que lhe explora e expropria por meio da renda capitalizada da terra. Essa sujeição da renda da terra ao capital faz com que os camponeses não consigam se apropriar da maior parte da riqueza produzida pelo seu trabalho. Assim, sem as condições vitais para seu desenvolvimento socioeconômico, as unidades familiares entram em decadência, gerando os processos de êxodo rural e a concentração da renda e da terra pelos capitalistas (FERNANDES, 2013).

É preciso destacar que essa visão de subalternidade do campesinato ao capitalismo é uma das características do paradigma da questão agrária, a qual o autor está alinhado (FERNANDES, 2011; 2013).

¹⁰ Essa afirmativa de Fernandes (2013) vai ser retomada e discutida no terceiro capítulo desta tese, cujo objetivo será debater e refutar alguns dos princípios que embasam o pensamento dos pesquisadores do paradigma da questão agrária sobre o campo brasileiro.

No Brasil, a dominação do capitalismo sobre o campesinato (subalternidade) é representada pela concepção de que o agronegócio é o único modelo de desenvolvimento possível para o campo, restando ao campesinato um papel de quase assalariado, dependente do agronegócio para sobreviver (FERNANDES, 2013).

A partir desse entendimento, Fernandes (2013) apresenta um importante questionamento: Se no capitalismo, o campesinato está submetido a um processo de subalternização, é preciso indagar se o camponês luta contra o capital ou se ele aceita essa condição (destino).

Para compreender essa questão é preciso considerar a velocidade em que ocorrem os processos de territorialização, tanto do capital quanto do campesinato. Fernandes (2013, p.125) considera que o capital expropria muito mais rápido do que recria, isto é, “a territorialização do capital é muito mais intensa que a territorialização do campesinato”. Por esta razão só restaria aos camponeses a resistência representada (organizada) pelos movimentos sociais.

A existência de movimentos sociais de luta pela terra, como o MST, por exemplo, evidencia que uma parcela desses trabalhadores resiste e luta contra o capital (FERNANDES, 2013).

Desse modo, associado ao processo de reprodução ampliada das contradições do capitalismo, Fernandes (2013) também afirma que a formação do campesinato ocorre por meio da luta pela terra.

A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação e ou recriação da relação social familiar ou camponesa. Este é o seu ponto forte, que gera a possibilidade da formação camponesa, da sua própria existência, fora da lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo. Este também é seu limite, porque não possui o controle político das relações econômicas (FERNANDES, 2013, p.228).

São esses dois processos de formação do campesinato que geram a conflitualidade que projeta diferentes modelos de desenvolvimento, sendo esta conflitualidade, resultado da oposição entre os interesses de classes (FERNANDES, 2013).

Um aspecto particular da obra de Fernandes é o emprego da categoria geográfica território (discutindo os tipos de territórios) e do conceito de movimentos socioterritoriais. Assim, o autor trabalha com os conceitos de território do campesinato ou território camponês em oposição à dinâmica do território do agronegócio e também

com o conceito de movimentos socioterritoriais para se referir aos movimentos de luta pela terra.

De acordo com Fernandes (2013, p.40) o território do campesinato é caracterizado pelos seguintes elementos: 'relações não capitalistas de produção (trabalho familiar), luta pela terra, assentamentos rurais, pequenas e médias propriedades, relações pessoais, trabalho acessório, diversidade na produção e produção majoritária para o mercado interno'.

Por seu turno, o território da luta pela terra também se territorializa, contraditoriamente à territorialização do agronegócio, sendo que este enfrentamento ocorre por meio das ocupações de terra e o consequente estabelecimentos dos assentamentos rurais (FERNANDES, 2013).

Essa luta se dá a partir da desterritorialização do campesinato pelo agronegócio a partir do processo de desapropriação sofrido pelo campesinato. A luta pela terra através das ocupações de terra é o principal instrumento utilizado pelos movimentos socioterritoriais para que tenham acesso a terra. A principal reivindicação desses movimentos é a realização da reforma agrária e a desapropriação de terras que não cumprem sua função social de produção e que praticam crimes ambientais e utilizam o trabalho escravo. A criação de assentamentos rurais é fruto direto da pressão realizada pelos movimentos socioterritoriais através das ocupações e outras manifestações de luta, tais como as marchas (FERNANDES, 2013, p.40).

Há, portanto, uma disputa territorial entre capital e campesinato, onde as propriedades camponesas e capitalistas formam territórios diferenciados, produzindo distintas relações sociais e modelos de desenvolvimento, de modo que ambos os territórios, enquanto distintos modelos de propriedades privadas, ainda disputam o território nacional (FERNANDES, 2013).

Quanto à caracterização dos modelos de desenvolvimento, Fernandes (2013, p.199) aponta a seguinte diferenciação. O modelo de desenvolvimento do campesinato ou agricultura familiar é definido pela "produção de policulturas, em pequena escala, com predominância do trabalho familiar, com baixa mecanização, em sua maior parte, com base na biodiversidade sem a utilização de agrotóxicos", enquanto que no modelo de desenvolvimento do agronegócio verifica-se "produção de monoculturas em grande escala, com trabalho assalariado, intensamente mecanizado e com utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas".

Já a diferença fundamental entre as formas de organização dos territórios do agronegócio e do campesinato é que enquanto no primeiro o território é organizado

para a produção de mercadorias, o segundo se estrutura para garantir a existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Essa diferença, por sua vez, se revela nas paisagens criadas, homogênea no agronegócio e heterogênea no território camponês (FERNANDES, 2013).

Outra diferença diz respeito à presença humana nos territórios, esvaziado no agronegócio e com grande presença de pessoas no camponês. “Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses” (FERNANDES, 2013, p. 203-204).

Neste mesmo quadro conceitual, Fernandes apresenta também uma discussão sobre os processos de territorialização e desterritorialização do modelo produtivo camponês e do agronegócio, escopo teórico associado ao processo de criação e recriação do campesinato apresentado por Ariovaldo U. de Oliveira.

As políticas neoliberais, segundo Fernandes (2013, p.212) tem papel de destaque no processo de “desterritorialização dos territórios não capitalistas das comunidades camponesas e indígenas ou de subalternidade dos territórios não capitalistas”, sendo este segundo processo efetivado pelos empreendimentos da parceria capital e Estado. “No primeiro caso, as empresas do agronegócio se territorializam por meio da monocultura para exportação. No segundo caso, mantém o controle pelos empreendimentos, principalmente pelas tecnologias e pelo mercado”.

Ademais, o capital determina o processo de desterritorialização dos camponeses bem como a sua própria reterritorialização, esta ocorre por meio da mercantilização das políticas públicas, como a reforma agrária. Dessa forma, o “capital vende territórios capitalistas para a produção de territórios não capitalistas” (FERNANDES, 2013, p. 212).

Portanto, os estabelecimentos capitalistas e camponeses são territórios diferenciados, com distintas relações sociais e formas de organização do espaço e do trabalho, sendo que a expansão de um depende, necessariamente, da destruição do outro ou ainda do avanço sobre outros territórios (FERNANDES, 2013).

Portanto, o território capitalista se territorializa destruindo os territórios camponeses, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Os territórios camponeses se territorializam destruindo o território do capital, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado (FERNANDES, 2013, p. 213).

Para o autor, essa dinâmica só é possível por causa da permanência de uma fronteira agrícola aberta no Brasil, porém, com o fechamento da mesma, Fernandes (2013) prevê a intensificação do enfrentamento entre os dois modelos de territórios.

Dessa maneira, Fernandes (2013) destaca a luta pela terra e a política de reforma agrária como os principais instrumentos do processo de territorialização (expansão) do campesinato. Contudo, como as conjunturas econômicas são responsáveis pela expansão e pelo refluxo dos territórios, há uma propensão para a expansão primordial do território capitalista, cuja capacidade de territorialização é mais rápida do que a do campesinato em função das desigualdades e da expropriação dos camponeses de seus territórios geradas pelo próprio capitalismo.

Considerando essa conjuntura, para Fernandes (2013) estruturam-se três tipos de paisagens: a do território do agronegócio; a do território camponês e a do território camponês monopolizado pelo agronegócio, conforme a descrição

Nesta condição temos três tipos de paisagens: a do território do agronegócio que se distingue pela grande escala e homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional pela monocultura e pelo produtivismo para a exportação; o território camponês que se diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo frequente povoamento, pela policultura e produção diversificada de alimento – principalmente – para o desenvolvimento local, regional e nacional; o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das commodities que se utilizam dos territórios camponeses. (FERNANDES, 2013, p. 214-215)

Sendo o território a categoria central das análises de Fernandes (2013), o próprio autor faz questão de enfatizar que utiliza o conceito com o sentido de “espaço de vida” e “espaço vital”, compreendendo-o a partir de sua multidimensionalidade.

Para finalizar, a apresentação da leitura de Fernandes em torno da categoria território e seus desdobramentos sobre a questão agrária brasileira, é preciso destacar que para o autor o desenvolvimento territorial e reforma agrária são processos indissociáveis, e que no Brasil, o capital se materializa na figura do agronegócio (FERNANDES, 2013).

O agronegócio então se configura como o principal adversário da produção camponesa e o responsável pelos mecanismos de sua subordinação.

Na atualidade, no campo brasileiro, o capital tem o nome de agronegócio, que procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato através da terceirização da produção (que muitos chamam de integração) ou expropriá-lo através da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõe (FERNANDES, 2013, p. 215).

Por conseguinte, nos próximos anos, o tema central da questão agrária brasileira será a disputa territorial, a luta entre campesinato e agronegócio (FERNANDES, 2013).

Baseando-se na leitura de Martins (1981, p.175), para Fernandes (2013, p.225) a questão agrária surgiu da contradição estrutural do capitalismo, que ao mesmo tempo em que concentra as riquezas, expande a pobreza e a miséria. Essa desigualdade, por sua vez, é criada pela diferenciação econômica dos agricultores, sobretudo os camponeses, através da sujeição da renda da terra ao capital.

Nessa diferenciação prevalece a sujeição e a resistência do campesinato à lógica do capital. Na destruição do campesinato por meio da expropriação, ocorre simultaneamente a recriação do trabalho familiar através do arrendamento ou da compra de terra e, também; uma pequena parte é transformada em capitalista pela acumulação de capital, compra de mais terra e assalariamento (FERNANDES, 2013, p. 225).

Devido a esses fatores afirma-se que a questão agrária promove uma conflitualidade contínua, “porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato; de monopólio do território camponês pelo capital (OLIVEIRA, 1991, p. 24-5 apud FERNANDES, 2013, p. 226).

Por fim, considerando que os camponeses (posseiros, rendeiros, assentados, pequenos proprietários) estão inseridos no mercado em diferentes escalas e que o mercado capitalista é muito mais o espaço da destruição do que da recriação do campesinato, Fernandes (2002; 2013) ressalta o papel primordial da luta política, concretizada nas ocupações de terra, como fator determinante no processo de recriação do campesinato brasileiro nas últimas décadas.

O camponês não desapareceu do campo brasileiro, tampouco perdeu seu status teórico nos trabalhos acadêmicos, embora tenha se expandido a adoção da categoria agricultura familiar nos últimos anos (FERNANDES, 2002).

Para Fernandes (2002) é preciso diferenciar a perda do status de um conceito da escolha teórica e política dos cientistas frente aos paradigmas. Desse modo, por

conta da necessidade de análise dos movimentos sociais de luta pela terra, no Brasil e no mundo, o autor defende o que chamou de “o fim do fim do campesinato”.

Com relação ao campesinato, neste artigo defendemos o fim do fim do campesinato, para que possamos analisar com eficiência essas novas realidades que acontecem em escala mundial, representada pela Via Campesina e pelas organizações de agricultores familiares (FERNANDES, 2002, p. 6).

Portanto, as considerações apresentadas sobre a leitura de Fernandes a respeito do campesinato evidenciam a convergência de ideias entre este e Ariovaldo U. de Oliveira, principais expoentes da geografia agrária brasileira, associados ao paradigma da questão agrária.

Além destes autores, na próxima seção será apresentada uma breve caracterização do pensamento da geógrafa Eliane Tomiazi Paulino. A importância desta autora, para fins desta pesquisa, decorre da adoção do estado do Paraná como recorte espacial primordial das suas análises sobre o campesinato.

1.3.3 A visão de Eliane Tomiazi Paulino

Em sua tese de doutorado, sob a orientação do professor Ariovaldo U. de Oliveira, a geógrafa Eliane Tomiazi Paulino aborda os principais desdobramentos da questão agrária no Brasil e, particularmente, no estado do Paraná, um dos estados brasileiros em que o processo de modernização da agricultura foi, e continua sendo, muito intenso.

Tomando como referência a significativa presença da agropecuária moderna neste estado, pode parecer contraditório um estudo sobre o campesinato. Contra essa alegação, a própria pesquisadora faz questão de salientar que enxerga os camponeses como classe singular do capitalismo, e que, justamente por isso, não desaparecem frente ao desenvolvimento do sistema capitalista na agricultura, como propõem alguns teóricos.

Embora os próprios camponeses até possam não se identificar com a expressão camponês, pois, historicamente, se acostumaram com outros termos, tais como lavradores, agricultores e sitiantes, Paulino (2003) afirma que isso não invalida o conceito, dado que o mesmo só foi incorporado na história recente brasileira, a partir das lutas camponesas do século XX, o que lhe confere uma conotação política.

Na perspectiva de Paulino (2003), apoiada em Shanin (1980) e Martins (1995), os conceitos devem ser construções teóricas integradas a um marco político, por isso a escolha dos conceitos não é neutra. No caso, a adoção do termo camponês permite perceber uma unidade de classe (PAULINO, 2003).

Como categoria particular do capitalismo, “classe sui generis” nas palavras da autora, é o modelo único de produção, assentado no próprio controle do trabalho e dos meios de produção, que confere singularidade a classe camponesa (PAULINO, 2003).

No entanto, não é possível considerar uma autonomia absoluta, pois não há uma independência aos fatores externos, visto que os camponeses são afetados ao mesmo tempo em que também afetam a dinâmica do seu entorno. A autonomia deve então ser pensada em termos das formas de controle de tempo e espaço, cuja lógica é contrastante ao modelo capitalista (dominante) (PAULINO, 2003).

Aprofundando a análise da construção teórica de Paulino (2003), verifica-se a similaridade entre seu pensamento e as concepções de Oliveira e Fernandes, como sobre o processo de reprodução contraditória do campesinato no capitalismo, verificado em Paulino (2003)

Ao assinalarmos que estamos diante do processo de recriação do campesinato, é necessário advertir que esse entendimento não implica em ignorar as condições mais amplas, próprias de um tempo marcado pela hegemonia do capital. Antes, essa compreensão deriva da premissa de que esse modo de produção é essencialmente contraditório, e é no bojo dessas contradições que se verifica a recriação dessa classe. (PAULINO, 2003, p. 11).

A autora aborda os mesmos pressupostos para o desenvolvimento do campesinato no capitalismo, como, por exemplo, a discussão sobre a renda da terra e a oposição entre os modelos camponês e capitalista de produção.

Enquanto, na agricultura capitalista, a principal mercadoria dos trabalhadores, é a força de trabalho, nos estabelecimentos camponeses a mercadoria é a “renda camponesa da terra”¹¹, proporcionada pelo monopólio do território. A transferência da renda camponesa aos setores capitalistas, por meio da monopolização do território, evidencia a lógica contraditória da produção capitalista, que para se manter, redefini

¹¹ Entende-se como renda camponesa da terra o valor criado pelo trabalho familiar e que está contido nas mercadorias produzidas pelos camponeses.

e subordina antigas relações e também cria relações não-capitalistas¹² (PAULINO, 2003).

Sobre a oposição entre os modelos de produção, Paulino (2003) destaca as seguintes diferenças entre as propriedades capitalista e camponesa. Segundo a autora, enquanto no estabelecimento capitalista a terra é um objeto de negócio¹³ (instrumento de exploração do trabalho alheio – mais-valia ou reserva de valor) na propriedade camponesa ela é “terra de trabalho”.

Temos, portanto, uma oposição entre a terra como mecanismo de acumulação de capital ou como instrumento de sobrevivência da família, dualidade explicada pelo viés contraditório do capitalismo, que abrange, simultaneamente, a propriedade capitalista e a propriedade camponesa da terra. Esta lógica contraditória é apontada como o fator responsável pela recriação do campesinato no capitalismo (PAULINO, 2003).

Outra confluência da pesquisa de Paulino (2003) com Oliveira é a descrição dos princípios que regem a lógica camponesa e capitalista. Na unidade camponesa ocorre o modelo M-D-M (mercadoria – dinheiro – mercadoria), onde a produção de mercadorias tem por objetivo a aquisição de outras mercadorias, não produzidas no estabelecimento, mas essenciais para a reprodução da família. Na lógica capitalista, por sua vez, o princípio norteador é o D-M-D', onde o dinheiro é investido para a produção de mercadorias que devem render ao final uma soma monetária maior do que o que foi investido, ou seja, o lucro¹⁴.

Como a acumulação capitalista não é um elemento do modelo produtivo camponês, sua lógica produtiva é distinta. No entanto, não se deve negar a capacidade de acumular, mas diferenciá-la (CHAYANOV, 1974 apud PAULINO, 2003).

Na produção camponesa, onde não se produz mais-valia, a acumulação retorna para o estabelecimento produtivo através do aumento da produtividade do trabalho e da melhoria das condições de vida da família (PAULINO, 2003).

¹²Essa concepção de apropriação da renda da terra, apresentada por Paulino (2003), tem como referência o trabalho de Oliveira (1986), por sua vez, embasado no sociólogo José de Souza Martins (1981).

¹³ Paulino (2003) destaca que a origem do conceito “terra de negócio” em oposição a “terra de trabalho” remonta aos trabalhos de Caio Prado Júnior (1981) e de José de Souza Martins (1995).

¹⁴ Essa distinção entre as dinâmicas camponesa e capitalista na lógica de circulação de mercadorias (embasada na teoria marxista), foi apresentada por Chayanov e incorporada ao campo teórico dos geógrafos que trabalham sob o paradigma da questão agrária, como Oliveira e Paulino.

Como vimos, nessa forma de produzir, a renda camponesa não se confunde com a renda capitalista da terra. Diferentemente da primeira, representa um tributo pessoal, tanto do ponto de vista de sua auferição pelo camponês quanto de sua transferência aos setores capitalistas ou à sociedade. É pessoal porque o camponês detém autonomia sobre o processo produtivo, a qual permite o controle dos resultados do esforço produtivo, ainda que o mesmo represente trabalho gratuito (PAULINO, 2003, p. 22).

Esse é um dos mecanismos que explica, segundo Paulino (2003), o predomínio da produção dos alimentos básicos¹⁵ pela agricultura camponesa, por ser esta, antagonicamente, uma forma de acumulação exterior ao circuito produtivo tipicamente capitalista, o que confirma a lógica contraditória do próprio capitalismo.

Sobre as origens do campesinato no Brasil, Paulino (2003) refuta a tese que associa a categoria a um resíduo feudal, pois, diferentemente do modelo europeu, o Estado brasileiro já nasce sob o capitalismo, de modo que o camponês é entendido como inerente ao capitalismo: “Assim, a existência do campesinato não deve ser vista como algo descolado do capitalismo, mas como parte integrante desse modo de produção” (PAULINO, 2003, p. 24).

A autora também considera que o camponês não é descaracterizado quando, em menor proporção que o trabalho independente, vende sua força de trabalho. Considerando que a finalidade essencial do capitalismo não é a proletarização absoluta, mas a acumulação de capital, a maneira como ocorre esse processo de acumulação não faz diferença (PAULINO, 2003).

Essa compreensão é construída a partir da noção de “trabalho acessório”, apresentada por Kautsky, e de venda esporádica da força de trabalho, de Chayanov, e que embasam a argumentação de Paulino (2003).

Assim, não é o trabalho exclusivo no estabelecimento que determina a condição camponesa, mas sua autonomia sobre os meios de produção.

Essa autonomia permite que a família opte por aumentar ou diminuir o trabalho extra propriedade em momento oportuno, para incrementar a renda familiar e assegurar os recursos necessários para a sua sobrevivência futura, situação em que

¹⁵ Outros elementos que explicam a inserção predominante dos camponeses no circuito de produção de alimentos, segundo Paulino (2003, p.40-41) são: “não possuem recursos suficientes para se lançarem em culturas mais “nobres”, os meios de produção são limitados, incompatíveis com a escala de produção exigida, não estão materialmente aptos para suportar os riscos inerentes às atividades de maior rendimento, etc”.

a venda esporádica da força de trabalho é benéfica (CHAYANOV, 1974 apud PAULINO, 2003).

De acordo com Paulino (2003) é a possibilidade de obtenção de maiores ganhos, com o emprego do mesmo esforço físico, que leva a adoção do trabalho acessório e não a limitação interna, por conta da escassez dos meios de produção do estabelecimento camponês.

Dessa maneira, as atividades não agrícolas representam momentos de acumulação monetária em que as remunerações externas ao estabelecimento produtivo camponês são mais vantajosas, ao passo em que, em contexto oposto, com baixos salários, por exemplo, os camponeses optam por intensificar ao máximo as atividades internas (PAULINO, 2003).

Portanto, o diferencial da agricultura camponesa está na organização interna, e não o nível de bem-estar ou volume de bens materiais, afirma Paulino (2003). De modo que, o camponês só deixa de ser camponês se incorporar a lógica capitalista, baseada “na exploração do trabalho alheio e privilegiamento da acumulação de capital” (PAULINO, 2003, p.39).

Essa descrição da lógica interna, como fundamento de diferenciação entre os modelos camponês e capitalista de produção agrícola, é um elemento que Paulino (2003) incorporou do trabalho de Chayanov.

Considera-se ainda que, como o campesinato é entendido como uma classe social de dentro do capitalismo, o fato dos camponeses estarem inseridos no mercado não muda sua natureza, ou seja, continuam sendo camponeses (PAULINO, 2003).

Embora, indubitavelmente, vinculados ao mercado, um traço peculiar na produção camponesa é a cultura de excedente. Segundo Paulino (2003), a escolha do cultivo comercial é determinada pela capacidade de consumo interno da família, um mecanismo de proteção caso ocorra algum problema na comercialização do produto. Esse seria um dos elementos explicativos para a produção de alimentos básicos pelos camponeses (PAULINO, 2003).

Sobre o equacionamento da produção camponesa, determinado a partir da composição da força de trabalho familiar, discussão também embasada em Chayanov, Paulino (2003) ressalta que o nível de utilização e intensificação da força de trabalho na unidade camponesa é determinado pela necessidade de consumo. Dessa forma, as decisões produtivas são orientadas a partir da projeção dos rendimentos brutos e não dos rendimentos líquidos, como na produção capitalista.

Paulino (2003) também destaca que a escolha do tipo de produto a ser cultivado, na produção camponesa, é orientada pela predileção de lavouras que requerem intensa utilização de mão-de-obra. Isso ocorre porque mesmo que os rendimentos líquidos sejam menores, busca-se o envolvimento do maior número de membros da família nas atividades do estabelecimento camponês.

Portanto, os parâmetros da produção capitalista não podem ser aplicados para a definição da produção camponesa, outro exemplo é a contratação de mão-de-obra, que diferentemente do primeiro modelo, orientado para a obtenção de lucro a partir da exploração do trabalho alheio, no campesinato tem apenas viés complementar (temporário). “Resta nos, portanto, admitir que atuam a partir de uma lógica distinta à capitalista, pela sua própria condição social” (PAULINO, 2003, p.41).

Por fim, cabe frisar o caráter dinâmico da agricultura camponesa, sendo, pois, sua capacidade de adaptação a novos contextos o elemento responsável pela perpetuação do campesinato enquanto classe (PAULINO, 2003).

Entendendo o campesinato enquanto classe social, Paulino (2003) trabalha sob a perspectiva da luta de classes entre camponeses e capitalistas, que, por sua vez, se reflete em conflitos entre ambos nos processos de territorialização (territorialização camponesa e monopolização do território pelo capital).

Evidentemente, tais conflitos se desenham a partir da própria condição de classe e diferem, necessariamente, do conflito entre capital e trabalho, no qual os trabalhadores percebem diretamente a exploração na relação de trabalho. O fato dos capitalistas perseguirem a renda da terra desloca o foco de conflitos para a produção camponesa, que é portadora da renda (PAULINO, 2003, p.13).

Em sua tese de doutorado, Paulino (2003) estudou a dinâmica camponesa em um grupo de 33 municípios do Norte do Paraná. Sua base de dados foram os Censos agropecuários da segunda metade do século XX, de 1950 ao Censo Agropecuário de 1996.

Nesta análise, Paulino (2003) associa a agricultura camponesa aos pequenos estabelecimentos (aqueles com estrato de área de até 50 hectares), vinculando a estes os melhores indicadores de produção e ocupação de trabalhadores.

Além do tamanho do estabelecimento, outra ilação apresentada pela autora é a associação do trabalho familiar nos estabelecimentos rurais à agricultura camponesa, conforme podemos verificar em Paulino (2003)

A Figura 13 não só indica a predominância do trabalho familiar nas atividades produtivas do campo como também indica que, nos anos noventa, inverte-se o padrão delineado nos anos setenta, com o aumento da participação da família nos trabalhos agrícolas, considerando-se os percentuais da década anterior. Esse é um dado bastante expressivo, se considerarmos que o Norte do Paraná é uma das regiões brasileiras de maior índice de tecnificação, o que nos permite concluir que a classe camponesa também participa desse processo de modernização, ainda que em uma situação de subordinação aos ditames mais gerais da lógica mercantil. (PAULINO, 2003, p. 94-95).

De fato, Paulino (2003, p.94) afirma que não é “a medida pura e simples da terra” que condiciona a unidade camponesa, mas também a origem da força de trabalho, que deve ser predominantemente familiar. Embora reconheça esse fator, o tamanho do estabelecimento é o principal recorte analítico dos Censos Agropecuários adotado para o estudo da agricultura camponesa, tanto para Paulino quanto para a maioria dos teóricos que discutem a questão camponesa no Brasil.

Embora, reconhecendo as limitações para a análise das inúmeras especificidades da agricultura camponesa a partir dos dados coletados pelos Censos Agropecuários, a simples associação de um modo de produção ao tamanho do estabelecimento rural representa uma fragilidade de análise.

Muitos autores, como Ricardo Abramovay, já apontaram essa limitação no início dos anos 1990, afirmando que a empresa familiar moderna não é sinônimo de pequena produção ou de agricultura camponesa. Além disso, a dinâmica familiar (trabalho e gestão) também podem estar presentes nos médios e grandes estabelecimentos da mesma forma que em um pequeno estabelecimento é possível encontrar uma produção pautada por bases capitalistas (trabalho assalariado; monocultura de exportação, por exemplo).

Os perigos e equívocos provocados por essa leitura serão debatidos no segundo capítulo. Por ora, diante desse quadro teórico tão complexo, ressalta-se a necessidade de uma análise individualizada, de acordo com o setor produtivo, buscando desvendar as especificidades da agricultura camponesa em determinado segmento.

Esse é o objetivo geral deste trabalho, voltado para a compreensão das transformações na agricultura camponesa e familiar no âmbito da avicultura moderna. Paulino (2003) associou a produção integrada de frangos, nos pequenos estabelecimentos rurais paranaenses, ao campesinato. Desde então, muitas

transformações produtivas ocorreram na avicultura, o que justifica a retomada dessa discussão.

Para tanto, na próxima seção será apresentada uma breve discussão sobre o impacto dos sistemas de integração a agroindústria no campesinato e, especificamente, tratar dessa relação na produção moderna de frango.

1.4 CAMPESINATO, INTEGRAÇÃO A AGROINDÚSTRIA E AVICULTURA

1.4.1 Integração agroindustrial e apropriação da renda da terra camponesa

Para tratar, especificamente, dos impactos do sistema de integração no campesinato, é preciso antes retomar alguns elementos que norteiam a questão da renda da terra.

A renda da terra é criada pelo trabalho familiar e está contida nas mercadorias produzidas pelos camponeses. A apropriação da renda da terra pelos capitalistas, por sua vez, acontece quando esses produtos camponeses são adquiridos como matérias-primas industriais ou quando são comercializados pelos capitalistas, intermediando a relação produtor-consumidor. Em ambos os casos, o preço pago a produção camponesa é inferior ao valor trabalho que a mesma contém. Dessa forma, a renda da terra criada pelo trabalho camponês é apropriada pelo capital e a própria criação do capital está subordinada a sujeição da renda da terra camponesa (PAULINO, 2003).

No caso da avicultura industrial integrada, Correia (2018) aponta que a transformação da renda da terra em capital ocorre na fase de circulação, pois na etapa anterior, de criação, os camponeses conservam o controle da força de trabalho e dos meios de produção. Dessa forma

A sujeição da renda da terra e do trabalho na avicultura ocorre quando os camponeses entregam os frangos prontos para o abate às empresas integradoras que só pagam (um baixo valor) pelos frangos sem considerar o trabalho familiar contido neles. A renda da terra contida no frango produzido pelo trabalho familiar é apropriada pelas empresas integradoras que não tiveram custos com a mão de obra assalariada. É daí que ocorre a transformação da renda da terra pré-capitalista (camponesa) em renda da terra capitalizada (CORREIA, 2018, p.172).

A renda da terra se transforma em mais-valia (lucro) para a indústria por causa do trabalho não pago contido nas matérias-primas, cujos preços são depreciados pelo capitalista. Desse modo, são os preços da produção que definem o destino da mais-valia (PAULINO, 2003).

Quando a relação agricultura indústria ocorre entre dois capitalistas, por exemplo, preços baixos indicam maior apropriação da mais-valia pelos capitalistas industriais, ao contrário, quando os preços estão altos, são os agricultores capitalistas que retêm maior taxa de lucro, restando aos demais apropriar-se da mais-valia gerada no processo de transformação da matéria-prima (PAULINO, 2003).

Por sua vez, quando a relação agricultura indústria ocorre entre camponeses e capitalistas, Paulino (2003) aponta quatro caminhos possíveis: 1. Com preços baixos da matéria-prima, parte da renda camponesa é apropriada pelos industriais que a transformam em capital, aumentando a produção e sua taxa de lucro (mais-valia). Nessa situação é comum que ocorra um processo de empobrecimento do campesinato. 2. Um cenário de aumento dos preços da matéria-prima pode ocasionar a elevação do preço do produto final como estratégia de manutenção da taxa de lucro dos industriais. Essa situação, ao contrário da primeira, favorece o enriquecimento do campesinato. 3. Quando os camponeses ficam com a renda produzida, ao receberem pelas matérias-primas exatamente o valor do trabalho nelas contido, estes se reproduzem como camponeses remediados, restando aos capitalistas a extração da mais-valia no processo industrial. 4. Em caso de diminuição do preço do produto final, ocorre o rebaixamento do preço da matéria-prima para que a taxa de lucro do capitalista seja mantida, com tendência de diminuição dos salários, visto que também haverá um gasto menor para suprir as necessidades básicas do trabalhador.

Considerando que o aumento do lucro, ou pelo menos a sua manutenção, é o objetivo essencial da produção industrial capitalista, tende a prevalecer a expropriação da renda camponesa por meio da máxima depreciação possível da sua produção (matéria-prima industrial) (PAULINO, 2013).

Essa característica torna a produção em escala imprescindível a sobrevivência do produtor, situação encontrada atualmente na avicultura. Esse aumento de escala para viabilizar a atividade, por sua vez, está condicionado a capacidade de investimento do produtor rural. Como se sabe, o campesinato é a categoria com menor acesso a recursos financeiros, sejam eles públicos ou privados, fator decisivo para a inserção e manutenção da categoria neste segmento produtivo.

Além das situações expostas, é preciso ressaltar que há ainda outros mecanismos de extração da renda camponesa da terra, tais como na ação do capital financeiro (empréstimos bancários), no mecanismo de preços estabelecidos pelas indústrias de insumos e máquinas, entre outros. Logo, há diversas formas de sujeição da renda camponesa, a despeito da diversidade de incorporação de tecnologia e da ligação ao mercado (PAULINO, 2013).

Novamente podemos inferir a questão da avicultura, notadamente em relação a aquisição de equipamentos. A crescente tecnificação do setor impõe ao produtor contínuos investimentos para a modernização produtiva, imprescindíveis para a permanência na atividade, constituindo assim, de acordo com o raciocínio de Paulino (2003), um eficiente mecanismo de apropriação da renda da terra.

Indiferente das formas de extração da renda da terra, realizada pelas empresas capitalistas e mesmo por cooperativas, é importante ressaltar que no caso da avicultura não ocorre a expropriação das terras dos produtores. Desse modo, quando há domínio capitalista sem expropriação, configura-se o que o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira e outros teóricos chamam de monopolização do território (ou monopolização do território pelo capital) ou o que José de Souza Martins denominou de sujeição da renda da terra ao capital (STORTI, 2010).

Assim, o que ocorre na atividade avícola é a sujeição da renda da terra ao capital, sendo ela o elemento básico da expansão do capital no campo. Além da lógica capitalista não demandar por completo a expropriação dos camponeses, na avicultura ocorre o processo de “monopolização do território” pelo capital, pois a produção ocorre por meio de relações não-capitalistas, em que os camponeses possuem os meios de produção, dos quais o mais importante é a terra (STORTI, 2010, p.36).

Para Paulino (2003, p.111) o grau de sujeição da renda da terra, a qual a família camponesa está exposta, depende da combinação de diferentes atividades produtivas. Por isso a diversificação produtiva é uma estratégia de defesa contra os diversos mecanismos de extração da renda, pois, “quanto maior for a variedade de cultivos, criações e demais atividades afeitas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade dos camponeses se apropriarem da renda gerada internamente”.

Outra ferramenta para a retenção máxima da renda da terra pelos camponeses, apontada por Paulino (2003), é a eliminação dos intermediários na comercialização da produção, estratégia que, de um modo geral, é muito difícil de ser empregada e impossível de ocorrer quando se trata do sistema de integração.

Portanto, estamos diante de um processo de monopolização do território camponês pelo capital, que apoiado em diferentes mecanismos de extração da renda, pode, até mesmo, provocar modificações internas na unidade de produção camponesa, como no caso da integração produtor-agroindústria (PAULINO, 2013).

O sistema de integração, como, por exemplo, o que ocorre na avicultura, é uma forma de intervenção capitalista no interior do estabelecimento camponês, visto que as técnicas de manejo e produção são definidas pela empresa integradora (PAULINO, 2003).

Estas tendem a pressionar os camponeses para que atendam aos requisitos de produtividade e de qualidade, mas como os preços pagos pela produção não são compatíveis com o trabalho familiar despendido na produção, apropriam-se da renda da terra camponesa. Portanto

[...] a integração é um recurso privilegiado a que recorrem as indústrias para obterem a matéria-prima básica à sua atividade. Por ser portadora da valorização conferida pelo trabalho familiar camponês, essa produção integra o circuito da produção do capital, à medida que a renda da terra, produzida por relações não-capitalistas, ao ser apropriada pelos capitalistas da indústria, vai se transformando em taxa de lucro (PAULINO, 2003, p.13-14).

Assim, no sistema de integração o produtor não é expropriado de sua terra, porém o produto de seu trabalho é subjugado pela indústria. Este processo de sujeição da renda da terra ao capital ocorre tanto nos pequenos quanto nos grandes estabelecimentos produtivos, notadamente no caso da avicultura, onde os agricultores mantêm a propriedade da terra, mas estão completamente submetidos a dinâmica imposta pelo capital, dentro e fora de seu estabelecimento produtivo.

Portanto, a partir do raciocínio de Paulino (2003), na integração com a agroindústria, a extração da renda camponesa da terra ocorre tanto pelo rebaixamento do preço das matérias-primas pago ao produtor quanto pela aquisição de insumos e equipamentos que subsidiam a produção.

Trata-se assim, da “monopolização do território”, processo em que se conserva a propriedade, mas se subordina a renda da terra, conceito explorado por Oliveira (2010) e adotado por Storti (2010) e Heck (2016, p.108) para caracterizar a avicultura: “No caso específico da avicultura no Brasil, a sujeição da renda da terra apresenta-se como uma “alternativa” utilizada por distintos produtores como os(as) camponeses(as) e pequenos(as) capitalistas”.

1.4.2 Modernização produtiva e a inserção do campesinato na avicultura industrial

Com o advento da Revolução Verde, que orientou políticas econômicas e estratégias para a modernização da agricultura, o setor primário passou a ter por objetivo central a acumulação de capital. Por um lado, através da otimização de seu papel de fornecedor de alimentos e matérias-primas, e por outro, como consumidor de produtos industriais e de serviços, integrando definitivamente os setores produtivos.

Nesse contexto, a modernização da produção de aves ocorreu, sobretudo, através da adoção do sistema de integração entre a produção familiar (camponesa) e a indústria (processadora), engendrando um novo processo de subordinação da renda da terra ao capital.

Durante muito tempo a produção de frangos no Brasil ocorreu de forma artesanal, com a produção camponesa voltada, primordialmente, para a alimentação da família e venda do excedente no pequeno comércio. Mas a intensa transformação econômica e social que atingiria o Brasil em face dos processos de industrialização e modernização da agricultura no século XX, forçou a transformação desse modelo. Era preciso ampliar a escala produtiva para atender a crescente população urbana e, principalmente, fornecer matéria-prima de qualidade e padronizada para o processamento industrial.

Frente a essa demanda, o governo brasileiro importou o modelo de produção industrial de frangos, já adotado pelos Estados Unidos, no qual o capital localiza-se a montante e a jusante do produtor, o chamado sistema de integração.

O setor avícola é um segmento produtivo no qual o processo de acumulação e concentração de capital ocorreu com grande velocidade, tanto nos países pioneiros na industrialização quanto naqueles de industrialização tardia, como no caso brasileiro (CORREIA, 2018).

Juntamente com esse processo de acumulação e concentração de capital ocorreram intensas mudanças estruturais e sociais nos moldes da produção tradicional (camponesa) de frango.

A produção camponesa de frangos pode ser caracterizada a partir de alguns elementos como: Ser uma atividade realizada principalmente pelas mulheres; uso mínimo de recursos externos e aproveitamento máximo dos recursos disponíveis no

próprio estabelecimento; criação destinada a produção de carne e ovos para o consumo interno, prioritariamente, e para aumentar a renda familiar em segundo plano e ainda a formação de um plantel de aves serve como um instrumento de poupança, que pode ser convertido em dinheiro em uma situação de necessidade (SILVA, 2011, apud CORREIA, 2018).

Essas características não são mais predominantes no atual sistema de produção integrada, mesmo quando envolve o pequeno estabelecimento de base familiar. Embora no passado, entre as décadas de 1960 e 1970, quando esse modelo produtivo foi introduzido no Brasil, tenham sido justamente as famílias camponesas que produziam tradicionalmente frango, o grupo de produtores escolhidos para a integração.

Assim, a passagem da avicultura artesanal, voltada para o autoconsumo e comercialização do excedente, para a avicultura industrial, assentada na economia de escala e na geração de lucro, significou também mudanças no perfil do produtor. Por essa razão, a adoção do conceito camponês para a produção moderna de frangos (mesmo no sistema de integração) está fora de contexto, embora ainda utilizada por alguns autores.

Desse modo, apesar das transformações que se processaram no campo, há teóricos que afirmam que ainda ocorrem práticas típicas do campesinato, como o autoconsumo, em pequenos estabelecimentos integrados às cooperativas e a empresas de capital privado, o que confirmaria a presença de camponeses na avicultura.

Diferentemente da concepção de alguns estudiosos, sobretudo daqueles ligados ao paradigma do capitalismo agrário, que indicam a desintegração do campesinato a partir da constituição dos complexos agroindustriais ou quando muito consideram as dinâmicas camponesas residuais e de pouca relevância, muitos geógrafos, como Paulino (2003), Storti (2010) e Heck (2016) apontam que, por causa do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo e a sua recriação de relações não-capitalistas, a dinâmica camponesa continua presente nas relações sociais de muitos avicultores, configurando um segmento que denominam de avicultores camponeses.

Contudo, é preciso investigar se esses elementos da dinâmica camponesa são, de fato, suficientes para indicar a permanência de um modelo de produção

camponês na avicultura. Vejamos os principais argumentos destes autores em defesa da avicultura camponesa.

Sobre a reprodução camponesa na avicultura, especificamente no sistema cooperativado, a dissertação de Storti (2010) é muito elucidativa do viés predominante nas análises geográficas. É explícita a associação da pesquisadora aos pressupostos teóricos defendidos pelo geógrafo Ariovaldo U. de Oliveira, inserindo conceitos como monopolização do território pelo capital; reprodução contraditória do campesinato no capitalismo, território camponês, por exemplo, em sua análise.

Storti (2010) entrevistou alguns avicultores integrados a Cooperativa Agroindustrial Copagril (COPAGRIL) nos municípios de Marechal Cândido Rondon e Toledo, no estado do Paraná. Sua pesquisa ressaltou os aspectos de uma dinâmica não-capitalista presente entre esses produtores, pois, segundo a autora, embora as relações mercadológicas sejam hegemônicas na avicultura, elas não são exclusivas.

Embora o contrato de integração force a eliminação de algumas características do modo de produção camponês, como a criação de aves domésticas (principalmente galinhas caipiras) para consumo, outras práticas camponesas (relações não-capitalistas) são reproduzidas entre os avicultores integrados, são elas: o uso da mão-de-obra familiar; a produção de subsistência/autoconsumo¹⁶ (horta – verduras, legumes e chás; frutas; carne; leite) envolvendo inclusive a troca de produtos entre as famílias camponesas; os costumes, como o cultivo de flores na propriedade e as relações de solidariedade e ajuda mútua (troca de favores entre vizinhos e parentes camponeses), principalmente em dois momentos específicos da produção: no momento de coleta dos frangos e na limpeza dos aviários. “Essas relações não-capitalistas configuram-se como estratégias camponesas porque é por meio dessas relações que os camponeses não ficam totalmente subordinados ao capital” (STORTI, 2010, p.82).

Mas o principal elemento destacado da dinâmica camponesa entre os avicultores é mesmo o trabalho familiar: “O trabalho organizado com base na família é uma característica do camponês que não foi eliminado com a avicultura” (STORTI, 2010, p. 81).

¹⁶ Storti (2010) ressalta o papel preponderante da mulher camponesa na produção para o autoconsumo, atividade considerada fundamental para a permanência da família no campo.

Por sua vez, as considerações de Heck (2016) foram elaboradas a partir do levantamento de dados primários junto a um grupo de avicultores do oeste do Paraná durante os anos de 2014 e 2015.

Os principais elementos da dinâmica camponesa entre os avicultores são a presença de uma produção voltada para o autoconsumo (frutas, legumes e criação de animais) e a ajuda mútua entre os agricultores, que representariam, segundo Heck (2016), estratégias de resistência do campesinato mesmo inserido nos complexos agroindustriais completos, com ligações a monte e a jusante com a indústria, caso da avicultura.

[...] produções de autoconsumo não parecem ser irrelevantes para existência da família no âmbito da produção integrada à avicultura, pelo contrário, assumem papel importante para reprodução camponesa e permanência na terra (HECK, 2016, p.103).

É importante ressaltar que não se trata de negar a lógica de produção capitalista, mas de entender sua articulação com as práticas camponesas, representadas pela produção de subsistência e autoconsumo. Estas constituem relações camponesas, “não capitalistas, recriadas pela lógica contraditória e desigual do desenvolvimento capitalista e que se encontram presentes na avicultura” (HECK, 2016, p.103 -104).

Paulino (2003) também demonstrou a presença do campesinato na avicultura, apontando elementos típicos da dinâmica camponesa neste setor produtivo, tais como as relações pessoais que os produtores estabelecem com os técnicos agrícolas, por exemplo. Os vínculos pessoais são, segundo a autora, uma característica indissociável do campesinato, tanto que há autores que associam a desintegração da categoria diretamente ao rompimento dessas ligações.

É amplamente reconhecido que uma das características que diferenciam unidades camponesas das demais é o caráter pessoal permeando o conjunto de suas relações. O universo camponês é regido por um código avesso à lógica impessoal do mundo governado pelas cifras oriundas das trocas (PAULINO, 2003, p.129).

De acordo com Paulino (2003), essas relações, que transcendem a lógica da impessoalidade empresarial, muitas vezes sustentam o próprio sistema de integração. Exemplo concreto desta lógica são os relatos de produtores que trocaram de empresa integradora justamente para permanecerem junto ao mesmo técnico agrícola.

Obstante a esses argumentos, no entanto, é preciso destacar a heterogeneidade das relações sociais que se estabelecem na avicultura.

Se por um lado a ocorrência de relações camponesas não é homogênea, tampouco estamos diante de um cenário de completa sujeição do campesinato ao capital, onde existiriam apenas assalariados disfarçados ou de agricultores familiares fortemente integrados ao mercado (HECK, 2016).

Há, no Oeste do Paraná, muitos camponeses (as) que têm no trabalho da família a garantia da sua renda, mesmo entrando na relação de subordinação da renda da terra ao capital avícola. Por outro lado, não há somente um camponês(a) pequeno proprietário fundiário, que utiliza exclusivamente a mão de obra da família na avicultura na terra de trabalho (MARTINS, 1980). Existem também outras relações, como a firma de contratos de “parceria” entre avicultores(as) e trabalhadores(as) que cuidam dos aviários, contratação de mão de obra assalariada permanente e mais recentemente a implantação dos aviários Dark House, também conhecidos como modal, o que denota a existência de pequenos capitalistas também atuantes na avicultura (HECK, 2016, p.104).

Acredita-se que os sujeitos sociais da avicultura não são homogêneos, como propõe Heck (2016), no entanto, é preciso analisar as transformações em curso nos últimos anos, fruto do intenso processo de modernização (tecnificação) e financeirização da atividade e que podem estar afetando diretamente a permanência do produtor de base camponesa e familiar no setor. A existência de uma produção para autoconsumo, como uma horta, por exemplo, é muito pouco para caracterizar uma avicultura de base camponesa, sobretudo quando o trabalho assalariado nos aviários dos pequenos estabelecimentos rurais avança.

Aliás, sobre a questão do autoconsumo, Abramovay (1990; 2012) já alertara que esta é uma prática que existe em praticamente todo estabelecimento agrícola, tanto no camponês quanto no capitalista. O que de fato é específico no campesinato é a flexibilidade entre consumo e venda. Por isso a escolha da lavoura a ser produzida é feita levando em conta a possibilidade de alimentar a família, em um cenário de inviabilidade comercial. Esse é o mecanismo que explica, por exemplo, a relevância da produção de mandioca pelos camponeses.

Mesmo considerando que na avicultura ainda coexistem camponeses (as) e pequenos capitalistas, é importante investigar em que medida se dá essa divisão e quais mudanças podem estar em curso, isto é, quais tendências o atual cenário aponta, de permanência ou de desaparecimento do modelo camponês na produção industrial de frangos.

Nessa análise o quesito tamanho do estabelecimento rural, tanto utilizado para caracterizar a produção camponesa pelos teóricos do paradigma da questão agrária, principalmente na leitura dos dados do Censo Agropecuário, deve ser utilizado com cautela para não camuflar outras dinâmicas.

Uma especificidade da avicultura é justamente não requisitar de grandes extensões de terra para o seu desenvolvimento, “pois um grande avicultor com domínio de vários aviários e emprego de trabalho assalariado, não precisa, necessariamente, se transformar em latifundiário e dominar grandes extensões de terra” (HECK, 2016, p.107).

Embora a apropriação da renda da terra pelo capital ocorra nos grandes e pequenos estabelecimentos, os atores sociais envolvidos no processo são distintos.

Desta forma, há desde o avicultor com pouca terra, que se baseia no trabalho somente da família (camponês) até aquele que, com algum acúmulo de capitais (pequenos capitalistas), caso dos profissionais liberais e funcionários (as) públicos que investem na avicultura, não moram no campo e geralmente contratam trabalhadores(as) assalariados para cuidar das granjas, dentre outros exemplos (HECK, 2016, p. 106-107).

Considerando as diferenciações entre os sujeitos sociais na avicultura, Heck (2016) apresenta uma oposição entre os chamados “produtores camponeses” e os “pequenos capitalistas”. Ressalta-se, novamente, que o tamanho do estabelecimento não é um fator relevante de diferenciação.

Heck (2016) considera que os pequenos capitalistas são aqueles que, não necessariamente são proprietários de grandes extensões de terra, mas que possuem diversos galpões para alojamento de aves ou suínos, seu objetivo ao se inserir na atividade é a obtenção do lucro e para isso emprega mão-de-obra assalariada. O produtor camponês, por sua vez, visa a satisfação das necessidades da família e utiliza do trabalho familiar.

Entre os dois grupos verifica-se uma assimetria em relação ao total da renda obtida com a atividade. Entre os produtores capitalistas os custos de produção (montagem do galpão/aviário; manutenção; trabalho assalariado) tornam a atividade menos interessante¹⁷, sobretudo quando se trata da implantação de um único galpão

¹⁷ Como os produtores capitalistas tendem a possuir mais capital para investir e maior facilidade de acesso aos financiamentos bancários, os custos de construção da estrutura produtiva e de compra de

de criação. Com os produtores camponeses, diferentemente, a ausência de custo com mão-de-obra configura-se como um diferencial decisivo para a sua permanência na avicultura (HECK, 2016).

Em sua pesquisa, Heck (2016) verificou uma concentração significativa de estabelecimentos e cabeças de aves na “agricultura familiar”¹⁸ e que utiliza somente da mão de obra da família. Característica que, segundo o autor, sustenta a tese de heterogeneidade do sujeito social avicultor e a relevante participação da produção camponesa no sistema de integração avícola.

1.4.3 Discutindo alguns pressupostos das teorias do campesinato contemporâneo

Nas primeiras seções deste capítulo foram apresentados os principais elementos, apontados por pesquisadores de diversas áreas, mas, sobretudo, pelos geógrafos, que norteiam as discussões sobre o campesinato na atualidade. Contudo, algumas dessas premissas, embasadas em descrições da produção camponesa russa do século passado, precisam ser confrontadas com a realidade brasileira atual. Essa contextualização e o levantamento de questionamentos, muitas vezes opostos a essas premissas, serão discutidos a seguir.

Um dos elementos apontados por Oliveira (2001) e Carneiro (2009) para diferenciar a produção camponesa da produção capitalista estaria no objetivo da comercialização. Segundo os autores, no modelo camponês a venda da produção (excedente) tem como objetivo a aquisição de valores de uso (insumos, ferramentas) que garantem a sobrevivência do próprio estabelecimento produtivo. Na contramão desse entendimento, autores como Navarro ressaltam a crescente monetarização das relações econômicas e sociais no campo, inclusive nas regiões agrícolas mais pobres. Processo que seria resultado da modernização da agricultura e da assimilação de hábitos de consumo que, de início, eram típicas do meio urbano, tais como a generalização de bens duráveis como TV e antenas parabólicas.

[...] a expansão econômica, na maior parte das regiões rurais, acentuou a monetarização das relações sociais e aprofundou a sociabilidade capitalista,

equipamentos não parecem ser fatores relevantes para desestimular esse tipo de empreendedor a investir na avicultura.

¹⁸ Conceito adotado pelo IBGE no Censo Agropecuário, mas que é interpretado pelo autor como sinônimo de agricultura camponesa. No próximo capítulo, será discutida essa diferença.

inserindo um número crescente de famílias em novos mercados e alterando modos de vida e visões de mundo. Desta forma, idéias sobre a questão agrária que insistem em possíveis oposições de classe materializadas em noções não conceituais como “latifundiários” ou, para espanto geral, a insistência na categoria “campesinato”, começaram a se tornar aberrantes como armas analíticas, e alguns poucos autores já aceitam afastar-se de suas viseiras ideológicas e reconhecer o esgotamento de tais categorias (Navarro, 2008, p. 11).

Outro aspecto particular e fundamental da dinâmica camponesa é o trabalho familiar. Autores como Oliveira (2001) e Carneiro (2009) reconhecem a presença do trabalho assalariado nas propriedades familiares, mas afirmam que o recurso a essa mão de obra em caráter temporário (em especial, nos períodos de colheita) não anula a lógica antimercado desse modelo de produção. Porém, de acordo com a teoria marxista do valor, ao contratar um trabalhador assalariado, mesmo que de forma temporária, se estabelece uma relação de exploração do trabalho alheio. Em termos marxistas, se o agricultor pagar ao trabalhador temporário exatamente o valor que foi produzido com o trabalho desse trabalhador, a contratação não irá gerar nenhum ganho ao agricultor, o que não faria nenhum sentido econômico. Portanto, sob a perspectiva marxista, ocorre sim um processo de exploração do trabalho alheio (relação capitalista de produção), mesmo que em caráter temporário, aproximando o camponês do produtor capitalista.

Tratando ainda das características do campesinato, encontramos elementos dúbios, como em Ploeg (2006, p.26), ao afirmar que “o modo de produção camponês é basicamente orientado para a busca de criação de valor agregado e de empregos produtivos” e não para a rentabilidade e o lucro. Seria essa característica do campesinato resultado da incompatibilidade entre a limitação estrutural do estabelecimento camponês (pequena extensão de terras e falta de recursos para a contratação de mão-de-obra) e a geração de lucro em escala crescente? Ou seria na verdade fruto de uma visão de mundo particular, em que o camponês é ideologicamente contra a ampliação da rentabilidade e do lucro? Ou ainda ambos? Enfim, nota-se que os autores que trabalham com o paradigma da questão agrária usam expressões ambíguas como “orientado para” e “voltados para” ao descrever o modelo camponês, o que é uma fragilidade teórica dessa corrente.

No mesmo contexto, aparece em Ploeg (2006) a referência à geração de empregos produtivos. Esse potencial de geração de empregos produtivos é sempre apresentado como algo socialmente positivo, porém, essa positividade deriva de uma

visão ideológica que atribui ao trabalho agrícola um valor em si mesmo. É preciso considerar que, em geral, um elevado potencial de geração de empregos produtivos é resultado de uma baixa produtividade do trabalho na agricultura. Neste caso, torna-se um fator socialmente negativo, pois impede a redução dos custos de produção e, portanto, dos preços dos alimentos para os consumidores, redução essa vital especialmente para os mais pobres.

Outra questão importante é a ausência de dados empíricos para validar muitos postulados. Em Ploeg (2009), o campesinato (processo de recampesinização) é apontado como uma alternativa ao enfrentamento dos problemas globais como o desemprego, a fome, a escassez de alimentos, a insustentabilidade e o consumo excessivo de energia. No entanto, não são apresentadas estatísticas que confirmem esses pressupostos. Quando consideramos, por exemplo, a questão da fome e da escassez de alimentos no mundo, os dados da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) mostram que os países com maiores problemas de pobreza extrema e falta de alimentos são justamente aqueles com maior percentual de pessoas vivendo no campo.

Há uma superestimação na relação entre proporção dos camponeses entre os produtores rurais e sua participação efetiva no percentual da produção mundial de alimentos. Sem dúvida, a produção familiar é de grande importância, mas o fato de os agricultores familiares formarem a maior parte da população agrícola é, muitas vezes, resultado da baixa produtividade da agricultura familiar, que usa muita mão-de-obra para produzir relativamente pouco.

Vemos isso no caso brasileiro, em que a maioria dos produtores familiares é pobre, produzindo principalmente para o autoconsumo e necessitando de renda monetária externa, principalmente aposentadoria, para sobreviver (BUAINAIN; ROMEIRO, GUANZIROLI, 2003).

A maior parte da produção agrícola familiar disponibilizada no mercado é gerada pelos agricultores familiares mais capitalizados¹⁹, que têm renda mais elevada, mas que correspondem ao menor percentual entre os estabelecimentos familiares.

¹⁹ Também chamados agricultores consolidados, nos estudos MDA/INCRA/FAO (2000); estabelecimentos familiares especializados (EFE), segundo Schneider (2017); agricultores familiares do Tipo A, segundo Guanziroli; Buainain; Di Sabbato, (2012), entre outras tipologias da agricultura familiar propostas ao longo das últimas décadas.

Sem contar ainda que nem toda a agricultura familiar pode ser considerada agricultura camponesa.

Se observa uma certa romantização do campesinato, por exemplo, quando Ploeg (2009) afirma que, para os camponeses, os animais são recursos preciosos e não objetos descartáveis como na produção capitalista. Os animais são “recursos preciosos” só enquanto não aparecer uma alternativa tecnológica melhor a preço acessível. Exemplo disso é o caso dos jegues na região Nordeste, que nos últimos anos vêm sendo substituídos pelas motocicletas²⁰. Esses animais substituídos foram abandonados, o que abriu caminho, mais recentemente, para o surgimento de uma economia baseada no recolhimento, abate e exportação de couro e carne de jegues para a China e para o Vietnã²¹.

O mesmo pode ser dito em relação à exaltação da sustentabilidade do campesinato, como se não houvesse problemas de manejo inadequado e degradação ambiental nos estabelecimentos camponeses. Um dos diversos pontos de estrangulamento (fatores que comprometem a viabilidade e rentabilidade) da agricultura familiar brasileira é justamente de ordem ambiental: a “degradação dos solos e ambiental em geral, provocada pelo encurtamento do tempo de descanso da terra e pela adoção de práticas insustentáveis devido à falta de recursos e nível de pobreza” (BUAINAIN; ROMEIRO, GUANZIROLI, 2003, p.333).

Neste escopo teórico ocorre também a associação entre campesinato e formas sustentáveis de exploração agropecuária. Nesse sentido, tem ganhado força o discurso agroecológico, como se vê no caso de Ploeg (2009), que define a agroecologia como uma forma de resistência do campesinato ao capitalismo. Todavia, outros autores alertam que não existe nenhuma associação necessária entre agricultura familiar e agroecologia, posto que há uma variedade muito grande de agentes sociais praticantes de formas alternativas de produção agrícola, tais como “neururais” e produtores pluriativos (BRANDENBURG, 2002; KARAM, 2004). E, mesmo considerando-se que a grande maioria dos produtores orgânicos é

²⁰ Mais informações em: MADEIRO, Carlos. No Nordeste, motos "roubam" lugar de jegues e dominam tarefas rurais. Notícias UOL. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/08/30/no-nordeste-motos-roubam-espaco-de-jegues-e-dominam-tarefas-rurais.htm>>. Acesso: 18/01/22.

²¹ Mais informações em: MACHADO, Leandro.; LIMA, Felix. 'É como matar um cão': o polêmico abate de jegues no Nordeste para produção de remédio na China. BBC News. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/12/22/e-como-matar-um-cao-o-polemico-abate-de-jegues-no-nordeste-para-producao-de-remedio-na-china.ghtml>>. Acesso: 18/01/22.

classificável como familiar (o que não significa necessariamente “camponesa”), é fato que existem pequenas e médias empresas que produzem dentro desse sistema (DAROLT, 2004).

Por sua vez, Zander Navarro (2015) afirma que a agroecologia não existe porque não possui princípios técnico-agronômicos estabelecidos, tal como ocorre com a agricultura biodinâmica, a agricultura biológica, a agricultura orgânica e a agricultura natural. É por esse motivo que, no âmbito das políticas públicas, o que se designa por “agroecologia” é somente

[...] um “nome fantasia” para englobar as diversas experiências, esforços, iniciativas e situações em que agricultores desenvolveram sistemas agrícolas onde prevalece manejo aperfeiçoado dos recursos naturais, sendo também menos dependentes de insumos agroindustriais. Seus praticantes modificam as práticas agrícolas movidos por intenções as mais variadas, na maior parte das vezes meramente em função do objetivo de reduzir custos de produção (NAVARRO, 2008, p. 30).

Desse modo, a agroecologia é utilizada por autores críticos apenas como um discurso ideológico anticapitalista que se apoia no pressuposto de que o capitalismo é, em si mesmo, antiecológico (NAVARRO, 2015).

É preciso considerar, porém, que a visão de Navarro não é unânime. Há diversos teóricos que defendem a agroecologia, considerando esse campo de estudos como uma ciência. É o caso do agrônomo chileno Miguel Altieri, referência internacional no tema e muito influente no Brasil. Segundo Altieri (2010, p. 23) : “A ciência da agroecologia, a qual se define como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, proporciona um marco para valorizar a complexidade dos agroecossistemas”. Ademais, uma característica fundamental da abordagem agroecológica, segundo Altieri, é o seu enfoque multidisciplinar.

Além da definição enquanto campo de conhecimento científico, a agroecologia também é compreendida como disciplina, prática e mesmo paradigma, como encontramos em Caporal (2009)

Resumindo, a Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este novo paradigma se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas mais sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural mais humanizados. (CAPORAL, 2009, p. 9)

Portanto, enquanto ciência ou disciplina científica de caráter multidisciplinar, a agroecologia tem por finalidade buscar

[...] bases científicas para transição da agricultura tradicional à uma agricultura mais sustentável, promovendo assim o desenvolvimento rural sustentável a partir de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente e que proporciona melhores condições sociais e econômicas aos agricultores (AZEVEDO e NETTO, 2015, p.640).

Sobre o emprego de termos pouco esclarecedores, por sua vez, em Oliveira (2007) encontramos a afirmação de que a produção camponesa se pauta na sobrevivência. Embora muito utilizada, ao se adotar essa expressão não fica claro se o camponês quer apenas sobreviver e não quer acumular ou se o camponês permanece com renda próxima ao nível de subsistência porque não dispõe de recursos para acumular. A forma como essa expressão é empregada acaba sugerindo que o camponês gosta de viver com pouco, sendo avesso ao acúmulo de capital.

Ao justificar a sobrevivência do campesinato pelo desenvolvimento contraditório do próprio capitalismo, Oliveira (2007) incorre numa incoerência. Na sua visão, o capitalismo precisa reproduzir o campesinato para se reproduzir como sistema econômico e social, pois é o campesinato que produz o alimento necessário para sustentar os trabalhadores das cidades. Isso é incoerente porque o próprio autor afirma que os camponeses produzem para autoconsumo e vendem apenas o excedente que serve para comprar bens essenciais à sobrevivência das famílias camponesas (M-D-M). Sendo assim, o alimento produzido pelos camponeses seria incapaz de atender à demanda da população urbana brasileira, que cresceu rapidamente ao longo do processo de industrialização. De fato, só é possível explicar essa capacidade da agricultura para atender às demandas de consumo alimentar por dois caminhos: a) admitindo que o agronegócio também participa na produção de alimentos de consumo popular, e de forma crescente; b) incluindo na categoria “campesinato” os produtores familiares altamente produtivos e que destinam sua produção para o mercado. Essas alternativas não são mutuamente excludentes, mas

ambas contradizem as teses fundamentais do paradigma da questão agrária, já que o primeiro caminho implica admitir que a agricultura patronal também tem interesse em produzir alimentos, enquanto o segundo consiste em incluir no conceito de “camponês” agentes sociais cuja produção se destina à comercialização (D-M-D’).

Além disso, Ariovaldo U. Oliveira (2007) afirma que certas políticas públicas, como os programas de preços mínimos agrícolas e de cotas de produção, constituem uma forma de reprodução camponesa por meio da atuação do Estado. Contudo, tal afirmação, involuntariamente, revela a incoerência da ideia de que o capitalismo precisa reproduzir o campesinato para se reproduzir enquanto sistema. A política de preços mínimos faz a produção de alimentos crescer mais do que a demanda porque o lucro do produtor é garantido. Mas o crescimento da oferta além da demanda reduz o preço dos produtos, o que torna a política de preços mínimos onerosa para o Estado e pode levar à formação de estoques que só podem ser reduzidos por meio da exportação de alimentos. Para evitar isso, a solução é estabelecer uma cota máxima de produção, exatamente como acontece na Europa.

Portanto, a combinação de política de preços mínimos com a de cotas de produção indica que a produção familiar estimulada por tais políticas não é necessária para anteder à demanda por alimentos, de modo que estas servem para beneficiar os camponeses, não o conjunto da sociedade. Isso fica ainda mais claro quando se constata que as políticas da União Europeia passaram a dispensar os produtores rurais de produzir,

Agora, na Europa, mudará a política comum: os agricultores receberão os subsídios mesmo que não produzam, compromissando-se a manter belas suas propriedades e eternas suas moradias, em harmonia com o meio ambiente, cuidando também do bem-estar animal. Esse é um conceito superatual, impensável há uma década: a chamada multifuncionalidade do campo (Graziano, 2004, p. 87 - itálico no original).

Sobre a inclusão dos trabalhadores urbanos (os pobres ou expropriados da cidade) na classe camponesa, Oliveira (2007) parece idealizar as razões para a inserção dessas pessoas nos movimentos sociais de luta pela terra. É muito mais razoável supor que os pobres da cidade passaram a integrar o movimento dos sem-terra simplesmente porque viram aí uma boa oportunidade para receber ajuda assistencial do Estado e formar um patrimônio muito mais rapidamente do que se permanecessem trabalhando nas periferias urbanas. Ao invés disso, mesmo sem

realizar uma sólida pesquisa de campo para confirmar seu pressuposto, Oliveira (2007) faz uma leitura ideológica do processo e supõe que os pobres das cidades optaram por um modo de vida não capitalista. Porém, se essa justificativa fosse plausível, talvez não houvesse tanta evasão e baixa produtividade agrícola nos assentamentos rurais, como demonstrado em pesquisa de Zafalon (2009).

Por sua vez, Fernandes (2013) também utiliza termos pouco esclarecedores, como ao afirmar que o “produtivismo” não é um elemento da produção camponesa. Neste caso, fica a impressão de que o autor admite que uma das características da agricultura camponesa é a baixa produtividade, o que depõe contra a tese de que os camponeses são fundamentais para garantir a oferta de alimentos.

Quando Fernandes (2013) aborda a luta contra o capital (luta pela terra) como um mecanismo para a recriação do campesinato, considerando-se que o capitalismo, contraditoriamente, necessita da existência dos camponeses para se reproduzir, o autor não pondera que, sendo assim, essa luta também favorece a reprodução do capitalismo e, desse modo, a luta pela terra, até certo ponto, deveria ser aceita pelos empresários e pelo “Estado burguês” como um mal necessário. A ideia de contradição dialética serve para fazer com que as contradições das teorias marxistas pareçam ser formas inteligentes de desvendar contradições que estariam no sistema capitalista, não nas teorias críticas.

Ao discutir os processos de territorialização e desterritorialização, dos territórios camponês e capitalista, considerando que a expansão de um depende, necessariamente, da destruição do outro, Fernandes (2013) prevê a intensificação do enfrentamento entre os dois modelos de territórios a partir do fechamento da fronteira agrícola brasileira. Até o momento, no entanto, os dados da Ouvidoria Agrária mostram que o número de invasões de terra despencou nos últimos anos.

Em Paulino (2003), estão presentes outros argumentos passíveis de questionamentos. Para a geógrafa os conceitos devem ser construções teóricas integradas a um marco político, de modo que a escolha dos conceitos não é neutra. Nesse sentido, a escolha do termo “camponês” expressa um posicionamento político do pesquisador.

Ao defender a neutralidade ética do pesquisador, Martins (2004) afirma que o compromisso político do intelectual marxista não pode afetar o resultado das suas pesquisas. Nesse sentido, esse compromisso se situa no início do processo de pesquisa, mas não define o resultado de antemão. Contudo, alguns teóricos do

campesinato parecem entender que a ausência de neutralidade implica orientar o trabalho de pesquisa, desde o início, com o objetivo de chegar a um resultado político definido de antemão. Como afirma Bernardo Mançano Fernandes (2013),

[...] cientistas interpretam as realidades, procuram explicá-las e convencer outros a aplicar esses pensamentos. Para tanto, selecionam um conjunto de referências constituintes, como elementos, componentes, variáveis, recursos, indicadores, dados, informações etc., de acordo com suas perspectivas e suas histórias, definindo politicamente os resultados que querem demonstrar (FERNANDES, 2013, p. 198).

Na questão dos elementos que caracterizam a agricultura camponesa, Paulino (2003) afirma que os camponeses buscam o envolvimento do maior número de membros da família nas atividades do estabelecimento, por isso a escolha da lavoura é orientada para cultivos que requerem mais mão-de-obra. No entanto, podemos considerar que, como as culturas mais intensivas em mão-de-obra são relativamente menos lucrativas para os grandes estabelecimentos patronais, que podem produzir em grande escala, os agricultores familiares acabam sendo mais competitivos na produção de culturas intensivas em mão-de-obra. É uma estratégia de mercado, portanto.

De fato, o paradigma da questão agrária supõe que os camponeses tendem a se dedicar à produção de alimentos porque almejam uma vida de independência, autonomia. Mas a explicação pode estar no fato de produzirem produtos intensivos em mão-de-obra porque a força de trabalho familiar não precisa ser remunerada e porque a competição com os grandes produtores é menor no mercado desse tipo de produto. É por isso, por exemplo, que a maioria dos produtores de tabaco é familiar²², sendo que a opção por esse tipo de cultivo segue uma racionalidade econômica que considera o esforço físico exigido por cada tipo de produção e também as condições de comercialização. Com efeito, uma pesquisa sobre a fumicultura no município de Prudentópolis (PR), registrou o seguinte depoimento de uma produtora familiar,

²² A região de Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, é talvez a maior região produtora de fumo do mundo, produção essa realizada majoritariamente pela agricultura familiar – aproximadamente 70 mil famílias (SILVEIRA, 2010).

Eu "plantava as coisas" para a merenda escolar aqui da escola. [...] nós tinha que comprar as sementes e tudo o que precisava pra produzir essas verduras [...] quando levava na escola ficavam colocando defeito na minha produção [...] queriam que eu levasse todo dia dez pés de alface na escola [...] que lucro eu ia ter ir todo dia na escola levar só dez pés de alface? E ainda recebia só depois de 40 dias que entreguei a produção, e ainda às vezes atrasava. [...] O fumo é muito cansativo, só que a gente não precisa ficar se humilhando pra comprar a produção da gente, a firma [Souza Cruz] leva tudo, seja o melhor fumo, seja o pior (VILCZAK, 2016, p. 86-87).

De outro lado, os empreendedores com muito capital para investir preferem as culturas pouco intensivas em mão-de-obra, aquelas que podem ser mais intensamente mecanizadas, fazendo assim melhor uso do fator capital e produzindo em grande escala com baixo custo.

Comumente encontrada nos trabalhos, a incorporação de conceitos da teoria marxista nas discussões atuais sobre o campesinato resulta, por vezes, em uma leitura ambígua. É nesse quadro que se situa a discussão sobre a chamada “renda camponesa da terra”, realizada por Paulino (2003).

Segundo os autores marxistas, há três formas de renda da terra, que são fontes de lucro extraordinário para os produtores. São elas a renda diferencial tipo I, a de tipo II e a renda de monopólio. A diferencial I é o lucro extraordinário que deriva da maior produtividade do trabalho despendido nas terras mais férteis e/ou dos menores custos de transporte proporcionados por terras localizadas mais próximas do mercado consumidor. A de tipo II deriva do aumento da produtividade oferecido pela aplicação mais intensiva de tecnologia, correspondendo, portanto, a um aumento da mais-valia relativa. E a renda de monopólio é o lucro extraordinário que deriva do suposto fato de que os proprietários de terra, detendo o monopólio desse fator de produção, mantém a produção agropecuária abaixo do potencial produtivo de modo a fazer com que o preço de mercado dos produtos fique acima dos preços de produção (OLIVEIRA, 1987)²³.

²³ Martins discute essa questão de forma mais elaborada: “[...] quem é que paga a renda da terra: o trabalhador ou o capitalista? [...] Se [o trabalhador] aceitasse uma dedução do seu salário para que fosse paga a renda da terra, não poderia reproduzir-se como trabalhador que trabalha para o capital, porque assim o resto do salário que lhe sobraria seria insuficiente para comprar os meios de vida necessários à sua sobrevivência. Do mesmo modo, o capitalista não pode aceitar uma dedução do seu lucro porque isso poria em risco a sua sobrevivência como capitalista; já que assim, muito provavelmente, estaria retendo da mais-valia uma parte inferior ao lucro médio do capital e dos outros capitalistas. [...] Aqui não é necessário entrar no complicado mecanismo que permite a conversão de uma parte da mais-valia em renda da terra sem que ela constitua uma dedução dos salários nem uma dedução do lucro do capitalista. [...] a renda não é paga por ninguém em particular porque ela é paga pelo conjunto da sociedade” (MARTINS, 1983, p. 164). Apesar disso, nota-se que o argumento

Considerando então que, a renda da terra, em suas três formas, consiste num lucro extraordinário e que a produção camponesa não visa lucro, não faz sentido usar essa expressão.

Para Paulino (2003), a renda camponesa da terra tem origem no trabalho familiar contido nas mercadorias produzidas pelos camponeses, portanto, é uma renda do trabalho e não uma renda da terra. De fato, a teoria marxista do valor estabelece que o trabalho é a única fonte do valor das mercadorias. A terra e as máquinas, por si sós, não geram valor. Apenas potencializam o trabalho humano, ou seja, aumentam a produtividade e, portanto, a mais-valia relativa.

Paulino (2003) considera que a expropriação da renda camponesa da terra ocorre, principalmente, por meio da máxima depreciação possível da produção camponesa pelos capitalistas. Outros mecanismos de extração da renda camponesa da terra são encontrados na ação do capital financeiro e nos preços estabelecidos pelas indústrias de insumos e máquinas.

Partindo dessa premissa, Paulino (2003) considera que o preço pago a produção camponesa é necessariamente inferior ao valor que ela contém. Entretanto, é impossível calcular a quantidade de valor trabalho (tempo socialmente dispendido na produção) contida nos produtos camponeses. Sem o cálculo do valor da mercadoria, não se pode ter certeza de que o preço de venda está, necessariamente, abaixo do valor.

Embora Paulino (2003) possa supor que é do interesse dos industriais comprar a matéria-prima pelo preço mais baixo possível, não é possível comprovar a hipótese de que o preço é inferior ao valor contido nos produtos.

Além do mais, os produtores familiares consolidados (com maior renda) se concentram principalmente no Sul e Sudeste e estão mais integrados às cadeias agroindustriais (BUAINAIN; ROMEIRO, GUANZIROLI, 2012).

Essa evidência contradiz o pressuposto defendido por Paulino (2003). Não faz sentido supor que quanto maior a integração ao mercado, maior é a expropriação do agricultor (extração da renda camponesa da terra), afinal, o maior nível de renda da

de Martins precisa fazer várias suposições devido à impossibilidade de quantificar a renda da terra, como se vê nas comparações entre o valor dos salários e a renda da terra e desta com a taxa de lucro médio. Como aponta Navarro (2008, p. 19), a categoria "renda da terra", que já na obra de Marx mostra-se "obscura", não é empiricamente verificável, motivo pelo qual não se presta a análises concretas sobre os fenômenos sociais e econômicos.

agricultura familiar é encontrado justamente entre os produtores mais integrados às cadeias agroindustriais.

Outro elemento apontado pela autora como mecanismo de extração da renda camponesa é a aquisição de máquinas e insumos. Novamente, se parte da suposição de que a indústria de insumos e máquinas vende seus produtos por preços acima do valor neles contido. Nesse sentido, quanto mais o produtor se modernizar, mais explorado ele será. No entanto, a realidade evidencia o oposto, pois são os produtores mais tecnificados que auferem renda mais elevada.

A contradição desse tipo de análise se encontra no seu embasamento na teoria marxista do valor trabalho, que não consegue explicar como ocorre a conversão do valor trabalho em preço. Característica que para alguns teóricos é uma falha, mas que para outros é uma vantagem teórica, pois a inexistência de relação entre valor e preço permite que se façam ilações sobre a transferência de valor (exploração) de um produtor para outro e de um lugar para outro.

Já a adoção de expressões como “monopolização do território” ou “monopolização do território pelo capital” entre os geógrafos agrários, para tratar das situações em que ocorre um domínio capitalista da produção, sem expropriar o agricultor de sua terra, tem sido usada para dar originalidade à leitura geográfica, embora suas raízes conceituais se encontrem nas análises da economia e sociologia marxistas, como no conceito de “sujeição da renda da terra” ao capital, de José de Souza Martins²⁴.

Por fim, muito comum nas leituras dos teóricos pró campesinato é a ideia de que a assimilação de elementos da lógica de mercado são formas de resistência do campesinato e não evidências de sua desintegração²⁵. Do mesmo modo tendem a tirar o foco dos aspectos econômicos (renda; acesso ao crédito rural; aumento

²⁴ MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

²⁵ Em sua pesquisa sobre os posseiros do Vale do Rio Mearim (MA), Leonarda Musumeci (1988) mostrou que, quando os agentes sociais se comportam de forma que vai contra as previsões das teorias críticas, os pesquisadores usam argumentações ad hoc para justificar esse desvio sem abrirem mão da teoria, o que se dá principalmente pela ideia de que os camponeses acabam aceitando incorporar alguns elementos da lógica capitalista como forma de resistir no campo. É o que parece acontecer na leitura do campesinato, por exemplo, quando alguns teóricos afirmam que a adoção do trabalho assalariado temporário não mudaria a lógica não capitalista da produção camponesa.

patrimonial, etc) e valorizar aspectos qualitativos (amor/apego a terra; horta e jardim na propriedade; ajuda mútua entre vizinhos, por exemplo).

A produção de autoconsumo, por exemplo, apontada como uma das formas de resistência do campesinato na avicultura, também pode ser interpretada apenas como uma forma de economizar algum dinheiro com a compra de alimentos. Mais importante do que apontar a existência de uma horta no estabelecimento produtivo é estimar o valor dessa produção de autoconsumo e a partir daí aferir se este representa um percentual significativo da renda familiar.

Além disso, para afirmar que a produção para autoconsumo, dentro de um estabelecimento cuja produção se destina majoritariamente para o mercado, é produto da “lógica contraditória do capitalismo”, seria preciso demonstrar que a reprodução da sociedade capitalista requer a existência dessa produção de autoconsumo. Não faz sentido pensar que o capitalismo seria inviabilizado caso os avicultores familiares não possuísem uma horta em sua propriedade.

No caso das pesquisas geográficas sobre o campesinato na avicultura, como em Storti (2010) e Heck (2016), debatidas na próxima seção, os autores dão menor importância para o estudo dos aspectos mercantis e centram suas análises em aspectos secundários do estabelecimento produtivo (costumes camponeses: horta; jardim; mutirão de trabalho) para assim justificar a sobrevivência do modo de produção camponês nesta atividade econômica. Portanto, os elementos mais importantes da categorização (avicultor camponês) seriam as atividades acessórias (complementares), e não as relações econômicas predominantes e das quais as famílias efetivamente tiram seu sustento.

1.4.4 A exclusão do campesinato na avicultura moderna

Uma interpretação do paradigma da questão agrária sobre o campesinato, apontado por Fernandes (2011), é de que os camponeses disputam sua existência no mundo capitalista globalizado, lutando contra a lógica capitalista que os pressiona para a subordinação e destruição. Nesta conjuntura, parte dos camponeses se desenvolve dentro da lógica capitalista, embora mais pela necessidade do capital do que da própria estratégia camponesa de reprodução, contudo, a maior parte da categoria está sendo destruída.

Esta dinâmica, apontada por Fernandes (2011), parece ser compatível com o desenvolvimento do campesinato na avicultura moderna.

Percebe-se a desintegração total do campesinato na produção industrial de frangos, embora se admita a possibilidade de sua recriação em nichos específicos de mercado, como nos sistemas alternativos de criação de frango, tais como o frango caipira e o frango orgânico, por exemplo.

A incompatibilidade entre a produção camponesa e o mercado capitalista, é uma das tendências apontadas por Abramovay (2012, p. 127-128),

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquirem a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social.

De fato, a alteração das bases produtivas, representa a transformação do campesinato em outra categoria social (agricultura familiar e agricultora empresarial), ou poderíamos falar ainda em pequeno capitalista, termo adotado por Heck (2016).

Este pode não ser um processo generalizado no campo, mas que ocorre com maior intensidade e rapidez em certos segmentos produtivos, como no caso dos integrados a agroindústria: o aumento da tecnificação vai afastando o campesinato do setor produtivo por causa da limitação financeira destes agricultores.

Reitera-se que a presença de uma produção para autoconsumo no estabelecimento produtivo, como uma horta, é muito pouco para justificar a permanência de uma avicultura camponesa.

Além disso, Abramovay (2012, p.125) aponta a inserção do campesinato no circuito dos mercados incompletos: “[...] o traço básico das sociedades camponesas é a integração parcial a mercados incompletos”.

O caráter de integração parcial ao mercado, segundo Abramovay (2012), advém do fato de que a produção camponesa é determinada sem que o grau de sua integração ao mercado seja dado de antemão (definição do quanto será consumido e do quanto será comercializado) e ainda porque nem todos os meios de produção são comprados. Essa dinâmica, precisamente, é oposta ao mecanismo de funcionamento da avicultura industrial.

Seguindo esse mesmo pressuposto podemos retomar uma das características apontadas por Ploeg (2006) para o modo de produção camponês: A menor dependência da unidade de produção camponesa em relação ao mercado (maior autonomia).

Esta característica difere drasticamente do modo empresarial de produção agrícola, que depende de relações mercantis externas e onde os recursos para a produção são também mercadorias. Assim, no modelo camponês,

[...] o processo de produção no modo de produção camponês é tipicamente estruturado sobre (e simultaneamente inclui) uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida. Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção como valores-de-uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que são utilizados para produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção (PLOEG, 2006, p.25).

Este atributo é particularmente interessante nesta pesquisa, voltada para a investigação de um modo de produção camponês na avicultura. A avicultura moderna é um CAI (Complexo agroindustrial) completo, o que implica na sua integração total ao mercado. Nesta atividade o agricultor, sobretudo no modelo de integração, tem pouquíssima autonomia sobre o processo de produção e depende totalmente do mercado para a aquisição dos recursos produtivos (insumos externos).

Se tomarmos o nível de integração ao mercado como uma característica fundamental da agricultura camponesa, automaticamente iremos excluí-la dos circuitos produtivos dos complexos agroindustriais, pois, segundo Ploeg (2006, p. 30), o modo camponês de produção é marcado pelo “Distanciamento em relação ao mercado de insumos; diferenciação em relação ao mercado de produtos (reduzido grau de mercantilização)”.

Embora uma hipótese desta pesquisa seja a da falta de autonomia dos produtores inseridos na avicultura moderna, existe uma outra leitura para esse pressuposto.

Para Storti (2010), por exemplo, a autonomia dos avicultores camponeses se encontra na análise do conjunto das atividades desenvolvidas na propriedade rural e não somente na atividade avícola. Dessa forma a autonomia camponesa estaria presente na reprodução de relações não capitalistas no estabelecimento produtivo.

A presença e manutenção da produção para autoconsumo significam que a avicultura de corte não elimina por completo outras atividades não-capitalistas desenvolvidas na unidade produtiva, o que garante, em parte, a autonomia camponesa (STORTI, 2010, p.75).

Contudo, quanto se leva em conta somente a atividade avícola, o próprio pesquisador reconhece a perda de autonomia dos camponeses devido ao ritmo de trabalho (subordinado ao ritmo da indústria) imposto aos produtores na lida diária com o aviário.

Segundo Storti (2010, p.88): “Mas, embora ocorra a subordinação da propriedade camponesa por meio da indústria, o camponês ainda controla relativamente o seu território”. De fato, um controle relativo, visto que até mesmo a criação de aves domésticas (frango caipira, pato, peru, etc) tão importantes na alimentação camponesa são proibidas pelas integradoras por questões sanitárias, limitando assim, a produção de autoconsumo, uma das características essenciais do campesinato.

Para Storti (2010, p.89): “Por meio da atividade avícola o capital monopoliza o território. No entanto, esse processo não elimina os elementos estruturantes da produção camponesa e também o modo de vida camponês”.

No entanto, pesquisas mais recentes, como a de Moreira (2020), contradiz esse argumento. Embora a mão-de-obra familiar, elemento central da dinâmica camponesa, ainda seja relevante na avicultura, novas tendências, como o aumento da escala produtiva dos avicultores (construção de mais de um aviário por estabelecimento), a expansão dos grandes projetos de produção avícola (como os condomínios de granjas) e o surgimento de empresas terceirizadas que prestam serviço a esses produtores, tendem a reduzir a sua importância.

A ajuda mútua entre agricultores, tradicional costume camponês, por exemplo, vem perdendo espaço devido ao surgimento de empresas terceirizadas²⁶ ou da

²⁶ Já existem empresas especializadas em ambos os serviços: na coleta de frangos, como mostrou Moreira (2020) e na compra e retirada da cama do aviário, atividade na qual são usadas mini carregadeiras, que podem tanto pertencer ao próprio avicultor (quando mais capitalizado) quanto a terceiros. Dessa forma, o trabalho em mutirão e quase totalmente manual, típico da produção camponesa, tem sido adotado cada vez menos. Sem falar também que o intervalo de troca das camas dos aviários aumentou, podendo agora variar de seis meses até um ano de uso, reduzindo o tempo de trabalho dispendido nesta tarefa.

execução de serviços de coleta de frangos e remoção da cama do aviário pela própria integradora.

Portanto, os demais elementos não capitalistas destacados por Storti (2010) (horta e costumes como o plantio de flores na propriedade) são muito frágeis para caracterizar uma avicultura de base camponesa. Ainda, de acordo com Storti (2010)

O capitalismo abre a possibilidade dos camponeses continuarem detentores do trunfo do território por meio da inserção cada vez maior ao mercado. É possível afirmar que o mercado também garante a existência camponesa, mesmo que seja uma existência subordinada. (STORTI, 2010, p.89)

Essa afirmação contradiz uma característica clássica da agricultura camponesa, que define esses produtores justamente pelo baixo grau de inserção ao mercado e por consequência, maior autonomia produtiva.

Storti (2010) entende que as contradições do capitalismo se manifestam na avicultura, pois esta atividade, por um lado viabiliza o acúmulo de capital pelas agroindústrias, sendo assim uma estratégia do capital, mas por outro, viabiliza também a reprodução camponesa.

A partir de uma perspectiva contraditória é possível afirmar que a avicultura é uma estratégia camponesa. É possível apreender ainda que a atividade avícola constitui-se numa alternativa a mais para os camponeses permanecerem na terra de trabalho (STORTI, 2010, p,89).

Esta pesquisa assume a hipótese oposta, a de que atividade avícola moderna corrobora com a desintegração do campesinato, por um lado, pelos entraves (principalmente financeiro) para sua inserção no ramo e por outro, pela transformação econômica e social daqueles indivíduos que conseguiram se integrar e permanecer na atividade.

Outro elemento que podemos utilizar para evidenciar o distanciamento do campesinato da produção moderna de frangos é justamente a análise da lógica de circulação de mercadorias da teoria marxiana.

Para Correia (2018) a produção de frangos camponesa, anterior ao processo de modernização da agricultura, obedecia a lógica de circulação simples de mercadorias: M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria), onde o frango, excedente da produção de autoconsumo, era comercializado para comprar mercadorias que não eram produzidas nos estabelecimentos camponeses. O frango, portanto, tinha um

valor de uso. Esse mecanismo se modifica com a modernização e a implantação da produção industrial, o frango passa a ter um valor de uso e também um valor de troca. Na avicultura capitalista moderna, portanto, segue-se a lógica de circulação ampliada do capital: D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro).

O capital avícola surge do processo de conversão do dinheiro no frango capitalista e de sua reconversão em dinheiro. Para que o D final da fórmula (D-M-D) seja maior que o D inicial, ocorre um processo de apropriação da mais valia criada pelo trabalho assalariado e da renda da terra (CORREIA, 2018).

Esse mecanismo de funcionamento da avicultura moderna se contrapõe ao mecanismo de funcionamento das sociedades camponesas, que segundo Chaynov, obedeceria a lógica de circulação simples de mercadorias.

Por fim, retomemos Paulino (2003, p.39), ao ressaltar que é justamente na lógica interna de exploração e organização que reside a diferença entre a unidade camponesa e capitalista, de modo que “deixarão de ser camponeses ao incorporarem a lógica capitalista, expressa na exploração do trabalho alheio e privilegiamento da acumulação de capital”.

Essa consideração reafirma o pressuposto da incompatibilidade entre campesinato e a produção moderna de frangos, visto que o assalariamento é um mecanismo largamente presente na avicultura industrial (de base familiar e empresarial) contemporânea e que, por causa dos limites financeiros para a inserção do campesinato no setor, tende a se expandir.

Chama a atenção ainda outra consideração apresentada por Paulino (2003, p. 41) sobre a produção camponesa: “[...] mesmo que venham a contratar mão-de-obra, essa assume sempre um caráter complementar, portanto não visam a auferir lucros a partir da exploração do trabalho alheio”. Esse atributo não faz sentido algum na avicultura industrial, se é que faz em outro setor. A contratação de mão-de-obra ocorre para viabilizar o aumento da produção, gerando lucro justamente a partir dos ganhos de escala.

Não é razoável supor que o avicultor que vai se endividar para aumentar a escala produtiva, e por essa razão necessita de mão-de-obra extrafamiliar, não tem por objetivo aferir lucro. Sendo esta a situação, estaríamos diante de um processo de transformação do campesinato, de camponês a agricultor profissional, como aponta Abramovay (2012) ou, em outros termos conceituais, de camponês a empresário rural.

Em sua pesquisa, Paulino (2003, p.138) enfatizou a “predominância absoluta do trabalho familiar” na avicultura, por causa da baixa renda (em função das elevadas despesas) gerada na atividade.

Porém, destacou que nos estabelecimentos camponeses a avicultura tem caráter complementar de renda, pois os membros da família dedicam-se também a outras atividades produtivas (para autoconsumo e para fins comerciais) na propriedade: “Considerando que a escala é que determina um retorno monetário satisfatório, os camponeses apenas se mantêm pela articulação dessa com um conjunto da atividades na unidade produtiva” (PAULINO, 2003, p.139).

A necessidade de acompanhamento constante (dia e noite) do aviário, tanto nos antigos modelos manuais quanto nos modernos galpões automatizados, cria um conflito com as outras demandas de trabalho no estabelecimento camponês. Se para ter uma margem viável de lucro na atividade é preciso investir em ganhos de escala, essa transformação impacta diretamente a viabilidade do trabalho familiar, levando a adoção do trabalho assalariado ou em parceria e dessa forma descaracterizando o que corresponderia a uma avicultura camponesa, sustentada no trabalho familiar.

Apesar de enfatizar a predominância de uma avicultura de base familiar (camponesa), Paulino (2003) não nega a existência de produtores capitalistas, estes teriam como característica particular a adoção do sistema de parceria para o trabalho nos aviários. Esse modelo, no entanto, estaria em risco com a baixa rentabilidade da atividade.

Contudo, essa prática igualmente se encontra ameaçada, uma vez que a manutenção da margem de lucro das próprias empresas desloca a atenção para a máxima otimização dos recursos no ciclo da produção. Isso porque a apropriação do valor trabalho contido na produção é por demais elevada, o que deixa uma margem mínima de rentabilidade aos avicultores. Em última instância, isso pode ameaçar as próprias empresas, pois o desestímulo e a desistência desses afeta o fornecimento da matéria-prima (PAULINO, 2003, p. 138).

Segundo Paulino (2003, p.139) há uma incerteza sobre a permanência do modelo de parceria na avicultura: “O fato de não serem proprietários traz restrições à dedicação exigida, bem como limita o incremento de renda com base no desenvolvimento de outras atividades dentro da propriedade”.

Esses apontamentos indicam uma tendência de expansão do assalariamento na atividade e, conseqüentemente, das relações tipicamente capitalistas de produção,

o que mais uma vez nos remete a incompatibilidade entre a agricultura camponesa e a avicultura industrial.

Em termos de diferenciação social, essa incompatibilidade está presente também de maneira subjetiva, envolvendo a lógica para a tomada de decisões nos estabelecimentos produtivos. Segundo Abramovay (2012), enquanto a mentalidade camponesa é orientada para minimizar riscos, a mentalidade empresarial (capitalista) está direcionada para a maximização dos lucros. A inserção e permanência dos produtores na avicultura moderna parece obedecer muito mais a lógica capitalista do que a camponesa.

Entre os teóricos do paradigma da questão agrária, sobretudo entre os geógrafos agrários, parece haver uma recusa em aceitar a desintegração do campesinato, tanto no contexto agrário geral (Oliveira e Fernandes) quanto em determinados nichos produtivos, como naqueles ligados aos complexos agroindustriais completos como a avicultura, leituras encontradas nos trabalhos de Paulino (2003), Heck (2016) e Storti (2010), por exemplo.

Na contramão deste entendimento, no entanto, já se estruturam outras leituras, como a de Moreira (2020). Embora historiador, Moreira (2020) apresenta elementos que embasam a análise geográfica proposta neste trabalho que, por sua vez, busca evidenciar uma progressiva e irreversível dissolução do campesinato (relações camponesas) na avicultura industrial contemporânea.

Moreira (2020) centraliza sua análise nas transformações das relações de trabalho²⁷ nas diversas etapas da produção avícola. No interior dos pequenos estabelecimentos rurais dedicados a criação de frangos destaca o fato de que o trabalho deixou de ser apenas familiar.

Além disso, segundo o autor, acompanhando a tendência das grandes e médias propriedades, a gestão de grande parte dos pequenos estabelecimentos passou a ser orientada pela ideologia do agronegócio, o que corresponde ao modelo de gestão típico dos grandes produtores, norteados pelo produtivismo e pelo lucro. Essa orientação, por sua vez, é fruto da atuação das agroindústrias e cooperativas

²⁷ Moreira (2020) discute tanto as transformações no trabalho de manejo direto com o aviário (sob a direção dos avicultores) como a exploração do trabalho comandado pelas empresas integradoras, dentro dos frigoríficos e na atividade de coleta e transporte das aves até o abatedouro. No último caso, o autor ressalta ainda a tendência de terceirização recente do serviço.

agroindustriais que ofertam atividades de formação e qualificação para seus integrados.

Assim, no Oeste do Paraná, recorte espacial do seu estudo, as empresas e cooperativas agroindustriais, instaladas na região, são apontadas como as responsáveis por essas transformações: “Na região Oeste do Paraná, a forte presença de empresas e cooperativas agroindustriais há mais cinco décadas articula e molda econômica e politicamente a organização da produção agropecuária” (MOREIRA, 2020, p. 438).

Moreira (2020) apontou a desintegração da ajuda mútua (mutirão para a coleta de frangos), frisada por Storti (2010) e por Heck (2016), como um elemento de identidade camponesa presente entre os avicultores.

A coleta de frangos e carregamento dos caminhões para o envio aos abatedouros foi, durante muito tempo, de responsabilidade dos avicultores. Porém, para evitar o manejo inadequado das aves e por pressão da associação dos avicultores, que visava reduzir os custos dos produtores, as agroindústrias passaram a se responsabilizar por essa atividade, criando para esse fim, suas próprias equipes de coleta dos frangos. Posteriormente surgiram também empresas terceirizadas para a prestação deste serviço.

As agroindústrias assumiram os custos do carregamento dos frangos nos aviários, contudo, terceirizam para empresas que atuam vinculadas a cada agroindústria. A mão de obra desses trabalhadores na “apanha” dos frangos é caracterizada pela intensa exploração, pois além de se deslocarem para longe de suas residências, o trabalho realizado exige muita força física, é repetitivo e os trabalhadores estão destituídos de inúmeros direitos trabalhistas, tais como, carteira de trabalho assinada, seguro desemprego, entre outros (MOREIRA, 2020, p.447).

Moreira (2020) ressalta a exploração dos trabalhadores envolvidos nesta atividade, pois são muitas vezes empregados de maneira precária e realizam longas jornadas de trabalho. Mas, independente desse cenário, o que nos interessa aqui é apontar uma evidência da desintegração das chamadas relações camponesas entre os avicultores, neste caso, por reivindicação dos próprios produtores, o que pode representar uma mudança de mentalidade destes.

Assim como outros teóricos já demonstraram, Moreira (2020) ressalta que a avicultura só é lucrativa para os produtores que conseguem gerir mais de um aviário, que por sua vez, tende a demandar a contratação de mão-de-obra extrafamiliar

(assalariados ou parceria), sendo ainda necessário que os galpões de produção estejam devidamente estruturados com equipamentos modernos.

Num primeiro momento, até as duas últimas décadas do século XX, a produção industrial de frangos permitiu um incremento na renda da terra extraída pelos pequenos proprietários rurais avicultores, porém, a reorganização da produção da indústria alimentícia e da cadeia produtiva avícola, a partir daquele período, pressionou a ampliação da escala de produção e do “acompanhamento” das “melhorias” do “padrão tecnológico” para a obtenção de uma renda da terra necessária e suficiente para a sobrevivência familiar no campo. Se a pequena propriedade é minúscula – minifúndio – e abriga apenas um aviário e a família não desenvolve outras atividades produtivas simultâneas, como a produção do leite, criação de suínos, de forma integrada ou não a uma agroindústria, e também uma área para plantio, amplamente tecnificados, dificilmente conseguirá sobreviver no campo. Os imperativos do capitalismo impuseram essa lógica que inviabiliza economicamente as pequenas propriedades não moldadas pelo agronegócio (MOREIRA, 2020, p.450).

A viabilidade da avicultura industrial é assegurada pela produção em larga escala e pela intensa exploração da mão de obra dos trabalhadores vinculados na cadeia avícola. Neste contexto as empresas privilegiam a integração aos médios e grandes produtores, mas é possível a um pequeno produtor reorganizar sua atividade e se tornar um médio ou grande produtor (MOREIRA, 2020). Confirmando essa propensão, deixam de ser camponeses.

Essa tendência tem sido inclusive estimulada pelas agroindústrias, como apontado por um avicultor entrevistado por Moreira (2020). Trata-se do incentivo a construção dos chamados modais, estruturas compostas por pelo menos quatro aviários com capacidade de alojamento de 30 mil frangos cada.

A tendência é visível em algumas cooperativas agroindustriais no Oeste do Paraná e empresas, como a BR Foods, que modulam o ritmo da reorganização da produção avícola no Brasil, desde o início da avicultura industrial pela Sadia, nas décadas de 1950-60. (MOREIRA, 2020, p.453).

Como o investimento é elevado e, na maioria das vezes, depende de financiamento bancário, essa tendência facilita a expansão da produção dos avicultores já inseridos na atividade e tende a excluir os agricultores menos capitalizados que tenham interesse de atuar no setor. Além disso, a produção de frangos no formato de modais tende a se assentar no trabalho assalariado, lógica oposta da produção camponesa, assentada no trabalho familiar.

Outra tendência verificada é condicionar os contratos de integração a modernização dos aviários com a construção dos caríssimos galpões Dark House²⁸ (MOREIRA, 2020).

Essa perspectiva também foi apontada na pesquisa de Heck (2016), ao afirmar que o elevado custo dos aviários em modais tende a pressionar os camponeses a abandonarem a atividade. Embora seja do interesse das empresas e cooperativas a adoção desse modelo produtivo, visto que implicaria diretamente na redução de custos, sobretudo com transporte.

Tal fato se explica porque as empresas e cooperativas atuam num raio de ação em média de 50 km e quanto mais próximo os galpões de aves estiverem das empresas é mais vantajoso, por conta dos custos com combustível, condições da rodovia e em alguns casos pedágio. Os modais, na visão empresarial, entram exatamente nessa perspectiva, pois ao invés de ter vários galpões em diferentes avicultores(as), concentram-se, por exemplo, quatro em uma única propriedade, o que reduz significativamente os custos empresariais (HECK, 2016, p.114).

Considerando que os avicultores camponeses seriam aqueles que adotam exclusivamente mão-de-obra familiar²⁹ e que possuem menor escala produtiva e capacidade financeira, essas tendências corroboram a hipótese central levantada nesta pesquisa, de incompatibilidade entre a produção industrial de frangos e a agricultura camponesa, mesmo no sistema de integração.

Moreira (2020) também contesta a associação dos pequenos proprietários do Oeste paranaense ao modo camponês de produção.

A pesquisa histórica assentou-se, nas últimas décadas, na interpretação dos pequenos proprietários rurais da região Oeste do Paraná como camponeses, fundamentando-se em análises clássicas sobre a questão agrária (Chayanov; Kautsky e Lênin). Para essa associação, no entanto, parte significativa da “produção acadêmica e militante” considerou apenas a moradia e o trabalho no campo de trabalhadores rurais não proprietários e de pequenos proprietários. Quanto à

²⁸ Estratégia para aumento da produtividade, adotado inicialmente nos EUA e Europa e depois introduzido no Brasil, que consiste na construção de “aviários totalmente fechados, com ventilação artificial tipo túnel e luz artificial, objetivando controlar todas as variáveis ambientais dentro do galpão, inclusive a iluminação” (MOREIRA, 2020, p.444).

²⁹ Embora a modernização produtiva, com a introdução dos galpões climatizados e automatizados, seja poupadora de mão-de-obra (Espíndola (2012) apontou que nesse sistema um trabalhador é capaz de cuidar de até três aviários, enquanto no modelo convencional conseguia cuidar de apenas dois), o fator financeiro tende a ser o principal limitador para a inserção e permanência do campesinato na avicultura.

integração às agroindústrias, e por consequências ao mercado, esse fato foi interpretado como uma estratégia de reprodução social da unidade familiar camponesa (MOREIRA, 2020, p.451).

Foi essa construção teórica, segundo Moreira (2020, p.451) que corroborou “a existência enquanto “classe” dos camponeses no Brasil”. A mesma leitura, conforme já destacado neste capítulo, também é encontrada em grande parte das pesquisas geográficas³⁰.

Contudo, é preciso considerar as limitações que essa interpretação implica, pois, a problematização não deve estar condicionada somente a possibilidade de se afirmar ou não a presença de modos de vida “camponeses” entre os pequenos proprietários (MOREIRA, 2020).

No caso específico da avicultura do oeste do Paraná, o que Moreira (2020) constatou foi a articulação dos pequenos proprietários ao agronegócio. Cabe agora aos pesquisadores, independente da área disciplinar, investigar essa tendência em novos recortes espaciais.

No Oeste do Paraná, quando o pequeno proprietário se integra como avicultor a uma agroindústria, na maioria das vezes, não limita sua atividade produtiva ao aviário. E dedica-se a produção de outras mercadorias agropecuárias com o objetivo de diversificar a produção. Com a gestão da pequena propriedade hegemônica pelo agronegócio utilizam permanente, sazonal ou temporariamente a mão de obra assalariada, diante da insuficiência da mão de obra familiar, comumente motivado pela saída dos filhos do campo para o estudo ou para o exercício de outras atividades na cidade. O cálculo empresarial e a produção vinculada ao mercado moldaram a reorganização das relações sociais de produção no campo. O que as evidências perscrutadas demonstraram foi a produção agropecuária no Oeste do Paraná diversificada e direcionada ao mercado e pequenos proprietários articulados ao agronegócio (MOREIRA, 2020, p.452).

A lógica desses pequenos proprietários está pautada na sua condição de proprietários da terra, defendendo uma posição de classe que os aproxima da burguesia agroindustrial e que conseqüentemente os leva a defesa do agronegócio e do próprio capitalismo: “não divergem do agronegócio e da agroindústria enquanto realidade, pois estão inseridos nas diversas cadeias produtivas (não apenas na

³⁰ De um modo geral, os estudos sobre o campo brasileiro estão assentados nas obras clássicas para investigar “a generalização ou não das relações capitalistas na produção agropecuária, ou sobre a expansão do capitalismo criando e recriando relações não capitalistas no campo” (MOREIRA, 2020, p.452).

avicultura) e dela não querem se excluir”, embora consigam identificar a subalternidade e a desigualdade a que estão expostos nessa cadeia produtiva (MOREIRA, 2020, p.452).

Outro elemento comumente utilizado para a associação entre pequenos produtores e campesinato é o vínculo a cooperativas agrícolas³¹. No caso do oeste do Paraná é notória a participação de cooperativas (C. Vale – Cooperativa Agroindustrial, Cooperativa Agroindustrial Copagril, Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel, Cooperativa Agroindustrial Lar, por exemplo) na atividade avícola.

Nesse segmento produtivo a integração a cooperativas não representou uma estratégia de manutenção e recriação do campesinato³², ao contrário, introduziu e reforçou um modelo de produção em bases capitalistas, consolidado a partir do processo de modernização do campo brasileiro.

Podemos falar então de um processo de deturpação da lógica cooperativista, uma contradição em sua essência, visto que no modelo capitalista as cooperativas passaram a ter por objetivo o seu crescimento econômico enquanto empresas, ao invés de buscar melhorar as condições de vida dos seus associados. “No decorrer da história, as cooperativas foram incorporando-se ao capitalismo e tornaram-se um instrumento a serviço mais do capital do que dos explorados e oprimidos” (STORTI, 2010, p.17).

Como as cooperativas aperam segundo a dinâmica do “mundo da mercadoria” é comum que estimule seus associados, incluindo camponeses, a produzirem os cultivos típicos do agronegócio, tais como a soja e a silvicultura (eucalipto), por exemplo (STORTI, 2010).

No caso da avicultura essa lógica empresarial (capitalista) de atuação das cooperativas está representada pelo incentivo a capacitação, investimentos em tecnologias (modernização dos aviários) e aumento da escala produtiva (produção em modais).

³¹ “A proposta de organização de cooperativas surgiu num passado distante com os socialistas utópicos que acreditavam na transformação da sociedade, através do cooperativismo. Os socialistas utópicos visualizavam a transformação da sociedade por meio do cooperativismo. Acreditavam que o cooperativismo era uma proposta para a superação do modo de produção capitalista” (STORTI, 2010, p.14)

³² Teóricos clássicos do rural (como Alexander Chayanov - A teoria das cooperativas camponesas) e contemporâneos abordam o cooperativismo como uma estratégia de fortalecimento da agricultura camponesa no capitalismo.

As empresas utilizam-se dos princípios do cooperativismo para estimular os associados a produzir, acreditar que realmente fazem parte de uma cooperativa. Entretanto, dificilmente os associados têm importante participação e, geralmente, tornam-se clientes dos serviços oferecidos pela empresa “disfarçada” de cooperativa (STORTI, 2010, p.17).

Embora seja o mecanismo de funcionamento de grande parte das cooperativas modernas, existem alternativas a esse modelo, como as cooperativas que lutam pela economia solidária e as cooperativas de reforma agrária do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) (STORTI, 2010).

No caso da avicultura industrial, no entanto, são as cooperativas de base empresarial que dominam o segmento produtivo.

No Brasil as cooperativas agrícolas tiveram papel decisivo no processo de modernização da agricultura, pois repassavam aos seus associados as políticas públicas de interesse do Estado, tornando-se, portanto, agentes da modernização. Por seu turno, a própria modernização forneceu as bases para a consolidação de um cooperativismo empresarial no país (STORTI, 2010).

Seguindo os mesmos pressupostos, para Moreira (2020), a instalação de cooperativas no oeste do Paraná, entre as décadas de 1960 e 1970, contribuiu com o processo de modernização da agricultura. O contexto de crédito farto, assistência técnica e estímulo à produção favoreceu tanto a criação das cooperativas quanto a adesão dos agricultores, que associados, passaram a reproduzir as orientações da cooperativa e assim expandir o processo de modernização.

As cooperativas, definidas por Moreira (2020) como empreendimentos capitalistas, atuavam inicialmente na recepção e comércio dos produtos agropecuários, mas a partir da década de 1980 se reorganizaram para abarcar também o ramo de processamento.

Essa mudança se respaldava no discurso de agregação de valor para beneficiar o pequeno produtor e mantê-lo no campo. Contudo, na prática, o que se percebe é que a gestão empresarial das cooperativas não difere das demais empresas, o objetivo é buscar “lucro e a acumulação de capital nas relações de integração e na constituição do patrimônio da empresa-cooperativa” (MOREIRA, 2020, p. 455).

Se tradicionalmente, no século XIX, o cooperativismo foi uma estratégia de organização dos trabalhadores frente à exploração capitalista, no século seguinte essa prática acabou sendo apropriada pelos próprios capitalistas para a concentração

da propriedade privada e do capital. Neste processo o Estado brasileiro atuou de forma decisiva, pois ofertou incentivos legais e fiscais para a instalação das cooperativas (MOREIRA, 2020). Para Moreira (2020)

Esse processo histórico tem levado a burguesia, como classe, a disputar e hegemonizar os interesses de pequenos proprietários rurais e da produção familiar, configurando os pequenos proprietários como parte da burguesia agrária e industrial no Oeste do Paraná. (MOREIRA, 2020, p. 455).

Assim, as relações entre camponeses e indústrias e entre camponeses e cooperativas são essencialmente iguais: “Em ambas as situações os camponeses estão sofrendo a exploração do sobre-trabalho e submetendo-se às exigências do capital” (STORTI, 2010, p.28). E submetendo-se as demandas do capital, o campesinato se desintegra.

Portanto, contraditoriamente, o cooperativismo na agroindústria tem desestimulado a reprodução da lógica camponesa. Por meio desse mecanismo os interesses e, mesmo a ideologia (visão de classe) dos pequenos produtores modernizados, tende a se aproximar muito mais dos ideais capitalistas do que dos ideais camponeses, pois insere e compele esses agricultores a produzirem segundo a dinâmica capitalista de produção do complexo agroindustrial.

É o que se constata na avicultura industrial, onde a dinâmica produtiva dos avicultores integrados as cooperativas não difere dos integrados as demais agroindústrias, ambos precisam ser tecnificados e capitalizados e mesmo com a adoção, em maior ou menor escala, do trabalho familiar, este elemento por si só não é capaz de configurar uma avicultura camponesa.

Trata-se de reconhecer a configuração de uma pequena produção de base familiar, que com o passar do tempo foi se tecnificando e capitalizando, perdendo seus elementos camponeses para se tornar uma “pequena burguesia rural”. No caso da avicultura esse processo ocorreu com a expansão do trabalho assalariado permanente, da ampliação da escala produtiva e da gestão empresarial do estabelecimento, compelidos pelas integradoras.

Esse não é um processo recente, mas já descrito em trabalhos da década de 1980, como em Ribeiro et al. (1981)³³ apud Moreira (2020),

³³ RIBEIRO, I. O.; CESAR, P. B.; BESNOSIK, R. I. Modernização e diferenciação social na agricultura brasileira: um estudo no Extremo-Oeste do Paraná. Relatório Final Extremo-Oeste Paranaense.

O relatório da pesquisa produzido pelos autores foi concluído em 1981. Para tratar do processo de intensificação da tecnificação e das relações capitalistas no campo, os autores utilizam-se de inúmeras entrevistas com diversos sujeitos implicados com a agropecuária industrial em Toledo, incluindo a avicultura, e concluíram que, naquele momento, ocorreram transformações nas relações sociais e uma reconfiguração nas classes sociais agrárias. Em 1980, as atividades agropecuárias não eram mais as mesmas das décadas de 1950 e 1960. E o processo histórico interpretado pelos autores naquele momento alterou bruscamente até o presente, ampliando significativamente o uso de tecnologias na produção agropecuária e com uso intensivo de mão de obra assalariada (ou como parceiros). Do mesmo modo, se na década de 1980 determinadas relações sociais de trabalho apresentavam-se como tendências, hoje são realidades vividas no campo. (RIBEIRO et al., 1981 apud MOREIRA, 2020, p.456).

Também o caráter excludente e seletivo da produção industrial de aves foi ressaltado em trabalhos do início da década de 1980, bem como a tendência de concentração da produção no modelo da “grande empresa capitalista”, que possibilita ganhos de escala e se reflete na eliminação de pequenos produtores em favor de outros de médio e grande porte, principalmente por causa das dificuldades de capitalização dos primeiros (SORJ; POMPERMAYER, CORADINI, 2008)³⁴.

A tendência à diminuição de produtores de pequenos plantéis e o aumento de produtores maiores é o resultado tanto do sucesso e capitalização de alguns empreendimentos como da real eliminação dos que não conseguem fazer frente aos aspectos técnicos e econômicos da produção, de modo a suportar situações de oscilações nos fatores de produção e comercialização (SORJ; POMPERMAYER, CORADINI, 2008, p.39).

Já se previa também transformações na produção avícola camponesa, preponderante até então, em função da ampliação e hegemonização dos contratos de integração: por um lado, “uma camada de pequenos “camponeses” avícolas seria marginalizada da produção, seguindo tendência de anos anteriores, enquanto uma outra seria constituída por camponeses que, superando a crise, seriam integrados diretamente ao capital industrial” (SORJ; POMPERMAYER, CORADINI, 2008, p.46).

Retomando a afirmação de Moreira (2020), de que desde pelo menos a década de 1990, a gestão das grandes, médias e de grande parte das pequenas propriedades, tem sido orientada pela ideologia do agronegócio, esse pressuposto

Projeto de evolução recente e situação atual da agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Fundação Getúlio Vargas, 1981.

³⁴ Trabalho publicado originalmente em 1982: SORJ, B.; POMPERMAYER, M. J.; CORADINI, O. L. Camponeses e agroindústria: transformação social e representação na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

parece condizente com as transformações (adoção de pacotes tecnológicos para redução de custos; ampliação da escala produtiva; seletividade dos integrados) verificadas recentemente na avicultura.

Nas últimas décadas verificou-se a aproximação dos pequenos proprietários as demandas (políticas e culturais) do agronegócio e dos sindicatos patronais – a burguesia agroindustrial. São exemplos desta dinâmica a criação de associações de avicultores para reivindicar melhores condições no sistema de integração (redução dos custos e aumento dos preços pagos pela matéria-prima); o distanciamento destes produtores de demandas relacionadas aos trabalhadores rurais assalariados e ainda a defesa da propriedade privada da terra, o que os distancia das demandas dos movimentos sociais (sem terras; quilombolas; indígenas) (MOREIRA, 2020).

Estes elementos apontados por Moreira (2020) comprovam a ruptura com a pauta camponesa.

A defesa da propriedade privada da terra em detrimento da pauta dos sem-terra, quilombolas e movimentos sociais de retomada indígenas de suas terras, por exemplo, têm produzido valores liberais de classe entre os pequenos proprietários, distanciando-se politicamente de uma identidade de interesses comuns e de solidariedade entre pequenos proprietários e os trabalhadores rurais não proprietários e sem terras no Oeste do Paraná. (MOREIRA, 2020, p. 457).

Portanto, não são só as relações sociais de trabalho, foco da pesquisa de Moreira (2020), que se transformaram nas últimas décadas, mas também toda uma identidade de classe, que no caso da avicultura, parece indicar um rompimento com as demandas do campesinato.

Essa leitura, no entanto, é oposta a de Heck (2016), que entende que a permanência do campesinato na avicultura é resultado da pressão (estratégias de dominação e controle) imposta pelo capital agroindustrial, através do endividamento, e que esses sujeitos não compactuam com a defesa do agronegócio e tampouco configuram uma pequena burguesia agroindustrial, conservando, portanto, sua identidade camponesa.

Embora existam divergências de interpretação, o acompanhamento das transformações da produção camponesa na avicultura industrial continua relevante, justificando a realização de novas pesquisas sobre este tema.

Retomando o trabalho de Paulino (2003), é preciso considerar que sua análise fundamentou-se no levantamento de dados primários, com “avicultores camponeses”

de um conjunto de municípios no Norte do Paraná e ocorreu no início do século XXI, antes da universalização da automatização dos aviários, ou seja, antes que as modificações tecnológicas impusessem transformações mais profundas no interior da própria categoria social.

Portanto, novas pesquisas são extremamente importantes para o acompanhamento das tendências apontadas e das possíveis modificações em curso. O próprio Heck (2016) indicou esta necessidade visto que: “A tendência para a permanência apenas dos pequenos capitalistas na avicultura, se ainda não é uma realidade, figura como uma hipótese relevante”.

Embora se reconheça a heterogeneidade dos sujeitos sociais na avicultura e que possamos estar em um processo de diferenciação dos avicultores, no qual os “pequenos capitalistas” tendem a ser privilegiados, Heck (2016) ressalta que a monopolização do território por meio da subordinação da renda da terra tende a permanecer, pois a aquisição das propriedades rurais não é do interesse das empresas.

Confirmando-se essas tendências, no entanto, a exclusão do campesinato da avicultura pode intensificar também, de um modo geral, a expulsão desses produtores do campo brasileiro, caso não se criem oportunidades (políticas públicas) de inserção em outras atividades produtivas que viabilizem sua sobrevivência e reprodução.

Deste cenário decorre a necessidade de acompanhamento do processo de transformação da produção camponesa integrada à agroindústria de frangos e sua possível desintegração nos próximos anos, hipótese que será investigada nesta pesquisa, por meio do levantamento de dados (primários e secundários) e da aplicação da tipologia proposta em um grupo de avicultores do município de Japira, no norte pioneiro do Paraná.

2 O PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO

As discussões sobre o modo de produção familiar, na agricultura capitalista, envolvem diferentes vertentes e prognósticos. Como vimos no capítulo anterior, a permanência e a recriação do campesinato, como fruto das contradições do próprio desenvolvimento capitalista, é a tese central do paradigma da questão agrária, estando presente em grande parte dos trabalhos sobre o espaço rural brasileiro atualmente.

Contrapondo-se a essa tese, no entanto, encontram-se os pressupostos do paradigma do capitalismo agrário. Essencialmente, segundo esta vertente teórica, o campesinato é definido como uma categoria social residual, fadada ao desaparecimento, tendo em vista a incompatibilidade entre o modo de produção camponês e os mecanismos de mercado do capitalismo.

Os teóricos marxistas³⁵ que se debruçaram sobre o tema da produção camponesa (familiar) na agricultura capitalista, Vladimir Lênin e Karl Kautsky são referências clássicas nesse debate, ainda que seus pressupostos não tenham se concretizado plenamente, como será apresentado.

Embora não tenha ocorrido a eliminação do modo de produção familiar na agricultura, tampouco é possível afirmar a permanência do campesinato tal qual o modelo descrito por Chayanov. Nesse sentido, os autores contemporâneos do paradigma do capitalismo agrário enfatizam as transformações na pequena produção rural e que levaram ao surgimento de uma nova categoria, a agricultura familiar.

Enquanto para estes a agricultura familiar é entendida como um novidade histórica, por ser fruto das políticas de modernização da agricultura pós Segunda Guerra Mundial, para os defensores da questão agrária a adoção desse conceito tem um viés ideológico, representando uma tentativa de invisibilização da categoria campesinato.

Não há dúvidas quanto a relevância do estabelecimento familiar na agricultura moderna, todavia, a questão central a ser analisada é a associação entre este a um modo específico de produção não capitalista, o campesinato. Embora o campesinato seja um modo de produção familiar, nem todo modo de produção familiar pode ser

³⁵ É importante ressaltar que não são apenas os teóricos marxistas que trabalham com a perspectiva do Paradigma do Capitalismo Agrário.

descrito como campesinato. Nesse sentido, a concepção de desaparecimento camponês, da análise marxista tradicional, não parece estar completamente superada.

Neste capítulo serão apresentadas as principais contribuições das teses marxistas sobre o desenvolvimento capitalista na agricultura, análises clássicas do paradigma do capitalismo agrário, bem como tratar do surgimento e da definição do conceito de “agricultura familiar” e seus desdobramentos no campo teórico e prático, subsidiando a implantação de políticas públicas no chamado novo mundo rural.

2.1 A VISÃO MARXISTA CLÁSSICA: MARX, LÊNIN E KAUTSKY

O desaparecimento do campesinato frente à expansão capitalista na agricultura é a principal tese agrária marxista, tendo sido elaborada parcialmente por Marx no século XIX e posteriormente ampliada por Lênin e Kautsky, entre o final do século XIX e início do século XX (BOSETTI, 2012).

Lênin e Kautsky previam, como resultado do desenvolvimento capitalista na agricultura, a natural desintegração social do campesinato sob o capitalismo. Lênin, em sua obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*; e Kautsky, através de seu livro *A questão agrária*, ambos publicados em 1889, compartilhavam o pressuposto segundo o qual o avanço do capitalismo no campo se daria mediante o uso generalizado de relações especificamente capitalistas de produção, o que geraria um processo de diferenciação interna no campesinato, dando origem a duas classes sociais distintas: os pequenos capitalistas (camponeses abastados), e os camponeses pobres, proletarizados. Esse processo teria, portanto, como ponto de chegada a desintegração do campesinato através de dois caminhos: ou o camponês transforma-se em capitalista ou em assalariado (SANTOS, 2016, p.60).

Durante o século XX essa tese foi amplamente debatida nos meios acadêmicos. A expressiva notoriedade da teoria se deve, segundo Bosetti (2012), ao intenso processo de modernização agrícola experimentado por diversos países e que, inegavelmente, reduziu a população rural e, por conseguinte, o próprio contingente camponês.

Antes, porém, de explorar o que se conhece por pensamento marxista clássico, sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, por meio das discussões presentes em “*O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*” (1899) de Vladimir Ilich Lênin e em “*A Questão Agrária*” (1899) de Karl Kautsky, é preciso apresentar algumas considerações sobre a obra de Karl Marx. Contudo, ressalta-se que o papel atribuído

ao campesinato no corpo teórico marxista é um tema controverso entre os acadêmicos até hoje.

2.1.1 A questão agrária em Marx

Como é de notório conhecimento, Marx dedicou-se a ao estudo das leis econômicas gerais que fundamentam o capitalismo. No que tange a agricultura, Marx formulou a teoria da renda da terra³⁶, e analisou, especificamente, o processo de desenvolvimento capitalista na agricultura inglesa, que posteriormente tornou-se conhecido como a “via inglesa”.

Discorrendo, na obra “O Capital”, a respeito da chamada pré-história do capitalismo, ou seja, sobre o momento da acumulação primitiva do capital e que correspondeu ao período histórico de transição entre os modos de produção feudal para o capitalista (entre século XIV ao XIX), Marx buscou “compreender as mudanças agrárias em consequências dos processos de desenvolvimento do capital, analisando as transformações nas organizações de vida camponesa, na agricultura, na propriedade e na renda fundiária” (VANZO, 2021, p.174).

Resumidamente, a acumulação primitiva, responsável por lançar as bases do sistema capitalista, fundamentou-se na expropriação (dos seus meios de produção e reprodução) e na expulsão da população rural, transformando a em uma massa de trabalhadores industriais urbanos (VANZO, 2021).

Dessa maneira, afirma Marx que foi a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, o camponês, a base de todo processo inicial de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Tal método conquistou a possibilidade do campo da “agricultura capitalista”, onde a incorporação do solo ao capital acabou criando para a indústria urbana emergente a oferta necessária de um proletário agora “livre”, fruto dos processos de expropriação que sofreram em decorrência do desenvolvimento do capitalismo (VANZO, 2021, p.174 - 175).

Embasando-se particularmente no estudo do campesinato inglês, Marx concluiu que o avanço do capitalismo levaria, inevitavelmente, ao aniquilamento do

³⁶ O conceito marxista de renda da terra já foi apresentado no primeiro capítulo desta tese. Nele vimos também que a noção contemporânea, presente nos trabalhos de muitos geógrafos agrários, em muito difere da concepção marxista original. Além disso, para Abramovay (2012), o único problema agrário levantado em O Capital é justamente a questão da renda da terra, que, no entanto, os clássicos da questão agrária nunca discutiram.

modo de produção camponês, convertendo-o num trabalhador assalariado (VANZO, 2021).

Apesar da importância da agricultura em sua obra, Marx não tratou especificamente da temática que, já no final do século XIX, veio a se tornar o cerne da chamada questão agrária: “a produção familiar na agricultura, suas tendências e suas funções no desenvolvimento capitalista” (ABRAMOVAY, 2012, p.42).

Desse modo é possível afirmar que não existe uma questão agrária formulada por Marx, sendo a elaboração dessa expressão apenas uma resposta de determinadas organizações políticas a um contexto específico. Assim, deve ser compreendida no cenário da luta política (elaboração dos programas agrários dos partidos operários) em que estavam inseridos os teóricos (Lênin e Kautsky) e não como uma análise do próprio Marx sobre o desenvolvimento capitalista no campo (ABRAMOVAY, 2012).

De fato, as observações sucintas de Marx sobre o campesinato ganharam destaque no final do século XIX nas discussões da Internacional Socialista e dos Partidos Social-Democratas do período. Para Bosetti (2012, p.12) a emergência deste debate ocorreu porque o montante campesino continuava a ser numeroso no continente europeu, embora inúmeras transformações econômicas e sociais já tivessem ocorrido em função da Revolução Industrial e do intenso processo de urbanização por ela desencadeado. A expressividade dos camponeses então obrigou “os partidos políticos a colocá-los em suas agendas, afinal, tal contingente não poderia ser ignorado”.

Todavia, Marx não se ocupou em discutir um conceito para o modo de produção camponês. Para Abramovay (2012, p.44), a ausência do campesinato (enquanto campo teórico-conceitual) na obra de Marx se deve a incompatibilidade entre este e o corpo teórico marxista, assentado essencialmente na divisão da sociedade em duas classes sociais antagônicas: a burguesia e o proletariado. “Consequentemente, é do desenvolvimento da luta entre essas classes que vai depender a organização social como um todo, bem como seu destino”.

Apenas “burguesia” e “proletariado” formam efetivamente classes e conceitos universais ligados ao sistema teórico marxista. O “campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo”, visto que,

Se ao camponês for atribuído lucro, ele se torna um capitalista. Se receber um salário, vira operário. Se viver da renda da terra, é então um proprietário fundiário. A impossibilidade de definir claramente a natureza e a origem de seus rendimentos demonstra que o conceito de camponês em O Capital é logicamente impossível (ABRAMOVAY, 2012, p.42).

De fato, o escopo teórico marxista é desenvolvido em função do que Marx considerava as três grandes classes sociais do capitalismo: os trabalhadores assalariados; os capitalistas e os proprietários rurais.

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimento são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários de terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista (MARX, 1986, p. 317, apud SANTOS, 2016, p. 53).

Considerando que para Marx a sociedade capitalista é marcada pelo desenvolvimento da contradição entre o viés privado e social do trabalho, cujo resultado seria a instalação de uma nova organização social, só faz sentido analisar as classes em luta. Por essa razão o campesinato aparece apenas como uma categoria em processo de diferenciação e, conseqüentemente, destinada a eliminação social (ABRAMOVAY, 2012).

Conforme apresentado em Abramovay (2012, p.45)

[...] o desenvolvimento econômico distribui funções entre diferentes pessoas; e o artesão e o camponês que produz com seus próprios meios de produção ou será transformado gradualmente num pequeno capitalista que também explora o trabalho alheio ou sofrerá a perda de seus meios de produção e será transformado em trabalhador assalariado (Marx, Teorias da Mais-valia, apud De Janvry, 1981).

É preciso ressaltar que essa perspectiva defendida por Abramovay não é unânime. Existem autores que procuram ressaltar uma associação direta entre a obra de Marx e as teorias sobre a questão agrária centradas na defesa do campesinato elaboradas posteriormente. Há, desse modo, uma polêmica teórica³⁷ entre os pesquisadores.

³⁷ Uma controvérsia ao marxismo tradicional, por exemplo, é a defesa da produção camponesa por intelectuais e pesquisadores "críticos", como muitos geógrafos agrários se definem, conforme demonstrado no capítulo anterior. Embora utilizando-se da teoria marxiana (ressaltando a luta de classes), apresentam uma leitura antagônica aos próprios referenciais marxistas quando discutem o campesinato, como por exemplo, ao afirmarem a existência de um processo de recriação do

Um exemplo desse entendimento é encontrado em Vanzo (2021) quando este afirma que,

As análises que Karl Marx (2017a, 2017b) realizou em sua grande obra *O Capital* sobre o camponês e a questão rural em detrimento dos processos de desenvolvimento do capitalismo, foi um grande marco teórico para construção posterior de estudos relacionados a esses temas. (VANZO, 2021, p. 171)

Essa percepção (valorização da produção camponesa em Marx) se choca com as ilações do próprio teórico sobre o campesinato francês, ao qual imputa uma incapacidade política (fruto do apego à terra, da vida em aldeia e mesmo da própria limitação intelectual), o famoso “saco de batatas”, mencionado em *O 18 Brumário* de 1852³⁸, conforme trecho apresentado em Ramalho e Moreira (2010, p.183-184),

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família: ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um Departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela

campesinato pelo próprio capitalismo e as potencialidades dessa categoria para a revolução socialista. Assim, há divergência entre os próprios intelectuais de base marxista quanto ao papel e destino do campesinato. Os marxistas ortodoxos ressaltam o caráter arcaico (resquício feudal), conservador (apego a propriedade privada), contra-revolucionário do campesinato e sua incompatibilidade com uma economia de mercado e que, portanto, levaria a categoria inevitavelmente ao desaparecimento, por sua vez, necessário a implantação do socialismo. Assim, desde Marx e Engels, o desaparecimento do campesinato é desejável por ser considerado uma etapa do desenvolvimento do capitalismo rumo a seu inexorável desfecho, isto é, o socialismo. Outros teóricos críticos, no entanto, rompendo com o viés etapista do marxismo tradicional, acreditam que é justamente na união entre camponeses e proletariados que está o caminho para a superação do capitalismo, o que justifica a defesa dessa categoria e não a sua negação. Alinhando-se a esta segunda corrente, Palmeira (2016) discute as divergências de leitura a respeito do papel do campesinato na obra de Marx.

³⁸Contrariando esse entendimento, para Malagodi (2003), o artigo *Dezoito Brumário* tem sido vulgarmente apresentado como a essência do pensamento marxista sobre o campesinato. Para este autor, é preciso considerar também outros escritos de Marx, como as cartas sobre o camponês russo, conforme será apresentado nas próximas páginas.

simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas (MARX, 1997, p. 127).

A grande crítica de Marx aos camponeses, no contexto francês, tem relação com o caráter conservador dessa categoria, o que, segundo ele, acabou se tornando um dos fatores de sustentação do golpe de Bonaparte.

Ademais, para Marx, o sentimento estreito e egoísta, o apego à terra e a incapacidade política de fazer-se representar - por não se constituir como uma classe organizada capaz de estabelecer rico intercâmbio entre si - acabaram jogando o campesinato francês sob o controle de Luís Bonaparte, já que este era visto pelos camponeses como uma liderança capaz de oferecer proteção e segurança à continuidade de sua vida e de sua relação com a pequena propriedade agrária, sem sofrer as ameaças de um mundo cada vez mais mediado pela economia de mercado capitalista (RAMALHO e MOREIRA, 2010, p. 184).

Essa leitura sobre os camponeses, presente no entendimento marxista, refuta o apregoador discurso “crítico” contemporâneo que atribui ao campesinato um papel decisivo na construção do ideal socialista.

Para Marx é o meio urbano que fornece as condições adequadas, como maior proximidade entre os trabalhadores assalariados e situações mais complexas de vida, para a tomada de consciência das massas trabalhadoras da exploração a que estão submetidas. Por isso mesmo, diferentemente do campesinato, os proletários são os únicos capazes de forjar uma identidade de classe e conseqüentemente, possuem capacidade política concreta (RAMALHO e MOREIRA, 2010).

Dessa forma, a condição camponesa, com seu respectivo “sentimento pequeno burguês de proprietário”, era vista como um empecilho para a emancipação do homem, percepção apresentada por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista (1848). (RAMALHO e MOREIRA, 2010, p.185).

Aliás, não só a condição camponesa, como também a própria vida rural, que limitariam, tanto materialmente quanto intelectualmente, o desenvolvimento humano. A submissão do campo a nova lógica urbana capitalista teria assim o mérito de retirar "uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural" (MARX; ENGELS, 1989, p. 35, apud RAMALHO e MOREIRA, 2010, p. 185).

A partir desta leitura de Marx, ainda que as transformações impostas pelo capital tenham produzido mazelas sociais, um aspecto positivo do processo burguês

de concentração urbana seria a libertação do reducionismo (precariedade) da existência rural (RAMALHO e MOREIRA, 2010).

Contudo, existem pesquisadores, de diversos campos teóricos (sociólogos, geógrafos, historiadores, por exemplo), que sugerem a necessidade de uma revisão desta perspectiva marxista do campesinato. Para estes autores, Marx começou a formular uma nova interpretação para o papel do campesinato a partir da análise da realidade empírica russa, presente em rascunhos de correspondências entre ele e os revolucionários deste país. Esses documentos seriam, segundo muitos intelectuais contemporâneos, evidências de que Marx começava a enxergar um potencial revolucionário no campesinato (MALAGODI, 2003, PALMEIRA, 2016; SANTOS, 2016; SEGRILLO, 2017).

Assim, Santos (2016) ressalta que o

[...] intrigante contato tardio do filósofo alemão com a realidade agrária russa pré-revolucionária, contato este que, sem dúvida, o levou a uma profunda reflexão sobre as bases ocidentais de suas teorias e sobre o papel político do campesinato no processo de construção do socialismo. (SANTOS, 2016, p.57).

Dessa forma, embora, durante grande parte de sua vida, Marx tenha considerado a Rússia reacionária a revolução socialista e mesmo a uma revolução burguesa³⁹, em virtude de sua condição semifeudal até meados do século XIX, na parte final de sua vida ele teria passado a considerar seriamente a possibilidade de a revolução eclodir em solo russo (SEGRILLO, 2017).

A Rússia agrária (organizada em comunas rurais – os Mir) representava um cenário muito diferente do ambiente inglês estudado por Marx. Se a partir da análise apresentada em “O Capital”, Marx considerava que a Rússia deveria passar por todas as etapas da exploração industrial capitalista para só depois ter possibilidades concretas de um processo revolucionário, essa mesma convicção não aparece em suas correspondências com a revolucionária russa Vera Sassoulitch (SANTOS, 2016).

A desintegração da comuna russa como requisito para um processo revolucionário, temática dessa troca, apresentou-se como uma questão problemática para Marx, que parecia não ter “muita certeza a respeito dos rumos históricos de

³⁹ Marx considerava que a Europa Ocidental tinha maior potencial revolucionário, sobretudo a França (SEGRILLO, 2017).

sociedades em que prevaleciam ainda populações camponesas, como era o caso da Rússia de seu tempo” (MARTINS, 2008, p. 152, apud SANTOS, 2016, 58).

De acordo com Malagodi (2003, p.11) as preocupações de Sassoulitch se assentavam em dois aspectos teóricos distintos. O primeiro diz respeito ao “desenvolvimento econômico da própria comuna camponesa russa e a sua resistência à desagregação em função dos efeitos do desenvolvimento capitalista” e o segundo remete “a perspectiva socialista, o desenvolvimento para o socialismo, através da superação social e política da dominação capitalista”.

É justamente a grande influência da obra de Marx, principalmente *O Capital*, o fator responsável por imprimir duas grandes marcas teóricas ao movimento de oposição russo, a de que o processo econômico em curso se encaminhava ao capitalismo e a concepção de que o futuro da sociedade destinava-se, inevitavelmente, ao socialismo (MALAGODI, 2003).

Como resultado do prestígio da teoria marxiana, haveria, naturalmente, a tendência de aceitação pelo movimento socialista, do fatal desfecho do capitalismo no campo, seguindo o modelo de desenvolvimento capitalista na Europa Ocidental e suas consequências, conforme estudado por Marx na Inglaterra. Seguindo essa tendência, o campesinato na Rússia não deveria despertar maiores preocupações entre os revolucionários. Entretanto, a massiva presença/permanência do campesinato na sociedade da época, de certo modo, os obrigava a analisar seu potencial revolucionário (MALAGODI, 2003).

Não se tratava, pois, de uma valorização do campesinato, mas de sua secundarização na análise do próprio processo histórico a ser desenvolvido pela Rússia. As formas de avaliação do campesinato, com suas respectivas consequências sociais e políticas, por sua vez, condicionariam as estratégias de mobilização dos camponeses. Desse modo,

A questão que se colocava para os socialistas russos, para o movimento revolucionário russo, era se havia ou não uma estratégia de transformação social a partir do próprio campesinato, ou a aposta de transformação social deveria toda ela estar concentrada na perspectiva de mobilização do proletariado⁴⁰. (MALAGODI, 2003, p.12).

⁴⁰ Malagodi (2003, p.12) enfatiza que, embora esta seja “uma questão exclusivamente da estratégia socialista, de estratégia revolucionária”, a mesma tornou-se dominante na análise marxista sobre o campesinato russo. Por sua vez, os debates brasileiros e latino-americanos, tanto nos anos 50 e 60

Buscando bases para a organização da propaganda do partido socialista, entre o proletariado urbano e os camponeses russos, em sua carta de 16 de fevereiro de 1881, Sassoulitch indaga Marx a respeito de “suas idéias sobre o destino possível da nossa comuna rural e sobre a teoria da necessidade histórica de todos os países do mundo terem que passar por todas as fases da produção capitalista” (MALAGODI, 2003, p.13).

Indagação a qual Marx responde, em 08 de março de 1881, afirmando que, a fatalidade do processo histórico de separação do produtor dos seus meios de produção, estudado por ele na Inglaterra, estaria restrita a Europa Ocidental. Essa limitação, por sua vez, seria resultado da especificidade do movimento ocidental, onde a propriedade privada fundada sobre o trabalho pessoal tende a ser substituída por outra propriedade privada, porém desta vez, assentada no trabalho assalariado (MALAGODI, 2003).

Como na Rússia estava em curso um processo diferente, o de transformação das comunas camponesas em propriedades privadas, um novo caminho poderia ser possível. Nas palavras de Marx, apresentadas em Malagodi (2003),

A análise exposta no “Capital” não oferece, portanto, razões nem a favor, nem contra a vitalidade da comuna rural, mas o estudo especial que dela realizei, e cujos materiais busquei nas fontes originais, me convenceram que esta comuna é o ponto de apoio da regeneração social na Rússia, mas que, para que possa funcionar como tal, seria preciso eliminar primeiramente as influências deletérias que a assaltam de todos os lados e, em seguida, assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo. (MALAGODI, 2003, p.14).

Portanto, para pesquisadores como Malagodi (2003) e Santos (2016), é justamente nesta troca de correspondências entre Marx e Vera Sassoulitch que se encontram as evidências da mudança de postura de Marx em relação ao papel do campesinato no processo revolucionário socialista.

Em Santos (2016, p.59) encontramos outra referência ao diálogo entre eles e as conclusões de Marx sobre o papel do campesinato,

como na atualidade, se assentaram em outra perspectiva: “No contexto russo de fins do século XIX a questão é o papel dos camponeses no processo revolucionário, enquanto na América Latina e no Brasil hoje, a perspectiva é a própria inserção e participação dos camponeses na sociedade, quer dizer, na economia, na política e na vida social como um todo”.

Um ano mais tarde, em 1882, no prefácio da segunda edição russa do Manifesto Comunista, traduzido pela própria Vera Sassoulitch, Marx expõe, para os leitores daquele país, a pergunta para ele feita por Vera: poderá a comuna russa “transformar-se diretamente na propriedade comunista? Ou, ao contrário, deveria primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica do Ocidente?” (MARX; ENGELS, 2007, p. 73). Assim, frente à pergunta exposta, conclui afirmando que a única resposta a isto que é possível é esta: “se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista” (MARX; ENGELS, 2007, p. 73).

De acordo com Santos (2016) o campesinato não pode ser entendido como um problema simples na teoria marxiana, em vista dos diferentes modos em que o teórico situou os camponeses na sociedade capitalista em suas obras. Isso demonstraria, segundo o autor, que a atuação política do campesinato seria controversa nos próprios escritos de Marx.

Com obras que ressaltam um papel político marginal aos camponeses (como o Manifesto Comunista) e, ao mesmo tempo, com trabalhos que evidenciam a possibilidade de constituição do campesinato enquanto classe-para-si, isto é, enquanto sujeito de agência política (18 Brumário), as análises de Marx apresentam enfoques variados no que se refere à problemática. Ao mesmo tempo, a existência de rascunhos de correspondências de Marx, com anotações relativas à realidade empírica da Rússia, reconhecendo o “problema camponês” como ponto importante de reflexão, demonstra o esforço tardio de ajustar os pressupostos ocidentais de sua teoria com as particularidades empíricas de uma realidade predominantemente agrária (SANTOS, 2016, p.64).

Contudo, é possível alegar que as correspondências entre Marx e os revolucionários russos não configuram, propriamente, uma teorização, como encontrado em O capital, por exemplo.

De fato, Marx nunca construiu um arcabouço teórico sobre o papel do campesinato na construção do socialismo, tampouco se ocupou em discutir um lugar para a categoria após a instalação do regime. Como se sabe, há uma incompatibilidade natural entre o campesinato e o socialismo, em função do apego à terra (propriedade privada) dos camponeses. Embora pudessem ser mobilizados, juntamente com o proletariado urbano, durante o processo revolucionário, após a instalação de um regime socialista, qual lugar caberia a esses indivíduos sem que sua essência não fosse completamente modificada? Essas indagações seguem sem respostas.

Não encontrando amparo teórico para a defesa dos camponeses em Marx, faz sentido que os estudiosos marxistas do capitalismo agrário tratassem o campesinato como categoria fadada à diferenciação e ao desaparecimento na sociedade capitalista, conforme veremos em Lênin e Kautsky.

Por sua vez, os teóricos marxistas da Segunda Internacional, inspirados pelas conclusões e pelos referenciais ocidentais d'O Capital, não reconheciam uma "especificidade camponesa" e tampouco consideravam sua potencialidade política, precisamente por seu vínculo à propriedade e seu inevitável afastamento às relações de produção fabris (SANTOS, 2016, p.61).

Portanto, as controvérsias em torno da questão camponesa na obra de Marx conduziram, segundo Santos (2016) a três formas distintas de interpretação do campesinato pelo viés marxista,

Os camponeses, sob lentes marxistas, são interpretados por vezes como resquício histórico, desprovido dos traços característicos de uma classe; eventualmente, são entendidos como sujeito potencialmente revolucionário, com especificidades em sua estrutura social e econômica; ou ainda como produtor subordinado aos mecanismos econômicos mobilizados pelo capital em seu avanço no campo. (SANTOS, 2016, p. 47).

Para além das divergências de leitura da obra de Marx, a presente pesquisa se apoia na perspectiva defendida por Abramovay (2012), de que as discussões conceituais em torno do modo de produção familiar (camponesa) e seu destino no capitalismo não foram temas relevantes da obra de Marx, embora seus sucessores, os chamados marxistas clássicos (Lênin e Kautsky), a tenham tornado objeto de discussão em função do ambiente e da luta política de seu tempo. O mesmo argumento podemos atribuir aos atuais pesquisadores marxistas pró campesinato.

Apesar da perspectiva vislumbrada para o campesinato, em função do processo de diferenciação social capitalista, segundo Abramovay (2012), é um equívoco pensar que o próprio Marx tivesse feito ilações a respeito do iminente desaparecimento camponês e mesmo sua inexistência quando do começo da construção de um regime socialista. Por esse motivo, segundo o autor, os rumos (tendências) do campesinato precisam ser pensados a partir de análises específicas, levando em conta as características locais.

Seguindo este raciocínio, as análises por setores produtivos também são oportunas, justamente o que se pretende nesta pesquisa, ao estudar a associação

entre o campesinato e a produção avícola moderna. Não se trata, portanto, de buscar somente em Marx os argumentos favoráveis ou desfavoráveis ao campesinato, mas por meio de estudos empíricos, levantar evidências que comprovem ou refutem a aplicabilidade teórica desse conceito, seja como modo de produção ou como categoria social, na atualidade.

Feitas essas considerações, passamos agora a tratar especificamente das teorias marxistas clássicas da questão agrária. É importante ressaltar que tanto Lênin quanto Kautsky, não elaboraram nenhuma teoria sobre o modo de produção camponês ou familiar (como Chayanov fez posteriormente a estes), mas buscaram identificar tendências para o desenvolvimento capitalista na agricultura e, a partir deste objetivo, apontaram possíveis desdobramentos desse processo no destino do campesinato.

2.1.2 A questão agrária em Vladimir Ilich Lênin

Muito conhecido por sua atuação política, Lênin deixou também uma importante contribuição teórica, tornando-se uma notória referência do paradigma do capitalismo agrário. Embasando-se na obra de Marx, buscou analisar as transformações capitalistas na sociedade russa do final do século XIX e início do século XX.

Tratando especificamente das transformações no campo, Lênin estudou a agricultura na Rússia (conhecida como “via Junker”) e nos Estados Unidos (a chamada “via Farmer” ou “americana”). Não é objetivo desta pesquisa detalhar as especificidades levantadas para cada uma delas, mas apenas apontar os elementos norteadores da questão agrária levantados por Lênin.

Como já mencionado, é preciso entender inicialmente o contexto político em que Lênin estava inserido e sua influência sobre suas teorizações, especificamente no que diz respeito ao campesinato.

A social-democracia russa apoiava-se no fundamento “de que somente a classe operária poderia liderar e vencer a luta contra o absolutismo”, nesse sentido o campesinato era visto como um segmento social sem importância e até mesmo, como para Plekhânov (conhecido como pai do marxismo russo), como “uma massa reacionária, apoiada em formas arcaicas e patriarcais de vida, na verdade a principal fortaleza do absolutismo” (ABRAMOVAY, 2012, p. 50).

Essa visão sobre o campesinato, porém, em nada contribuía para a organização da luta contra o absolutismo, de interesse também dos camponeses em vista dos encargos feudais impostos a estes por meio do regime absolutista (ABRAMOVAY, 2012).

Compreendendo que, num primeiro momento, a revolução deveria ter um caráter democrático e só posteriormente socialista, pois além do proletariado, outras classes (setores da burguesia e camponeses) também tinham interesse na mudança de regime, Lênin buscou ressaltar a heterogeneidade social alinhada contra a autocracia: “Tão importante quanto apoiar as reivindicações antifeudais e antiabsolutistas dos camponeses com um todo (no sentido do avanço da revolução democrática) era mostrar a heterogeneidade do mundo rural” (ABRAMOVAY, 2012, p. 50).

Esse entendimento, porém, não representava uma preocupação com os camponeses como um todo, ao contrário, os social-democratas apoiavam a extinção das formas feudais de produção, sendo o campesinato uma delas. Nesse sentido, era do interesse do partido apenas o apoio ao segmento camponês em identidade social com o proletariado urbano, ou seja, os “camponeses pobres que, mesmo possuindo terra, vendiam também sua força de trabalho, fazendo parte, portanto, objetivamente do proletariado” (ABRAMOVAY, 2012, p. 52).

No panfleto “As tarefas dos social-democratas russos” encontramos o seguinte trecho, bastante elucidativo do parágrafo anterior: “os camponeses arruinados que, enquanto se agarram a seus miseráveis pedaços de terra, precisam quitar suas dívidas e aceitar todo tipo de “trabalho casual”, ou seja, também são trabalhadores assalariados” (LÊNIN, 1898, s.p.).

Por essa razão é que, segundo Abramovay (2012), em seus estudos sobre a agricultura na Rússia, na Alemanha e nos Estados Unidos, o significativo percentual de pequenos estabelecimentos produtivos, apontado pelos levantamentos estatísticos, não era um indicativo de fortalecimento do campesinato para Lênin. Na verdade, representavam para ele uma evidência da imensa pobreza em que esses indivíduos viviam e que os obrigava a vender sua força de trabalho, embora fossem proprietários.

É nesse quadro que a ênfase na diferenciação social camponesa em classes antagônicas, como fruto do avanço capitalista no campo, se torna o eixo do

pensamento agrário leninista. E, em torno deste, “formou-se talvez o mais importante paradigma marxista no estudo da questão agrária: o esforço permanente de encontrar na diferenciação social dos produtores a essência da vida agrária de qualquer país capitalista” (ABRAMOVAY, 2012, p. 53).

A obra “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” é também uma resposta aos postulados do movimento populista, que emergiu no país a partir de 1860 e que, posteriormente, foi chamado de populismo. Os populistas acreditavam que as comunidades rurais russas (os Mirs) seriam alternativas de enfrentamento ao capitalismo, de modo que tais instituições camponesas pudessem bloquear um desenvolvimento capitalista no campo nos moldes ocorrido na Europa Ocidental, permitindo assim a implantação direta do socialismo. Lênin vai utilizar as estatísticas agrárias das províncias russas (os Zemtovs) justamente para confrontar essa ideia, mostrando que o capitalismo também se desenvolvia no campo russo, levando a desintegração do campesinato e sua diferenciação em três grupos sociais distintos (os camponeses ricos, os médios e os pobres) (VANZO, 2021).

O processo de desintegração do campesinato, do qual Lênin trata, ocorreria na passagem do regime da corveia na agricultura, onde os camponeses eram remunerados em espécie, por meio do direito de cultivarem um pedaço de terra para si em troca do trabalho realizado nas terras senhoriais, para a agricultura capitalista, quando passariam a ser remunerados por meio de um salário (VANZO, 2021).

É um momento em que Lênin trata como a transição entre as economias, onde foi necessário, em primeiro lugar, certa "libertação" dos camponeses e sua habituação para um novo tipo de trabalho, o trabalho assalariado (ou seja, a formação do proletariado, como também o próprio Marx discorreu). Essa libertação dos camponeses da qual fala Lênin, portanto, é o que ele caracterizou e tratou como a desintegração do campesinato, que é representada pela decadência do sistema de pagamento em trabalho (que era, portanto, o sistema econômico da corveia), para a formação do sistema de pagamento através de salários (VANZO, 2021, p.180).

Nesse cenário se desenvolveria, então, “um processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e/ou operários agrícolas, através de processos de diferenciação e oposição entre eles” (VANZO, 2021, p.180).

O avanço das relações capitalistas no campo, aumentando a concorrência entre os agricultores, fortaleceria a burguesia camponesa em detrimento dos camponeses pobres e médios. Assim, o campesinato médio e pobre se desintegraria (convertendo-se em proletariados), enquanto o campesinato rico se transformaria em

produtor capitalista: “Desse processo então resulta que, de um lado, tem-se os ricos, praticantes da grande agricultura e pecuária capitalista, e do outro os camponeses médios e pobres, aos quais não restou outra coisa do que a venda de sua força de trabalho” (VANZO, 2021, p.181).

Como a teorização de Lênin está embasada, essencialmente em Marx, encontramos nele também uma tendência de subvalorização do modo de vida camponês e a ideia de que a expansão capitalista no campo, mesmo gerando exclusão, é necessária para a ampliação da consciência social e política da massa campesina⁴¹ e para a posterior construção do regime socialista (RAMALHO e MOREIRA, 2010).

Vejamos mais detalhes. A tese agrária central desenvolvida por Lênin em “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” (1899), a da desintegração do campesinato a partir do processo de diferenciação social dos camponeses, determinado pelo avanço das relações capitalista, foi embasada na análise de diversos indicadores das propriedades camponesas russas da época, tais como: área de terra comprada e arrendada; área semeada; animais de trabalho e rebanho; emprego de mão-de-obra- assalariada; uso de instrumentos agrícolas aperfeiçoados; as atividades temporárias (ofícios), entre outros (LÊNIN, 1985, p.82).

Por meio da leitura desse conjunto de dados Lênin concluiu que o processo capitalista no campo tem como consequências: “a decadência do estabelecimento, a ruína do camponês e sua transformação em operário” bem como a “ampliação da unidade agrícola e a transformação do camponês em empresário rural” (LÊNIN, 1985, p.83).

Além disso, o camponês se tornaria totalmente subordinado ao mercado e a economia mercantil, pois necessitaria do consumo de produtos, tanto para si quanto para a sua produção: “o camponês está inteiramente subordinado ao mercado: depende dele tanto para seu consumo pessoal como para a sua atividade, sem falar dos impostos” (LÊNIN, 1985, p.113).

⁴¹ O apego do camponês à terra comprometeria a implantação do socialismo, por isso, a perda da propriedade e sua transformação em proletário, com o avanço das relações capitalistas no campo, seria positivo por ampliar a consciência política do camponês e levá-lo a criar um sentimento comunitário, necessário para a implantação de um regime coletivo de produção (RAMALHO e MOREIRA, 2010).

A transformação/desintegração do campesinato criaria assim, um mercado interno para o próprio capitalismo, processo que, segundo Lênin, não era antagônico, mas próprio da dinâmica capitalista: “transformando o camponês, de um lado, em operário agrícola e, doutro, em pequeno produtor de mercadorias, em pequeno-burguês, a desintegração do campesinato cria um mercado interno para o capitalismo” (LÊNIN, 1985, p.99).

Na ruína do campesinato, portanto, se encontrava a base da transformação da economia patriarcal em economia capitalista, pois, de um lado, a conversão do camponês em proletariado rural gera um mercado para os produtos de consumo e, por outro, sua conversão em burguesia rural cria um mercado para os meios de produção (LÊNIN, 1985).

Noutros termos: nos grupos inferiores “do campesinato”, verifica-se a conversão da força de trabalho em mercadoria e, nos grupos superiores, a conversão dos meios de produção em capital. Essa dupla conversão fornece o processo de formação do mercado interno, que a teoria estabeleceu tratando dos países capitalistas em geral (LÊNIN, 1985, p.108).

Refutando a teoria populista de singularidade do campesinato, Lênin (1985) enfatiza que as relações econômicas que ocorrem nos estabelecimentos camponeses reproduzem exatamente a lógica capitalista: “Não há nenhum fenômeno econômico no campesinato que não apresente essa forma contraditória exclusivamente própria do sistema capitalista, isto é, que não traduza a luta e a divergência de interesses, não redunde em mais para uns e menos para outros” (LÊNIN, 1985, p.113).

Por isso mesmo não haveria antagonismo entre as comunidades camponesas russas e o sistema capitalista, como propunham os populistas, já que estas formariam, segundo o teórico, a base mais profunda e sólida do próprio capitalismo.

A mais profunda porque é no seu interior mesmo, sem nenhuma influência “artificial” e apesar das instituições que entravam os progressos do capitalismo, que constatamos a formação constante de elementos capitalistas. A mais sólida porque é sobre a agricultura em geral e o campesinato em particular que pesam mais intensamente as tradições da Antiguidade, as tradições do regime patriarcal e, conseqüentemente, é aí que a ação transformadora do capitalismo (desenvolvimento das forças produtivas, transformações das relações sociais etc) se manifesta mais lenta e mais gradualmente (LÊNIN, 1985, p.113).

No entanto, na medida em que as relações capitalistas avançam, as categorias (classes) sociais no campo tendem a se modificar. No caso russo, segundo

Lênin (1985), a tal ponto que o campesinato tradicional deixou mesmo de existir. Então, o processo de desintegração do campesinato, de que o teórico trata, não se resumiria ao simples processo de diferenciação como fruto da “desigualdade de fortunas”, como propunham os populistas, mas de um fenômeno que, embora pudesse partir inicialmente da diferenciação interna do campesinato, acarretaria na sua eliminação. Restaria no campo, portanto apenas duas classes antagônicas: a burguesia rural e o proletariado agrícola.

É claro que o surgimento de desigualdades entre os patrimônios é o ponto de partida de todo o processo, que em hipótese alguma se esgota nessa “diferenciação”. O campesinato antigo não se “diferencia” apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados (LÊNIN, 1985, p. 114).

É na destruição radical do antigo campesinato patriarcal e na criação de novos tipos de população rural (todos – ricos, médios e pobres - subordinadas ao capital) que se configura a desintegração do campesinato. A partir dessa desintegração formam-se os extremos: o da burguesia rural (camponeses ricos, proprietários de estabelecimentos e empresas industriais/comerciais) e o proletariado rural (camponeses pobres). Entre eles está o campesinato médio, lutando constantemente para enriquecer, mas que na maioria das vezes acaba tendo apenas a venda da sua força de trabalho para sobreviver, juntando-se assim aos camponeses pobres (VANZO, 2021).

Portanto, o progresso do capitalismo aumentaria a pobreza do campesinato levando-a proletarização. Por isso, assim como Marx e Engels, Lênin enxergava como uma tendência típica do desenvolvimento capitalista a concentração e intensificação das relações entre duas classes sociais antagônicas (burgueses e proletários). No campo, mais cedo ou mais tarde, o campesinato se extinguiria, quer por conta de seus limites econômicos ou mesmo políticos, devido à resistência em abdicar da propriedade privada em prol de um modelo coletivo de produção (RAMALHO e MOREIRA, 2010).

Do ponto de vista econômico, o avanço do capitalismo na agricultura extingui o campesinato tradicional porque a exigência de capital altera toda a dinâmica camponesa (trabalho, processos, objetivos e destinos da produção), favorecendo os

grandes proprietários, que apresentam características mais favoráveis a essa forma de produção (ALVES e FERREIRA, 2009).

Portanto, a desintegração do campesinato está sustentada em três aspectos: na criação de um mercado interno para o capitalismo (a partir do processo de proletarianização dos pequenos agricultores), na diferenciação social no campo e na expansão das grandes propriedades rurais. O camponês tradicional desapareceria, pois só teria dois caminhos a seguir: O de operário urbano ou o de trabalhador da grande propriedade rural (ALVES e FERREIRA, 2009).

Com o seu destino inevitavelmente traçado, caberia então ao campesinato aliar-se ao proletariado na luta contra o capitalismo, abdicando da sua condição campesina (de produtor/proprietário individual) em favor da “construção de uma propriedade social coletiva de cunho estatal”. A condição de proprietário e o desejo de posse privada dos meios de produção, por parte de uma camada pobre da população, poderia fragmentar a luta dos trabalhadores, assim, “a propriedade social seria, então, a antítese do desejo individualista, limitado e inviável economicamente” (RAMALHO e MOREIRA, 2010, p. 199).

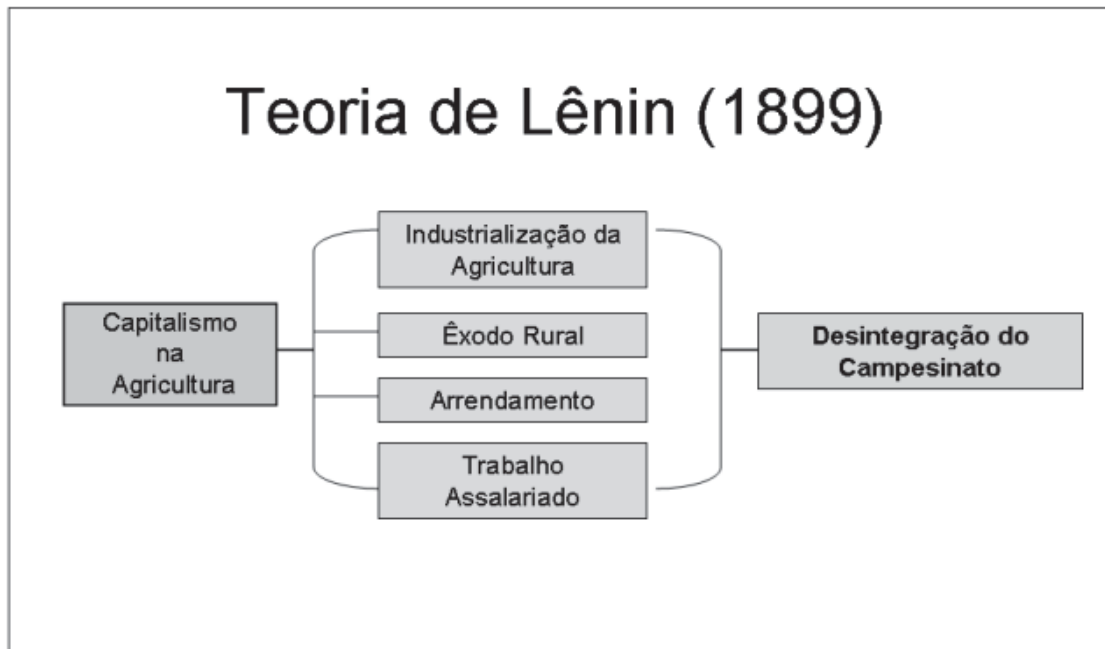
Como para Lênin o enfrentamento ao capitalismo não poderia ser feito a partir das pequenas propriedades privadas (camponesas), a sobrevivência dos camponeses, como produtores rurais, só seria possível por meio de organizações cooperadas estatais (RAMALHO e MOREIRA, 2010).

Tal pensamento foi expresso em um texto de 1901, conforme Lênin (1978, p.24) apud Ramalho e Moreira (2010, p. 199),

Qual é a saída, que meios devem ser utilizados para melhorar a sorte do camponês? Os pequenos camponeses não podem libertar-se do jugo do capital senão aderindo ao movimento operário e ajudando os operários a lutar pelo regime socialista, pela conversão da terra e dos demais meios de produção (as fábricas, as máquinas, etc.) em propriedade social. Procurar salvar o campesinato, defendendo a pequena exploração e a pequena propriedade contra o impulso do capitalismo, significaria frear inutilmente o desenvolvimento social, enganar o camponês com a ilusão de um possível bem estar sob o capitalismo e dividir as classes trabalhadoras, criando uma situação privilegiada para uma às expensas da maioria. (LÊNIN, 1978, p.24 apud RAMALHO; MOREIRA, 2010, p. 199).

Para resumir e elucidar a tese agrária leninista, Alves e Ferreira (2009) propõem o seguinte organograma, conforme a FIGURA 2.

FIGURA 2 - ORGANOGRAMA: PRINCIPAIS IDEIAS NA TEORIA AGRÁRIA DE LÊNIN (1899).



Fonte: ALVES; FERREIRA, 2009, p. 151.

Por fim, para complementar a descrição da visão leninista sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura é preciso destacar os principais pontos levantados pelo teórico na obra “Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América”.

Nessa pesquisa, Lênin buscou compreender as leis gerais do desenvolvimento do capitalismo na agricultura bem como a diversidade de relações e formas que o capitalismo pode apresentar no campo. Para tanto, embasou-se em um amplo conjunto de dados estatísticos da produção agrícola estadunidense, levantados nos recenseamentos de 1900 e 1910 e no Resumo Estatístico de 1911.

Embora tenha analisado os dados regionalmente (Regiões Oeste, Norte e Sul dos Estados Unidos), não é o objetivo desta pesquisa apresentar as particularidades regionais, mas destacar algumas das conclusões gerais do trabalho, entre elas a relação entre o modo de produção capitalista e a extensão das propriedades rurais, aspecto ainda controverso entre os pesquisadores brasileiros na atualidade.

De acordo com Lênin (1980), não se deve confundir “pequena propriedade” com “pequena exploração”, pois não é o tamanho do estabelecimento que indica seu caráter capitalista, mas, sobretudo, a presença do trabalho assalariado, considerado pelo teórico o principal indicador do capitalismo na agricultura.

É comum inferir-se a penetração do capitalismo na agricultura a partir de dados sobre a extensão das farms ou sobre o número e a importância das grandes farms (grandes segundo a sua superfície). Já examinamos alguns destes dados e ainda examinaremos outros, mas devemos ressaltar que eles são todos de ordem indireta, pois a superfície está longe de indicar sempre e de uma forma direta a grandeza efetiva da exploração e seu caráter capitalista. Sob este aspecto, os dados relativos ao trabalho assalariado provam e convencem infinitamente mais (LÊNIN, 1980, p.22).

Juntamente com o trabalho assalariado “o processo de intensificação da agricultura” também é apontado por Lênin (1980) com um elemento de identificação do modo capitalista de produção. Dessa maneira, os estabelecimentos capitalistas podem não ser os maiores em termos territoriais, mas sim em volume de produção e aporte de capital por unidade de área (adubo, instrumentos e máquinas, custo com mão-de-obra), pois quanto menor a área de exploração, mais intensiva tende a ser a agricultura nela praticada, justamente o que Lênin verificou em sua análise da produção agrícola nos Estados Unidos.

[...] em razão das peculiaridades técnicas da agricultura, o processo de sua intensificação conduz, com muita frequência, a uma redução da área cultivada na fazenda e, ao mesmo tempo, ao seu crescimento como unidade econômica, aumentando sua produção e convertendo-a cada vez mais em uma empresa capitalista (LÊNIN, 1980, p.25).

Dessa forma, a diminuição do tamanho das propriedades (farms) verificado nas estatísticas estadunidenses não indicaria uma decomposição do capitalismo, como propunham os teóricos confrontados por Lênin, mas, ao contrário, o seu fortalecimento.

Essa tese se confirma quando Lênin analisa a relação entre o tamanho do estabelecimento e as despesas com adubos artificiais,

Conseqüentemente, na realidade presente, temos uma situação na qual uma enorme redução da quantidade de terra por farm está vinculada a um enorme crescimento das despesas com adubos artificiais, de tal modo que a “pequena” produção (se se prossegue com o hábito de considerá-la pequena em relação a sua superfície) revela-se “grande” pelo montante de capital investido na terra. Tais casos não são únicos mas típicos de todo país onde a agricultura intensiva adianta-se em relação à agricultura extensiva. Ora, este é o caso de todos os países capitalistas; e o desconhecimento desta particularidade típica engendra os erros correntes por parte dos admiradores da pequena agricultura, para os quais o único critério é a superfície da exploração (LÊNIN, 1980, p.29).

Quando relaciona o tamanho dos estabelecimentos com o gasto em máquinas agrícolas,

A região que apresenta as menores farms segundo a superfície é mais uma vez, aquela onde a inversão de capital na terra sob a forma de máquinas, é a maior. Se tomarmos, a região mais “intensiva” do Norte — os Estados do Médio Atlântico — e a compararmos com sua região mais extensiva, o Noroeste Central, veremos que, pela quantidade de terra cultivada por farm, a primeira região possui uma quantidade mais de duas vezes “menor”: 62,6 acres, contra 148,0; mas, no tocante ao valor das máquinas empregadas, ela supera a segunda região: 368 dólares por farm, contra 332. Assim, as pequenas farms são empresas importantes pela maquinaria que utilizam (LÊNIN, 1980, p. 30).

E quando apresenta os dados sobre o desembolso com o emprego de trabalho assalariado,

Na Nova Inglaterra, a farm média é quatro vezes menor que nos Estados do Noroeste Central (38,4 acres contra 148,0), mas os gastos com mão-de-obra assalariada são mais elevados: 277 dólares contra 240. A redução da extensão das farms significa, portanto, em tal caso, um crescimento do montante de capital investido na agricultura, um reforçamento de seu caráter capitalista, o desenvolvimento do capitalismo e da produção capitalista (LÊNIN, 1980, p. 31).

Em razão dessas considerações Lênin (1980) julga ser um equívoco a ideia de que a agricultura dos Estados Unidos se assentava essencialmente nas pequenas propriedades com uso de mão-de-obra familiar, consideradas formas de produção não capitalistas. Segundo ele, as estatísticas mostrariam que na verdade, só uma pequena parte desses agricultores não contratava trabalho assalariado e nem vendia sua força de trabalho. Além disso, os demais elementos analisados evidenciavam que nas pequenas farms também era possível encontrar um viés capitalista de produção.

Portanto, a grandeza econômica e, conseqüentemente, o caráter capitalista do estabelecimento não é dado exclusivamente pela extensão territorial da propriedade⁴², equívoco que permanece em muitas análises contemporâneas sobre a estrutura agrária brasileira.

⁴² Lênin (1980) ressaltou ainda que o mais adequado seria considerar a área efetivamente cultivada nos levantamentos estatísticos, em detrimento do tamanho total do estabelecimento, o que, no entanto, não ocorria nos recenseamentos americanos, que consideravam a superfície total, e não apenas a superfície cultivada, como no caso das estatísticas alemãs: “Não é a superfície total, e sim a quantidade de terra cultivada, que indica, com certa aproximação, o volume econômico da exploração” (LÊNIN, 1980, p. 34).

Os fatos demonstram de forma irrefutável que o desenvolvimento do capitalismo se traduz às vezes pelo crescimento da dimensão média das farms e, às vezes, pelo crescimento de seu número. Nestas condições, os dados gerais relativos à dimensão média das farms no conjunto do país nada significam (LÊNIN, 1980, p. 32).

Na leitura de Lênin (1980, p.38) a expansão da agricultura capitalista pode acontecer de duas maneiras. Nas áreas extensivas e de base técnica atrasada ocorre pelo crescimento extensivo das explorações (ampliação da área). Já em outros locais, ocorre pela criação de novas explorações, estas muito menores, “pequenas e até bem pequenas em relação à sua extensão”, mas especializadas em culturas mercantis e caracterizadas pela área de produção reduzida, pelo elevado volume de produção e pela utilização mais ampla do trabalho assalariado.

O capitalismo não se expande apenas pela aceleração do desenvolvimento das explorações de grande extensão nas regiões de agricultura extensiva, mas também pela criação de explorações maiores quanto ao volume de sua produção, de caráter capitalista mais acentuado, em lotes de terra de menor dimensão, nas regiões de agricultura intensiva (LÊNIN, 1980, p. 63).

Além disso, os dados analisados mostraram, segundo o autor, uma tendência de concentração da produção nas chamadas grandes explorações⁴³. Para esta tese Lênin (1980) embasou-se na análise do percentual de acréscimo (entre 1900 e 1910) do número de farms e da quantidade de terras nelas cultivadas.

De uma forma geral, os dados sobre a repartição da terra cultivada entre as pequenas e grandes farms em 1900 e 1910, relativos ao conjunto dos Estados Unidos, permitem que se chegue, clara e incontestavelmente, à conclusão que se segue: fortalecimento das grandes farms, - enfraquecimento das médias e pequenas. Daí decorre que, na medida em que é possível julgar o caráter capitalista ou não-capitalista da agricultura, a partir de dados relativos aos grupos de explorações classificadas segundo sua superfície, os Estados Unidos oferecem-nos, nos últimos dez anos, o quadro geral de um crescimento das grandes explorações capitalistas e de uma eliminação das pequenas explorações (LÊNIN, 1980, p. 35).

⁴³ As farms foram divididas em sete grupos: 1. Até 20 acres; 2. De 20 a 49 acres; 3. De 50 a 99 acres; 4. De 100 a 174 acres; 5. De 175 a 499 acres; 6. De 500 a 999 acres; 7. De 1000 acres e mais. Lênin (1980) classificou as propriedades com até 100 acres como pequenas, as de 100 a 175 acres como médias, as de 175 a 1000 acres como grandes e as com superfície superior a 1000 acres como latifúndios. Para esta última categoria, a dos latifúndios, o autor salientou a necessidade de não confundir esse tipo de estabelecimento com a agricultura capitalista em grande escala, “pois, com muita frequência, os latifúndios constituem uma sobrevivência de relações pré-capitalistas: escravistas, feudais ou patriarcais” (LÊNIN, 1980, p. 33).

Foram analisados ainda o valor do conjunto dos bens das farms (terra, construções, instrumentos agrícolas, gado) e o valor dos instrumentos e máquinas. Para ambos os indicadores só se constatou um acréscimo de valor, entre 1900 e 1910, entre os estabelecimentos de 175 a 499 acres e de 500 a 999 acres, indicando, segundo Lênin (1980, p.36): “[...] o declínio dos latifúndios (recordemos que sua superfície total passou de 23,6% a 19,0%, o que corresponde a uma redução de 4,6%), acompanhado da eliminação das pequenas e médias explorações pelas grandes, pelas explorações capitalistas (de 175 a 999 acres)”.

Lênin critica o agrupamento das explorações agrícolas segundo a superfície que ocupam ou cultivam, empregado nos levantamentos estatísticos americanos e na maioria dos europeus, considerando esse tipo de análise insuficiente, “pois não considera o processo de intensificação da agricultura, o crescimento dos gastos de capital por unidade de superfície sob a forma de gado, máquinas, grãos selecionados, processos de cultura aperfeiçoados, etc.” (p.38).

A partir desse raciocínio Lênin (1980) afirma que em qualquer país capitalista do mundo é possível aplicar a seguinte tese para a metodologia de agrupamento das explorações segundo a superfície,

Chegamos à seguinte tese geral, que pode ser enunciada como uma lei aplicável ao agrupamento das explorações segundo a superfície, em qualquer país capitalista: Quanto mais rápida e ampla é a intensificação da agricultura, mais o agrupamento segundo a superfície contribui para embelezar a situação de asfixia da pequena produção agrícola, do pequeno agricultor que não dispõe de terra nem de capital; mais ele dissimula a agudização real da contradição de classe entre o grande produtor florescente e o pequeno produtor ameaçado pela ruína; mais ele minimiza a concentração do capital nas mãos dos grandes produtores e a eliminação dos pequenos. (LÊNIN, 1980, p.51-52)

A adoção de critérios racionais para o agrupamento dos estabelecimentos agrícolas, como “a importância da produção, o montante do valor dos produtos, a frequência e as proporções do emprego de trabalho assalariado”, por exemplo, desmistificariam as análises romantizadas sobre a superioridade da pequena produção agrícola e revelariam que “na sociedade capitalista, a pequena produção é eliminada pela grande, não apenas na indústria, mas também na agricultura” (LÊNIN, 1980, p.42).

Aplicando esta proposta, Lênin (1980) apresentou uma análise dos estabelecimentos rurais estadunidenses a partir do agrupamento segundo o valor dos produtos. Nesse modelo, segundo o teórico, as explorações altamente capitalistas praticadas em pequenos lotes de terra deixaram de exercer influência no cálculo de capital (máquinas, adubos, etc) para os pequenos produtores, revelando assim, uma tendência de empobrecimento da pequena produção agrícola muito mais acentuada que na análise que agrupa as farms por área.

Os dados sobre as farms pequenas e grandes segundo a superfície não consideram, em absoluto, o papel do capital; e é compreensível que, negligenciando este “detalhe” da economia capitalista, se apresente sob um falso ângulo a situação da pequena produção, se embeleze falsamente tal situação, pois ela “poderia” ser suportável “se” o capital não existisse, isto é, o poder do dinheiro e as relações entre o trabalhador assalariado e o capitalista, entre o farmer e o comerciante e credor! Portanto, a concentração da agricultura pelas grandes farms é bem inferior à sua concentração pela grande produção, isto é, pela produção capitalista: 17,7% das “grandes” farms concentram 39,2% do valor do produto (pouco mais do dobro da média), enquanto 17,2% das farms capitalistas concentram 52,3% do valor global do produto, ou seja, mais do triplo da média (LÊNIN, 1980, p. 52).

Para Lênin (1980) não se trata de desconsiderar completamente as análises segundo o agrupamento por superfície, mas de ponderar que, num contexto de intensificação da agricultura, a variável montante de capital investido numa mesma área tende a ser mais precisa para mensurar a expansão capitalista, visto que as análises que levam em conta apenas a área ocupada ou cultivada contribuem para minimizar o processo de eliminação da pequena produção pela grande, pois,

A via fundamental do desenvolvimento da agricultura capitalista consiste precisamente em que a pequena exploração, permanecendo pequena pela extensão de terra, transforma em grande exploração pelo volume da produção, desenvolvimento da pecuária, quantidade de adubos utilizados, desenvolvimento do emprego de máquinas, etc (LÊNIN, 1980, p. 44).

Embora considere que a tendência fundamental do capitalismo na agricultura é a eliminação da pequena produção pela grande, Lênin (1980) destaca que esse pode não ser um processo rápido, de expropriação imediata, mas ocorrer de maneira

lenta, por muitos anos e mesmo décadas, por meio da deterioração das condições econômicas dos pequenos produtores⁴⁴.

Esta deterioração se traduz no trabalho excessivo ou na péssima alimentação do pequeno agricultor, no seu endividamento, no fato de que o gado é mal alimentado e, em geral, de baixa qualidade, a terra não é bem cultivada, trabalhada, adubada, etc.; não há progresso técnico, etc (LÊNIN, 1980, p. 45).

Tal processo, no entanto, tende a ser camuflado por causa do agrupamento dos estabelecimentos segundo a área, na análise dos recenseamentos agrícolas, levando assim a uma falsa interpretação da realidade, uma vez que,

[...] o agrupamento das explorações segundo a superfície reúne precisamente os pequenos agricultores arruinados ou, no mínimo, premidos pela necessidade, e que não têm condições de comprar adubos; e capitalistas — pequenos por certo, mas ainda capitalistas — que dirigem em pequenos lotes de terra explorações modernas, intensivas, com um grande volume econômico e empregando trabalhadores assalariados (LÊNIN, 1980, p. 46).

Para Lênin (1980) ocorrem, simultaneamente, dois processos, o de eliminação da pequena produção⁴⁵ pela grande na agricultura e o de expropriação dos pequenos agricultores.

Assim, fica demonstrado para o conjunto da agricultura americana este fato paradoxal e, contudo incontestável de que, de uma maneira geral, não apenas se processa uma eliminação da pequena produção pela grande, mas que esta eliminação reveste-se da seguinte forma: A eliminação da pequena produção pela grande consiste na eliminação das farms “maiores” quanto à superfície, mas menos produtivas, menos intensivas e menos capitalistas, pelas farms “menores” quanto à superfície, mas mais produtivas, mais intensivas e mais capitalistas (LÊNIN, 1980, p. 49).

Dessa forma a eliminação da pequena produção se manifestaria também pela intensificação econômica (capitalização) das farms menores (LÊNIN, 1980).

⁴⁴ Na contemporaneidade podemos pensar também no êxodo rural, na urbanização e no aumento da escolaridade, que levaram os filhos dos pequenos produtores a abandonarem a atividade agrícola e o próprio campo, num processo de envelhecimento da população rural que, possivelmente, tende a levar a incorporação dos pequenos estabelecimentos aos grandes.

⁴⁵ Reitera-se que pequena produção, segundo Lênin (1980), não é sinônimo de pequeno estabelecimento, pois a exploração capitalista não requer, necessariamente, uma grande extensão territorial, mas um volumoso aporte de capital produtivo por unidade de terra. De modo que a redução da superfície explorada é acompanhada pela intensificação da agricultura, esta, por sua vez, manifestada pela elevação do volume econômico da produção e do emprego do trabalho assalariado, variáveis irrefutavelmente capitalistas.

Quanto à eliminação dos pequenos produtores, Lênin (1980) sustenta essa tese também a partir da análise de dados sobre o processo de êxodo rural, do crescimento da população urbana nos Estados Unidos, da redução da proporção dos proprietários rurais em relação ao número total de farmers e do crescimento dos arrendatários no campo.

Haveria, então, uma tendência de expropriação dos pequenos agricultores independentes, embora os mesmos ainda conservassem “ingênuas ilusões sobre a possibilidade de viverem “do trabalho de suas próprias mãos” ” (LÊNIN, 1980, p.62).

Portanto, a leitura de Lênin (1980, p.62) dos dados da produção agrícola nos EUA indicaram que “a concentração da produção nas grandes explorações é efetivamente mais forte, a eliminação da pequena produção é efetivamente mais profunda e progressiva do que indicam os dados habituais sobre as farms agrupadas segundo a sua superfície”.

Embora neste trabalho Lênin considere as estatísticas de um contexto específico da agricultura nos EUA, do início do século XX, suas considerações continuam pertinentes. Se o principal viés de desenvolvimento da agricultura no capitalismo é a adoção de métodos intensivos de produção, de fato, as análises centradas nas dimensões físicas (área) dos estabelecimentos têm um poder explicativo reduzido e só poderiam ser utilizadas em associação com outros indicadores.

Quando tomamos, como exemplo, a produção moderna de frangos, a classificação dos estabelecimentos em camponeses ou mesmo familiares, exclusivamente a partir da área da propriedade, mostra-se um grande equívoco.

A avicultura, como um ramo altamente especializado da agroindústria, é um modelo de produção intensiva em que uma pequena exploração (área/propriedade) se torna grande justamente por conta do montante de capital que movimenta e de sua estreita ligação aos mecanismos de mercado.

Por essas mesmas razões é que a associação entre avicultores modernos e campesinato (modelo não capitalista de produção) não faz nenhum sentido teórico, estando estes produtores muito mais próximos da categoria chamada por Lênin de pequena burguesia.

No regime capitalista, o pequeno agricultor transforma-se, quer queira ou não, quer perceba ou não, num produtor de mercadorias. E é nesta modificação que está o essencial. Mesmo quando o pequeno agricultor ainda não explora o trabalho assalariado, esta mudança é suficiente para fazer dele um antagonista do proletariado, para transformá-lo num pequeno-burguês. Ele vende o seu produto, o proletariado vende a sua força de trabalho. Os pequenos agricultores não podem, enquanto classe, deixar de aspirar pelo aumento de preços dos produtos agrícolas, e isto equivale à sua participação, ao lado dos grandes proprietários de terras, na partilha da renda fundiária; eles se tornam solidários com os proprietários fundiários contra o resto da sociedade. Por sua situação de classe, o pequeno agricultor torna-se, inevitavelmente, à medida que se desenvolve a produção mercantil, um partidário da estrutura agrária existente, um pequeno agrarista (LÊNIN, 1980, p. 59).

Essa tese se confirma no caso da avicultura, onde o pequeno agricultor se tornou um produtor de mercadorias e também passou a empregar, cada vez mais, mão-de-obra assalariada permanente, fatores que o aproximam dos interesses de classe dos ruralistas em detrimento do proletariado e confirmam, de modo irrefutável, o caráter capitalista desse tipo de estabelecimento agrícola.

Essas considerações nos permitem debater a associação entre avicultores e campesinato, apontando fatores de diferenciação e desintegração da categoria neste setor produtivo e também o emprego do conceito de agricultura familiar na avicultura, visto que, conforme previsto por Lênin, a seletividade dos produtores (maiores e mais capitalizados) e plenamente integrados a dinâmica capitalista tem se confirmado na produção agroindustrial de frangos.

Do mesmo modo, é extremamente pertinente os apontamentos de Karl Kautsky, sobre a subordinação da agricultura pela indústria, para o entendimento da dinâmica da produção avícola atual e suas tendências, conforme será apresentado na próxima seção.

2.1.3 A questão agrária em Karl Kautsky

Compondo, junto com Lênin, o quadro clássico da literatura agrária marxista, Kautsky também discutiu a incompatibilidade entre a agricultura capitalista e o modo de produção camponês. Como estudou a natureza do capitalismo na agricultura da região da Prússia, sua teoria ficou conhecida como a “via prussiana”, abordada em sua principal obra, “A Questão Agrária” (1899), onde defende a superioridade econômica da grande exploração capitalista e a perspectiva de subordinação da agricultura pela indústria.

Para Abramovay (2012) tanto a teoria de Lênin quanto a de Kautsky devem ser entendidas como fruto do contexto político em que foram elaboradas, ou seja, apresentam um viés circunstancial, embora Kautsky tenha inserido novos elementos em seu debate sobre a questão agrária.

Desse modo, a obra de Kautsky precisa ser entendida no contexto social e político da Alemanha no período, marcado por um profuso debate sobre os meios de construção do socialismo e sobre o papel da agricultura e do campesinato neste processo.

Os social democratas alemães lidavam com uma população rural superestimada estatisticamente e representada politicamente (parlamento) por organizações conservadoras. Por isso, conquistar o apoio dessa camada populacional, sobretudo os camponeses, era fundamental para o partido (ABRAMOVAY, 2012).

Entendia-se o campesinato como uma categoria social em vias de desaparecimento e que, desse modo, não deveria ser contemplada na agenda política do partido, este deveria centralizar seus esforços em organizar os trabalhadores assalariados e conscientizar os camponeses de seu inevitável desaparecimento. Essa visão, no entanto, acarretaria um enorme prejuízo político e eleitoral e, em torno desse desafio, a social democracia alemã estruturou a sua discussão sobre a questão agrária (ABRAMOVAY, 2012).

Como aponta Paulino (1997) nos centros urbanos o espaço político da social democracia já estava consolidado, no campo, porém, era preciso expandir a influência (ideais) do partido. Todavia, a diversidade de concepções sobre o futuro do campesinato acabou por criar grande polêmica. Segundo a autora, o próprio Kautsky reconheceu que tais divergências resultavam da dificuldade de enquadramento (burguesia ou proletariado) da classe camponesa e seu papel na luta política.

Desse modo, o trabalho de Kautsky buscou dar sustentação a sua leitura política, na qual se entendia que o desenvolvimento capitalista comportava apenas duas classes sociais: a burguesia e o proletariado (PAULINO, 1997).

Embora reconhecesse a existência de outras classes sociais, para Kautsky era o antagonismo entre burguesia e proletariado que moviam a sociedade capitalista, por essa razão o campesinato encontrava-se em vias de desaparecimento. Com a penetração do capitalismo na agricultura, haveria um processo de concentração das riquezas, semelhante ao que estava em curso na indústria, onde as grandes

propriedades absorveriam as pequenas, levando a proletarização⁴⁶ do campesinato (PAULINO, 1997).

É nesse contexto que a obra “A questão agrária” foi formulada, centrando-se na defesa da superioridade da grande propriedade capitalista sobre a familiar⁴⁷, e que, como consequência, levaria a inevitável expropriação camponesa.

De acordo com Abramovay (2012, p.57), Kautsky buscou provar, teoricamente, que a sobrevivência do campesinato, em determinados locais, não significava eficiência produtiva, mas apenas uma prova da superexploração em que os camponeses viviam, “do fato de venderem seus produtos a preços que não cobrem sequer a sua própria subsistência”. Nesse sentido, seria inútil qualquer trabalho político que buscasse refrear a inevitável decadência do modo de produção camponês, visto que haveria uma imensa superioridade técnica e econômica da grande exploração sobre a pequena.

Para Kautsky (1986) a gênese das transformações no campo, a partir da inserção produtiva capitalista, ocorreu com o processo de dissolução da indústria agrícola doméstica promovido pela indústria capitalista. Segundo o teórico, esse processo foi alterando a dinâmica da vida camponesa e aumentando a demanda por dinheiro para que o camponês pudesse permanecer na atividade agrícola. Para isso, no entanto, foi preciso que o mesmo se inserisse no mercado e convertesse seus produtos em dinheiro.

Quanto mais evolui esse processo, tanto mais se dissolve essa tradicional indústria doméstica camponesa e cresce, na mesma proporção, a demanda de dinheiro entre os camponeses. Eles agora não só necessitam de dinheiro para obter o dispensável ou supérfluo, mas dele necessitam igualmente para o necessário, o indispensável. Sem o dinheiro eles já não conseguem levar em frente sua atividade. Já não conseguem viver sem o dinheiro (KAUTSKY, 1986, p.19).

⁴⁶ Segundo Kautsky, as bases do processo de proletarização camponesa se encontravam na desintegração da indústria artesanal doméstica, ocorrido com o advento da indústria capitalista, que inseriu os camponeses tanto no mercado de consumo quanto no de trabalho, possibilitado pela sazonalidade das atividades agrícolas. Assim, em determinados períodos do ano, essa mão-de-obra excedente voltava-se para o trabalho na indústria. “Para Kautsky, era este processo que continha a gênese do proletariado, pois a princípio, foram os próprios filhos dos camponeses que ficaram ociosos em suas respectivas unidades, passando a vender sistematicamente sua força de trabalho” (PAULINO, 1997, p.6).

⁴⁷ Concepção justamente oposta a visão dos “revisonistas” alemães, que defendiam a superioridade técnica da produção familiar sobre a grande exploração capitalista. Sua teoria é, desse modo, uma resposta aos fundamentos dos opositores políticos do partido social democrata alemão (ABRAMOVAY, 2012).

A introdução da dinâmica capitalista prejudicou aos pequenos estabelecimentos, até então, autossustentáveis, transformando o camponês, “quanto mais ele se transformava em agricultor, ou quanto mais se completava a separação entre a indústria e a agricultura, mais depressa desaparecia aquela auto-suficiência, segurança e conforto da existência camponesa”, tornando - o dependente do mercado (KAUTSKY, 1986, p. 19).

Assim, o desenvolvimento capitalista, na leitura de Kautsky, salientava as diferenças qualitativas entre as pequenas e grandes unidades produtivas, tornando viável apenas a produção em grande escala, devido ao aproveitamento máximo de fatores produtivos, tais como as instalações (obras de irrigação e drenagem, linhas férreas), as técnicas, os instrumentos, a força de trabalho, o custo de transporte, por exemplo. A maior vantagem, contudo, consistia na divisão social do trabalho, separando o trabalho manual do intelectual.

Somente o grande estabelecimento é, no entanto, capaz de aproveitar-se ao máximo da especialização e da adaptação dos implementos e das ferramentas que tanto contribuem para a supremacia do estabelecimento moderno em comparação com o estabelecimento pré-capitalista. O mesmo também vale para as raças dos animais existentes no estabelecimento agrícola, o pequeno camponês, dono de minifúndio, faz uso da mesma vaca para produzir seu leite, para puxar o arado e como matriz para a reprodução. Para ele não tem qualquer sentido falar em produção seletiva, adaptação da raça e adequação da forragem a condições especiais. Também não existem para ele condições de designar pessoas diferentes para a execução dos vários trabalhos especiais em que se subdivide a atividade geral do estabelecimento. O grande estabelecimento tem condições, de fato, para fazê-lo e obtém, assim, uma série de vantagens. Ele divide os trabalhadores em duas classes: a dos que se prestam para a execução de trabalhos que demandam habilidades e cuidados especiais, e a dos que apenas contribuem com seu esforço físico (KAUTSKY, 1986, p.92).

Também, segundo este raciocínio, só o grande estabelecimento é capaz de comportar técnicas científicas (racionalização), tanto no planejamento (administração) quanto na produção agrícola propriamente e, desse modo, empregar trabalhadores especializados, tal como um agrônomo, por exemplo (KAUTSKY, 1986).

De acordo com Kautsky (1986), a racionalização da agricultura só é possível a partir da compreensão científica desta atividade, o que não acontecia nos pequenos estabelecimentos, estes só sobreviviam por causa da precariedade das condições de vida (moradia e principalmente a sub-alimentação) e do enorme trabalho dispendido

pelos camponeses (inclusive de crianças e idosos), desgastando-se por vezes, muito mais que um trabalhador rural assalariado.

Para nós é claro que a alimentação sub-humana do pequeno lavrador não constitui vantagem alguma para o pequeno estabelecimento e o mesmo se diga da aplicação sobre-humana do mesmo ao trabalho. Esses dois fatores atestam, antes de mais nada, o atraso econômico do pequeno estabelecimento; ambos constituem entraves sérios para o progresso econômico (KAUTSKY, 1986, p.105).

Além das vantagens produtivas específicas, Kautsky (1986) ressalta que os grandes estabelecimentos também apresentam vantagens para a comercialização e para a obtenção de crédito.

Por todos esses motivos, a defesa de alguns teóricos da superioridade da pequena produção, sustentada pelo aumento estatístico do número de unidades camponesas era um equívoco. Esse aumento, para Kautsky, era resultado da fragmentação das explorações, por sua vez, fruto do crescente processo de desestruturação do campesinato, conforme Paulino (1997),

Kautsky via na multiplicação numérica das unidades camponesas a perda do caráter produtivo e a transformação das mesmas em meros locais de moradia. Sendo assim, a subsistência provinha não mais das atividades desenvolvidas internamente, mas da inserção no mercado de trabalho. (PAULINO, 1997, p.6).

Portanto, haveria uma tendência, irremediável, de proletarização, frente à inviabilidade da produção camponesa e a superioridade do grande estabelecimento capitalista.

Trabalhadores bem alimentados e bem pagos, além de inteligentes, são a condição indispensável para o funcionamento de qualquer grande estabelecimento racionalmente organizado. Não há dúvida de que na maioria dos casos essa condição prévia ainda falta e que é estultice esperar qualquer melhoramento por parte do “despotismo iluminado” dos grandes agricultores. Esse melhoramento terá que ser imposto aos empresários direta ou indiretamente pelo Estado, tanto na indústria como na agricultura. Cabe ao movimento operário a tarefa de criar (através da elevação moral e física do proletariado rural e do combate à barbárie rural) o importante pressuposto do grande estabelecimento racional agrícola, eliminando o último esteio do pequeno (KAUTSKY, 1986, p.106).

Nesse sentido, a proletarização, assentada no domínio das grandes explorações agrícolas, seria um processo positivo para viabilizar a implantação do

socialismo e, a partir deste, a organização da produção em cooperativas agrícolas socialistas.

Na leitura de Kautsky o cooperativismo, de base socialista, deveria ser organizado pelo proletariado, pois os camponeses, devido a suas características sociais (apego à propriedade privada da terra, individualismo, falta de conhecimento, conservadorismo), não estariam aptos a essa forma de organização social do trabalho.

Não há meio em que as condições prévias para a organização de cooperativas se encontre mais fracamente desenvolvidas do que entre os camponeses; suas condições de vida e de trabalho os isolam completamente, reduzem ao mínimo o seu horizonte político, e roubam-lhe o tempo livre que a autogestão cooperativa exige (KAUTSKY, 1986, p.109).

E ainda: “Não há lugar mais difícil de se conseguir a união dos agricultores em cooperativas que aquele no qual a tradição do regime patriarcal ainda não se encontra abalada e as bases “do trono e do altar” ainda mantêm-se firmes” (KAUTSKY, 1986, p.109).

Considerando os camponeses avessos a coletivização produtiva direta, devido ao entrave que seu apego à propriedade privada representava, caberia então ao proletariado a condução desse processo: “A transição para a produção cooperativa não pode partir dos proprietários; pode partir apenas dos que não são proprietários” (KAUTSKY, 1986, p.118).

Nesse sentido, o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, tornando evidente a luta de classes, criaria os pré-quesitos necessários para a coletivização produtiva, processo a ser conduzida pelo proletariado.

O modo de produção capitalista é o único capaz de criar as condições prévias para o estabelecimento da cooperativa: ele gera uma classe de operários para a qual não existe a propriedade dos meios de produção em caráter pessoal; confere igualmente um caráter social ao processo de produção, além de contrastar ainda mais as diferenças que se observam entre a classe dos capitalistas e a dos trabalhadores assalariados, de modo a evidenciar a meta obrigatória da substituição da posse dos meios de produção, a necessidade de sua transferência das mãos do capitalista para o domínio da sociedade (KAUTSKY, 1986, p.118).

Isso não significava, porém, que Kautsky (1986) considerava o processo intermediário da proletarização o único caminho possível para levar o campesinato à produção cooperativa socialista. Esse estágio poderia ser alcançado também a partir

da liderança e da experiência do proletariado, com a formação de grandes cooperativas proletárias, que assim serviram de modelo (inspiração) aos camponeses.

[...] caberá ao proletariado vitorioso e a ele tão somente a iniciativa de recorrer à produção cooperativa; caberá a ele criar as condições que permitam estabelecer, de fato e não apenas do ponto de vista teórico, a passagem da atividade artesanal e agrícola para a grande produção cooperativa (KAUTSKY, 1986, p.118).

Desse modo, como as cooperativas socialistas seriam uma conquista do proletariado, o sucesso desse modelo extingiria a resistência dos camponeses e contribuiria para romper definitivamente com a propriedade e a exploração individual da terra, baliza fundamental do capitalismo, mas também do próprio campesinato.

Reconhecendo que somente a cooperativa será capaz de garantir a sua produção agrícola, o camponês vai entender também que só poderá integrar esse tipo de produção quando o poder estiver nas mãos do proletariado, quando este poder colocar os interesses do camponês em sintonia com os da sociedade. Esse camponês será, então, um social democrata (KAUTSKY, 1986, p.118).

Portanto, o proletariado (e não o campesinato) seria a classe responsável pela implantação do socialismo. Nesse processo, a expansão da grande exploração capitalista, com a inevitável expropriação camponesa, seria imprescindível por fornecer as bases, materiais e intelectuais, que conduziriam, finalmente, à cooperativa socialista.

Outro aspecto, apontado por Kautsky (1986), para confirmar sua tese de superioridade da grande exploração capitalista, é o processo de integração agricultura-indústria, promovido pelo avanço do capitalismo no campo.

De acordo com Kautsky (1986), na organização capitalista, a industrialização da produção agrícola é uma estratégia para aumentar a margem de lucro (transformando o produto in natura em produto industrializado, tanto para o mercado interno quanto para a exportação). No caso europeu, o desenvolvimento deste processo também foi importante para minimizar os efeitos da concorrência internacional (concorrência ultramarina, sobretudo com os Estados Unidos).

Por essa razão, nas regiões favoráveis, logo se observou a tendência dos agricultores construírem estabelecimentos industriais em suas propriedades a fim de realizar a transformação de seus produtos naturais. Essa inovação, a exemplo dos

demais progressos econômicos da época, processou-se, segundo Kautsky (1986), primeiramente nos grandes estabelecimentos agropecuários europeus. Desse modo, tanto no mercado interno como na concorrência com os produtos estadunidenses, os grandes produtores auferiam vantagem em relação à produção camponesa.

O pequeno estabelecimento não possui, via de regra, capital suficiente, nem chega mesmo a produzir produtos em quantidade suficiente, que justifiquem a respectiva transformação. Além disso, os pequenos lavradores são menos atirados, mais conservadores e estão menos familiarizados com os progressos técnicos e as necessidades do mercado internacional que os grandes agricultores e os capitalistas. Foram os latifundiários que primeiro introduziram as grandes indústrias em suas terras. Foram eles, ao lado dos capitalistas, que fundaram as indústrias rurais e compraram as terras de que necessitariam para fornecer-lhes a respectiva matéria-prima para a sua indústria (KAUTSKY, 1986, p. 231-232).

Para Kautsky (1986) a possibilidade de criar múltiplas e vantajosas ligações entre a agricultura e a indústria é justamente a maior vantagem competitiva dos latifúndios sobre os pequenos estabelecimentos. Por exemplo, uma grande propriedade é capaz de fornecer além da matéria-prima, também a fonte de energia (hidráulica; madeira; carvão) para a indústria.

Por sua vez, a experiência bem-sucedida dessas indústrias agrícolas serviu de inspiração para os pequenos estabelecimentos, que, para aproveitarem-se das mesmas vantagens competitivas dos grandes, puderam recorrer a formação de cooperativas. Porém, Kautsky (1986) faz questão de ressaltar que tal empreendimento nem de longe pode ser considerado uma fase intermediária para a implantação do socialismo, ao contrário, as cooperativas agrícolas de produção constituiriam, na verdade, um estágio de transição para o próprio capitalismo⁴⁸.

Uma das objeções mais sérias contra a visão segundo a qual as atuais cooperativas operárias de produção constituiriam uma forma de transição para o socialismo, reside no fato seguinte: na sociedade capitalista as cooperativas de produção, quando em ascensão, mais cedo ou mais tarde chega o momento em que essas cooperativas passam a empregar assalariados; estes proletários não participam, de modo algum, da posse dos meios de produção, sendo eles, pois, explorados pelos cooperados. É inerente, pois, a toda cooperativa de produção, a tendência de transformar-se em um empreendimento capitalista a partir do momento em que a cooperativa floresce e se expande (KAUTSKY, 1986, p. 233).

⁴⁸ Esta análise de Kautsky (1986) pode ser evidenciada, atualmente, nas cooperativas avícolas, que, embora possam contar também com pequenos produtores em seu quadro de cooperados, constituem grandes empreendimentos capitalistas.

Além disso, os empreendimentos cooperativos capitalistas, segundo Kautsky (1986, p.233), não poderiam salvar os pequenos lavradores, estes, aliás, nem teriam acesso ao modelo por falta de recursos financeiros e de condições de produzir uma matéria-prima de boa qualidade, conforme demanda a indústria. “Por isso, é apenas para a “classe média” que a cooperativa de produção pode ter algum valor”.

É importante frisar que Kautsky (1986) não nega as vantagens que as cooperativas⁴⁹ capitalistas (de crédito, de melhoramentos, de compra e venda) voltadas para os pequenos produtores possam aferir, mas enfatiza que esse modelo de produção é sempre mais vantajoso, em todos os aspectos, para os grandes produtores. “[...] as cooperativas de venda bem-sucedidas são, via de regra, apenas integradas por grandes estabelecimentos, não por pequenos. Isso não só se aplica ao caso da venda da manteiga, mas igualmente à venda de animais, de cereais e de álcool” (KAUTSKY, 1986, p.111).

Como contribuem decisivamente para o avanço da industrialização no campo (modernização), as cooperativas facilitariam, segundo Kautsky (1986), a expansão e a dominação do capital. Desse modo, embora tenham um papel relevante na revolução da agricultura, não seriam capazes de resguardar a produção camponesa.

As cooperativas rurais de produção, em virtude das vantagens momentâneas que deixam entrever aos lavradores, servem de instrumento poderoso para avanço da industrialização da agricultura. Ao mesmo tempo, servem para abrir, de modo enérgico, o caminho à dominação do capital, que sem isso encontraria dificuldades bem maiores. Não diminuimos, certamente, a importância dessas cooperativas. Elas são consideráveis na medida em que revolucionam a agricultura. Não são, porém, um recurso de salvação para o camponês (KAUTSKY, 1980, p.167).

Portanto, o processo de integração agricultura-indústria se concretiza, primordialmente, por meio da grande produção capitalista: “O grande estabelecimento agrícola é o que melhor corresponde às necessidades da grande indústria agrícola.

⁴⁹Tratando, especificamente, das cooperativas de venda, Kautsky (1986, p.111) afirma que as mesmas só seriam capazes de atender aos interesses dos pequenos produtores caso fosse possível desenvolver uma padronização do processo produtivo: “A cooperativa de vendas apenas atende aos interesses do pequeno estabelecimento em maior escala quando é possível reunir a produção dos cooperados individuais e esta obedecer a um mesmo plano e meios idênticos de produção”, objetivo ainda distante de ser alcançado pelos agricultores alemães da época, mas que no caso da avicultura moderna, por exemplo, foi plenamente conquistado.

Frequentemente esta procura criar grandes estabelecimentos agrícolas em lugares nos quais a mesma não existe ainda” (KAUTSKY, 1986, p.233).

Como consequência desta tendência, ao campesinato restaria apenas uma estratégia para se integrar a grande indústria agrícola capitalista: o cooperativismo. No entanto, ao adotar este modelo produtivo, o camponês se transformaria em capitalista, deixando a produção de subsistência para aderir a produção de mercado. A cooperativa agrícola de produção no capitalismo, segundo Kautsky (1986, p.235), permitiria ao camponês “enriquecer o seu estabelecimento agrícola com os frutos da exploração capitalista, organizar o seu estabelecimento de forma mais racional e elevar o nível desse empreendimento”, ou seja, a cooperativa como uma ferramenta de subordinação da agricultura à indústria e ao próprio capitalismo.

Todavia, caso não consiga se inserir no processo de integração agricultura-indústria, o camponês se tornaria um trabalhador assalariado: “A única questão que se coloca é a de saber quanto tempo dura esse passe de mágica que transforma em capitalista, da noite para o dia, aquele camponês antes em vias de transformar-se em proletário” (KAUTSKY, 1986, p.235).

Com o sucesso do empreendimento, por outro lado, o camponês se transforma em fornecedor de matéria-prima para as fábricas, necessitando, para isso, adaptar seu estabelecimento às demandas da indústria, conforme Kautsky (1986),

O camponês deixa, dessa maneira, de ser o senhor absoluto de seu estabelecimento agrícola, pois este passa a existir em função das necessidades específicas do estabelecimento industrial que passa a ditar-lhes as regras. O camponês transforma-se, em parte, em operário da fábrica. (KAUTSKY, 1986, p. 236).

Embora o prognóstico não tenha se cumprido integralmente, muitos dos aspectos levantados por Kautsky (1986) continuam pertinentes, caso da dependência técnica e econômica dos agricultores a agroindústria.

Frequentemente o camponês também passa a depender tecnicamente do estabelecimento industrial, na medida em que a indústria fornece a ração para os animais e o adubo a ser utilizado na plantação. A essa dependência técnica do camponês cooperado associa-se ainda uma dependência essencialmente econômica. A cooperativa não só fornece os meios para o aperfeiçoamento do empreendimento agrícola, ou para a cobertura dos déficits que possam ocorrer. De fato, adaptando-se o camponês às necessidades da cooperativa, esta também se converte no consumidor exclusivo das mercadorias que produz. Em tais condições, o estabelecimento agrícola não poderá mais subsistir sem o concurso da indústria. Esta se torna a espinha dorsal do estabelecimento agrícola, sendo que o colapso da

primeira forçosamente significa a falência deste último (KAUTSKY, 1986, p. 236).

Essa tendência, atualmente, não ocorre só com o pequeno produtor cooperado, mas com qualquer produtor integrado a agroindústria, caso da avicultura, por exemplo. Na verdade, a subordinação do agricultor moderno a indústria vai além, envolvendo uma dependência, a montante e a jusante, da cadeia industrial em praticamente todos os principais segmentos produtivos da agropecuária e abarcando tanto o grande quanto o pequeno produtor. Todos estão inseridos na economia de mercado e dela são dependentes, em maior ou menor grau.

Podemos destacar ainda outra importante reflexão de Kautsky (1986) sobre o desenvolvimento do cooperativismo na agroindústria. Segundo o autor, a medida que este empreendimento vai se desenvolvendo, cresce a soma de capital necessário para que um estabelecimento possa associar-se, reduzindo assim o número de agricultores aptos para a inserção nas cooperativas de produção. Dessa forma, também os novos empreendimentos cooperativos tendem a se formar sob a égide capitalista, agrupando grandes agricultores ou representantes da nobreza agrária. Além disso, as crises econômicas podem levar a cooperativa a não mais permitir a entrada do pequeno produtor, transformando-se em um monopólio de capitalistas e latifundiários.

Portanto, “via de regra esse desenvolvimento também leva à substituição do pequeno agricultor pelo economicamente mais forte”, tendência verificada na avicultura industrial moderna (cooperativada e não cooperativada), onde a demanda de capital para a inserção na atividade cresceu tanto nos últimos anos que praticamente excluiu os pequenos produtores familiares da atividade.

Onde a industrialização não leva o pequeno estabelecimento à decadência, ela decreta, pelo menos, a dependência deste último, ou seja, o pequeno agricultor passa a depender da fábrica, a única compradora de seus produtos. Este se torna um executor de ordens recebidas do capital industrial e passa a adaptar-se às necessidades desse capital. É essa a salvação que a indústria agrícola proporciona ao camponês (KAUTSKY, 1986, p. 248).

Essas considerações permitem afirmar que, para Kautsky (1986, p.268), é o grande estabelecimento capitalista e não o pequeno estabelecimento camponês, que consegue “tirar proveito da união celebrada entre exploração agrária e a exploração industrial”.

Essa afirmação, por sua vez, pode ser evidenciada quando consideramos a produção da agroindústria avícola moderna no modelo de integração. Se inicialmente, a agroindústria deu preferência à integração com os pequenos produtores familiares (camponeses), esse formato de associação entre agricultura e indústria foi aos poucos perdendo espaço e, por conta das demandas do próprio progresso tecnológico, passou a priorizar os produtores maiores e mais capitalizados.

Somado a essa tendência de seletividade, já se observa a produção da matéria-prima pela própria agroindústria, como foi apresentado no caso da avicultura, reduzindo sua relação direta com o produtor rural. Estratégia levantada por Kautsky (1986, p. 248): “No fim, a indústria até chega a produzir, ela mesma, os materiais que antes eram fornecidos pela agricultura, ou a substituí-los⁵⁰, de forma a tornar supérfluos os produtos produzidos por esta última”.

No final das contas, a tendência geral é que as transformações advindas da integração entre a agricultura e indústria tornam o agricultor mais vulnerável e dependente do capital, num contexto, por sua vez, muito mais desfavorável ao pequeno produtor do que ao grande.

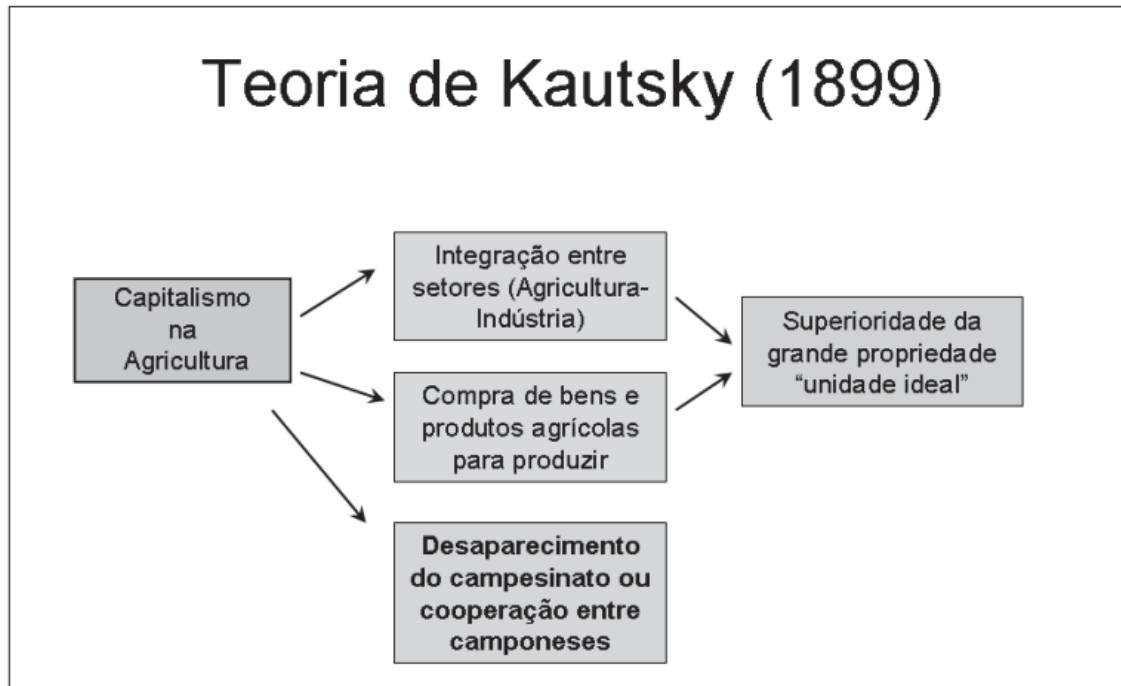
Em suma, tanto em relação ao avanço técnico, quanto ao processo de integração com a indústria, promovido pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, se sobressai o grande estabelecimento em detrimento do pequeno.

Ciente de sua condição e do prognóstico de decadência inexorável da pequena propriedade, caberia então aos camponeses associar-se aos ideias da social-democracia e defender a implantação do socialismo. Sob este regime o pequeno estabelecimento agrícola seria, enfim, substituído pelo grande estabelecimento cooperativo.

Sintetizando a teoria agrária de Kautsky, Alves e Ferreira (2009) propõem o seguinte organograma, conforme FIGURA 3.

⁵⁰ Substituição por meio do aproveitamento (industrialização) dos resíduos deixados pela transformação dos produtos agrícolas

FIGURA 3 - ORGANOGRAMA: PRINCIPAIS IDEIAS NA TEORIA AGRÁRIA DE KAUTSKY (1899).



Fonte: ALVES e FERREIRA, 2009, p. 149.

Embora o cerne da sua teoria esteja na superioridade da grande propriedade, Kautsky (1986) faz uma ressalva ao tratar da limitação do tamanho máximo do estabelecimento.

Segundo Kautsky (1986), as vantagens produtivas proporcionadas pelo grande estabelecimento superam mesmo as desvantagens decorrentes da maior distância. No entanto, há um limite máximo de extensão a partir do qual a eficiência produtiva (rentabilidade) da grande propriedade tende a se reduzir.

Contudo, não é possível determinar precisamente qual seria esse limite, pois o mesmo sofreria variações em função de certos elementos, como as condições técnicas, os tipos de solo e os tipos de estabelecimento, por exemplo (KAUTSKY, 1986).

Kautsky (1986, p.132) trata ainda da lei da intensidade, afirmando que “no caso de capitais idênticos, a intensidade da atividade exercida em uma unidade agrícola é inversamente proporcional à respectiva área do estabelecimento”.

Pode-se dizer que no geral a extensão máxima de um estabelecimento com referência à sua rentabilidade, é tanto menor, quanto mais intensiva for a sua atividade econômica, ou quanto mais capital for investido em área equivalente. Esta lei é, no entanto, ignorada, de tempos em tempos, pelo desenvolvimento técnico (KAUTSKY, 1986, p.132).

Nesse sentido, segundo o teórico, a exploração intensiva de uma pequena propriedade pode torná-la maior que outro estabelecimento superior em área, porém, explorado de forma extensiva.

Por essa razão, deve haver um cuidado na análise e interpretação dos dados estatísticos, pois,

As estatísticas que só nos dão informações sobre a área do estabelecimento, não nos permitem saber se as eventuais diminuições de área correspondem a uma redução efetiva, ou se correspondem à introdução de um ritmo mais intensivo de exploração (KAUTSKY, 1986, p.133).

Uma falha de interpretação que ainda verificamos em muitos teóricos ao tratar dos resultados dos Censos agropecuários no Brasil, associando, automaticamente, os pequenos estabelecimentos (em área) ao chamado modelo de produção camponesa, sem, contudo, preocupar-se com a análise de outros indicadores.

E, finalmente, uma última consideração sobre as contribuições de Kautsky a respeito da questão agrária e que pode ser debatida no âmbito da avicultura moderna, o da racionalização produtiva dos pequenos produtores por meio da atuação das cooperativas agrícolas.

Embora reconheça a importância das cooperativas para a agricultura moderna, Kautsky (1986) considerava que as mesmas não seriam capazes de reduzir as vantagens dos grandes estabelecimentos em relação aos pequenos, mas ao contrário, serviria para aumentar a vantagem dos primeiros. Além disso, a racionalização da atividade agrícola, nos moldes da grande exploração, não poderia ser atingida nos pequenos estabelecimentos nem mesmo por meio do cooperativismo.

As vantagens que decorrem do maior tamanho das áreas agregadas de plantação, ou da divisão do trabalho, da administração por elementos cientificamente treinados, ou seja, as vantagens decisivas do grande estabelecimento, essas o referido tipo de cooperativa não irá jamais oferecer aos pequenos lavradores. É, pois, esperar em vão que uma cooperativa permita ao pequeno estabelecimento que ele desenvolva uma atividade tão racionalizada quanto a do grande estabelecimento agrícola (KAUTSKY, 1986, p.133).

Pensando o caso da atual produção integrada, onde as cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná e de Santa Catarina, por exemplo, conseguiram inserir perfeitamente os pequenos produtores de aves e suínos num padrão produtivo altamente desenvolvido (capitalista), qual teria sido o tamanho da contribuição das

cooperativas neste processo? Ou não teriam sido, propriamente, as cooperativas as responsáveis por essa transformação do pequeno estabelecimento, mas a introdução do sistema de integração, por elas copiado das empresas capitalistas?

Embora seja inegável o papel desempenhado pelas cooperativas no processo de modernização da agricultura brasileira, com o próprio poder público estimulando essa forma de associação para, a partir dela, difundir novas técnicas e tecnologias produtivas, o elemento mais relevante no processo de racionalização do pequeno estabelecimento agrícola foi a própria intervenção estatal, com estímulos para a modernização por meio do crédito rural, de investimentos em pesquisa agropecuária, incentivos diversos para o desenvolvimento dos complexos agroindustriais, entre outros. Tamanha intervenção do Estado capitalista no processo de modernização do pequeno estabelecimento não foi prevista por Kautsky.

Por outro lado, como afirmava Kautsky (1986), as cooperativas passaram a se comportar, de fato, como empresas capitalistas, sendo geridas com a finalidade do lucro máximo e transformando (modernizando) os padrões produtivos tradicionais, num mecanismo que, por vezes, não favorece o pequeno estabelecimento, mas que, por outro lado, tem o poder de transformar profundamente suas bases produtivas e mesmo sociais.

Se, no capitalismo, o cooperativismo favorece a própria expansão do capital contrapondo-se diretamente aos interesses dos pequenos produtores, (transformando-os em pequenos capitalistas dependentes da indústria ou arruinando-os), no final das contas, para que pudessem usufruir, de fato, das vantagens do cooperativismo, restaria aos camponeses lutar, ao lado do proletariado, pela implantação do socialismo (KAUTSKY, 1986).

A exploração capitalista só pode ser superada, na visão marxista clássica como na teoria agrária de Kautsky, por meio do grande estabelecimento socialista, considerado o único modelo capaz de reunir, eficazmente, as vantagens técnicas da grande exploração capitalista com o trabalho cooperativado.

Se os pequenos lavradores quiserem beneficiar-se efetivamente das vantagens da atividade agrícola desenvolvida em grande escala e desejarem que a cooperativa os ajude a alcançar essa meta, não deverão jamais fazê-lo por vias indiretas; deverão marchar diretamente para o alvo (KAUTSKY, 1986, p.113).

Portanto, considerando que no capitalismo não haveria espaço de viabilização para o pequeno estabelecimento agrícola, a solução apontada pela Social Democracia para a sobrevivência dos camponeses seria a sua união ao proletariado na implantação do projeto socialista.

2.2 O CAPITALISMO AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO E A EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR

Considerando que o processo de modernização produtiva favorece a expansão das classes sociais capitalistas e a configuração de novos grupos sociais no meio rural, o emprego do conceito de campesinato tem se mostrado inadequado para caracterizar grande parte dos chamados pequenos agricultores contemporâneos. É por isso que, cada vez mais, tem se empregado o conceito de agricultura familiar.

Embora a agricultura camponesa seja uma forma de produção familiar, seria um grande equívoco considerar que toda forma de produção familiar na agricultura possa ser considerada camponesa. Essa diferenciação conceitual tem sido motivo de embate entre os teóricos do paradigma da questão agrária e do paradigma do capitalismo agrário. Enquanto os primeiros utilizam, frequentemente, as expressões “agricultura camponesa” e “agricultura familiar” como sinônimos, para os demais, trata-se de modelos produtivos distintos, sendo a agricultura familiar uma categoria social relativamente nova, moldada no bojo do processo de modernização capitalista da agricultura e muito distante da concepção tradicional de campesinato.

Haveria, portanto, uma completa separação entre o agricultor familiar moderno e sua origem camponesa. Entre os teóricos agrários, Navarro (2010) destaca-se na defesa desse pressuposto. Segundo ele, os camponeses são coletivos sociais específicos de sociedades pré-capitalistas. Conforme as relações capitalistas vão se desenvolvendo e se tornando dominantes, os camponeses vão gradualmente se integrando, modificando seus sistemas de produção e desenvolvendo uma nova racionalidade, transformando-se, assim, em agricultores familiares. Aqueles, por sua vez, que não conseguem passar por essa transição, deixam o mundo rural.

Dito de outra forma, o desenvolvimento do capitalismo no campo, lentamente modificando não apenas a estruturação produtiva, tecnológica e econômico financeira, mas também materializando novos comportamentos entre os agricultores (e, portanto, novos valores, uma nova cultura e uma diferente moralidade, além de instituir uma nova racionalidade) acaba extinguindo as formas camponesas de produção. Em seu lugar, surge um conjunto, necessariamente menor, de produtores modernizados sob a ótica do capitalismo – são os agricultores familiares (NAVARRO, 2010, p.198).

Contudo, o ritmo desse processo pode variar de um lugar para outro, o que explica em países de grande extensão territorial, como o Brasil, a existência de estruturas sociais heterogêneas no mundo rural, criando nítidas variações regionais (NAVARRO, 2010).

Vejamos então como a categoria agricultura familiar, em detrimento de outras classificações, tem ganhado espaço nas discussões acadêmicas e na agenda política nas últimas décadas.

De acordo com Germer (2002), a partir dos anos 1970 começam a surgir abordagens em torno da produção de base familiar, sendo possível identificar dois modelos teóricos distintos. O primeiro corresponde a uma abordagem calcada na leitura de Chayanov, entendendo a agricultura familiar como um modelo produtivo de lógica própria e capaz de resistir às transformações capitalistas, concepção desenvolvida principalmente nos países europeus, particularmente na França e na Polônia. O segundo, por sua vez, corresponde ao padrão familiar de produção dos Estados Unidos, o farmer americano, considerado um pequeno capitalista. Ainda, segundo o autor, a partir da década de 1990, o segundo modelo passou a prevalecer.

São, portanto, modelos opostos, pois “a virtude do produtor “familiar” chayanoviano consiste em resistir à transformação inovadora do capitalismo, ao passo que a do norte-americano é de promovê-la” (GERMER, 2002, p. 48).

Os enfoques são distintos, mas ambos pressupõem a inserção e a subordinação da agricultura familiar no sistema capitalista. Porém, no primeiro modelo (chayanoviano) nega-se que a produção agrícola tenha caráter capitalista, sendo qualitativamente diferente por não ter por objetivo a obtenção do lucro, justamente o oposto do enfoque norte-americano. “Portanto, as concepções dos dois modelos são opostas: no primeiro a virtude da produção “familiar” provém de dispensar o lucro, e no segundo, da capacidade de gerar lucro” (GERMER, 2002, p. 48).

Segundo Navarro (2010), o termo camponês (e suas derivações) ganhou expressividade nas ciências sociais brasileira, especialmente na antropologia, com diversos estudos realizados entre as décadas de 1950 e 1960.

Embora, a expressão campesinato tenha sido predominante, até o final da década de 1960, principalmente nos estudos sociológicos de inspiração marxista, a mesma não era empregada no âmbito político. Nessa esfera outras denominações eram adotadas para tratar dos estabelecimentos de menor escala: minifundiários, pequenos produtores, agricultores de subsistência ou ainda agricultores de baixa renda (NAVARRO, 2010).

Somente na década seguinte, 1970, foi incorporado, na esfera das políticas públicas, o termo pequena produção que, para alguns teóricos como Bastos (2005), foi fruto das transformações ocorridas no cenário político brasileiro e que buscavam desarticular os movimentos reivindicatórios rurais que se estruturavam a partir da identidade camponesa.

De acordo com Schneider (2003, p.33), a substituição dos termos “minifundiários” e “produtores de baixa renda”, que predominavam até então, pela expressão “pequenos produtores” ocorreu no contexto de ampliação da capacidade de atuação do Estado na gestão de políticas públicas. Esse redirecionamento conceitual era útil em duas frentes: contrapondo-se aos movimentos políticos identificados ao campesinato, caso das ligas camponesas do Nordeste, e por criar a concepção de modernização tecnológica desse segmento de produtores, “integrando-os ao processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura”.

No entanto, segundo Schneider (2003) as duas expressões, pequena produção e campesinato, continuaram a ser empregadas, embora a primeira tivesse uma conotação mais operacional enquanto a segunda um sentido mais teórico. Por essa razão é possível observar uma superposição entre os conceitos em muitos estudos.

No Brasil os primeiros estudos sobre camponeses e pequenos agricultores inspirados na “teoria da economia camponesa” de Chayanov surgiram a partir da segunda metade da década de 1970. Na década seguinte foram incorporados a discussão sobre a pequena produção os conceitos de “integração” e “exclusão” tendo em vista o recente processo de transformação tecnológica da agricultura brasileira que a integrava, e subordinava, cada vez mais a indústria (SCHNEIDER, 2003).

É somente na década de 1990 que se consolida o conceito de agricultura familiar no Brasil. Por um lado, na dimensão política, como fruto das reivindicações dos sindicatos rurais e movimentos sociais por políticas públicas que atendessem a um conjunto de categorias sociais (pequenos proprietários, assentados, arrendatários, parceiros, integrados às agroindústrias, entre outros), que se sentiam ameaçados, em virtude das diferenças de competitividade de seus produtos, no contexto político-econômico da formação do MERCOSUL - Mercado Comum do Sul. Nessa esfera foi também decisiva a legitimação política e social conferida a essa nova categoria pelo Estado brasileiro com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF⁵¹, em 1996 (SCHNEIDER, 2003).

E, por outro, na dimensão acadêmica, como resultado da incorporação tardia⁵² deste conceito ao debate das Ciências Sociais brasileira, embora o mesmo já viesse sendo intensamente discutido no cenário internacional (SCHNEIDER, 2003).

Um importante marco para a afirmação do termo agricultura familiar no Brasil foi o estudo, publicado em 1994, pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o qual classificava os estabelecimentos rurais brasileiros em “patronais” e “familiares” e que serviu de suporte conceitual para a implantação do PRONAF.

⁵¹ Uma discussão mais detalhada sobre o PRONAF pode ser encontrada em Zafalon (2009).

⁵² Segundo Schneider (2003, p.37), diferentemente do que ocorreu com a Sociologia de inspiração marxista nos países desenvolvidos, no Brasil os pesquisadores do mundo rural passaram muito tempo presos ao debate em torno da “questão agrária brasileira”. Sendo ainda esta discussão conduzida a partir de um viés político e ideológico, com o objetivo de entender o papel dos grupos sociais rurais num contexto revolucionário e na luta de classes, e não propriamente epistemológico. Tal característica seria resultado da incorporação acadêmica do marxismo apenas a partir da década de 1950, oriundo das discussões de militantes de partidos políticos de esquerda. Ou seja, durante muito tempo as discussões brasileiras foram influenciadas pelo debate marxista clássico, em textos como “O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte” (Marx), “O Problema Camponês na França e na Alemanha”, (Engels), e principalmente nos textos de Lênin e Kautsky, cuja preocupação central era política e não acadêmica. “Em razão disso, as categorias sociais que hoje são denominadas de agricultores familiares eram descritas na época por uma miríade de nomes, como sítiantes, colonos, parceiros, meeiros, foreiros, etc.; interpretados à luz de conceitos como “resquícios feudais”, “semi-proletários”, “assalariados a domicílio”, entre outros. Essa forma de compreender e explicar a natureza das relações sociais do campo, embora herdeira da tradição marxista clássica, impediu que o debate brasileiro sobre a questão agrária evoluísse e deslocasse seu enfoque para a contribuição propriamente epistemológica do marxismo à análise das transformações sociais, econômicas e culturais do mundo rural”.

Os primeiros teriam como característica a completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada, a ênfase na especialização produtiva e em práticas agrícolas padronizáveis, o uso predominante do trabalho assalariado e a adoção de tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento” (intuitivas ou de senso comum). Já o modelo familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de previsibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA, 1994, p. 2). Os estabelecimentos familiares foram ainda separados em três subcategorias: familiar consolidada, familiar em transição e familiar periférica (SCHNEIDER, 2003, p.35-36).

Além deste trabalho merece destaque a inovadora tese de Ricardo Abramovay, apresentada em 1992, que buscou apresentar as limitações teóricas do marxismo para o estudo do campesinato e destacar a importância da agricultura familiar na produção agrícola moderna. Sobre esta pesquisa, Schneider (2003, p.37) afirma que: “Trazer ao conhecimento do público brasileiro a centralidade da forma familiar de produção, como característica principal da estrutura agrária dos países desenvolvidos, especialmente a partir do final da Segunda Guerra é, seguramente, um mérito inequívoco desse estudo”.

Para Abramovay (2012) é impossível, por incompatibilidade conceitual e epistemológica, encontrar uma explicação para as categorias “campesinato” e mesmo “agricultura familiar” a partir do escopo teórico marxista. Para essa finalidade seriam mais adequados os estudos antropológicos sobre as sociedades camponesas.

Não se pode compreender o campesinato com base na ideia de comportamento econômico. A antropologia clássica voltada ao tema, sob o termo de sociedades camponesas, revelou justamente a natureza incompleta da racionalidade econômica do camponês. São sobretudo os laços comunitários locais, os vínculos de natureza personalizada e o caráter extra-econômico das próprias relações de dependência social que explicam as particularidades do campesinato (ABRAMOVAY, 2012, p.141).

Segundo Abramovay (2012), o campesinato pode ser definido por elementos econômicos, como a sua integração parcial a mercados incompletos⁵³ e por elementos

⁵³ De acordo com Abramovay (2012), no campesinato a integração parcial a mercados incompletos encontra-se na flexibilidade entre consumo e venda do cultivo e no fato de que nem todos os meios de produção são comprados.

não econômicos, como o caráter personalizado das relações sociais, como a ajuda mútua no trabalho, por exemplo.

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social (ABRAMOVAY, 2012, p.127-128).

A agricultura familiar moderna, por sua vez, apresenta características opostas ao campesinato, como a integração plena aos mercados e a incorporação de tecnologias, a tal ponto que se transformam em uma nova categoria social: “de camponeses, tornam-se agricultores profissionais” (ABRAMOVAY, 2012, p.137).

Aquilo que antes de tudo era um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta os produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social (ABRAMOVAY, 2012, p. 138).

Portanto, o contexto em que se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é responsável por destruir os elementos objetivos e simbólicos da reprodução social camponesa (ABRAMOVAY, 2012).

Embora destaque a incompatibilidade entre campesinato e capitalismo, assim como o próprio Marx e, posteriormente, Lênin e Kautsky fizeram, Abramovay (2012) irá ressaltar que, ao contrário do que pensavam os marxistas clássicos, o fim do campesinato não significa a total eliminação da forma familiar de produção na agricultura.

Longe disso, a produção agropecuária contemporânea é marcada justamente, segundo o autor, pela expressiva presença de uma agricultura familiar totalmente integrada ao mercado e ao desenvolvimento capitalista, “mas inteiramente despojada de seus traços camponeses ancestrais” (ABRAMOVAY, 2012, p.141).

Particularmente interessante para fins desta pesquisa é o exemplo das transformações nas relações econômicas e sociais que, segundo Abramovay (2012),

levaram a dissolução do campesinato no sudoeste do Paraná a partir da década de 1960.

Tão logo os vínculos de mercado, as grandes empresas e as instituições nacionais tomam conta da vida da aldeia, as bases sociais da existência camponesa se esvanecem. Na pesquisa que realizei no sudoeste do Paraná isso era nítido. Chegaram simultaneamente à região, no final dos anos de 1960, bancos com o crédito rural (cujas taxas eram determinadas nacionalmente), vendedores de máquinas e insumos (que abriam a possibilidade de transformações técnicas aceleradas e em larga escala) e cooperativas (que integravam o agricultor aos mercados internacionais de produtos): com tudo isso, a vinculação clientelística aos comerciantes, que fornecia um dos pilares da reprodução camponesa, perdia sua base objetiva. A ampliação dos horizontes sociais e a instauração do cálculo econômico racional como critério das relações materiais entre as pessoas não permitem que o caráter localizado e tradicional do campesinato sobreviva. O capitalismo é por definição avesso a qualquer tipo de sociedade e de cultura parciais (ABRAMOVAY, 2012, p. 139-140).

As evidências apontadas por Abramovay (2012) indicam o grande equívoco que alguns pesquisadores ainda insistem em reproduzir ao associarem os produtores integrados de frangos via cooperativismo, muito expressiva no território paranaense, ao campesinato, como no estudo de Storti (2010).

As cooperativas agroindustriais operam nas mesmas bases produtivas e equivalente orientação econômica das empresas capitalistas. Os mecanismos de integração total ao mercado capitalista são os mesmos para todos os produtores integrados, quer sejam associados a cooperativas ou a outras agroindústrias.

Além da questão do cooperativismo outro elemento relevante neste debate é o critério do tamanho (físico e econômico) dos estabelecimentos familiares.

O que os modelos dos países capitalistas centrais (Europa, Estados Unidos, Canadá e grande parte da região Sul e de São Paulo) mostram, segundo Abramovay (2012), é que associar a produção familiar à precariedade é um equívoco, pois as unidades produtivas familiares são bem equipadas e podem ser grandes em volume e valor de produção, a exemplo do que predomina no hemisfério norte. Além disso, é possível encontrar também unidades produtivas de grandes dimensões físicas (área) onde a composição social é familiar.

Logo, se é possível verificar, sobretudo nos países capitalistas avançados, a existência de uma grande produção que funciona a partir de uma organização econômica familiar, atribuir o adjetivo de “familiar” levando em conta essencialmente

o tamanho físico dos estabelecimentos, como ocorre no Brasil, é um equívoco conceitual.

Segundo Graziano; Gazzoni; Pedroso, (2020, p.191) é somente no Brasil que a classificação familiar é utilizada para separar pequenos e grandes produtores rurais: “Para os norte-americanos, como no resto do mundo, pouco importa o **tamanho**, em área, das fazendas: o que caracteriza a produção familiar é a **gestão** do negócio”.

São muitos os críticos da definição de agricultura familiar oficialmente adota no Brasil, como Navarro (2010), segundo o qual essa forma de classificação esconde a diversidade social da agricultura familiar.

É por esta razão que se defenderá que a noção atualmente difundida e inclusive já institucionalizada de agricultura familiar, em um país tão heterogêneo quanto o Brasil, não permite, por qualquer critério teórico, abarcar produtores tão diferenciados. Não é logicamente possível atribuir às milhões de famílias rurais deste grupo alguma similaridade empírica e conceitual essencial, pois é noção que faz tabula rasa das diferenças sociais e econômicas existentes em seu interior (NAVARRO, 2010, p.197).

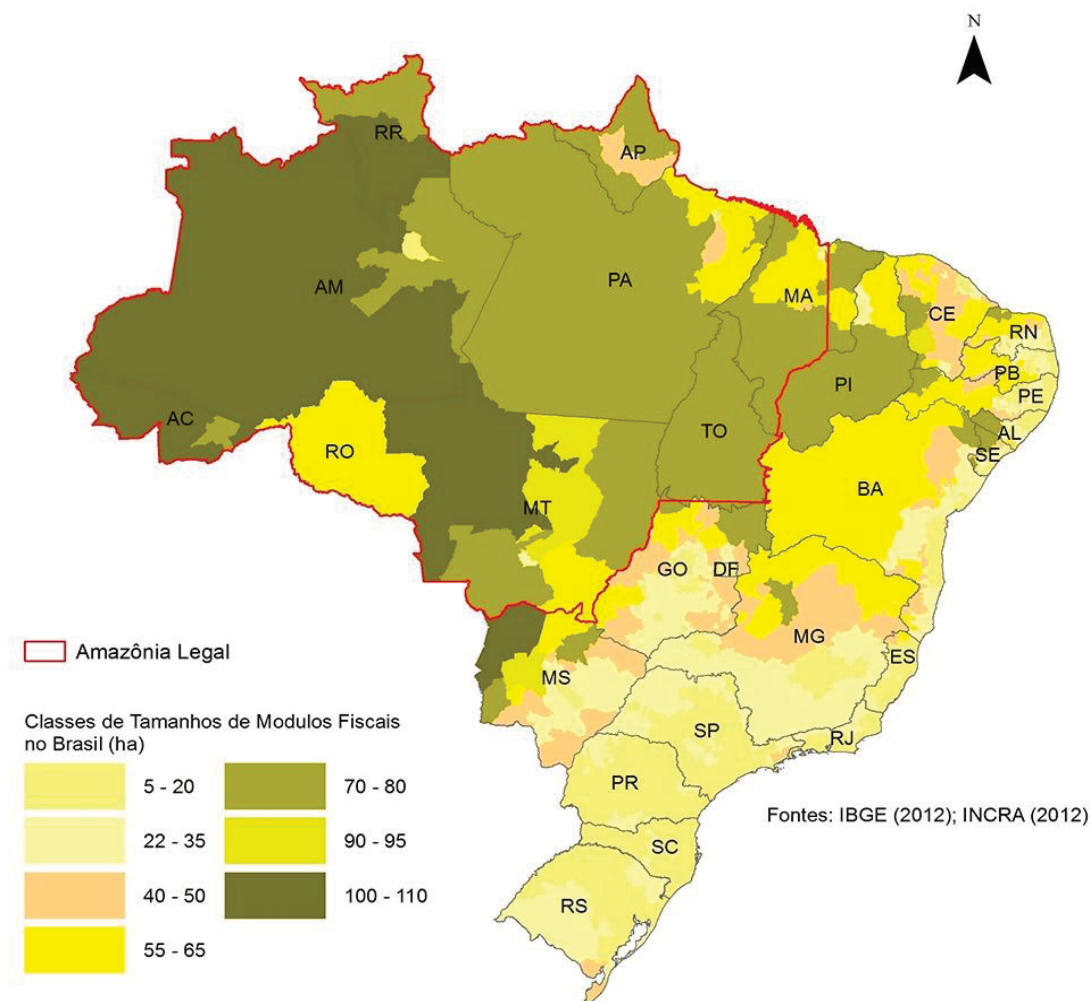
Apesar das críticas, a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA)⁵⁴, no Brasil, é definida a partir do cumprimento simultâneo dos seguintes critérios,

I – possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais; II – utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; III – auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e IV – ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar (DEL GROSSI, 2019, p.5).

Ressalta-se que o módulo fiscal representa a área mínima necessária para que uma unidade produtiva seja economicamente viável e varia de acordo com o município. No Brasil o valor do módulo fiscal varia 5 a 110 hectares, conforme visualizado na FIGURA 4.

⁵⁴ Decreto n. 9.064, de 31.05.2017, incisos I a IV do Art. 3º: Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a [Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006](#), que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm>.

FIGURA 4 - MÓDULOS FISCAIS NO BRASIL.



Fonte: EMBRAPA – Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso: 12 de out. 2022.

Dessa forma, o tamanho máximo de cada agricultor familiar varia conforme sua localização, enquanto na região Norte encontram-se os maiores valores, em hectares, para o módulo fiscal, na região Sul estão os menores. No caso da avicultura, fortemente concentrada no sul do Brasil, esse dado é particularmente interessante, pois enfatiza a viabilidade da atividade em pequenos estabelecimentos rurais, classificados como familiares (ou mesmo camponeses, dependendo da perspectiva teórica) a partir da extensão territorial, mas que, na verdade, são empreendimentos que compõem o agronegócio, considerado, no campo brasileiro, um modelo antagônico a agricultura familiar.

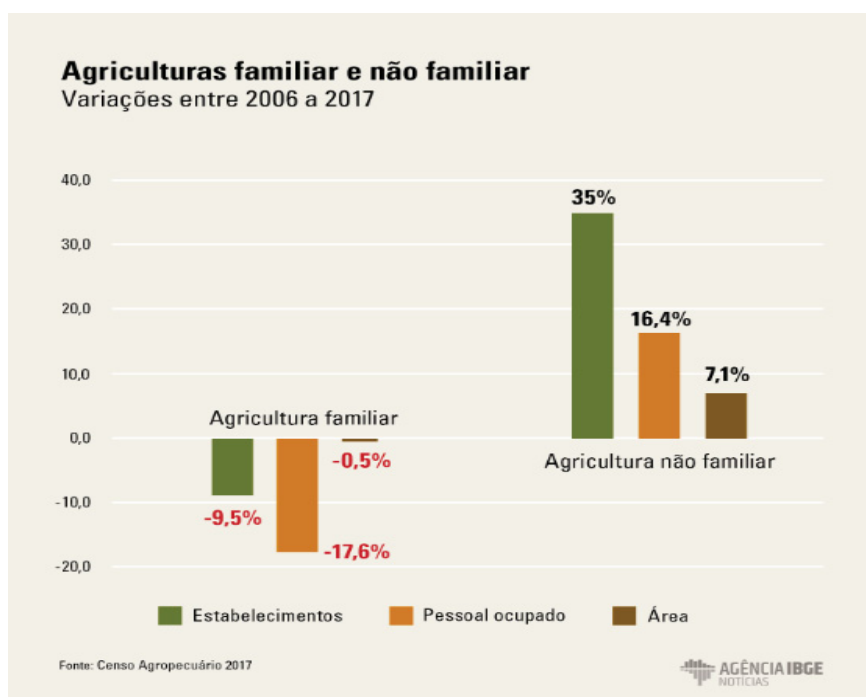
A partir dos critérios estabelecidos, o último Censo Agropecuário (IBGE/2017) revelou que há 5.073.324 estabelecimentos agropecuários no Brasil, destes,

3.897.408 (77%) são classificados como agricultura familiar⁵⁵ e 1.175.916 (33%) como não familiar. Além disso, os produtores familiares ocupam 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país (80,9 milhões de há), empregam 67% (10,1 milhões de pessoas) de todo o pessoal ocupado em agropecuária e são responsáveis por 23% (em valor) de toda a produção agropecuária brasileira.

Embora ainda expressivos, quando comparamos com o Censo Agropecuário (2006), os dados mostram uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos familiares (IBGE, 2017).

Na FIGURA 5, estão retratadas as principais mudanças estatísticas ocorridas na agricultura familiar e não familiar no Brasil entre 2006 e 2017. Os dados revelam que enquanto a agricultura familiar acumulou perdas em número de estabelecimentos, pessoal ocupado e em área, -9,5%; -17,6% e -0,5%, respectivamente, a agricultura não familiar teve expansão, na mesma ordem, de 35%; 16,4% e 7,1%.

FIGURA 5 - AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR: VARIAÇÕES ENTRE 2006 E 2017.



Fonte: IBGE (2017).

⁵⁵ Nos EUA, como o critério de diferenciação não é a área, mas a gestão do estabelecimento, as estatísticas apontam que 98,7% dos estabelecimentos pertencem a agricultura familiar, onde é a família que administra a propriedade e o trabalho assalariado está presente, principalmente na época da colheita. O restante (1,3%), por sua vez, corresponde a empreendimentos empresariais administrados por pessoas jurídicas (Graziano; Gazzolli; Pedroso, 2020).

Esse é, atualmente, o cenário agrário brasileiro, dividido entre agricultura familiar e não familiar. Divisão pautada, principalmente, no tamanho do estabelecimento agropecuário.

Segundo Abramovay (2012, p.171) “é totalmente infundada a associação tão frequente entre a agricultura familiar e “pequena produção” ou “produção camponesa”. Dessa forma, uma classificação mais adequada se pauta na natureza social dos estabelecimentos produtivos (familiar ou patronal), assim como propunha Radoje Nikolitch⁵⁶ para os produtores estadunidenses, e não somente na separação entre grande e pequena produção (ABRAMOVAY, 2012).

Portanto, é preciso considerar que o trabalho e a gestão familiar não são exclusivos dos pequenos estabelecimentos. Desse modo, a vinculação do conceito de agricultura familiar aos termos pequena produção e campesinato podem nem sempre estar correta.

Outro ponto importante para o debate é a questão da modernização produtiva. Não há incompatibilidade entre o progresso técnico e os pequenos empreendimentos agropecuários familiares. Contudo, o emprego e a dependência de novas tecnologias, contribuem para a maior integração ao mercado e, por consequência, ao afastamento do modelo camponês de agricultura. É justamente na questão da integração aos mercados que a agricultura familiar se diferencia da agricultura camponesa, segundo Abramovay (2012).

De acordo com Germer (2002, p.48), foi adotado no Brasil o que o teórico chama de “noção popular” de agricultura familiar, derivada dos enfoques formais e presente no movimento sindical rural. Essa noção seria caracterizada pela “esperança utópica – segundo a qual os atuais pequenos agricultores tradicionais poderiam ser preservados no interior do capitalismo, desde que apoiados por uma política agrícola adequada”.

⁵⁶ A classificação que Radoje Nikolitch empregou para demonstrar esta questão é a seguinte: family farms (unidades familiares de produção) são as que contam apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família. Larger than family farms, que poderíamos traduzir como unidades produtivas ultrafamiliares ou patronais, são aquelas onde os membros da família não executam nenhuma atividade diretamente ligada ao processo de trabalho ou a executam, mas numa proporção menor que a oferecida pela mão-de-obra contratada (ABRAMOVAY, 2012, p.153).

Para Germer (2002), essa concepção reúne, de maneira assistemática, características do modelo familiar chayanoviano e do modelo norte americano,

[...] pois ingenuamente associa os pequenos agricultores brasileiros à imagem chayanoviana do produtor familiar tradicional – com o qual eles se parecem no aspecto exterior -, e a ele sobrepõe a imagem do moderno farmer norte americano – que eles sonham ser. (GERMER, 2002, p.48).

Tal concepção, segundo o autor, criaria uma espécie de mito e levaria os pequenos agricultores a acreditarem na ilusão de que todos eles poderiam, sem a necessidade de expropriação de uma parcela significativa de produtores, transformarem-se em prósperos farmers.

O processo de modernização da agricultura brasileira é um bom exemplo para discutir essa perspectiva, pois, embora seja inegável a expropriação de parte dos agricultores, comprovada pelo intenso êxodo rural, outra parte, com o apoio das políticas públicas, conseguiu, de fato, se integrar plenamente ao mercado capitalista. É o caso dos produtores integrados à agroindústria, como os avicultores, por exemplo.

Aliás, a atuação do Estado⁵⁷ já foi enfaticamente destacada por Abramovay (2012) como elemento essencial na constituição da agricultura familiar contemporânea, principalmente na Europa.

Logo, se em uma vertente do processo de expansão capitalista no campo ocorre a expropriação de parte dos pequenos produtores, na outra é possível observar transformações produtivas e sociais que aproximam cada vez mais os pequenos agricultores (em área do estabelecimento) ao modelo empresarial de produção, afastando-os, definitivamente das concepções românticas de campesinato.

Na leitura de Abramovay (2012, p.221), a agricultura familiar moderna está completamente separada do antigo modelo camponês de produção. Trata-se de produtores profissionalizados e que formam “a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea”. Além disso,

⁵⁷ Segundo Abramovay (2012), foi a intervenção do Estado que embasou a reprodução moderna da agricultura familiar na estrutura agrária dos países desenvolvidos. Essa interferência teria sido necessária devido ao caráter estratégico representado pela segurança alimentar e ainda para promover o barateamento do custo de reprodução social da força de trabalho com a baixa dos preços agrícolas, função para a qual esse grupo social (agricultores familiares) foi considerado mais apto. Assim, gastando menos com a alimentação, os trabalhadores poderiam destinar uma parte cada vez maior de seus salários ao consumo de bens não-alimentares, o que não era somente compatível, mas desejável no contexto de acumulação fordista pós Segunda Guerra Mundial.

segundo o autor, é preciso considerar que o caráter familiar do empreendimento não impede o processo de concentração do processo produtivo.

Posteriormente a defesa de sua tese, em 1992, Abramovay (1997; 1998) buscou apresentar uma definição objetiva para essa categoria de produtores rurais. Assim, “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento” (ABRAMOVAY, 1998, p.146).

Abramovay (1998) fez ainda questão de ressaltar que, embora esse conceito possa sofrer adaptações em função das aplicações práticas, como para o enquadramento no crédito rural ou para o levantamento estatístico em pesquisas acadêmicas, haverá em comum a presença dos três elementos básicos da categoria: gestão, propriedade e trabalho familiares.

Outra importante definição, apresentada no começo da década de 1990 e amplamente discutida posteriormente, foi a Hugues Lamarche.

Para Lamarche (1993) a exploração familiar é,

[...] uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. (LAMARCHE, 1993, p. 15).

Lamarche (1993) ressaltou a diversidade que a exploração familiar apresenta mundialmente, em função de contextos socioeconômicos e políticos distintos. No entanto, considerava essas diferenças como faces distintas de um mesmo objeto.

[...] em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares, ela é mantida, reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, ao contrário, é excluída de todo desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada. (LAMARCHE, 1993, p. 13).

Um aspecto fundamental da análise da exploração familiar agrícola em Lamarche é seu “enfoque tipológico”, a qual revela a coexistência entre unidades familiares camponesas e unidades familiares modernas. A segunda categoria,

agricultura familiar moderna, é entendida como “resultado das transformações históricas por que passaram as formas camponesas” (SCHNEIDER, 2003, p. 63).

Menos difundida no Brasil do que a obra de Lamarche, temos ainda a análise de Gasson e Errington (1993), apresentada por Schneider (2003).

O modelo de Gasson e Errington (1993) se assenta na premissa de que “as unidades produtivas agrícolas modernas possuem, ao mesmo tempo, características familiares e empresariais” (SCHNEIDER, 2003, p. 66).

O modelo proposto por Gasson e Errington (1993, p.18) busca evidenciar as relações entre a propriedade (farm) e o grupo doméstico (household) e possui seis características fundamentais: 1) a propriedade do empreendimento encontra-se combinada com o controle gerencial da mesma, que se encontra nas mãos de gerentes (business principals); 2) esses gerentes encontram-se vinculados por relações de parentesco ou casamento; 3) os membros da família (incluindo esses gerentes) costumam prover capital para o empreendimento; 4) os membros da família, incluindo esses gerentes, trabalham na agricultura; 5) a propriedade do empreendimento e seu controle gerencial são transferidos de geração para geração, ao longo do tempo; 6) a família vive na unidade produtiva) (SCHNEIDER, 2003, p. 66).

Na definição da “farm family business” os autores buscam evidenciar “as relações de parentesco, o controle administrativo e a transferência intergeracional das propriedades, relegando os aspectos da gestão do trabalho da família a um plano dependente dessas variáveis”. Nesse sentido, verifica-se uma ampliação do enfoque para além da questão do tamanho e da ocupação da força de trabalho, visto que “as unidades familiares não são necessariamente agrícolas ou de pequeno tamanho”. O que define, essencialmente, o “negócio agrícola familiar” são a família e o negócio agrícola (SCHNEIDER, 2003, p. 66-67).

Outro aspecto importante e que vale a pena ser destacado da leitura de Gasson e Errington (1993) é que a presença do trabalho assalariado não é a questão central nesta análise, mas o entendimento de que na unidade produtiva, pelo menos parte das relações de trabalho devam ser também relações familiares (SCHNEIDER, 2003).

Nesse sentido, de acordo com Chalita (2006, p.132): “o conceito adotado é o de unidade familiar mercantil e não unidade familiar de trabalho”.

Além dessas definições, é preciso ressaltar que diversas tipologias para a agricultura familiar foram propostas nos últimos anos, como a que encontramos em Buainain; Romeiro; Guanziroli (2003). Esses autores classificaram os produtores

familiares, a partir da renda familiar, em três categorias: capitalizados, em transição e os descapitalizados.

Nesta proposta, a avicultura é apontada como um dos sistemas produtivos em que atuam os chamados agricultores familiares capitalizados “que exploram sistemas altamente intensivos em insumos industriais, com auxílio de máquinas e instalações custosas” (Buainain; Romeiro; Guanzioli, 2003, p.330).

Outra importante tipologia para a agricultura familiar encontramos em Aquino; Gazolla; Schneider (2018). Neste trabalho os autores abordam a classificação da agricultura familiar a partir das tabulações especiais feita para o Censo Agropecuário (2006) pelos técnicos do IBGE e do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Como essas “tabulações especiais” foram inspiradas na metodologia dos estudos FAO/Incrá (1995, 1996, 2000), os agricultores familiares foram dividido em: Grupo A (assentados); Grupo B (periféricos); Grupo C (intermediários/em transição); grupos D, E e Familiar não Pronaf(consolidados). Segundo os autores, essa classificação revelou a grande heterogeneidade e desigualdade da agricultura familiar brasileira.

[...] do total de agricultores familiares brasileiros, 2,4 milhões ou 55,34% do total estavam incluídos dentro do Grupo B, formado pelo público extremamente pobre da categoria. Os agricultores dos grupos A e C, representados pelos assentados da reforma agrária e pela faixa pobre/intermediária, englobavam 1,3 milhão de estabelecimentos (30,15% do total). De outro lado, a fração constituída pelos agricultores familiares consolidados (grupos D, E e Familiar não Pronaf), abrangiam pouco mais de 630 mil explorações, alcançando 14,51% do universo familiar do País. (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018, p.132).

Segundo Aquino, Gazolla e Schneider (2018) esses dados mostram que, no Brasil, a maioria absoluta da agricultura familiar brasileira é composta por produtores extremamente pobres ou pobres/ intermediários, conforme exposto na TABELA 1. No entanto, o uso da média dos indicadores agregados do IBGE camufla as discrepâncias internas do segmento.

TABELA 1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DOS DISTINTOS GRUPOS DE AGRICULTORES FAMILIARES DO BRASIL – 2006.

Grupos de agricultores familiares	Estabelecimentos	%
A	533.454	12,22
B	2.416.127	55,34
C	782.982	17,93
D	287.464	6,58
E	62.899	1,44
Familiar não Pronaf	283.341	6,49
Total familiar	4.366.267	100,00

Fonte: Tabulação especial da 2ª apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Fonte: Aquino; Gazolla; Schneider (2018, p.132).

Quando analisados regionalmente, as estatísticas revelam ainda que os agricultores familiares dos grupos A e B são predominantes no Nordeste, somando 64,89% dos agricultores de baixa renda, enquanto o grupo C (34,07% do total de agricultores incluídos nessa classificação) predomina na região Sul. Por sua vez, os grupos D e E (70% do conjunto) concentram-se no Sul e Sudeste, bem como o segmento Familiar não Pronaf⁵⁸, concentrando cerca de 50% dos representantes nessas duas regiões, conforme mostra a TABELA 2. (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DOS DISTINTOS GRUPOS DE AGRICULTORES FAMILIARES SEGUNDO AS REGIÕES DO BRASIL – 2006.

Regiões	Grupo A		Grupo B		Grupo C		Grupo D		Grupo E		Familiar Não PRONAF	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Norte	141.482	26,52	154.318	6,39	79.716	10,18	16.315	5,68	3.841	6,11	16.994	6,00
Nordeste	212.091	39,76	1.567.863	64,89	238.209	30,42	45.698	15,90	11.072	17,6	112.198	39,60
Sudeste	38.238	7,17	356.526	14,76	160.803	20,54	59.705	20,77	14.452	22,98	70.031	24,72
Sul	60.982	11,43	269.668	11,16	266.742	34,07	154.223	53,65	31.070	49,4	67.008	23,65
C.-Oeste	80.661	15,12	67.752	2,80	37.512	4,79	11.523	4,01	2.464	3,92	17.110	6,04
Brasil	533.454	100,00	2.416.127	100,00	782.982	100,00	287.464	100,00	62.899	100,00	283.341	100,00

Fonte: Tabulação especial da 2ª apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Fonte: AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER (2018, p.132).

⁵⁸ Os autores ressaltam que uma parcela muito importante (em torno de 40%) dos agricultores familiares não pronafianos também são encontrados na região Nordeste, “muito provavelmente localizados nas áreas dos perímetros irrigados e em outras manchas de modernização regional, a exemplo do oeste da Bahia e do sul dos estados do Maranhão e do Piauí” (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018, p.133).

Em síntese, o estudo conclui que a agricultura familiar brasileira não é homogênea, como aparece nas médias estatísticas. Existe uma grande massa de agricultores familiares pobres, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, que coexiste com uma pequena e localizada porção de agricultores familiares tecnificados e capitalizados, a exemplo do modelo americano. “A chamada classe média rural, assim como o seletivo grupo de produtores que apresentam semelhança com o family farming americano, ainda são um fenômeno limitado e restrito às áreas mais dinâmicas do território nacional” (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER⁵⁹, 2018, p.137).

Portanto, é preciso considerar que os estabelecimentos agrícolas familiares são muito variados, podem ser grandes ou pequenos, capitalizados ou descapitalizados, com predomínio do trabalho familiar ou assalariado. E, justamente por causa dessa heterogeneidade, não há sentido teórico em associar, indiscriminadamente, o modelo familiar à pequena produção e a agricultura camponesa, como tampouco contrapô-la a agricultura patronal ou agronegócio, como ocorre entre grande parte dos teóricos agrários.

Outro equívoco se encontra também em desassociar a agricultura familiar do sistema capitalista, desconsiderando a integração ao mercado e o claro objetivo de obtenção de lucro presente nos estabelecimentos de gestão familiar.

Sobre este aspecto, a análise de Germer (2002) é especialmente elucidativa. Para o autor, nos países capitalistas desenvolvidos a agricultura pode ser dividida em dois modelos: empresarial/desenvolvida e familiar/assalariada. Ambas as formas de produção são capitalistas, de grande porte e de tecnologia avançada. Não se trata, portanto, de formas diferentes de agricultura, mas de modelos diferentes de empresas agrícolas capitalistas.

O segmento empresarial/desenvolvido, segundo Germer (2002) representa o estágio mais avançado da agricultura no capitalismo e pode ser caracterizado da seguinte forma,

⁵⁹ Chama a atenção o fato de que esses autores não são geógrafos. Isso pode indicar que a geografia agrária crítica, por estar preocupada em fazer a contestação do capitalismo, trabalha com uma oposição simplista entre camponato e agronegócio, deixando de lado a diferenciação espacial da produção familiar e de seus resultados econômicos, a qual acaba sendo pesquisada por sociólogos e economistas que utilizam o PCA em seus trabalhos.

[...] a produção é de grande escala, os capitalistas não trabalham na produção e tampouco na gestão ou administração, entregue a especialistas, e o trabalho é inteiramente realizado por assalariados, em número significativo, em regime de cooperação ou divisão técnica do trabalho sob coordenação especializada. (GERMER, 2002, p. 50).

Por estas características, seria mais apropriado denominá-las de “empresas capitalistas agrícolas desenvolvidas”, não havendo sentido em atribuir outros nomes como, por exemplo, “patronal”. Aliás, a expressão “patronal”, segundo Germer (2002), é inapropriada, pois os produtores familiares também empregam assalariados e são igualmente “patrões”. Portanto, a separação entre familiar e patronal não faz sentido.

Além disso, no sistema capitalista é inadequado utilizar os termos patronal e familiar como modelos diferentes de agricultura porque estes designam apenas dois tipos distintos de empresas que têm a mesma finalidade, a obtenção de lucros (GERMER, 2002).

O segmento familiar/assalariado é definido como “uma unidade de produção capitalista incompletamente desenvolvida”, que ainda não apresenta uma gestão especializada, mas que tenderia a evoluir, no longo prazo, para o primeiro modelo (GERMER, 2002, p.52).

[...] em comparação com a unidade “empresarial” típica, plenamente desenvolvida, a variante “familiar/assalariada caracteriza-se por um desenvolvimento técnico-gerencial incompleto: a força de trabalho é numericamente insuficiente para assegurar a equiparação qualitativa do trabalho individual ao trabalho social médio, e pelo mesmo motivo a cooperação técnica é pouco desenvolvida, a administração é individual, realizada pelos próprios capitalistas, portanto não especializada e pouco eficiente. Por esses motivos a “empresa familiar/assalariada” pode ser considerada uma unidade de produção capitalista incompletamente desenvolvida – este um ponto teoricamente relevante -, seja porque representa apenas uma fase retardatária da evolução normal da agricultura capitalista, seja por representar o resultado de uma paralisação do processo evolutivo normal, cujas causas deveriam então ser determinadas” (GERMER, 2002, p. 51-52).

Por sua vez, a empresa familiar/assalariada se caracteriza pelo uso intensivo de tecnologia, produção em grande escala e pela combinação entre o trabalho dos membros da família e assalariados, em proporção irrelevante do ponto de vista teórico. Segundo o autor, o caráter capitalista desse modelo não está na predominância do assalariamento, como postulado por outros teóricos, mas na produção voltada para o mercado e na obtenção do lucro (GERMER, 2002).

Diferentemente de Abramovay (2012, p.258) que acredita que a agricultura familiar não só tem espaço como também é uma forma de produção totalmente compatível com a agricultura capitalista avançada, capaz de cumprir adequadamente sua função “de permitir oferta de alimentos capaz de rebaixar sistematicamente o valor da força de trabalho”, Germer (2002) enfatiza o caráter transitório da produção familiar/assalariada por representar um modelo menos apto ao padrão de produção capitalista que o das empresas capitalistas plenas.

[...] a destruição em massa da produção “familiar” tradicional e em pequena escala reflete precisamente o processo de seleção, pela concorrência, dos produtores aptos ao exercício da produção nos moldes capitalistas, que constituem primeiro as “empresas familiar/assalariadas” e em seguida as empresas capitalistas plenas (GERMER, 2012, p. 54).

Germer (2012) entende que na agricultura capitalista há um processo de desenvolvimento progressivo, com tendência a seleção e concentração, onde os produtores mais eficientes vão aos poucos eliminando os menos aptos: primeiro a pequena produção familiar é substituída pela empresa familiar e esta, por sua vez, acabaria finalmente suplantada pelo modelo empresarial pleno⁶⁰.

Como no longo prazo, devido ao progresso técnico, tanto nos países capitalistas desenvolvidos a exemplo dos Estados Unidos bem como no Brasil, que trilha o mesmo perfil de desenvolvimento, não haveria uma diferenciação expressiva em termos de empregos agrícolas gerados pelo modelo empresarial/familiar e pelo empresarial/desenvolvido, segundo o autor, a defesa de um projeto de desenvolvimento agrícola assentado no modelo de produção familiar (farmer americano) não faz sentido, pois, essencialmente, teria as mesmas implicações concretas (seletividade - exclusão dos pequenos agricultores, concentração e redução dos empregos agrícolas) que o modelo empresarial/desenvolvido. Haveria desse modo, uma falsa disjuntiva empresarial versus familiar.

⁶⁰ Germer é um marxista do tipo clássico, que trabalha com a tese da eliminação do campesinato pelo capitalismo. Por isso, ele enfatiza sempre que o futuro do campo está na grande empresa capitalista. Mas nada garante que a empresa capitalista de tipo familiar vai deixar de existir. Mesmo no setor industrial, as empresas familiares têm sobrevivido porque, em certas estruturas de mercado (como na produção de alguns artigos de luxo), a forma mais eficiente de organização da produção é a pequena empresa, e o modo pouco profissional de administração (já que as relações profissionais e familiares se confundem) funciona a contento.

A seu tempo, por sua vez, o modelo empresarial/desenvolvido, por ser a forma mais avançada de produção capitalista, representaria, segundo Germer (2012, p.61), “a base necessária a uma transição para uma economia baseada na propriedade social dos meios de produção”.

Portanto, seguindo esta concepção, seria irrelevante investir em políticas públicas direcionadas a manutenção da produção (empresarial) familiar, uma vez que, sob a égide da organização capitalista, esta teria os mesmos resultados práticos que a produção empresarial/desenvolvida. A única forma de avanço social seria, então, a implantação de um modelo produtivo coletivo, o que pressupõe a própria superação do capitalismo enquanto sistema econômico.

Nessa mesma linha de raciocínio e numa analogia a agricultura americana, Gonçalves (2004) afirma que, na atualidade, existem dois modelos de agronegócio: o agronegócio rural familiar (modelo californiano) e o agronegócio rural de escala (modelo texano). Os agronegócios familiares ou agronegócios “terra intensiva” se caracterizam pelo cultivo de mercadorias de alto valor agregado (como frutas, olerícolas e café, por exemplo). A produção é orientada pelo viés qualitativo e se viabiliza em estruturas menores (adensadas), pois a renda bruta não decorre do tamanho da terra, mas da intensificação de seu uso e os preços, por sua vez, são condicionados ao padrão de qualidade do produto. Já os agronegócios de escala ou agronegócios “terra extensiva” são definidos pela produção de mercadorias de baixo valor agregado (matérias-primas agroindustriais como a soja, por exemplo) pautadas pela uniformidade. São lavouras mecanizadas que precisam de ganhos de escala para elevar a renda e reduzir custos.

Em resumo, são muitas as definições e as discussões sobre a incompatibilidade ou a sobrevivência da produção familiar na agricultura capitalista. Para além das previsões sobre suas tendências evolutivas, nos interessa nesta pesquisa, o levantamento de análises diversificadas sobre a agricultura familiar, conforme exposto nesta seção.

Relembrando que, enquanto os teóricos do paradigma da questão agrária podem utilizar o conceito de campesinato como sinônimo de agricultura familiar, os representantes da vertente do capitalismo agrário buscam ressaltar as diferenças entre essas categorias. Desse modo, embora o campesinato seja uma forma de produção familiar, o que se entende modernamente como “agricultura familiar” tende a ser muito diferente das definições clássicas da agricultura camponesa.

Constatou-se ainda a diversidade de critérios utilizados na definição da agricultura familiar, variando entre o tamanho físico do estabelecimento, o emprego e a proporção da mão-de-obra assalariada, o tipo de gestão (especializada ou familiar), além da combinação entre esses parâmetros.

Nesta pesquisa defende-se a definição de agricultura familiar apresentada por Navarro (2010, p.201), a qual parte da combinação entre uma variável econômica, a integração a mercados completos, com um elemento social, “a gestão familiar das atividades e dos processos decisórios no interior dos estabelecimentos rurais”, sendo os demais critérios secundários. “Portanto, o binômio integração a mercados mais gestão familiar é que, genericamente, caracteriza o grande grupo de agricultores familiares. Os demais critérios são coadjuvantes ou, até mesmo, irrelevantes”.

A partir destas discussões conceituais e de dados levantados em pesquisa de campo, que serão apresentados no próximo capítulo, espera-se encontrar o melhor enquadramento conceitual para os avicultores integrados.

Antes disso, porém, na próxima seção, serão feitas breves considerações sobre a dualidade, agricultura familiar versus agronegócio, que, nos últimos anos, tem marcado profundamente o debate acadêmico e político sobre o espaço rural brasileiro.

2.3 O ANTAGONISMO ENTRE A AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRONEGÓCIO E OS MITOS SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Ganhou força no Brasil, nas últimas décadas, um discurso, político e acadêmico, que opõe o agronegócio a agricultura familiar. Não há um marco temporal específico que assinala o começo desse processo, mas é notório que o mesmo se intensificou a partir dos anos 2000. Isso implica dizer que as abordagens críticas e radicais da geografia agrária se tornaram hegemônicas exatamente nesse contexto. Em 1998, foi realizado o I Simpósio Brasileiro de Geografia Agrária, cujos temas centrais eram a questão agrária e as lutas no campo, e que já contava com a participação de representantes de movimentos sociais rurais. Em 2003, essa experiência se consolidou e expandiu com a realização do I Simpósio Nacional e Internacional de Geografia Agrária - SINGA. Ao mesmo tempo, foi a partir dos anos 2000 que a influência das abordagens críticas (marxistas ou não) cresceu no interior dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária - ENGA, até se consolidar uma efetiva

hegemonia dessas abordagens no âmbito da geografia rural brasileira (MARQUES, 2018, p. 508).

Nesse período, houve a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), desmembrado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Ao primeiro coube cuidar da política de reforma agrária e do Pronaf, programas destinados aos agricultores familiares. O segundo, por sua vez, ficou responsável “pela política agrícola dos agronegócios, também chamada empresarial ou patronal, da defesa agropecuária, da pesquisa agropecuária, meteorologia e movimentação de safras” (GRAZIANO; GAZZOLLI; PEDROSO, 2020, p.189).

Para Graziano; Gazzolli; Pedroso (2020) embora faça sentido a separação de algumas políticas (agrícolas e agrárias) entre os diferentes produtores (pequenos, médios e grandes), a separação da gestão pública em ministérios distintos não.

Segundo esses autores, essa divisão ocorreu por conta de uma polarização política-ideológica que enfatizava a existência de dois polos de poder antagônicos no agro brasileiro. Assim, de um lado estariam os representantes dos produtores tradicionais (agronegócio) e do outro os movimentos em defesa da reforma agrária (agricultura familiar).

Sob a influência da análise marxista de luta de classes, formulou-se uma percepção de que “a esquerda estaria ao lado dos agricultores familiares, enquanto a direita defenderia o agronegócio”, numa espécie de luta do bem contra o mal (GRAZIANO; GAZZOLLI; PEDROSO, 2020, p.190).

Essa narrativa acabou então criando o que Graziano; Gazzolli; Pedroso (2020) chamam de “mito” da superioridade da agricultura familiar sobre a empresarial.

Esse mito está presente em discursos políticos e acadêmicos quando são reproduzidas análises distorcidas sobre as características de cada modelo produtivo. Distorções essas que se devem, em grande parte, pela adoção do critério tamanho/área do estabelecimento agropecuário para diferenciar os produtores familiares dos empresariais, conforme explicado na seção anterior.

Essa falsa dicotomia também é definida por Gonçalves (2004)⁶¹ como um dos “carmas da questão agrária” brasileira.

⁶¹ Neste artigo o autor discute os carmas ou falsos dualismos que marcam a discussão sobre a questão agrária brasileira, tais como: a demonização dos chamados “atravessadores” da produção agropecuária, nos anos 1950; a existência ou não de restos feudais no campo brasileiro na década

Reitera-se que a agricultura empresarial, no Brasil, tem sido adotada como sinônimo de agronegócio. No entanto, é preciso lembrar que originalmente, esse conceito tem um sentido muito mais amplo, de modo que, diferentemente do que se apregoa em solo nacional, estabelecimentos familiares também fazem parte do agronegócio.

O termo inglês agribusiness, criado em 1957 pelo professor Ray Goldberg da Universidade de Harvard, foi proposto para caracterizar o processo de integração da produção rural com o mercado processador (GRAZIANO; GAZZOLLI; PEDROSO, 2020).

No Brasil, a expressão agribusiness, chega somente na década de 1990, com o lançamento do livro “Complexo agroindustrial – o agribusiness brasileiro”, de Ney Bittencourt de Araujo, Ivan Wedekin e Luiz Antonio Pinazza. Em 1993 foi fundada a Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG, chamada até o ano 2000 de Associação Brasileira do Agribusiness (ALENTEJANO, 2020).

Para Alentejano (2020) essa mudança de termos, de agribusiness para agronegócio, representou uma estratégia de marketing com o intuito de popularizar a noção de agronegócio no país.

O agronegócio engloba variadas atividades produtivas e vai muito além da produção primária propriamente, pois diversos segmentos industriais e de prestação de serviços estão inseridos neste campo econômico.

É composto por agricultores – de pequeno, médio e grande porte -, indústrias de insumos e de maquinários, transportadores, agroindústrias de transformação, empresas de comercialização e tudo o mais que se relaciona com o agro, incluindo a exportação e a importação. Agronegócio, reforçando, é um conceito econômico que nada tem a ver com a gestão nem com o tamanho da propriedade rural. Diz respeito à integração produtiva, à transformação e às transações comerciais originadas no meio rural, ao longo das diferentes cadeias produtivas ou de valor. (GRAZIANO; GAZZOLLI; PEDROSO, 2020, p.191-192).

No entanto, para os teóricos do paradigma da questão agrária, entre eles muitos geógrafos, o agronegócio é apresentado com uma “entidade do mal”, responsável pela destruição da natureza, pela concentração da terra, pela pobreza, pelos conflitos, violência e todo tipo de mazela social do meio rural brasileiro.

de 1960; a oposição entre produtos “exportáveis” e produtos “domésticos”, marcante nos anos 1970 e na contemporaneidade, a dicotomia agricultura familiar versus agronegócio.

Por exemplo, Delgado (2006, p.1 apud ALENTEJANO, 2020, p.259) define o agronegócio como uma “associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do estado”. Nessa definição encontramos o primeiro equívoco, relacionado ao tamanho dos estabelecimentos, pois no âmbito do agronegócio não estão somente as grandes propriedades rurais.

Vejamos agora algumas ideias do geógrafo Paulo Alentejano a respeito do agronegócio,

A conjuntura agrária brasileira tem hoje como marca fundamental a hegemonia do agronegócio, reforçando o poder do latifúndio, bloqueando a reforma agrária e colocando na defensiva os movimentos sociais e povos do campo. Tal processo tem aprofundado a expropriação e a violência contra camponeses, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais e expandido a produção agropecuária centrada na grande propriedade, articulada ao grande capital transnacional e sustentada política e economicamente pelo Estado brasileiro e ideologicamente pela mídia empresarial. Diante disto, há uma reconfiguração da luta pela terra. De um lado, verificamos a resistência dos camponeses, indígenas e quilombolas contra o açambarcamento das terras que ocupam pelas forças do latifúndio/agronegócio. De outro, observamos a luta dos movimentos sociais do campo contra um modelo agrário que concentra riqueza, promove devastação ambiental (desmatamento e contaminação de águas, solos, alimentos e trabalhadores por agrotóxicos) e se reproduz com base na violência e na exploração do trabalho (inclusive com trabalho escravo); e por uma reforma agrária que desconcentre a terra, o poder e a riqueza no campo e promova a produção de alimentos saudáveis a partir da perspectiva agroecológica (ALENTEJANO, 2020, p. 252).

Novamente, neste breve trecho de Alentejano (2020), encontramos a associação entre agronegócio e grande propriedade rural, neste caso, especificamente, ao conceito de latifúndio. Reitera-se, o agronegócio abrange tanto grandes quanto médios e pequenos estabelecimentos. Como consequência dessa associação, por sua vez, deriva outra, a do aumento da expropriação e da violência/conflitos no campo (luta pela terra) em função da expansão do “latifúndio/agronegócio”. O emprego indiscriminado do conceito latifúndio, apenas como sinônimo de grande propriedade rural camufla o sentido real do termo, que remete a grande propriedade rural improdutiva. Portanto, embora todo latifúndio seja um grande estabelecimento, nem todo grande estabelecimento pode ser chamado de latifúndio. Além do que, considerando que uma das principais características do agronegócio é a elevada produtividade, não faz sentido teórico associar esse segmento produtivo ao termo latifúndio.

Mesmo que considerássemos o termo latifúndio unicamente como sinônimo de grande estabelecimento, essa ilação não faria sentido, pois o perfil das propriedades rurais brasileiras pouco mudou a partir do processo de modernização da agricultura e conseqüente, consolidação do agronegócio, como mostra o GRÁFICO 1 a seguir.

GRÁFICO 1 - PERFIS DE PROPRIEDADES DA TERRA ENTRE 1960 E 2006 (%).

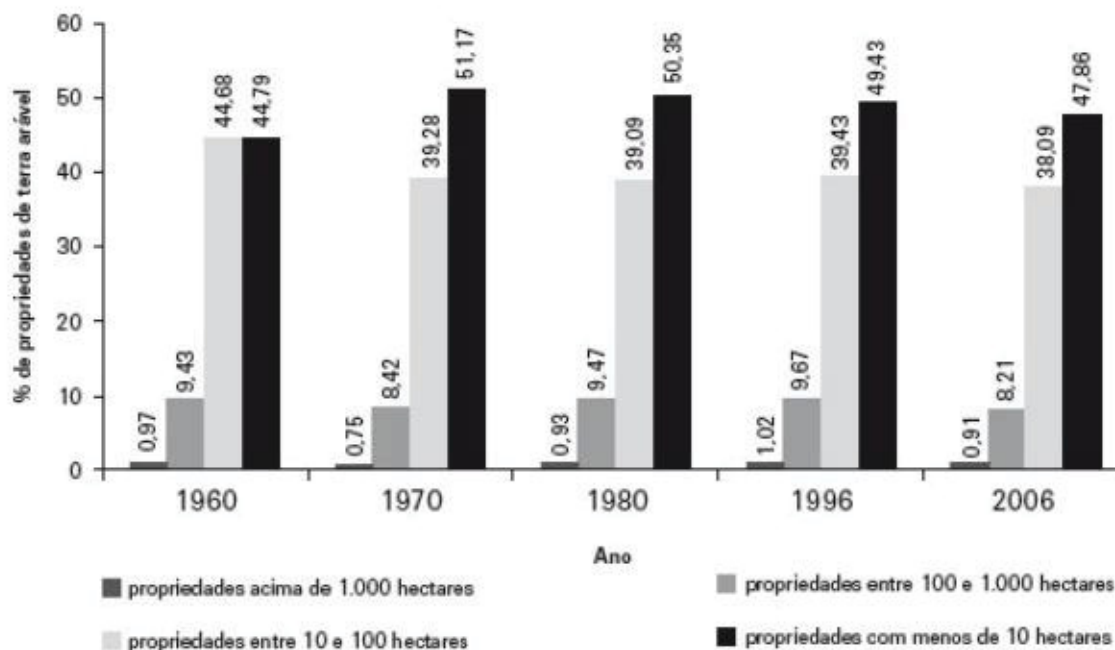


Gráfico 01: Perfis de propriedade da terra entre 1960 e 2006.
Fonte: SIDRA / IBGE. Disponível em www.sibra.ibge.com.br

Fonte: Machado (2019, p.127).

Quanto à questão ambiental, a fala de Alentejano (2020) remete a ideia de que o agronegócio é sempre maléfico e que, em contrapartida, a agricultura familiar é o único modelo ambientalmente viável. Vejamos alguns dos elementos deste debate, primeiramente o tema do desmatamento.

É muito comum encontramos referência à degradação dos biomas brasileiros como uma consequência da expansão do agronegócio, isso por causa do crescimento, nas últimas décadas, do cultivo de soja nas regiões Centro- Oeste e Norte, ou seja, sobre o Cerrado e a Floresta Amazônica, respectivamente.

Inicialmente é preciso lembrar que a soja não é cultivada apenas em estabelecimentos patronais e que a expansão da fronteira agrícola para o Centro - Oeste e Norte foi marcada pela migração de produtores sulistas, entre os quais, muitos

agricultores familiares, descendentes dos chamados colonos europeus (ALVES, 2005).

Portanto, os agricultores familiares, que também são parte do agronegócio, estão diretamente envolvidos no processo de expansão da fronteira agrícola e são tão responsáveis pelo desmatamento desses biomas quanto os produtores patronais. Há, inclusive, estudos que mostram que o desmatamento é um problema que atinge também os assentamentos da reforma agrária, como apontado por Diniz Filho (2011).

Segundo pesquisa do Imazon, a taxa de desmatamento nos projetos de reforma agrária implantados na Amazônia Legal de 1970 a 2002 (frequentemente associados à abertura de rodovias) é quatro vezes maior do que a taxa média vigente na região (OLMOS et. al., 2007, p. 4 apud DINIZ FILHO, 2011, p. 144).

Quanto ao cultivo de monocultura, a mecanização, o uso de insumos químicos e agrotóxicos, a mesma ilação pode ser feita, pois não são elementos exclusivos da agricultura patronal. Os agricultores familiares buscam seguir o mesmo padrão produtivo para se manterem competitivos no mercado, embora essa incorporação de elementos econômicos e tecnológicos da agricultura patronal seja, segundo Diniz Filho (2011), incompleta entre os produtores familiares, seja pela falta de capital para investimento ou por características próprias do estabelecimento, como pequena dimensão ou relevo inclinado.

Por essa razão, “a agricultura de pequenas propriedades e baseada no trabalho familiar pode ser até muito mais danosa para o meio ambiente do que a agricultura patronal tecnificada.” (DINIZ FILHO, 2011, p. 143).

Além disso, é preciso considerar que a agricultura moderna é marcada pelo uso intensivo de insumos químicos que, manejados de maneira inadequada, podem causar problemas ambientais. Contudo, não é o tipo de produtor (familiar ou empresarial) ou o tipo de estabelecimento (pequeno ou grande) que determina a sustentabilidade ambiental do empreendimento. Técnicas corretas e incorretas de manejo ocorrem igualmente em todos os tipos de estabelecimentos rurais.

Nos últimos anos, até mesmo por aferir vantagens econômicas, sobretudo no comércio internacional, diversos setores do agronegócio têm incorporado premissas ambientais na sua produção. Nessa pauta tem sido incluídos princípios como a redução do desmatamento e manutenção de áreas de preservação, gestão e

reaproveitamento de resíduos, controle biológico de pragas e doenças, ampliação do uso de energia solar, como por exemplo, no caso da avicultura, entre tantos outros.

No caso da soja, principal produto do agronegócio brasileiro, o sistema de plantio direto é uma técnica já amplamente utilizada.

O SPD já está presente em torno de 86% da área agrícola brasileira de soja, milho (1a safra) e feijão (1a safra) (Federação..., 2014), aumentando o acúmulo de carbono no solo, promovendo melhorias biológicas no solo e diminuindo o processo de erosão e assoreamento dos recursos hídricos. Além de ser uma prática conservacionista, o plantio direto foi fundamental para que o País ampliasse sua área de segunda safra, ao reduzir o tempo utilizado no preparo do solo (EMBRAPA, 2018, p. 77).

Essas práticas evidenciam que, ao contrário do que se dissemina comumente, o agronegócio é capaz de combinar eficiência produtiva com sustentabilidade ambiental.

Nesse mesmo contexto aparece frequentemente uma forte crítica ao próprio processo de modernização da agricultura, que teria gerado as bases para a consolidação e posterior hegemonia do “vilão” agronegócio. Sobre este aspecto, segundo Diniz Filho (2011), é preciso ponderar que, embora sejam inegáveis os impactos ambientais da modernização agrícola, não se pode esquecer sua grande importância social, afinal, foi graças a esse processo que houve uma expansão sem precedentes da produção de alimentos no mundo.

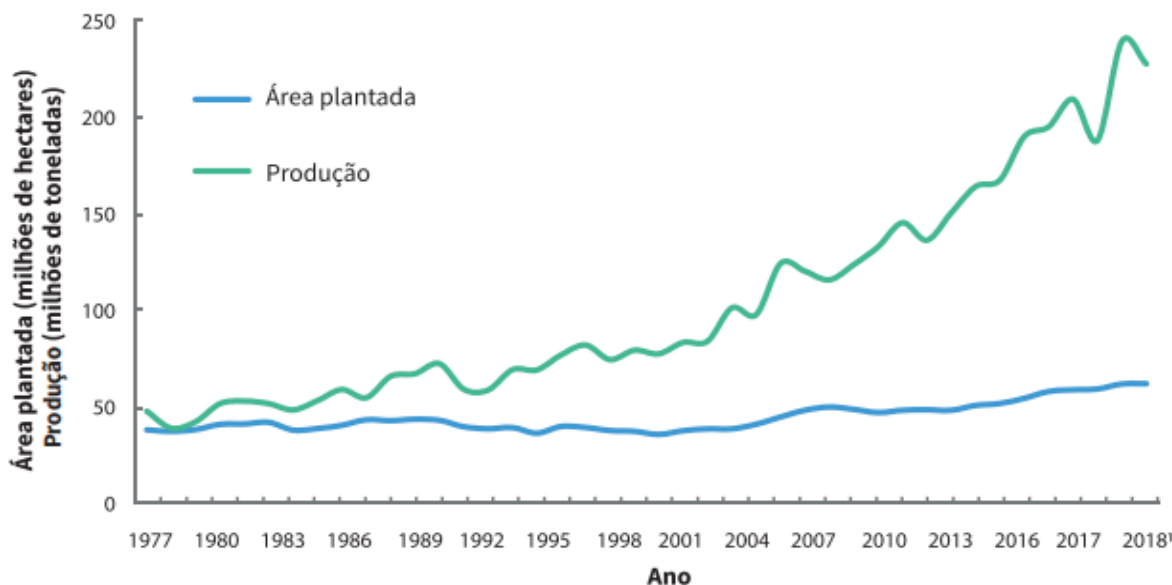
Resultado, por sua vez, impossível de ser alcançado pelas técnicas de produção da agricultura camponesa, de baixa produtividade e voltada para o autoconsumo. Desse modo, sem o pacote de inovações da Revolução Verde e a chamada lógica produtivista do agronegócio, a área de expansão da produção agropecuária necessitaria ser muito maior para alcançar o mesmo retorno de produção e, conseqüentemente, a degradação dos biomas também seria muito maior (DINIZ FILHO, 2011).

As estatísticas de produção e produtividade confirmam essa tendência: “Entre 1977 e 2017, a produção de grãos⁶², que era de 47 milhões de toneladas, cresceu

⁶² Os grãos considerados referem-se a 15 produtos pesquisados mensalmente pela Conab. São eles: algodão – caroço, amendoim, arroz, aveia, canola, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale (EMBRAPA, 2018, p.17).

mais de cinco vezes, atingindo 237 milhões, enquanto a área plantada aumentou apenas 60%” (EMBRAPA, 2018, p. 17), conforme ilustra o GRÁFICO 2 a seguir.

GRÁFICO 2 - ÁREA E PRODUÇÃO DE GRÃOS DE 1977 A 2018.



Fonte: Conab (2018) apud EMBRAPA (2018, p.18). Nota: ¹estimativa.

Por essas mesmas razões, nos dias de hoje, defender um amplo projeto de reforma agrária⁶³ que converta todos os estabelecimentos rurais do país em pequenos estabelecimentos de base familiar não é só utópico, é inviável (economicamente e ambientalmente).

Quanto à questão da exploração do trabalho, outra acusação atribuída ao agronegócio, é fundamental alguns esclarecimentos. É fato que as relações de trabalho no campo ainda sofrem com a informalidade das contratações (diaristas/boias-frias; meeiros, parceiros), mas este problema é encontrado em todos os estabelecimentos que contratam mão-de-obra, sejam pequenos, médios ou grandes. Não existem estudos que confirmem que nos pequenos estabelecimentos (equivocadamente excluídos do agronegócio) as relações e condições de trabalho sejam melhores do que as praticadas nos médios e grandes. Ao contrário, a falta de recursos dos pequenos agricultores pode comprometer ainda mais o cumprimento das normas trabalhistas, principalmente se tratando de trabalhadores volantes (boias-

⁶³ Trata-se do que o geógrafo Alentejano chama de “reforma agrária agroecológica”: “Torna-se, portanto, urgente reverter este modelo agroalimentar, em direção a uma agricultura descentralizada e agroecológica, o que só é possível como uma ampla reforma agrária que multiplique as pequenas unidades de produção de alimentos saudáveis” (ALENTEJANO, 2020, p.35).

frias) que executam uma atividade sazonal (colheitas), é o que apontam os estudos de Broietti (2004; 2005).

As piores condições de trabalho nas quais os bóias-frias estão submetidos foram encontradas nas pequenas propriedades, sobretudo os bóias-frias do café no norte do Paraná (Broietti, 2004). Se na empresa rural ou na intermediação através do “gato” o grau de exploração e alienação é extremamente exacerbado, nos pequenos estabelecimentos a condição é ainda pior. O pequeno proprietário, que não se utiliza do intermediário e mantém uma relação direta com o bóia-fria, na grande maioria dos casos, não registra o trabalhador em CTPS, não fornece os equipamentos de segurança e realiza o transporte em veículos inadequados como “caminhonetes” e carrocerias tracionadas por tratores. Além disso, quando não consegue vender a safra por um preço que lhe permita pagar o financiamento ou outras contas, além da compra da mão-de-obra, não salda suas dívidas com os bóias-frias (BROIETTI; MEDEIROS; SAMPAIO, 2005, p.69).

Por outro lado, há assalariados rurais como tratoristas e colhedores (operadores de maquinários agrícolas) das grandes fazendas de grãos, trabalhadores que muitas vezes passam por cursos de capacitação, são bem remunerados e contratados de acordo com a legislação trabalhista⁶⁴. Portanto, não se pode generalizar a problemática das condições de trabalho no campo como um óbice intrínseco as grandes propriedades, tampouco aos estabelecimentos do agronegócio, que são muito mais amplos.

Ademais, segundo o IBGE (2017), entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, a agricultura familiar perdeu participação em mão-de-obra empregada⁶⁵, cerca de 2,2 milhões de trabalhadores. Na agricultura não familiar, por sua vez, houve a criação de 702 mil postos de trabalho, o que evidencia a importância crescente da agricultura patronal também em termos de geração de empregos.

No quesito produção, dissemina-se ainda a ideia de que o crescimento do agronegócio compromete a produção de alimentos, como em Campos; Campos (2007, p.1): “Esses atores trazem a tona o paradoxo de que quanto mais cresce o agronegócio mais falta alimentos para o povo”. Broietti, Medeiros e Sampaio (2005) e Diniz Filho (2011) desmentem essa tese ao mostrar que nos últimos anos ocorreu uma

⁶⁴ Nos estados do Centro-Oeste, como no Mato Grosso, por exemplo, há inclusive períodos de carência dessa mão-de-obra especializada, embora a remuneração seja vantajosa, conforme aponta Borsari (2022, s.p): “A média de salário na região gira em torno de R\$ 7mil a R\$ 10 mil reais para um colhedor. Já para um tratorista temporário está entre R\$ 5 a R\$ 6 mil”.

⁶⁵ Segundo o IBGE (2017), essa redução da mão-de-obra empregada na agricultura familiar está associada ao envelhecimento dos chefes de família, a expansão das ocupações fora do domicílio agrícola e ao aumento da mecanização e da contratação de serviços.

expansão das atividades agropecuárias como um todo, tanto dos produtos ligados às cadeias agroindustriais quanto daquelas chamadas de culturas alimentares.

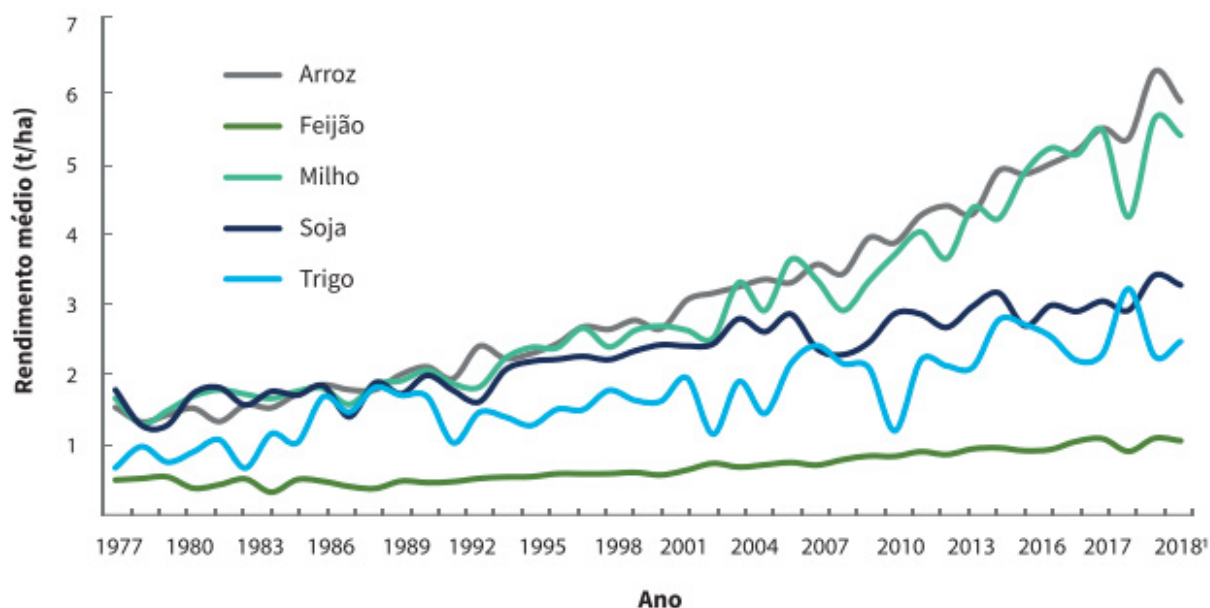
De fato, no período de modernização da agricultura brasileira e constituição dos chamados complexos agroindustriais, até a década de 1970, a produtividade das culturas de exportação era mais expressiva que as de outros cultivos, contudo, essa tendência se inverte nas décadas seguintes. “Nas décadas de 1980 e 1990 o crescimento da produtividade nas culturas voltadas ao mercado interno superou o das culturas de exportação” (BROIETTI; MEDEIROS; SAMPAIO, 2005, 17).

A produtividade do milho passou de 100 em 1987, para 131 no triênio 1996/98. O algodão mostrou expressivo crescimento no período quando a produtividade cresceu cerca de 52%. A produtividade da soja cresceu menos de 30%. Os produtos que se beneficiam da dinâmica dos mercados externos não tiveram resultados tão bons em termos de crescimento da produtividade quanto àqueles ligados aos mercados domésticos. Dois históricos produtos da pauta de exportações, café e cacau, experimentaram taxas negativas de crescimento da produtividade. Por outro lado, o feijão que sempre foi um dos produtos mais problemáticos em termos de produtividade no passado, mostrou desempenho extraordinário com crescimento de 58% na produtividade entre 1987 e 1998 (DIAS E AMARAL, 1999, apud BROIETTI; MEDEIROS; SAMPAIO, 2005, 17-18).

Essa mudança se deve, segundo Broietti, Medeiros e Sampaio (2005), ao desenvolvimento de novas técnicas e sementes, principalmente nas lavouras de arroz, feijão e milho, que permitiram o aumento da produtividade, mesmo com a diminuição do quantitativo de produtores.

Envolvendo uma faixa temporal mais ampla, de 1977 a 2018, os dados da Conab confirmam o aumento da produtividade nas culturas apontadas como típicas da agricultura familiar e voltadas para o mercado interno, como o arroz e o feijão, conforme o GRÁFICO 3 a seguir.

GRÁFICO 3 - RENDIMENTO MÉDIO (T/HA) DOS GRÃOS DE 1977 A 2017.



Fonte: Conab (2018) apud EMBRAPA (2018, p.18).

Nota: ¹estimativa.

Observa-se que, para o período analisado, “os produtos tiveram significativos aumentos de rendimento: trigo e milho (240%) e arroz (315%). Soja e feijão, que apresentaram os menores crescimentos, praticamente dobraram o rendimento no período analisado” (EMBRAPA, 2018, p.18).

De acordo com Diniz Filho (2011, p. 128) essa distorção na análise dos dados de produção/produtividade decorre do pressuposto (ideológico) de que “as empresas capitalistas não visam atender às demandas de consumo da população, mas sim realizar a reprodução ampliada do capital”, de modo que alguns teóricos, como os geocríticos, passaram a considerar o quadro conjuntural da década de 1970 como uma característica estrutural permanente, resultante “de uma lógica intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo na “periferia” ”.

Por essa razão, passaram a entender que o mesmo padrão, de elevação mais rápida da produtividade nos grandes complexos agroindustriais, deveria se manter nas décadas seguintes, o que, todavia não aconteceu (DINIZ FILHO, 2011).

Como extensão da mesma problemática aparece outra acusação contra o agronegócio: a de que essa produção se destina exclusivamente a exportação, enquanto a agricultura familiar é a responsável pelo abastecimento interno de alimentos. Essa dicotomia agronegócio (exportador de commodities) e agricultura

familiar (produtora de alimentos) é outra falácia, também desmentida em estudos assentados na análise das estatísticas de produção, como em Broietti; Medeiros; Sampaio (2005) e Diniz Filho (2011).

Obstante, no entanto, aos indicadores estatísticos, a leitura desses teóricos permanece a mesma, conforme encontramos em Alentejano (2020),

A comparação entre o crescimento da população brasileira e o crescimento da produção agrícola, revela uma acentuação da insegurança alimentar no país. Entre 1991 e 2020, a população brasileira cresceu 40%. No mesmo período, a produção de arroz aumentou 58,3% e a de feijão 30,527%, ou seja, a de arroz superou o crescimento populacional, mas a de feijão ficou abaixo deste, o que significa dizer que caiu a disponibilidade de feijão por habitante, o que explica que este produto seja importado hoje até da China. O caso da mandioca é ainda pior, pois a produção diminuiu 27,5%. Por outro lado, a produção de milho cresceu 285,5%, a de cana-de-açúcar 184,3% e a de soja 492,5%, o que confirma a prioridade da agricultura brasileira atual pelos produtos voltados para exportação ou a produção de matérias-primas para a indústria em detrimento da produção de alimentos para a população. (ALENTEJANO, 2020, p. 266).

Segundo Broietti, Medeiros e Sampaio (2005), foi justamente o desenvolvimento dos complexos agroindustriais (agronegócio) que regularizou a oferta de alimentos para a população urbana brasileira, acabando com as crises de abastecimento comuns até a década de 1970.

Além disso, também é falsa a interpretação de que a expansão do agronegócio afeta a disponibilidade interna de alimentos por ser uma produção destinada exclusivamente à exportação, uma vez que “os setores exportadores são concomitantemente os que mais desenvolveram o consumo no mercado interno nas últimas décadas (laranja, frango, açúcar, frutas, entre outros)” (BROIETTI; MEDEIROS; SAMPAIO, 2005).

A soja, cultivo comumente associado a esse padrão, embora tenha expandido suas taxas de exportação nos últimos anos⁶⁶, continua sendo um produto essencial na alimentação da população brasileira⁶⁷, direta, por meio do consumo do óleo de

⁶⁶ Segundo Graziano, Gazzolli e Pedroso (2020), em média, 60% da produção de soja tem sido exportada nos últimos anos. Ainda, de acordo com os dados disponibilizados no portal Embrapa Soja, na safra 2021-2022 o Brasil produziu 123.829,5 milhões de toneladas desse grão, das quais 86,1 milhões de toneladas foram destinadas à exportação e 37,781 milhões de toneladas para o consumo interno. Detalhes em: <[https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos#:~:text=Consumo%20interno%20\(processamento\)%20de%20soja,S%207%2C343%20bilh%C3%B5es%20\(2021\)>](https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos#:~:text=Consumo%20interno%20(processamento)%20de%20soja,S%207%2C343%20bilh%C3%B5es%20(2021)>)>.

⁶⁷ Do processamento da soja, que fica no mercado interno, é extraído o óleo, do qual 80% fica no Brasil e compõe a cesta básica das famílias mais pobres, tendo em vista seu menor valor em comparação

soja, ou indiretamente, como base da ração na avicultura e na suinocultura. Por sua vez, a maior parte da produção de frangos e suínos é destinada ao mercado interno, sendo o frango a principal proteína animal consumida no Brasil⁶⁸, característica que corrobora o pressuposto de mudança no padrão de consumo alimentar das famílias brasileiras, advinda, justamente, da ampliação da oferta de alimentos alcançada com a modernização e formação dos complexos agroindustriais.

Sobre essa questão Diniz Filho (2011, p.131) afirma que “não se pode pensar que a alimentação dos brasileiros continua tão dependente do arroz, feijão, milho e mandioca quanto nos anos 1970”. Os levantamentos do IBGE evidenciam essas mudanças no padrão alimentar nacional, conforme descrito a seguir,

Alimentos e grupos de alimentos cuja participação na dieta aumentou entre 1974-1975 e 2002-2003 incluem carnes em geral (aumento de quase 50%), carne bovina (aumento de 22%), carne de frango (aumento de mais de 100%), embutidos (aumento de 300%), leite e derivados (aumento de 36%), óleos e gorduras vegetais (aumento de 16%), biscoitos (aumento de 400%) e refeições prontas (aumento de 80%). Alimentos e grupos de alimentos que mostraram tendência inversa incluem arroz (redução de 23%), feijões e demais leguminosas (redução de 30%), raízes e tubérculos (redução de 30%), peixes (redução de quase 50%), ovos (redução de 84%) e gordura animal (redução de 65%) (IBGE, 2004, p. 37 apud DINIZ FILHO, 2011, p. 132).

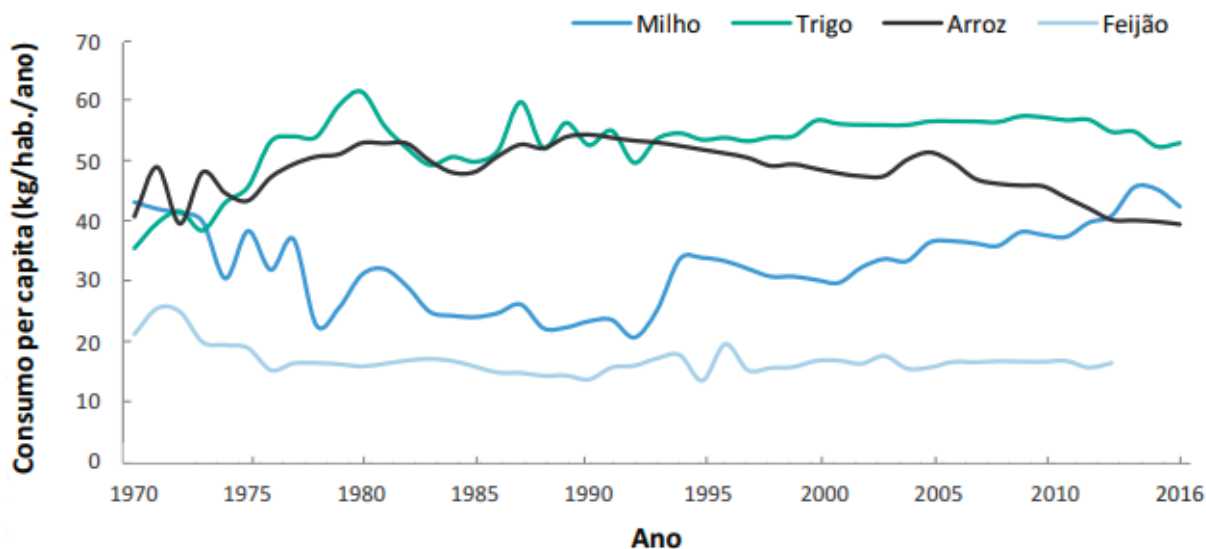
Essa mudança, de perfil dos alimentos consumidos, está em consonância com o aumento do poder de compra da população, pois, enquanto para o arroz e o feijão, a elasticidade-renda é negativa, ou seja, aumentos da renda geram redução na quantidade demandada, para produtos mais elaborados (como derivados do trigo: pães e bolos) e as carnes, a elasticidade-renda é positiva, isto é, a elevação do poder aquisitivo tende a aumentar a demanda por essas mercadorias (EMBRAPA, 2018).

Essa foi a tendência apresentada pela população brasileira nas últimas décadas, conforme mostram os dados do GRÁFICO 4 e do GRÁFICO 5, apresentados a seguir.

a outros produtos mais nobres, como os óleos de girassol, canola e milho, por exemplo. Já o subproduto deste processo, o farelo de soja, metade é exportado e o restante entra na composição (até 60%) das rações de aves, suínos e gado leiteiro. Embora o volume das exportações seja elevado, não há desabastecimento interno: “Ocorre que o Brasil produz tanta soja, que o mercado interno não consegue absorver (seja na forma de óleo ou de carnes), por isto o excedente é exportado” (GRAZIANO; GAZZONI; PEDROSO, 2020, p.199).

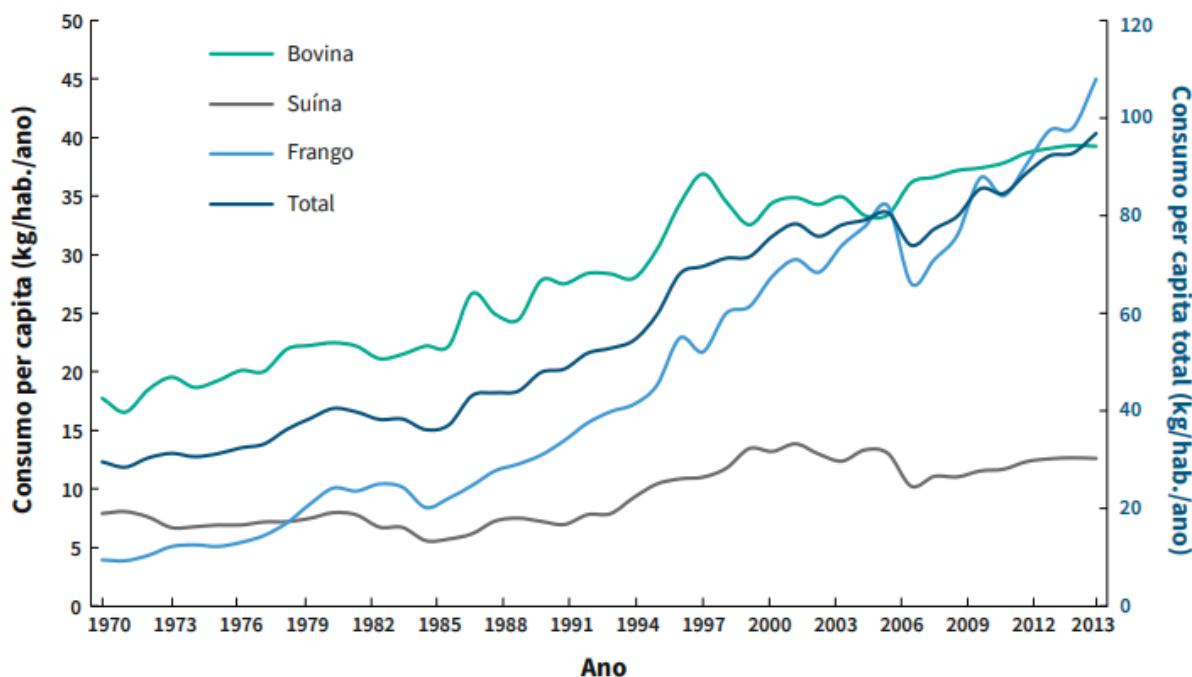
⁶⁸ Um levantamento estatístico mais amplo sobre a avicultura brasileira será apresentado no terceiro capítulo deste estudo.

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DO CONSUMO INTERNO PER CAPITA DE GRÃOS ANUAL, DE 1970 A 2016.



Fonte: Estados Unidos (2017b) e FAO (2017) apud EMBRAPA (2018, p. 29).

GRÁFICO 5 - CONSUMO PER CAPITA ANUAL DE CARNES BOVINA, SUÍNA E DE FRANGO NO BRASIL, DE 1970 A 2013.



Fonte: FAO (2017) apud EMBRAPA (2018, p. 28).

É preciso considerar ainda que tanto a soja quanto o frango são produzidos em grande parte, em estabelecimentos familiares. No Brasil, como já explicado, as

pequenas propriedades são entendidas como sinônimo de produção familiar enquanto as médias e grandes são automaticamente chamadas de empresas agrícolas ou agronegócio, distorcendo a análise das estatísticas de produção.

Como os dados dos Censos Agropecuários- IBGE demonstram que a maior parte da produção agrícola é realizada nas pequenas e médias propriedades, estes autores concluem que não é o agronegócio que abastece o mercado nacional, mas sim a “agricultura familiar camponesa”. O segundo dado tomado em destaque é o de “pessoal contratado”, o que leva a concluir que a maioria dos estabelecimentos de produtores de alimentos não contrata mão-de-obra sendo, portanto, “familiar”. Desta perspectiva tudo se encaixa perfeitamente, os dados demonstram que a maior parte da produção agrícola é realizada em estabelecimentos pequenos e médios e que nada ou pouco utilizam de trabalho assalariado. A conclusão óbvia, já foi explicitada acima. Por ser tão óbvia, ela se descuida de que sua falsidade pode ser facilmente verificada, não pelos dados que apresenta, mas pelos dados que omite. Tais autores não se perguntam, por exemplo, qual a composição orgânica da produção agrícola, ou seja: qual o nível de capitalização dos estabelecimentos? Qual o percentual de trabalho mecanizado nas pequenas propriedades (ordenação mecânica, aviários automatizados, tratores alugados entre outros)? Em que grau os produtores familiares dependem da indústria de insumos e equipamentos e da agroindústria para poderem produzir? Qual a presença do capital financeiro nos estabelecimentos que mais contribuem para o abastecimento do mercado interno? Ao não fazer estas perguntas, levanta-se uma falsa questão, para extrair dela uma não menos falsa resposta. (BROIETTI; MEDEIROS; SAMPAIO, 2005, p.16 -17).

Se por um lado o agronegócio é depreciado, por outro, encontramos uma superestimação da importância da agricultura familiar no Brasil. Nesse contexto foi disseminada a falácia de que a agricultura familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos no país.

Essa afirmativa, segundo Graziano; Gazzolli; Pedroso (2020), é apenas um mito, pois não há nenhum estudo técnico que confirme essa informação. Segundo os autores essa estatística sobre a produção familiar seria fruto de um erro de leitura dos dados do Censo Agropecuário 2006 convertido em discurso político.

Possivelmente a confusão em torno do fatídico número dos 70% tenha decorrido de um erro grotesco de matemática. Quando o IBGE divulgou suas análises sobre o Censo Agropecuário 2006, calculou que a agricultura familiar participava com 83,2% da produção de mandioca, 69,6% da produção de feijão, 57,6% do leite de vaca e 33,1% da produção de arroz. Essa informação, chutada, acabou compondo, em 2011, o discurso do próprio ministro do MDA, em evento no Palácio do Planalto e em divulgação na imprensa. Divulgado oficialmente no site oficial do governo federal, o discurso político virou mantra nas redes sociais, uma clássica fake news. Sem jamais ter sua fonte esclarecida e não sendo uma verdade (GRAZIANO; GAZZOLLI; PEDROSO, 2020, p.196-197).

Se os dados do Censo Agropecuário 2006 já refutavam a tese dos 70% de produção de alimentos pela agricultura familiar, o Censo Agropecuário 2017 esclareceu definitivamente essa questão, mostrando que a agricultura familiar representa cerca de 23% do valor total da produção agropecuária brasileira, cabendo o maior destaque a lavoura de mandioca (80% da produção vem da base produtiva familiar). Contudo, quando analisamos a produção de feijão, alimento básico da mesa dos brasileiros, observa-se uma expressiva queda da participação da agricultura familiar, de 69,6% em 2006, para 42% em 2017 (GRAZIANO; GAZZOLLI; PEDROSO, 2020).

Por fim, mas não menos importante, é preciso refutar a mística de que os produtos do agronegócio são maléficos e que só a agricultura familiar produz alimentos saudáveis.

Além da questão do uso de insumos químicos e agrotóxicos, comentada anteriormente, o processamento dos alimentos pela agroindústria também tem sido alvo de críticas. Assim, encontramos em Alentejano (2020, p.35)⁶⁹ a seguinte afirmativa: “Cidades estas, principalmente as maiores, onde parte crescente da alimentação é fornecida pelas mesmas agroindústrias que, como vimos acima, são fábricas de doenças”.

O mesmo autor utiliza ainda de outro argumento,

Segundo os dados da Organização Mundial da Saúde, 72% das mortes no mundo são causadas por doenças não transmissíveis, várias delas diretamente relacionadas ao sistema alimentar do agronegócio, como doenças cardíacas, hipertensão, diabetes, obesidade, câncer do aparelho digestivo, má nutrição (RIBEIRO, 2020, p.2 apud ALENTEJANO, 2020, p.35).

⁶⁹ Neste trabalho Alentejano (2020) relaciona o agronegócio a atual pandemia do coronavírus (SarsCov2): “Mas a atual crise gerada pela pandemia da Covid-19 permite ir além do que afirmei em 1998 e articular esse argumento com a crítica ao modelo agroalimentar dominante. Inúmeros estudos têm apontado para a insustentabilidade do atual sistema agroalimentar baseado na produção em larga escala de um pequeno número de espécies vegetais e animais, sob a forma de extensas monoculturas e produção de animais confinados em “fábricas de proteínas” ” (ALENTEJANO, 2020, p. 33). Ainda, segundo o autor, a solução para diversos problemas que afetam a sociedade urbana, entre eles as epidemias, estaria na implantação de um projeto de “reforma agrária agroecológica”: “Nossas grandes metrópoles são espaços ingovernáveis, marcadas por profundas desigualdades, com trânsito caótico, falta de saneamento, ilhas de calor e poluição, ambientes mais do que favoráveis à disseminação de epidemias e pandemias ligadas aos mais diferentes agentes infectocontagiosos. A desconcentração espacial da população brasileira através de uma ampla reforma agrária agroecológica permitiria ao mesmo tempo combater todas essas mazelas” (ALENTEJANO, 2020, p. 37).

Primeiramente, como é comum na estratégia retórica dos críticos ao agronegócio, não há evidências empíricas que possam validar essa afirmação. E em segundo lugar, pequenos estabelecimentos e produtores familiares também são parte (integrados) da agroindústria, como o caso dos avicultores, tema central deste estudo.

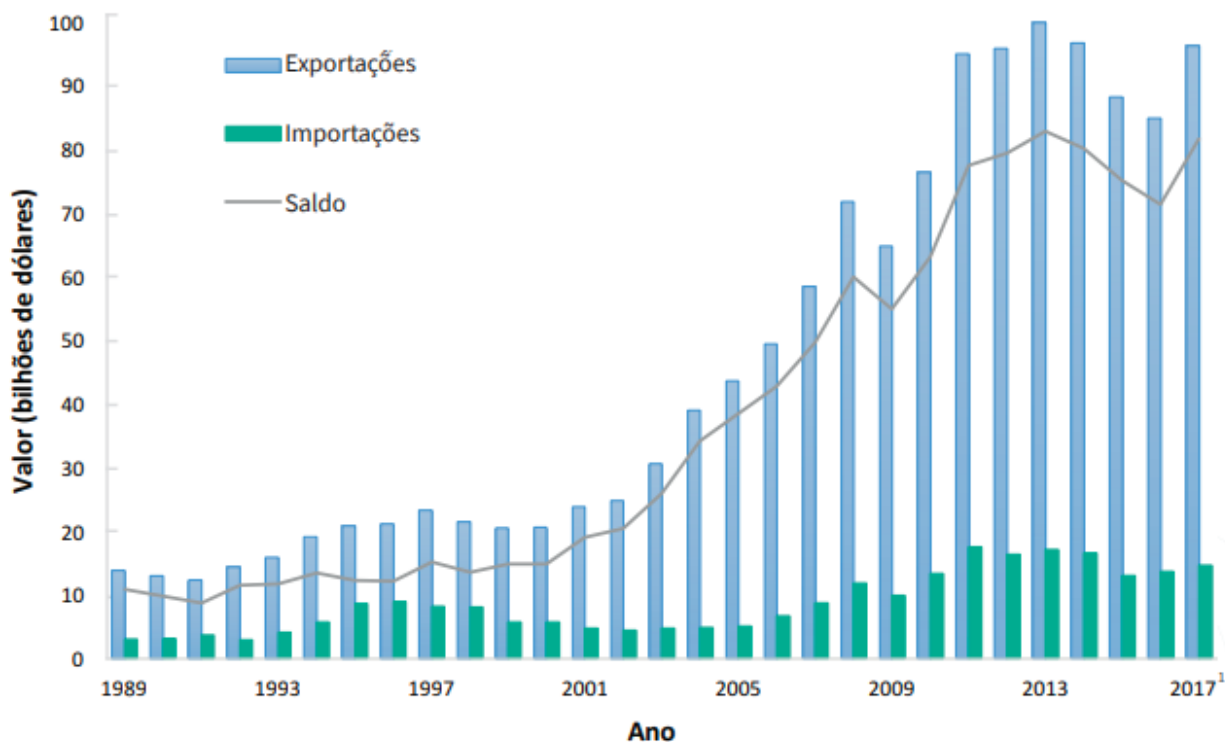
Além disso, pequenos proprietários e agricultores familiares não são produtores exclusivos de alimentos, mas de uma gama diversa de matérias-primas industriais, como por exemplo, o tabaco, que, aliás, é um cultivo que exige a aplicação intensiva de agrotóxicos, conforme destaca Murakami et al. (2017, p. 564),

O processo de trabalho do cultivo do tabaco impõe, às famílias produtoras, o contato com múltiplos agrotóxicos muito tóxicos – herbicidas, inseticidas, fungicidas e antibrotante –, que devem ser utilizados várias vezes, desde a semeadura, o transplante de mudas, até o crescimento completo da planta. O Paraná é o terceiro maior consumidor de agrotóxicos do Brasil, com 80 tipos de agrotóxicos liberados para o cultivo do fumo, 56% deles enquadrados como extremamente tóxicos ou altamente tóxicos (PARANÁ, 2016A).

No entanto, esse tipo de atividade raramente é mencionado, justamente com a intenção de disseminar o mito da superioridade (econômica, ambiental e mesmo moral) daquilo que os teóricos agrários brasileiros entendem por agricultura familiar.

O agronegócio brasileiro, no qual estão inseridos muitos agricultores familiares e pequenos estabelecimentos, é responsável por uma parcela significativa da produção econômica nacional, produz alimentos e gera empregos diretos e indiretos, além de assegurar o superávit da balança comercial, graças aos sucessivos recordes de exportação que a cadeia tem alcançado nos últimos anos, conforme mostra o GRÁFICO 6, apresentado a seguir.

GRÁFICO 6 - IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES E SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO, DE 1989 A 2017.



Fonte: Agrostat (2017) apud EMBRAPA (2018, p. 17).

Nota: ¹estimativa.

Verificou-se assim que, “entre 1990 e 2017, o saldo da balança agrícola do País aumentou quase dez vezes, alcançando, nesse último ano, US\$ 81,7 bilhões, valores que têm contribuído para o equilíbrio das contas externas do País” (EMBRAPA, 2018, p. 17).

Ainda, segundo dados calculados pelo Cepea⁷⁰ (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP, em parceria com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), o PIB do agronegócio brasileiro alcançou recordes sucessivos em 2020 e em 2021, atingindo a marca de 27% de participação no PIB nacional. Para 2022, embora tenha apresentado uma pequena queda (em razão da elevação dos custos com insumos), a projeção foi estimada para a faixa de 25%.

⁷⁰ Dados apresentados na página do CEPEA. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-com-queda-de-2-no-terceiro-trimestre-pib-recua-4-28-no-ano.aspx>>. Acesso: 17 jan. 2023.

Quanto à avicultura, especificamente, o relatório CNA/CEPEA (2022)⁷¹ aponta aumento de produção e de faturamento em relação ao ano anterior e recorde no volume de exportação, sem, contudo comprometer o abastecimento interno, uma vez que o frango continua sendo a proteína cárnea mais barata e consumida pela população brasileira.

Esses dados confirmam a importância estratégica do agronegócio para a economia brasileira, por essa razão é imprescindível acabar, definitivamente, com a dicotomia (agronegócio e agricultura familiar) nas análises, econômicas e políticas, do espaço agrário nacional.

Se no passado colonial o dualismo latifúndio exportador versus agricultura alimentar de subsistência fazia sentido, o processo de modernização da agricultura mudou completamente esse cenário, pois “a pequena e a média produção alimentar do país investiram em tecnologia, ganharam escala e se vincularam ao mercado”, portanto, não faz mais sentido a antiga oposição entre grande e pequena produção, tampouco entre agronegócio e agricultura familiar (GRAZIANO; GAZZONI; PEDROSO, 2020, p.202).

Os agricultores familiares modernos estão presentes em todos os segmentos do agronegócio, com estabelecimentos de tamanhos variados adotam em maior ou menor proporção o trabalho assalariado, consomem insumos modernos, produzem alimentos e matérias-primas integrando-se a cadeia agroindustrial e não diferem em essência, dos chamados agricultores patronais, ambos são produtores capitalistas e produzem com o objetivo de obter lucro. Como afirma Gonçalves (2004, p. 43) “o capitalista não faz agricultura para produzir comida pela comida, mas pelo lucro que a atividade possa oferecer como renda destinada à remuneração do investimento produtivo”.

⁷¹ Para a avicultura para corte, a projeção indica aumento de 6,56% do faturamento anual, impulsionado pelo avanço de 4,33% dos preços reais, na comparação entre períodos iguais, e pelo crescimento anual esperado de 2,14% da produção. Com exceção de agosto, quando o preço médio mensal do frango vivo avançou frente ao mês anterior devido à redução da oferta de animais, tem havido queda na série de preços desde abril deste ano. Este comportamento reflete o alto volume ofertado, que se percebe também nos preços da carne avícola – o que suscitou, por parte do setor, a estratégia de redução dos preços da carne a fim de estimular a redução dos níveis de estoques do mercado doméstico. No mercado externo, conforme dados da Secex, o volume acumulado exportado entre janeiro e julho registrou recorde na série histórica iniciada em 1997, o que ajuda a sustentar a valorização do preço da carne. Ainda assim, no acumulado do ano, os preços médios do frango vivo estão acima do patamar observado no mesmo período de 2021, o que reflete a preferência pelo consumo de carne avícola (mais barata em relação às demais proteínas cárneas) em um contexto de enfraquecimento do poder de compra (CNA/CEPEA, 2022, p.12).

Por esses motivos, são mais precisas as classificações que partem da premissa que todos os produtores rurais modernos são capitalistas e dessa forma estão inseridos igualmente no mundo do agronegócio, embora possam diferenciar-se em aspectos secundários (Germer (2012); Gonçalves (2004); Sampaio (2014)).

Essa é a perspectiva defendida por Sampaio (2014, p.52) ao afirmar que: “Na verdade o que se tem são duas formas de inserção ao mercado, em ambos os casos se fala em negócios da agricultura, portanto “agro – negócios”.

Tendo em vista a diversidade de formas que a produção agrícola apresenta no Brasil, a falsa dicotomia entre agricultura familiar e agronegócio não compromete apenas a análise teórica do espaço agrário, mas a elaboração de políticas públicas, como expressa Navarro (2010),

No Brasil, à luz da gigantesca extensão das áreas rurais, do número de produtores existentes, da extrema heterogeneidade estrutural das diversas regiões e das variações quase ilimitadas de estilos de agricultura existentes, esta segmentação bipolar é uma temerária proposição, com diversas implicações na ação governamental e na implementação de políticas para o meio rural. (NAVARRO, 2010, p.188).

Com o propósito de orientar o planejamento estatal, Vieira Filho e Conceição (2006) propuseram uma reclassificação das propriedades agrícolas com base em uma matriz tecnológica e a partir dela, a criação de projetos de modernização para o conjunto do setor agrícola nacional.

Ao contrário de uma divisão por tamanho, as políticas públicas devem focar no modo de produção atrasado, pois é a tecnologia que vai inserir economicamente tanto os produtores pequenos quanto os mais atrasados, sejam estes últimos grandes ou não. A partir desta nova classificação será mais fácil enquadrar os agricultores nos eixos de planejamento do governo (VIEIRA FILHO e CONCEIÇÃO, 2006, p.12).

Diante da inegável viabilidade econômica da agricultura familiar e da sua total compatibilidade e integração ao mercado capitalista, as bases norteadoras das políticas públicas para o campo brasileiro devem ser repensadas.

É preciso superar o falso antagonismo entre grande (patronal) e pequeno (familiar) e criar instrumentos que possam atender eficazmente, todo o conjunto de produtores, mas com um olhar especial para os segmentos menos tecnificados. Nesse sentido a proposta de Vieira Filho e Conceição (2006) pode ser uma importante alternativa para assegurar a modernização e integração produtiva dos agricultores

familiares mais pobres, que segundo Aquino; Gazolla; Schneider, (2018), ainda compõe a maior parcela da agricultura familiar no Brasil.

Como afirmam Graziano; Gazzoni; Pedroso (2020, p.202), “quem alimenta os grandes centros urbanos são os produtores rurais modernos”, estes, por sua vez, podem ser grandes, médios e pequenos, familiares ou empresariais, mas todos, indiscutivelmente, vinculados ao mercado e dinâmica produtiva capitalista e, portanto, partes indissociáveis do mundo do agronegócio.

Por fim, em vista das discussões apresentadas, considera-se que os trabalhos tipológicos são os mais adequados para captar as enormes diferenciações regionais da agricultura familiar brasileira, sendo que os trabalhos baseados no PQA, justamente por englobarem todos os produtores familiares na categoria "campeinato", acabam deixando essa questão de lado. Nesse sentido, o PQA acaba sendo muito menos adequado para a geografia rural do que o PCA, na medida em que o segundo paradigma é que permite trabalhar com tipologias que revelam a diversidade regional dos produtores familiares.

3 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA AVICULTURA BRASILEIRA: DO COMPLEXO RURAL AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

A origem da avicultura brasileira ocorreu no âmbito das atividades de subsistência da agricultura familiar, sendo caracterizada pela criação de animais rústicos (caipiras) e realizada concomitantemente a outras atividades, como produção de leite, ovos, carne suína/bovina e pela venda do excedente da produção (ZEN et al., 2014).

Essas características, do início da atividade no Brasil, podem ser associadas à dinâmica de produção camponesa, a qual é marcada pelo trabalho familiar, a produção para o autoconsumo e a venda do excedente, sendo este, por sua vez, revertido para a compra direta de mercadorias destinadas à manutenção da família e do próprio estabelecimento produtivo.

Essa dinâmica começa a se transformar um pouco antes de 1930, quando a atividade passa a ter caráter comercial, sobretudo na região Sudeste, com o desenvolvimento da atividade pelos imigrantes japoneses em São Paulo (ZEN et al., 2014).

Mas é somente a partir da década de 1970 que se processam efetivamente grandes transformações na avicultura, pois são introduzidas inovações tecnológicas, técnicas de produção intensiva, desenvolvimento genético, e se estabelecem empresas processadoras no país. Foi nesse período que surgiu em Santa Catarina o sistema de integração vertical no setor, criando um modelo de parceria entre produtores e indústria (ZEN et al., 2014).

Para Tremea e Silva (2020), o sistema de integração (produtor-agroindústria) tem sido responsável por alavancar a produção de frango de corte no país, tanto nas pequenas e médias quanto nas grandes propriedades. Além disso, a importância social desse setor produtivo pode ser verificada pela variável geração de empregos, cerca de quatro milhões (diretos e indiretos), em 2013.

Embora passando por períodos de crise, de 1981 a 1984 (excesso de produção), em 2003 (perda significativa de participação no mercado russo e o aumento do protecionismo no setor), em 2006 (gripe aviária/Influenza H5N1), a produção de carne de frango brasileira se expandiu e levou o país a estar entre os três maiores produtores mundiais, atrás apenas de EUA e China, e ao posto de maior exportador em 2014 (TREMEA E SILVA, 2020).

Em 2019 o Brasil ocupou ainda o posto de segundo maior produtor de frangos (13.254 (mil Ton) contra 19.941 (mil Ton) dos EUA) e em 2020 e 2021 se manteve na terceira posição do ranking mundial. Recentemente, de acordo com o relatório da Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA (2022), a produção brasileira de 2021 foi de 14. 329 (mil Ton), contra 20. 378 (mil Ton) dos EUA e de 14. 700 (mil Ton) da China, os dois maiores produtores mundiais.

Além da expressiva produção, o atributo mais notável desse seguimento produtivo no país é a sua participação no comércio internacional: O Brasil é o maior exportador mundial de frango. Em 2021 exportou 4.610 (mil Ton) contra 3.367 (mil Ton) dos EUA. (ABPA, 2022).

Mas como um seguimento produtivo familiar, ou mesmo camponês, se associou à dinâmica capitalista e alcançou tamanho desempenho em menos de um século? Quais seriam os fatores responsáveis por essa transformação? Essas são algumas das indagações a serem respondidas ao longo das próximas páginas, conforme estrutura descrita a seguir.

Na primeira seção deste capítulo (3.1), serão abordadas as transformações da dinâmica agropecuária brasileira, do complexo rural para o complexo agroindustrial, visto que a avicultura moderna é entendida como um complexo agroindustrial, modelo produtivo que se firma no país após a década de 1970.

Na segunda seção (3.2), a análise será sobre os principais mecanismos estatais de financiamento à agroindustrialização brasileira (planos econômicos, créditos e subsídios, incentivos à exportação, políticas de pesquisa e assistência técnica), implantados, sobretudo, a partir da década de 1960, no âmbito do processo de modernização da agricultura.

A seção 3.3 aborda as características da integração vertical e as alterações na avicultura, fruto do aumento da competitividade internacional, modernização e tecnificação da produção nas últimas décadas, bem como os reflexos desse novo padrão produtivo na seleção dos produtores.

Em 3.4 serão analisadas estatísticas da produção brasileira de frango de corte, sua distribuição territorial e suas características regionais.

Na seção 3.5, por sua vez, buscou-se debater e desmentir os principais equívocos disseminados sobre o complexo avícola, sobretudo por teóricos alinhados ao paradigma da questão agrária.

E, por fim, em 3.6, a análise se concentra na produção avícola do estado do Paraná, destaque nacional deste setor produtivo e no qual se encontram os produtores que serão entrevistados no âmbito desta pesquisa.

As discussões apresentadas ao longo deste capítulo nos permitem concluir que, a “agropecuária moderna pode ser feita com menos terra e menos trabalho, mas com muito mais capital” e que, de fato, as granjas modernas de frango podem ser entendidas como “fábricas de proteínas”, como já propunha Gonçalves (2005, p.10-11).

Entendendo a agricultura como um complexo de agronegócios estruturado em segmentos setoriais, Gonçalves (2005, p.11) propõe que, nesse contexto, a produção biológica é uma ferramenta que visa “a combinação de insumos e instrumentos gerados fora dos campos e a ser fornecedora de bens intermediários para estruturas de agregação de valor”, sustentando-se em empreendimentos em cadeias, que por sua vez, começam nas fábricas de equipamentos e insumos e terminam no varejo.

Na atualidade, esse mecanismo de funcionamento produtivo, como será demonstrado nas próximas páginas, pode ser aplicado ao complexo avícola, considerado por Espíndola (2009, p.17) “um sistema integrado que vai desde a produção da genética à produção de cereais, desde o processamento do alimento para as aves, plantas de indústrias, até o desenvolvimento dos canais de comercialização e distribuição”.

Além da integração intersetorial, na produção avícola moderna o capital requerido é elevado, pois grande parte deste assume a forma de investimento em bens intermediários (como rações) e em máquinas e equipamentos, o que somado à constante evolução tecnológica e ganhos de escala, tende a favorecer os produtores com maior capacidade de resposta a tais demandas produtivas.

3.1 MODERNIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS NO BRASIL

Quando se discute o conceito de modernização da agricultura, de acordo com Teixeira (2005), é preciso considerar que há duas formas distintas para a compreensão desse processo.

Há autores que se pautam somente nas transformações da base produtiva, o que envolve o uso intensivo de equipamentos e técnicas (máquinas e insumos) e torna

a modernização sinônimo de mecanização e tecnificação. E há aqueles que, além dos equipamentos, consideram todo o processo produtivo, como as transformações nas relações sociais (TEIXEIRA, 2005).

O presente trabalho está pautado na segunda perspectiva, na de modernização tanto das bases produtivas quanto das relações sociais, sobretudo, nas análises de sociologia rural, como na de Graziano da Silva (1998), que define a modernização da agricultura como

[...] processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 1960. (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 90).

Essa perspectiva também é predominante na geografia rural brasileira, tendo em vista que, no paradigma da questão agrária, as relações de produção são um elemento essencial da análise, até mais importante do que as condições técnicas da produção.

Para Teixeira (2005), ao se pautar na dinâmica capitalista, a modernização da agricultura tende a privilegiar certos produtos e produtores, além de estimular a monocultura. Com o processo de modernização, por sua vez, ocorre a “industrialização da agricultura”, momento no qual a atividade ganha caráter empresarial e se torna consumidora do setor industrial por meio da aquisição de máquinas e insumos.

O autor ressalta ainda que a relação entre produtor e natureza também se modifica com a modernização do setor agropecuário, diminuindo a dependência em relação às características do meio natural. As técnicas e equipamentos modernos permitem o aprimoramento de fatores produtivos, tais como a fertilidade do solo, a seleção de sementes, por exemplo, e, conseqüentemente, tendem a elevar a produtividade, mesmo que de modo artificial (TEIXEIRA, 2005).

Para a consolidação de uma sociedade urbana-industrial no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, era fundamental a modernização do setor primário, tanto para aumentar a produção direta de alimentos para a crescente população urbana quanto a de matérias-primas para a indústria em expansão. O Estado brasileiro buscou alcançar essa meta estimulando a adoção de técnicas e equipamentos mais

modernos, o que, como apontam as estatísticas de produção e produtividade nas décadas seguintes, de fato ocorreu.

No entanto, alguns teóricos, como Teixeira (2005), questionam se o caminho seguido pelo governo tenha sido o mais apropriado. O autor argumenta que o maior obstáculo no campo brasileiro nesse período era a concentração e a improdutividade das terras, de modo que a reforma agrária poderia ter sido uma estratégia mais eficaz para contornar a questão da falta de alimentos e de matérias-primas para as indústrias.

Nota-se que essa visão de Teixeira (2005) corrobora as teses do paradigma da questão agrária. Porém, não encontra sustentação no caso da produção avícola, pois nesse setor, como será demonstrado nas seções seguintes, a modernização da base técnica aumentou a oferta de alimentos e insumos para a agroindústria ao mesmo tempo em que barateou o preço da carne de frango no mercado interno e deu sustentação para a inserção do Brasil no mercado internacional.

Portanto, a discussão proposta nessa pesquisa se alinha aos fundamentos do paradigma do capitalismo agrário e, assim, entende que a modernização do setor primário, pautado no uso de técnicas e instrumentos modernos, é um processo típico e esperado do desenvolvimento da agropecuária no modelo capitalista de produção, onde o setor primário perde autonomia para se atrelar a demanda industrial que, por sua vez, pode gerar consequências positivas e negativas no âmbito econômico e social.

Teóricos de grande relevância sobre o mundo rural brasileiro, como José Graziano da Silva, Angela Kageyama e Guilherme Costa Delgado, em trabalhos ainda da década de 1980, afirmam que o processo de modernização da agricultura foi responsável por transformar a dinâmica histórica da agricultura brasileira, que passou do modelo de “complexo rural”⁷² para os “complexos agroindustriais”, chamados CAIs, no qual a avicultura moderna representa um setor produtivo de grande importância.

Resumidamente, Graziano da Silva (1998) afirma que a dinâmica do complexo rural, que vigorou no Brasil durante muito tempo, era muito simples, sendo determinada pelas variações do comércio exterior, pois se pautava na produção de

⁷² Para o aprofundamento do conceito e da dinâmica econômica e social do “complexo rural” brasileiro, consultar os trabalhos dos economistas Inácio Rangel (A questão agrária, 1962) e Gilberto F. Paim (Industrialização e economia natural, 1957).

mercadorias, geralmente apenas uma, destinada à exportação. O sistema produtivo estava assentado em uma incipiente divisão do trabalho, visto que, no interior das fazendas, as atividades agrícolas e manufatureiras eram conectadas e grande parte dos bens produzidos tinha apenas valor de uso. Nessa dinâmica, praticamente não existia mercado interno.

Até o Terceiro Quartel do Século XIX o papel da Economia Natural era forte, com praticamente auto-suficiência no abastecimento das grandes fazendas de trabalho escravo. Cada fazenda era uma unidade quase autárquica, não havia divisão social do trabalho e tampouco monetização das relações de trabalho. Um grande número de atividades econômicas eram realizadas dentro da própria fazenda, como por exemplo, a produção de tecidos rústicos, instrumentos de trabalho, carroças e até mesmo máquinas rudimentares (BELIK, 1992, p. 32).

Essa estrutura começa a se modificar no século XIX, sobretudo a partir de 1850, com a proibição do tráfico de escravos e a Lei de Terras (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Corroborando essa tese, de acordo com Belik (1992, p.33), a introdução do trabalho assalariado foi responsável por impulsionar, simultaneamente, dois importantes processos na economia brasileira, o de promover “uma maior divisão e especialização do trabalho nas fazendas” e ainda “uma ampliação do mercado para a indústria nacional”.

A introdução do trabalho livre gerou diferentes arranjos produtivos no país, mas, especificamente no estado de São Paulo, o complexo cafeeiro se estabeleceu a partir do colonato, regime que estimulou a divisão do trabalho (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

A crise do complexo rural e o surgimento do novo complexo cafeeiro paulista – simultâneo ao processo de substituição de importações – significaram o desenvolvimento do mercado de trabalho e a constituição do mercado interno (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.5).

Além disso, o complexo cafeeiro foi responsável por alavancar a demanda urbana, devido às necessidades financeiras, comerciais, de transporte e de equipamentos e insumos, atividades complementares, mas realizadas fora da fazenda, criando assim “novas oportunidades de investimento resultantes da ampliação da divisão social do trabalho – ou, da separação cidade/campo – no bojo

do qual se implementou um processo de substituição de importações” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.9).

Começava a se formar assim, diferentemente da economia rural fechada, uma economia aberta e um mercado interno estruturado a partir das indústrias urbanas, embora essas ainda estivessem pautadas nas demandas da própria agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Dessa forma, para Graziano da Silva (1998), o complexo cafeeiro paulista foi fundamental tanto no processo de industrialização quanto no de configuração da agricultura capitalista brasileira.

Segundo Teixeira (2005), a modernização da agricultura brasileira começa, de fato, com as importações de meios de produção mais avançados na década de 1950 e se solidifica na década seguinte com a implantação do setor industrial de produção de equipamentos e insumos agrícolas (TEIXEIRA, 2005).

Desse modo, a partir da segunda metade do século XX, houve a substituição da agricultura tradicional, centrada nos recursos naturais e na mão-de-obra familiar para uma agricultura moderna, cuja característica produtiva central está na adoção de máquinas, equipamentos, insumos e técnicas avançadas. Nesse modelo de modernização, o progresso técnico-científico é direcionado muito mais para a indústria do que para a agricultura (SERPA, 2014).

É importante ressaltar que essa nova dinâmica também foi marcada pela difusão do padrão de consumo norte-americano, que, no âmbito alimentar, é baseado no consumo de proteína animal, justificando assim a necessidade de expansão dessa produção. Para tanto, era necessário o melhoramento de sementes como milho e soja, ou seja, eram necessários investimentos em pesquisa (SERPA, 2014).

Nesse contexto foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA, em 1971, e em seguida, os órgãos de assistência técnica, tanto a nível federal quanto estadual.

Ainda na década de 1970 foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), cujo objetivo era dinamizar o atual sistema de assistência técnica e extensão rural. E cada estado passou a ter sua Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Com isso, ampliou-se a articulação e o controle dos produtores rurais, novas técnicas de uso de solo e culturas, bem como uma orientação alimentar foram induzidas (SERPA, 2014, p.75).

Juntamente como a criação de órgãos de pesquisa e de extensão rural, os programas e fundos públicos implantados nesse período deram sustentação ao processo de modernização e industrialização da produção agropecuária brasileira, e, por fim, viabilizaram a política de agroindustrialização.

Dessa forma, “a partir da modernização inicia-se a busca no Brasil por uma elevação na produção e incentivos para desenvolvimento de vários setores atrelados à agricultura, um dos quais foi o setor das agroindústrias” (SERPA, 2014, p.75).

De acordo com Serpa (2014), o processo de modernização não trouxe apenas transformações na base técnica de produção, mas impactou também as relações sociais de produção, uma vez que aumentou a integração entre o produtor e a produção no mercado e na racionalidade do lucro, que passa a ser o principal objetivo da produção.

Nessa conjuntura, como consequência das transformações da produção no campo, a mentalidade produtiva camponesa, centrada no trabalho familiar e na reprodução de um modo de vida, passa a ser gradualmente dissolvida, abrindo espaço para a expansão da produção nos moldes capitalistas, tanto na pequena quanto na grande propriedade, processo verificado no caso da produção de frangos de corte, como se verá nas próximas seções.

Assim, a partir dos anos 1960, vai se estabelecendo um novo modelo econômico no país, no qual a substituição de importações perde espaço para a formação do complexo agroindustrial: “Toda mudança ocorrida no processo produtivo agrário no Brasil, no período pós – 1960, no sentido de modernização e reestruturação do campo se relacionou com a formação do chamado Complexo Agroindustrial” (TEIXEIRA, 2005, p.32).

Mas é a partir da década de 1970 que a agroindústria ganha, de fato, expressividade, envolvendo o processamento dos principais produtos da época: café, soja, laranja, cana-de-açúcar e criação de animais (SOUZA, 2017).

Há algumas divergências entre os teóricos em relação ao marco temporal adequado para indicar o surgimento da dinâmica do complexo agroindustrial brasileiro, variando entre a década de 1960, com a formação do setor industrial de bens de capital para a agricultura (D1) e a década de 1970, quando as políticas destinadas a agroindustrialização ganham maior expressividade.

De acordo com Belik (1992), para a constituição dos CAIs, não basta apenas a produção interna de equipamentos e insumos agrícolas, ocorrido nos anos 1960,

mas também a implantação de uma política destinada a agroindústria processadora, o que só ocorre na década seguinte.

Costuma-se atribuir à internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura ocorrida a partir dos anos 60, o ponto de partida para a constituição dos Complexos Agroindustriais no País. Sendo o capitalismo um sistema, cuja dinâmica de expansão está ligada ao mercado de bens de produção, a constituição/internalização de um setor à montante da agricultura daria elementos para a sustentação de mais um movimento endógeno de acumulação de capital. No entanto, a industrialização da agricultura só poderia se completar na medida em que houvesse uma agroindústria processadora também moderna. Produzir em larga escala a partir de matéria-prima agropecuária pressupõe um setor processador bem ajustado e um mercado capaz de absorver seu produto. Em outras palavras, a oferta de matéria prima agropecuária em bases modernas pressupõe um setor processador demandante também moderno. Por este motivo o processo de constituição dos CAIs tem, também como um dos seus elementos, uma política voltada para a agroindústria processadora (BELIK, 1992, p.83).

Desse modo, para Belik (1992) foram os fundos e programas estatais, do fim da década de 1960 e da década de 1970, que impulsionaram a agroindústria processadora e que, em conjunto com o crédito rural, deram sustentação ao complexo industrial, finalmente integrando a agricultura aos setores industriais a montante e a jusante.

O tripé do complexo agroindustrial, portanto, se formaria com a junção de um setor industrial interno para a produção de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas, uma agricultura industrializada e uma agroindústria moderna.

Quanto à questão do desenvolvimento da indústria agrícola, cabe ressaltar que as agroindústrias brasileiras do final do século XIX e início do século XX, diferem profundamente das agroindústrias modernas, configuradas a partir da década de 1950, dentro da dinâmica do complexo agroindustrial.

Para Belik (1992), essa diferença se encontra na ordem de articulação de capitais entre a agricultura e a indústria. No início do século esse processo se dava “para a frente”, no sentido de aplicação do capital agrário e comercial excedente na indústria, que por sua vez, era financiada pelo capital mercantil, visto que praticamente não existia capital estrangeiro e foi mínimo o reinvestimento de lucros.

A agroindústria moderna, por sua vez, só se consolida após o estabelecimento do setor de bens duráveis e de um novo contexto urbano. Como o ramo de processamento agroindustrial sempre foi dependente do desenvolvimento do setor de máquinas, equipamentos e insumos para a agricultura, responsáveis por regularizar e

padronizar a matéria-prima agrícola, somente a partir dos anos 1960/1970 ocorre uma integração agricultura moderna-agroindústria e se alcança o fornecimento de produtos uniformes e com em fluxo regular de matéria-prima para a indústria (BELIK, 1992).

Diferentemente do período anterior, surge uma nova articulação agricultura-indústria que inverte o fluxo de capitais. A partir desse momento são os capitais industriais (nacionais e transnacionais) que buscam a integração com a agricultura e até mesmo com a produção de bens de capital e insumos. Nessa dinâmica, a atuação estatal, através das políticas organizadas pelo Governo Federal é determinante, pois “o Estado apontava uma direção e para lá se dirigiam os interesses industriais” (BELIK, 1992, p. 37).

Em declínio desde 1850, a dinâmica do complexo rural, é efetivamente superada cerca de um século depois, quando se forma no país o que Graziano da Silva chama de D1 agrícola, ou seja, um segmento industrial voltado para a produção de bens de capital e insumos agrícolas, inaugurando assim um novo momento histórico, com a industrialização da agricultura e o domínio dos “complexos agroindustriais”.

É importante ressaltar que, para a configuração de um complexo agroindustrial, não basta apenas a existência de agroindústrias. Na verdade, os requisitos para essa estrutura vão muito além, abarcando, segundo Fajardo (2008), certos condicionantes econômicos (estruturais e temporais) que intensificam as relações econômicas entre diversos setores e atividades.

Mas há ainda outro condicionante essencial na formação deste novo padrão produtivo, o papel desempenhado pelo poder público.

Após a década de 1960 se deu início a formação do Complexo Agroindustrial. A Agricultura e a Indústria se aproximaram ainda mais, principalmente após da década de 1970, criando uma relação de interdependência entre as duas. Esta relação foi fortalecida com a integração dos capitais realizada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (CASTRO e CHELOTTI, 2018, p.58).

Em todo esse processo de transformação, a atuação estatal foi decisiva, fomentando a modernização e conseqüente industrialização das atividades agropecuárias no país, ou ainda, como muitos autores preferem falar, financiando a subordinação da agricultura à indústria.

Para melhor caracterizar essas transformações na dinâmica produtiva brasileira, entre os séculos XVIII e XIX, Graziano da Silva (1998, p.12) propôs a seguinte periodização:

- Período 1850-1890: Momento marcado pela redução gradual do uso do trabalho escravo e início da adoção do trabalho livre nas fazendas de café paulistas. Como consequência dessas alterações, forma-se o complexo cafeeiro, com algumas diferenças em relação ao modelo anterior, do complexo rural. Embora semelhanças entre os dois modelos tenham permanecido, como a produção interna, em bases artesanais, dos próprios meios de produção para as fazendas, algumas atividades passam a se separar do complexo cafeeiro, rompendo a “rígida estrutura autárquica do complexo rural”. Entre essas atividades podem ser citadas a atuação de um grupo independente de formadores de fazendas de café; as atividades de pequenos produtores de alimentos e pequenas indústrias rurais, visando o atendimento das vilas e cidades em formação; o desenvolvimento de atividades manufatureiras nas áreas urbanas e ainda a produção de algodão em regime de parceria e atrelada à indústria têxtil, em 1880 (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.11).

- Período 1890-1930: Definido como apogeu do complexo cafeeiro, antes da crise de 29. Momento em que as atividades tipicamente urbanas são ampliadas e se formam setores produtivos advindos do complexo cafeeiro, tais como a produção de instrumentos e máquinas agrícolas fora das propriedades rurais; expansão das oficinas para manutenção e reparo; surgimento das primeiras agroindustriais (óleos vegetais, açúcar e álcool); consolidação da indústria têxtil e começo da substituição de importação de bens de consumo (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

- Período 1930-1960: Momento definido como “fase de integração dos mercados nacionais”, envolvendo os setores de alimentos, de trabalho, de matérias-primas e a consolidação da D1 industrial na década de 1950. Ressalta-se aqui a importância da lavoura cafeeira no fomento ao desenvolvimento industrial brasileiro, uma vez que, “o café que financiou esse processo por meio dos mecanismos de diferenciação cambial que protegiam as indústrias nascentes do país, à custa de um confisco estabelecido sobre o preço da saca exportada” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.12).

Desse modo, a industrialização da agricultura brasileira ocorreu a partir da segunda metade do século XX, quando os fatores necessários para operacionalizar essa dinâmica foram alcançados: formação de mercados nacionais para os principais

produtos agrícolas e para a força de trabalho juntamente com a formação do D1 em bases industriais (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

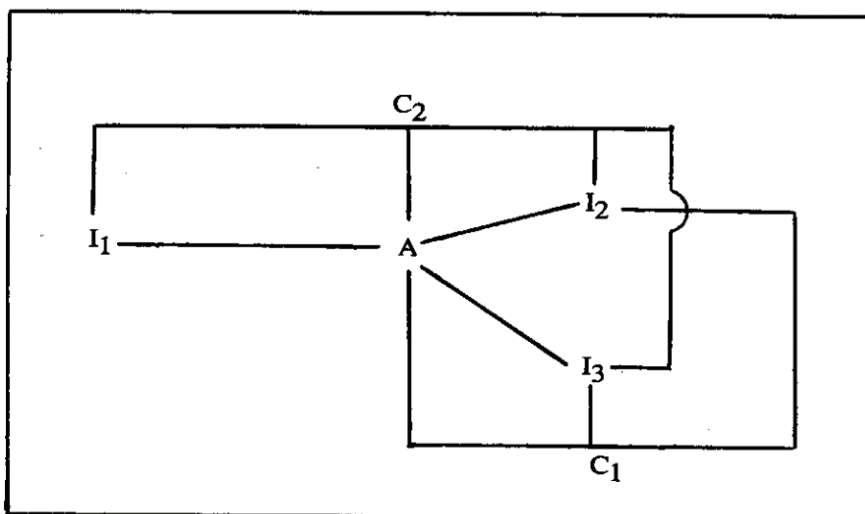
Portanto, é a modernização, entendida como um longo processo de transformação da base técnica, que leva à industrialização da agricultura. Essa, por sua vez, é um fenômeno que vai além do uso de insumos industriais na produção, ocorrendo quando “a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, o que ela só pode fazer após a implantação do D1 [indústria de bens de capital] para a agricultura no país” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.32).

De acordo com Graziano da Silva (1998, p.32), a industrialização da agricultura ocorre com a junção da D1 à própria agricultura moderna, pois, desse modo, a intensificação da divisão do trabalho, próprio da dinâmica capitalista, tornou a agricultura um “ramo da produção, que compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais”. Nesse cenário, os novos condicionantes da produção agrícola passam a ser a formação dos CAIs (complexos agroindustriais) e a industrialização da agricultura.

Segundo Müller (1991, p.37) o complexo agroindustrial se difere dos demais conjuntos produtivos “tanto pelas cadeias de insumos e produtos específicos, quanto pelo poder de mercado e seu núcleo de poder, quanto, finalmente, pela extensão da rede de transmissão desse poder”, configurando-se como uma estrutura própria, e de dinâmica particular, entre os setores industriais que trabalham com insumos e produtos agrários.

Pensando uma definição morfológica, Müller (1991) propôs a seguinte estrutura gráfica para representar o espaço técnico-econômico que o CAI abrange (FIGURA 6).

FIGURA 6 - ESTRUTURA PRODUTIVO-COMERCIAL DO CAI.



Fonte: Müller (1991, p. 38).

De acordo com essa estrutura⁷³, entende-se que

A morfologia produtiva do CAI consiste nas ligações que as atividades agrárias mantêm com os setores da indústria para a agricultura (I1), da agroindústria de alimentos (I2), e de outras agroindústrias (I3). Estas relações da cadeia insumo-produto configuram a estruturação produtiva imediata do complexo. Considerando-se que a distribuição interna (C1) e internacional (C2) são as extensões dos mercados que rearticulam os setores desse conjunto produtivo que trabalha com insumos e produtos agrários, deve-se insertá-los na morfologia do complexo (MÜLLER, 1991, p. 37).

Caracterizando melhor o conceito de CAI, Fajardo (2008) propõe a seguinte definição

A noção de Complexo Agroindustrial serve para caracterizar uma tipologia marcada pelas relações intersetoriais indústria-agricultura-comércio-serviços num padrão agrário moderno, no qual o setor agropecuário passa a ser visto de maneira integrada à indústria. (FAJARDO, 2008, p. 31)

No Brasil, os CAIs se consolidam na década de 1970 por meio do capital financeiro, que atuava através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR/1965) e das políticas de agroindustrialização específicas (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

⁷³ Müller ressalta que os elementos apresentados neste modelo não são, necessariamente, suficientes para explicar toda a estrutura produtiva do CAI, mas que constituem itens básicos que sempre devem ser considerados nas hipóteses explicativas do fenômeno.

Embora já existissem indústrias processadoras dos produtos agrícolas desde o final do século XIX, o CAI difere desse modelo por apresentar um elevado grau de relações interindustriais. Enquanto a antiga agroindústria não possuía vínculos com o setor de bens de capital e insumos, a “nova agroindústria” é dependente do mesmo, tanto para produzir máquinas e equipamentos para si quanto para a própria agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.31).

Desse modo, o desenvolvimento da agricultura, antes autônomo, se torna dependente da dinâmica industrial, perdendo sentido a tradicional classificação da agricultura como setor econômico independente, uma vez que muitas das atividades agrícolas estão integradas “na matriz de relações interindustriais”, e dessa forma, sua dinâmica de funcionamento é conduzida de forma conjunta (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.33).

Para Kageyama et al. (1997), apud Castro e Chelotti (2018), a despeito dos mecanismos de modernização e industrialização e do expressivo crescimento da produção engendrada nas últimas décadas, os processos de homogeneização das formas de produção agrícola e de integração intersetorial completa não podem ser estendidos a todas as atividades do campo brasileiro, pois ainda seria possível encontrar setores tecnicamente atrasados e dominados pelo capital comercial, o que não é o caso, como veremos, do setor avícola.

Por fim, essa visão de Graziano da Silva (1998), de que a agricultura deixa de ser independente para se interligar à dinâmica industrial, corrobora as teses rurais clássicas de Lênin e Kaustsky, e do próprio Marx, sobre a evolução da agricultura no modelo capitalista.

Nesse cenário, Graziano da Silva (1998) salienta ainda que deixa de existir uma dinâmica geral da agricultura brasileira, que é substituída pela existência de várias dinâmicas, específicas de cada complexo agroindustrial. Para o autor, cada complexo tem suas particularidades, como maior peso da indústria a montante ou jusante, mercado interno ou externo, demandando estudos específicos para sua compreensão. Esse é o caso da avicultura, complexo estudado neste trabalho.

Um complexo agroindustrial completo e integrado, por exemplo, aparece no caso da avicultura (milho-rações-produção avícola-carne industrializada) ou no caso do açúcar e do álcool (equipamentos para usinas e destilarias-cana-usinas de açúcar e álcool), isto é, pode-se identificar uma cadeia de atividades fortemente relacionadas e com dinamismo próprio, formado por um “tripé” (D1 para a agricultura/atividade agrícola/agroindústria) (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.35).

Essa dinâmica de formação do CAI é um processo evidenciado na evolução da produção de frangos no país, que passou de um modelo produtivo simples, voltado para o autoconsumo e comercialização do excedente, para um modelo altamente tecnificado e interligado à indústria, dependente da mesma tanto para a aquisição de equipamentos e insumos (indústria à montante) quanto para a comercialização (indústria a jusante), fato que torna o segmento um importante exemplo da dinâmica do complexo agroindustrial no mundo rural brasileiro.

As indústrias de frigorificação de carne, esmagamento de grãos e envasamento de óleo são segmentos do complexo agroindustrial que reúne um conjunto de cadeias produtivas cujo a jusante caracteriza-se pela utilização de mercadorias provenientes das atividades agropecuárias e a montante pelo processo de comercialização cada vez mais complexo (ESPÍNDOLA, 1996, p. 185).

Corroborando esse entendimento, segundo Werner (2017, p.25), a avicultura industrial desenvolveu-se no Brasil seguindo as diretrizes do modelo produtivo estadunidense, caracterizado pelo “desempenho completo e terminado das cadeias alimentares, onde o capital que se encontra a montante e/ou a jusante do produtor agrícola, comanda o processo de produção”.

Além disso, a formação do CAI avícola se beneficiou de um processo de transformação social, em curso após a segunda metade do século XX, e que também foi fruto da modernização do campo: a urbanização.

Assim, é preciso ressaltar a importância da demanda interna para a consolidação do complexo avícola nacional, resultado, sobretudo, do aumento do consumo da população urbana, em crescente expansão a partir dos anos 1950, e das políticas de modernização e agroindustrialização promovidas pelo governo brasileiro.

É um fato notório que o processo de urbanização e industrialização da sociedade brasileira favoreceu o desenvolvimento da avicultura, pois a produção de frangos é a que apresenta melhor resposta em relação à velocidade do ciclo produtivo, menor custo e conseqüentemente, preços mais baixos ao consumidor (CANEVER et al., 1997).

Além do aumento da demanda, associada ao preço e às características determinadas pelo contexto urbano moderno (praticidade de preparo, proteína mais saudável, etc.), outros fatores que explicam o expressivo crescimento da produção brasileira de carne de frango são o “aumento na produtividade em função do

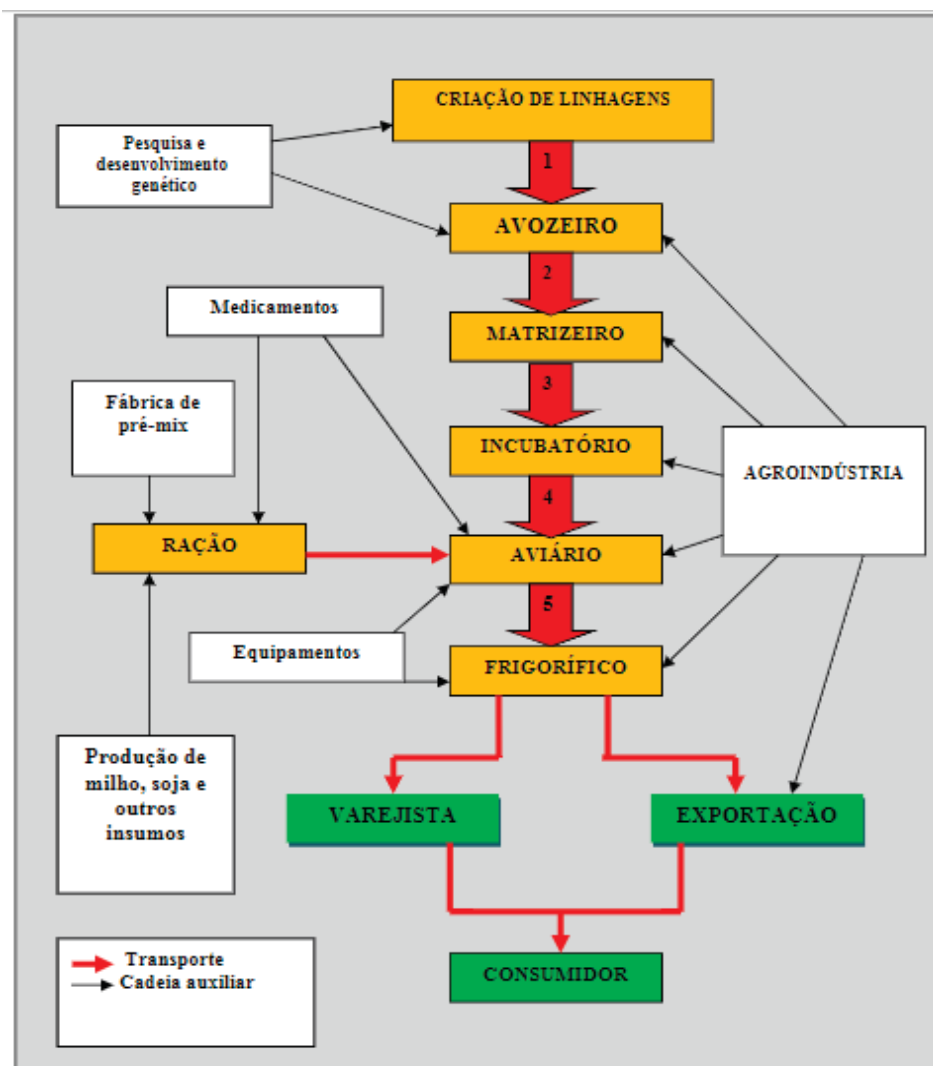
melhoramento genético, nutrição e manejo, avanços no processamento industrial e diversificação de produtos, competição com os demais setores de proteína animal” e mesmo o acirramento da competitividade no mercado internacional, particularmente após a década de 1990 (SAKOMURA, 2019, p.51).

Para Sorj et al. (2008) a avicultura moderna no Brasil é resultado de “um processo de internacionalização de um setor agropecuário em função principalmente do seu mercado interno”, num contexto em que as multinacionais são forçadas a promover também a interiorização da sua tecnologia, por sua vez, favorecida pelo desenvolvimento do parque industrial brasileiro, principalmente nos setores farmacêutico e de implementos e insumos agrícolas.

Por último, é preciso considerar que a cadeia produtiva de frangos (CAI avícola) é formada por diversos elos, começando pelo desenvolvimento genético das aves (seleção de espécies poedeiras e produção de ovos e pintos), pela ligação aos laboratórios farmacêuticos (produção de vacinas e medicamentos) e aos segmentos de produção de insumos para a ração, integrando-se ao produtor/agricultor na fase de engorda das aves nos aviários, que posteriormente são remetidas às indústrias de abate e processamento para então seguir para a distribuição ao consumidor, no mercado interno ou externo.

Nesse esquema, a agroindústria costuma ser a responsável pelo funcionamento da maior parte dos elos produtivos, começando pelo matrizeiro (onde se originam os ovos) e terminando na exportação dos produtos finais, conforme esquema (FIGURA 7) apresentado por Voilá e Triches (2015).

FIGURA 7 - CADEIA PRODUTIVA DA AVICULTURA.



Fonte: Voilá e Triches (2015, p.129).

Segundo o modelo⁷⁴ proposto por Voilá e Triches (2015), os principais elos da cadeia produtiva da avicultura são avozeiro, matrizeiro, incubatório/nascedouro,

⁷⁴ A cadeia produtiva de frango é caracterizada por uma sequência de operações que conduzem à produção de bens e pode ser desmembrada em três importantes áreas: a) produção de insumos, b) industrialização, e c) comercialização e distribuição. A etapa inicial, a de produção, foi definida por Batalha (1997) como a etapa de produção de insumos básicos. Já que o produto final é o frango abatido, a matéria-prima é o próprio frango na sua fase inicial de vida. Esse ciclo diz respeito a todos os agentes envolvidos, desde o nascimento e crescimento dos frangos até a idade do abate. A segunda etapa refere-se à industrialização, caracterizada pelos abatedouros, denominados também de frigoríficos, elo principal da cadeia. O terceiro e último elo da cadeia é a comercialização/distribuição, representado pelas empresas que estão relacionadas diretamente com o consumidor final, viabilizando o comércio e o consumo dos produtos finais. Essas empresas distribuidoras são atacadistas, as grandes e pequenas redes de supermercados, os açougues, os pequenos estabelecimentos varejistas, além de todo aparato que envolve as negociações do mercado internacional para exportação (VOILÁ E TRICHES, 2015, p.128).

aviário, frigorífico, varejista e consumidor final. Por sua vez, os elos auxiliares são representados pela pesquisa e desenvolvimento genético, medicamentos, milho, soja e outros insumos, equipamentos e embalagens.

É preciso fazer uma ressalva em relação a essa representação da cadeia produtiva da avicultura, a qual diz respeito à propensão da produção de insumos (milho e soja) e da própria ração ser realizada pela agroindústria, que pode vir a se consolidar nas próximas décadas, conforme discussão das tendências na avicultura de corte brasileira a ser realizada nas próximas seções.

Na avicultura moderna (capitalista), a especialização (divisão de tarefas) é uma característica central, tornando cada elo dessa cadeia produtiva altamente especializado e, conseqüentemente, centralizado (WERNER, 2017).

Tal especialização tende a abarcar, inclusive, o manejo direto das aves, modificando o perfil do produtor integrado, afastando-o cada vez mais do modelo familiar e aproximando-o do perfil empresarial moderno capitalista.

Trata-se, portanto, no âmbito da agroindústria, de um processo de acúmulo e centralização de capital que envolve todas as indústrias dessa cadeia e induz à formação de oligopólio em cada segmento produtivo, “dessa forma, tem-se que à medida que ocorre um aumento da importância econômica da cadeia, acontece uma ampliação no tamanho e encolhimento no quantitativo de empresas, em cada uma de suas instâncias” (WERNER, 2017, p.27).

Por sua vez, essa dinâmica tende a se reproduzir também na esfera dos produtores integrados à agroindústria, na qual a necessidade crescente de aporte tecnológico e financeiro, cria um novo padrão de seletividade para aqueles que desejam se inserir ou permanecer no setor.

Enfim, estas são algumas das transformações recentes do complexo agroindustrial brasileiro, sobretudo do CAI avícola, cujo novo padrão produtivo será discutido nas próximas seções.

3.2 A ATUAÇÃO ESTATAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

A conjunção histórica-econômica nacional e internacional que condicionou o fim do modelo chamado de “complexo rural” e definiu a formação do “complexo agroindustrial” na agropecuária brasileira está diretamente atrelada ao Estado e sua

atuação por meio de políticas públicas, tanto aquelas diretamente destinadas ao setor primário (estímulos à modernização, investimento em pesquisa agropecuária) quanto ao setor secundário (substituição de importações, fortalecimento da indústria de base, apoio à agroindustrialização e estímulo à exportação).

Um dos principais fatores associados a essa mudança pode ser encontrado nas políticas setoriais adotadas pelo Estado brasileiro, principalmente a partir da segunda metade do século passado, sobretudo no fomento à modernização da produção agropecuária do país.

Destaca-se, nesse contexto, a institucionalização da política de Crédito Rural em 1965, derivada da antiga Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Creai), criada em 1937 e executada, até então, somente pelo Banco do Brasil.

Os objetivos do Crédito Rural, desde então, têm sido os seguintes

- Estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural.
- Favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização dos produtos agropecuários.
- Possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores, notadamente considerados ou classificados como pequenos e médios.
- Incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando o aumento da produtividade e a melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo (BANCO DO BRASIL, 2004, p.10).

Embora um dos objetivos destacados pelo programa de Crédito Rural seja o fortalecimento econômico dos médios e pequenos produtores, o que se viu ao longo de décadas foi a preferência de aporte financeiro aos grandes agricultores. Tal desigualdade na distribuição de crédito entre pequenos e grandes produtores já foi descrita em inúmeros estudos⁷⁵ e não constitui foco desta análise, cujo interesse central é salientar a relevância do financiamento público sobre as transformações na agropecuária brasileira advindas com o processo de modernização. Ou seja, salientar o estímulo à aquisição de insumos modernos para a agricultura que, por sua vez, alavancou a indústria a montante, promoveu a industrialização do campo e por fim, condicionou a formação dos complexos agroindustriais.

⁷⁵ Para maiores detalhes sobre a distribuição do crédito rural no Brasil, consultar trabalho de Rego e Wright (1981).

Ainda em termos de políticas públicas, para exemplificar a atuação ativa do poder público federal, vejamos, por meio de alguns planos e programas de governo, o viés e direção dados ao projeto de modernização da produção agropecuária e para a agroindustrialização nacional.

Durante muito tempo, a agricultura brasileira foi entendida pelo poder público como um setor voltado para si mesmo, produzindo bens finais destinados ao consumo interno e/ou à exportação. Essa visão só começa a mudar no pós-guerra, especialmente no final da década de 1960. Por isso, a agroindustrialização pode ser definida como um recurso relativamente recente das políticas públicas brasileiras (BELIK, 1992).

O próprio apoio à agricultura, como setor específico, também é recente, delineando-se no pós-guerra. Até então, vigorava apenas uma política fiscal e cambial destinada à proteção da produção do café, principal produto econômico do país, e cujo desempenho se atrelava à expansão da atividade industrial (BELIK, 1992).

Esse quadro, no entanto, começa a se alterar em decorrência da crise de 29, que ao afetar fortemente a economia cafeeira, impôs à agricultura uma nova atuação para que a mesma pudesse continuar a subsidiar o processo de substituição de importações (BELIK, 1992).

O primeiro marco dessa reorganização é a criação da já mencionada Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Craei) na década de 1930. Para Belik (1992) muito mais que uma ferramenta direta para o financiamento agrícola e agroindustrial, a Craei representou o surgimento de uma nova mentalidade de planejamento, que atendia aos anseios dos novos grupos de pressão do setor industrial.

Porém, é somente na década de 1960 que a variável agroindustrial é inserida no modelo de planejamento, representando uma “grande inovação” no âmbito da política agrícola. Assim, “o discurso agroindustrialista tem início no Plano Trienal do Governo Goulart e se toma claro mais adiante no PAEG - Plano de Ação Estratégica do Governo de Castelo Branco” (BELIK, 1992. p.66).

Nesse contexto histórico, a continuidade do processo de industrialização pesada passou a depender das transferências intersetoriais de recursos, visto que o deslocamento de recursos da agricultura para a indústria não era mais suficiente. Desse modo o desenvolvimento agroindustrial passa a ser visto como uma estratégia global de desenvolvimento e entra nos planos de governo para promover a inversão de recursos de porte (BELIK, 1992).

O Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG, implantado após o golpe de 1964, é um exemplo dessa proposta, pois, de acordo com Belik (1992, p.67), tinha por base geral no setor a visão de “uma agricultura orientada para a valorização do capital industrial”.

No caso específico do crédito rural e da política de preços mínimos, podemos observar no PAEG uma minuciosa discriminação de fontes e usos dos recursos, com vistas a promover a integração da agricultura com a agroindústria a montante e a jusante por meio dos novos mecanismos de financiamento implantados (BELIK, 1992. p.68).

Em termos de políticas públicas, são referências nesse período o ano de 1965, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural; do Fundo Geral para a Indústria e Agricultura-FUNAGRI; do ato normativo que impunha aos bancos a obrigatoriedade de investimento de 15% dos seus depósitos em crédito rural para não serem penalizados com a reversão desse recurso para o Banco Central na conta FUNAGRI (BELIK, 1992).

O FUNAGRI representa um momento único do desenvolvimento agroindustrial em que o Estado delineou um movimento mais amplo de crescimento setorial colado com o financiamento agropecuário (BELIK, 1992. p.74).

Também administrado pelo Banco Central, teve grande importância no desenvolvimento da agroindústria brasileira o Fundo de Financiamento à Exportação – FINEX, criado em 1966, mas cuja atuação foi mais marcante na década de 1980, devido à perda de importância do FUNAGRI após a segunda metade da década de 1970. O FINEX fornecia capital de giro e financiamento às empresas exportadoras por meio do adiantamento das receitas com vendas internacionais (BELIK, 1992).

Além desses mecanismos, merecem destaque os fundos criados após 1964, junto ao BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criado em 1952), como FIPEME-Financiamento às Pequenas e Médias Empresas, PAGRI-Programa Agroindústria, o PRONAGRI - Programa Nacional de Assistência à Agroindústria, destinados especificamente para o setor agroindustrial (BELIK, 1992).

Ressalta-se que, antes destes, já havia sido criado, no final de 1964, o FINAME-Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais, também com recursos administrados pelo BNDE (BELIK, 1992).

Posteriormente, em 1968, é lançado o PED - Programa Estratégico de Desenvolvimento para os anos de 1968 a 1970, cujos projetos no setor agrícola se orientam em termos de uma política de distribuição e abastecimento interno e, como princípio norteador, busca a readaptação da indústria visando o mercado externo.

Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento os gastos diretos do Governo Federal com o apoio a industrialização não seriam apenas aqueles previstos no orçamento, mas também outros destinados à projetos especiais, à CREAL, ao FNRR-Fundo Nacional de Refinanciamento Rural e ao FUNDEPE-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Pecuária. Além disto, o governo contava com a ação dos bancos oficiais para os repasses da FINAME-Máquinas e Equipamentos, FIPEME-Pequena e Média Empresa e o FUNAGRI, já mencionado. Especificamente, o Plano se referia a implementação de um programa de industrialização de produtos agropecuários, especialmente através do projeto de desenvolvimento do Banco do Brasil' (s.d:49) (BELIK, 1992. p.71).

No início dos anos 70, na gestão Médici, o programa Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-71) apresentou um projeto ambicioso, com o objetivo de tornar o Brasil um importante exportador de carne e outros produtos agrícolas ao mesmo tempo em que modernizaria o abastecimento interno. “O Programa Metas e Bases do Governo Medici foi, na realidade, comprimido entre dois outros: o PED e o I PND. Colocou, porém, a marca do Governo Médici na política agropecuária: ênfase na política de exportação” (BELIK, 1992, p. 73).

Pouco depois, o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento 1972-1974) reforçou a política iniciada anteriormente, destacando o papel da agricultura e da agroindústria para a ampliação do mercado externo.

Segundo Macarini (1984), anteriormente, a promoção às exportações estava presente no discurso oficial, mas era apenas uma peça subsidiária. Com o I PND, a "estratégia exportadora" passa a núcleo central de desenvolvimento, transformando o Brasil em uma potência agrário-exportadora (BELIK, 1992. p.74).

Por sua vez, o II PND (1975-79), do governo Geisel, é considerado o documento mais completo em termos de promoção da integração agricultura-indústria, estabelecendo “um aparato institucional de crédito, incentivos e núcleos, visados para o aperfeiçoamento do "pacote tecnológico agroindústria, com suas ramificações na fabricação de produtos de origem animal e vegetal” (BELIK, 1992, p. 75).

Entre os objetivos gerais do II PND destacam-se o incentivo à agricultura e agroindústria de exportação, bem como à meta de expansão dos complexos agroindustriais, envolvendo, sobretudo, os segmentos da cana-de-açúcar, a soja, as carnes e o cacau.

Assim se invertia, definitivamente, a lógica de desenvolvimento setorial, pois o setor urbano industrial passaria a comandar o desenvolvimento da agricultura (BELIK, 1992).

Portanto, é possível afirmar que, entre os anos 60 e 70, os programas e fundos estatais (principalmente o FUNAGRI - Fundo Geral para Agricultura e Indústria e seus diversos subfundos⁷⁶) foram responsáveis por alavancar a agroindústria processadora no Brasil, o que, juntamente com o crédito rural, tornou possível “o tripé do complexo agroindustrial, ligando a agricultura aos setores a montante e a jusante” (BELIK, 1992, p.86).

Ainda na década de 1960, ressalta-se o investimento estatal na política de Empréstimos do Governo Federal (EGF), dirigida às agroindústrias, que, segundo Belik (1992), favorecia esse setor em duas frentes, na compra de matérias-primas, cujos preços eram norteados pela política de preços mínimos, e também fornecendo capital de giro mais barato, uma vez que a taxa de juros praticada era inferior à taxa cobrada pelo mercado.

De acordo com Espíndola (1996), no período 1976-1983, os estados mais favorecidos pelo programa de EGF foram São Paulo e Santa Catarina⁷⁷, sendo o reflexo dessa política sentido posteriormente em termos de concentração setorial da indústria, visto que nesses estados se encontravam na década de 1990, a maior parte das indústrias de óleos, rações e carnes do Brasil.

No caso da avicultura, essa política foi importante para impulsionar as agroindústrias catarinenses, que até os dias de hoje são as mais importantes do segmento no país (Sadia/Perdigão/BRF, Aurora, Seara, entre outras).

Em termos de periodização e caracterização da política agroindustrial brasileira, Belik (1992) aponta ainda uma importante diferenciação.

⁷⁶ Para mais detalhes sobre os subfundos do PRONAGRI, ver Belik (1992), capítulo III.

⁷⁷ As agroindústrias encontraram um espaço favorável de expansão na região sul em função do modelo de colonização assentado em pequenos estabelecimentos rurais e emprego de mão-de-obra familiar, propícios para o fornecimento de matérias-primas como, por exemplo, a produção de aves e suínos.

Segundo o autor, na década de 1960, foram lançadas as bases de uma política agroindustrial geral, apoiada no SNCR e no FUNAGRI, modelo que vigorou com sucesso até a metade da década de 1970. A partir de então, houve uma reorientação da política, tendo em vista a redução de recursos do FUNAGRI.

Desse modo, a partir da segunda metade da década de 1970 começa a ocorrer uma fragmentação do FUNAGRI em subfundos, ao mesmo tempo em que surgem novos fundos e linhas de crédito, dentro e fora do Banco Central e do setor agroindustrial, evidenciando, segundo Belik (1992), o caráter corporativista das políticas públicas.

A partir da segunda metade dos anos 70 crescem as aplicações de fundos específicos como o Proálcool e PGPM dentro do FUNAGRI e do Fiset/ Reflorestamento ou mesmo o PROASAL, fora da administração do FUNAGRI. Adicionemos a isto o apoio maciço do BNDES ao setor de Celulose e Papel. (BELIK, 1992. p.142).

Logo, numa primeira fase, entre 1960 -1975, podemos falar da existência de uma política agroindustrial embasada num fundo geral e que depois, num segundo momento, a partir de 1975 e na década de 1980, se desdobrou em fundos específicos (BELIK, 1992).

Na década de 1980, em contexto de crise fiscal e retração da capacidade de financiamento estatal, o III PND (1980-1985) apresentava como prioridade os investimentos em energia e em atividades exportadoras. Nesse período, o setor agroindustrial, abrangendo as indústrias de alimentos, bebidas e fumo e a agropecuária, passou a receber maior apoio do BNDES, sobretudo o setor alcooleiro (GRIGOROVSK, 2001).

Na década seguinte, o BNDES consolidou sua atuação junto à agroindústria. Dessa forma, os anos 90 representaram o período mais significativo quanto aos desembolsos para o setor, cuja expansão está atrelada tanto ao aumento dos recursos destinados ao segmento agropecuário e às indústrias de alimentos e bebidas como ainda ao atendimento de diversas cadeias industriais por meio de programas específicos (GRIGOROVSK, 2001).

Portanto, na década de 1990, o BNDES aumentou expressivamente sua atuação e foi a principal fonte de financiamento dos setores agropecuário e agroindustrial brasileiro (GRIGOROVSKI et. al., 2001).

[...] os desembolsos do BNDES ao setor agroindustrial, além de crescentes durante quase todo o período 1990/99, concentraram-se na agropecuária. Com relação às indústrias de alimentos, bebidas e fumo, eles representaram, em conjunto, 48% do valor destinado ao setor agroindustrial, cabendo todo o restante ao setor agropecuário (GRIGOROVSKI et. al., 2001, p.161).

De acordo com o relatório de Grigorovski et. al. (2001, p.165): “O BNDES desembolsou R\$ 3,3 bilhões para a cadeia de carnes durante os anos 90, valor que representa 16% do total desembolsado para a agroindústria e dá a essa cadeia a condição de líder no recebimento de apoio nesse período”. Como a maior parte (68%) foi destinada ao processamento de carne e apenas 32% direcionado à produção primária, nota-se um direcionamento preferencial para a agroindústria.

O ramo de carnes, em que se enquadra a avicultura, conforme a TABELA 3, foi a cadeia⁷⁸ mais beneficiada pela política de financiamento.

TABELA 3 - DESEMBOLSOS E NÚMERO DE OPERAÇÕES DO BNDES PARA AS PRINCIPAIS CADEIAS – 1990/99.

CADEIA	DESEMBOLSO	PARTICIPAÇÃO %	NÚMERO DE OPERAÇÕES	PARTICIPAÇÃO %
Carnes	3.324	40,7	13.477	38,9
Grãos	1.627	19,9	8.591	24,8
Cana-de-açúcar	1.428	17,5	4.701	13,6
Frutas	758	9,3	3.785	10,9
Lácteos	346	4,2	2.350	6,8
Fumo	293	3,6	104	0,3
Cacau	215	2,6	354	1,0
Café	171	2,1	1.258	3,6
TOTAL	8.162	100,0	34.620	100,0

Fonte: GRIGOROVSKI et. al., (2001, p.165).

Dados básicos: BNDES; elaboração própria.

Obs.: Valores em R\$ milhões constantes corrigidos pelo IGP-DI de 31.12.99.

⁷⁸ Divide-se a cadeia de carnes em dois grupos. O primeiro representa a parte primária da cadeia e envolve a criação de animais, pesca e aquicultura. O segundo, por sua vez, engloba a esfera industrial (processamento), envolvendo o abate e a preparação de produtos à base de carne. O BNDES financia as atividades de ambos os grupos, na esfera primária inclui “a criação de bovinos e outros animais de grande porte, ovinos, suínos e aves, além da pesca e da aquicultura”, enquanto na esfera industrial envolve “o abate de reses, aves e pequenos animais e a preparação de subprodutos da carne, de banha, de embutidos e de pescado” (GRIGOROVSKI et. al., 2001, p.165).

Quando se considera o setor primário do segmento, verifica-se que o ramo da criação de aves foi o que concentrou a maior parte dos investimentos, conforme a TABELA 4.

TABELA 4 - DESEMBOLSOS DO BNDES PARA O SEGMENTO PRIMÁRIO DA CADEIA DE CARNES, SEGUNDO RAMO/GÊNERO – 1990/99.

RAMO/GÊNERO	R\$ MIL	%
Criação de bovinos	274.963	26,6
Criação de suínos	207.221	20,1
Criação de aves	388.731	37,6
Criação de outros animais	84.977	8,2
Pesca e Aquicultura	77.146	7,5
TOTAL	1.033.038	100,0

Fonte: GRIGOROVSKI et. al., (2001, p.166). Dados básicos: BNDES; elaboração própria.

Obs.: Valores em R\$ milhões constantes corrigidos pelo IGP-DI de 31.12.99.

E, por fim, quando se trata do segundo grupo da cadeia de carnes, na área de processamento (industrialização), a participação do abate de aves também foi significativa, conforme TABELA 5.

TABELA 5 - DESEMBOLSOS DO BNDES PARA A INDÚSTRIA DE CARNES, SEGUNDO RAMO/GÊNERO – 1990/99.

RAMO/GÊNERO	R\$ MIL	%
Abate de Bovinos e Suínos	1.462.181	66,2
Abate de aves	551.015	24,9
Preparação de Carne, Banha e Salsichas	123.689	5,6
Preparação e Preservação de Pescados	73.053	3,3
TOTAL	2.209.938	100,0

Fonte: GRIGOROVSKI et. al., (2001, p.167).

Dados básicos: BNDES; elaboração própria.

Obs.: Valores em R\$ milhões constantes corrigidos pelo IGP-DI de 31.12.99.

Além disso, Grigorovski et. al., (2001) aponta uma concentração desse desembolso (83%) a partir da segunda metade da década, o que pode ser explicado por dois fatores: o aumento do consumo per capita de proteína animal, principalmente entre 1994 e 1995, advindo do Plano Real e as mudanças operacionais do BNDES, implantadas a partir de 1996, as quais diminuiriam as limitações sobre o financiamento à criação de animais para abate e produção de leite.

Em termos setoriais, para fins desta pesquisa, é importante destacar também as políticas destinadas ao complexo da soja, que têm reflexos diretos no desenvolvimento do complexo avícola.

Segundo Belik (1992, p.157), “diversas modalidades de apoio governamental permitiram a consolidação do Complexo Soja no Brasil”, tais como gestão do câmbio, créditos e incentivos (incentivos à exportação, isenções de impostos, créditos e tecnologia e mesmo a PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos, criada em 1943, e que, por sua vez, também assegurava às agroindústrias a compra de matéria-prima a preços mais convenientes).

Portanto, as políticas públicas estabelecidas pelo governo federal fundamentaram a conexão entre a agricultura e a indústria. Esse processo ocorreu, a montante, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural, que financiou a modernização do setor primário (máquinas, equipamentos, sementes e insumos para a agricultura) e a jusante, para a ligação da agricultura com a agroindústria processadora, com o estabelecimento de políticas de apoio (fundos de financiamento à agroindústria, incentivos fiscais e incentivos à exportação e programas setoriais) a agroindustrialização, tanto para o setor de modo geral, quanto para segmentos específicos (BELIK, 1992).

Em relação à avicultura industrial, de acordo com Sorj, Pompermayer e Coradini (2008, p.59), o Estado brasileiro atuou como “fiador”, promovendo as condições econômicas da acumulação e garantindo o ordenamento político-institucional. “Ao recriar as condições socioeconômicas para a acumulação, o Estado cria também as condições para a associação ou a articulação com o capital externo e para o avanço no sentido de centralização e dinamização do moderno capital”.

Para Werner (2017) o governo teve importância crucial no desenvolvimento da cadeia avícola nacional por fornecer suporte monetário, assistência técnica e acordos de cooperação internacional com os Estados Unidos para qualificar a mão de obra interna. Dessa forma, sua atuação teria atendido os interesses tanto da burguesia agrária quanto da nova burguesia industrial e ainda do capital internacional.

Em termos de crédito rural, o complexo avícola se beneficiou em dois sentidos. Primeiro por estar ligado a uma produção agropecuária tecnificada (moderna), por sua vez, integrada também a uma indústria moderna e às políticas de exportação (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 2008).

E segundo, conforme os autores, pois mesmo no período de retração do crédito rural, principalmente na década de 1980, e sua reorientação buscando atender aos pequenos produtores, o setor continuou sendo favorecido. Isso ocorreu porque na Região Sul, berço da avicultura industrial moderna no Brasil, predomina esse

modelo produtivo, fruto do processo de colonização assentado em pequenos estabelecimentos rurais. Assim,

(...) em seu desenvolvimento, o complexo avícola contou com um lugar de destaque, tanto no crédito direto à produção agropecuária quanto nos financiamentos e estímulos à indústria processadora e às exportações. Por suas características de pequena produção, principalmente no Sul, a avicultura se beneficiou também das mudanças na orientação da política creditícia, cujo objetivo era facilitar o acesso de pequenos produtores, em condições de modernização, ao crédito agrícola (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 2008, p. 63).

Além desses mecanismos, é importante ressaltar a política de exportação, principalmente no período pós-1967. Embora complementar aos demais meios de intervenção estatal, esse recurso foi fundamental para a formação de mercados. Para a avicultura, merece destaque, particularmente, “a política de incentivo às exportações de produtos manufaturados ou beneficiados, juntamente com o apoio ao capital externo e ao equilíbrio do balanço de pagamentos” (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 2008, p.72).

E finalmente a atuação estatal nas áreas de pesquisa e assistência técnica, especialmente na década de 1970, quando, no bojo do processo de modernização agropecuária, houve a criação da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias) e o estímulo ao desenvolvimento de pesquisas destinadas ao melhoramento genético de aves⁷⁹.

Sobre esse item, Sorj, Pompermayer e Coradini (2008) salientam que a avicultura moderna, como um setor dirigido, econômica e tecnicamente, pelo grande capital e complementado pela atuação estatal, tende a alcançar expressivo progresso tecnológico e de produtividade do trabalho, visto a grande disponibilidade de recursos financeiros destinados a esse propósito. Essa característica do segmento, porém, conduziria à reorganização da produção e à resseleção dos produtores, um dos processos que serão analisados na próxima seção.

Ressalta-se que, para Buainain et al.(2007), a integração dos produtores às agroindústrias sempre foi seletiva, mas tal característica se acentuou com o aumento da competitividade internacional a partir da década de 1980. Fatores como escala

⁷⁹ Para mais informações sobre o progresso tecnológico na área de melhoramento genético de frangos de corte, consultar Espíndola (2012).

mínima de produção e determinado nível de capitalização, a partir de então impostos, limitam ou mesmo excluem os produtores familiares mais pobres do circuito de integração agroindustrial, sobretudo na área de grãos e na produção animal, como é o caso da avicultura.

Por fim, de acordo com Zen (2019, p.11), a avicultura é entendida como “uma das manifestações do movimento capitalista”, pois nesse segmento é possível encontrar elementos característicos do capitalismo contemporâneo, tais como “a participação do fundo público no desenvolvimento do setor, a reestruturação produtiva e o surgimento de novas formações sociais que atuam diretamente na produção, como os avicultores”.

Desse modo, a discussão a respeito da atuação estatal sobre a modernização e industrialização da agricultura, por meio de incentivos (fiscais e investimento em pesquisa), financiamento e criação de leis que culminaram com a formação dos complexos agroindustriais, é particularmente importante para a compreensão dos mecanismos que viabilizaram e impulsionaram o complexo avícola no Brasil.

3.3 MODERNIZAÇÃO E TENDÊNCIAS ATUAIS DA AVICULTURA BRASILEIRA: DIFERENCIAÇÃO PRODUTIVA, SISTEMA DE INTEGRAÇÃO, TECNIFICAÇÃO E CAPITALIZAÇÃO DOS PRODUTORES

Como apresentado anteriormente, foi na década de 1970 que se formaram os CAIs no Brasil, como resultado da integração intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura (D1), a agricultura moderna e a agroindústria, sendo os três segmentos favorecidos pela atuação estatal, que proporcionou “fundos para determinadas atividades agroindustriais, programas de apoio a certos produtos agrícolas, crédito para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos modernos, etc” (KAGEYAMA, 1990, APUD GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 163).

Foi nesse contexto, portanto, que ocorreu a implantação das indústrias processadoras de frango no país. A existência de uma política agroindustrial no Brasil, entre 1960 e 1970, como o Fundo Geral para a Indústria e Agricultura - Funagri (1965), que teve por objetivo promover a integração entre a agropecuária e a indústria processadora e agregar valor aos produtos agrícolas exportados, gerou alterações na estrutura produtiva da avicultura (BELIK, 2007).

Esse marco temporal corrobora a proposta de periodização de Espíndola (1996) para o desenvolvimento das agroindústrias processadoras no Brasil, segundo a qual esse processo pode ser dividido em cinco grandes fases.

Dentre esses períodos propostos, os mais significativos para a avicultura correspondem às fases três e quatro, em termos de financiamento estatal do setor por meio de políticas públicas e a quinta, em termos de mudanças qualitativas da produção visando sua adequação competitiva no mercado internacional, por sua vez, fruto do processo de abertura econômica brasileira.

1^a) fase manufatureira de instalação dos engenhos de açúcar; 2^a) entre o século XIX até a década de 30, quando da instalação de moinhos de trigo, indústrias de óleos vegetais, frigoríficos e usinas de açúcar; 3^a) meados da década de 40 até 1970, quando se estabeleceram frigoríficos no Brasil Central pecuário (Mamigonian, 1976), agroindústrias de suínos e aves no Sul e a entrada de grandes agroindústrias multinacionais (Anderson Clayton, Pepsi Co. etc.); 4^a) expansão das agroindústrias do sul do Brasil, via modernização tecnológica, diversificação produtiva (inserção nos setores de bovinos e soja) e centralização do capital que compreende o período de 1970 a 1990); 5^a) fase sobreposta à anterior em termos de período (se inicia no final da década de 70 e que vem até hoje), é marcada pela reestruturação agroindustrial devido à mudança dos hábitos alimentares e à emergência de um conjunto de tecnologia (microeletrônica, biotecnologia etc.) (ESPINDOLA, 1996, p. 14).

Desse modo, na década de 1970, em função da existência de crédito agrícola subsidiado, da instalação de frigoríficos e da articulação entre empresas nacionais e estrangeiras do segmento de linhagens, a agroindústria de frangos se estrutura no Brasil como um setor moderno (RIZZI, 1993).

Ressalta-se que o surgimento da avicultura industrial remonta a primeira metade do século XX, em países europeus e nos EUA, onde essa proteína passou a ser produzida e consumida em larga escala a partir da década de 30 e ganhou impulso com a escassez de carne vermelha durante a 2^a Guerra Mundial (QUEIRÓZ, et al., 2013).

A necessidade de destinar carne vermelha para os soldados em combate na Segunda Guerra Mundial tornou indispensável a produção de carnes alternativas, de preferência de pequenos animais, que estivessem prontas para o consumo num curto espaço de tempo. Os EUA e, no pós-Guerra, os países da Europa começaram a desenvolver pesquisas no sentido de obter novas linhagens, rações e alimentos que atendessem aos requerimentos nutricionais das aves, além de desenvolver medicamentos específicos para a avicultura (BORTOLIN, 2002, p. 5).

No continente americano, ainda na década de 1920 nos EUA, foi criada a American Poultry Association e se desenvolveram as primeiras pesquisas para a seleção genética de espécies. Na América do Sul, por sua vez, essa cadeia produtiva se estrutura na década de 1950 (ESPÍNDOLA, 2009).

Em termos de desenvolvimento da avicultura na América do Sul, Espíndola (2009, p.3) apresenta uma periodização em três fases, cujas principais características no território brasileiro são: 1ª fase (1940-1970) – momento marcado pela inserção de novas linhagens (Leghorn e New Hampshire) para substituir as raças rústicas, ocorrido em São Paulo e no Rio de Janeiro, sendo impulsionado por pesquisas de desenvolvimento genético realizadas nos seguintes centros “Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Centro Sul (IPEACS), na Granja Guanabara-RJ, na Escola Superior Luiz de Queiroz-SP e na Universidade de Viçosa-MG”.

Num segundo momento, de acordo com Espíndola (2009), 2ª fase (1970-1990), ocorre a instalação de novas plantas produtivas e tem início um movimento de centralização de capitais.

A década de 1970 é particularmente significativa para a avicultura brasileira, pois nesse período foram criados modernos frigoríficos de aves, sendo instalados 80 abatedouros de frango, distribuídos entre os estados brasileiros, segundo dados de Rizzi (1993), da seguinte forma: São Paulo, 32; Rio Grande do Sul, 13; Santa Catarina, 9; Paraná, 8; Minas Gerais, 4; Espírito Santo, 3; Pernambuco, 3; Rio de Janeiro, 2 e Distrito Federal, Bahia, Ceará, Pará, Maranhão e Amazonas com 1 abatedouro cada. Na década de 1980, por sua vez, foram criados 32 novos abatedouros, 13 em São Paulo, 8 em Minas Gerais, 6 no Paraná, 3 em Santa Catarina e 2 no Rio Grande do Sul (RIZZI, 1993).

Assim a avicultura vai se consolidando como o principal segmento da indústria de carnes no Brasil.

Em termos de centralização de capitais, Espíndola (2009, p.4-5) destaca as seguintes compras da agroindústria “Grupo Ceval-Hering (Frl de Jaraguá do Sul-SC, Safrita de Itapiranga-SC, Seara de Seara-SC, Contribrasil de Jacarezinho-PR) e do Grupo Perdigão (Borela-RS, Ideal e Sueli Avícola de São Paulo-SP)”.

E a última etapa, 3ª fase (pós 1990), é marcada pelo processo de abertura da economia latino-americana, que forçou as agroindústrias do setor a redefinirem suas estratégias competitivas, com destaque para a reestruturação produtiva, abrangendo processo e produtos (ESPÍNDOLA, 2009).

De acordo com Espíndola (1996, p.193), nos anos 70 tem início um significativo processo de reestruturação agroindustrial, que será caracterizado pelos seguintes aspectos: “concentração e centralização do capital, emergência de um novo padrão tecnológico - microeletrônica, automatização e biotecnologia - um denso comércio internacional de grãos” e ainda a busca por diversificação e a industrialização, tanto de produtos vegetais quanto animais, pelas indústrias de alimentos.

Nessa etapa as empresas agroalimentares identificaram que o meio mais eficaz para aumentar a lucratividade seria a expansão da sua participação no mercado internacional. No entanto, como aspecto negativo dessas mudanças, Espíndola (1996) aponta a concentração da produção e do comércio em alguns países e empresas, dentre os quais se destaca o próprio Brasil.

No caso brasileiro, sobretudo na produção de grãos e proteína animal, essa tendência apontada pelo autor pode ser confirmada pela expansão produtiva das últimas décadas.

Nesta pesquisa, especificamente, o foco da análise é a produção de carne de frango. Conforme estudo de Espíndola (1996), entre os anos 1970 e 1990 houve um expressivo aumento da participação da carne de frango no total de carne produzida no país, passando de 7,95% em 1970, para 42,98% em 1993.

Segundo Espíndola (1996) o aumento da produção de aves acompanhou o aumento da produção de soja e ambos se justificam por dois fatores: a crise econômica e a mudança nos hábitos alimentares. O primeiro fator é explicado pelo menor preço do frango em relação a outras fontes de proteína animal e o segundo relaciona-se aos baixos teores de gordura dos produtos derivados da soja e da ave.

O crescimento da produção brasileira de aves foi superior ao da produção mundial e dos demais países produtores. Tendo como base os anos de 1974 a 1993, a produção mundial cresceu 90%, a norte-americana 91%, a francesa 92% e a do Brasil 565%; portanto, crescimentos fortemente desiguais. O Brasil em 1993 representou 7,82% da produção mundial (40,5 milhões de t), contra 30,67% dos EUA, 18,67% da CEE e 12,59% da China (ESPÍNDOLA, 1996, p.195).

Além da produção, as taxas de exportação do frango brasileiro cresceram significativamente nesse período (1975-1992), segundo Espíndola (1996), de 703 mil para 23.600 mil toneladas, o que representou cerca de 335% de aumento e ainda

superando EUA e França nas taxas de crescimento anual (Brasil, 31,71%; EUA, 13,97% e França com 11,15%).

Para Espíndola (1996, p.215) essa expansão expressiva das exportações de carne de frango se deve “à política agressiva de modernização do parque fabril, melhoramento qualitativo das aves (melhoria genética), um intenso sistema de publicidade”, associados aos mecanismos de incentivo estatal (federal) e ainda “aos baixos custos reprodutivos dos plantéis”.

Nas seções seguintes serão expostos dados mais recentes da produção e exportação de frango de corte no Brasil.

Como em toda a dinâmica agropecuária, no setor avícola o Estado brasileiro também teve participação decisiva, estimulando o desenvolvimento da avicultura industrial com várias medidas

[...] regulamentação da importação de pintinhos avozeiros, seja por financiamento, pela pesquisa através de instituições de pesquisa e universidades, políticas públicas beneficiando o setor, utilização do frango como garoto propaganda do plano real e participação atual no financiamento de novas unidades produtivas de frangos de corte no Centro-Oeste. (FRANÇA; FERNANDES FILHO, 2003, p. 3).

Corroborando as políticas apontadas por França e Fernandes Filho (2003), podemos citar, especificamente, algumas medidas tomadas pelo governo federal na década de 1970, como o financiamento do programa de melhoramento genético de aves no Brasil, no início da década, e a partir de 1975 o projeto de formação de plantéis próprios de aves a partir da importação de avós (ESPÍNDOLA, 1996).

Assim, Brasília financiou projetos nas universidades de Viçosa (MG), Santa Maria (RS), São Carlos e Esalq-SP bem como órgãos federais (Embrapa). Em 1985, o governo federal adquiriu a Granja Guanabara e repassou-a à Embrapa, visando reforçar as pesquisas genéticas do Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves, criado em 1975, com sede em Concórdia (SC). (ESPÍNDOLA, 1996, p. 132).

As tecnologias da Terceira Revolução Industrial impactaram as agroindústrias de carne e trouxeram inovações em diversos campos, desde as pesquisas de melhoramento genético (seleção de linhagens) até as técnicas e equipamentos usados na criação dos animais, no processamento da proteína, e até mesmo nas embalagens para os produtos finais, configurando assim um novo padrão técnico-produtivo no setor (ESPÍNDOLA, 1996).

A partir da década de 1980, a nova estrutura produtiva advinda da modernização, as mudanças na política econômica, o processo de abertura e de maior integração no mercado internacional, demandaram estratégias para a redução de custos e para o aumento da produtividade. Ocorreu, dessa forma, uma mudança na demanda de produção, na qual o enfoque quantitativo (produção barata de alimentos) perdeu espaço para o viés qualitativo (valorização de capitais) e uma aproximação entre o processo decisório agrícola e industrial, acarretando na extinção do corte analítico agricultura/indústria (CANEVER, et al., 1998).

Assim, a inserção no mercado internacional e o aumento da competitividade demandaram novas estratégias comerciais, com destaque para a diferenciação de produtos.

De acordo com Rizzi (1993), a inovação e a diferenciação são elementos centrais na dinâmica da concorrência capitalista da indústria de alimentos, e têm por objetivo o atendimento de novos mercados ou de novas demandas (redução do tempo de preparo de alimentos, novos equipamentos, como micro-ondas, necessidade nutricional e dietética especial, por exemplo).

Nesse contexto, a diferenciação de produtos tornou-se uma importante estratégia, tanto interna como no mercado internacional.

Em seu estudo sobre o Grupo Sadia, Espíndola (1996) mostra que essa estratégia de diferenciação produtiva teve início, no Brasil, na década de 1980. No caso específico do frango, destacam-se os cortes especiais e os subprodutos, fruto do processo de industrialização da carne.

A partir dos anos 80, a Sadia ampliou as possibilidades de diferenciação de seus produtos graças a novos equipamentos, materiais de embalagens, técnicas de abate e de embutimento, técnicas de conservação, novos compostos químicos que agem sobre a elaboração e conservação dos produtos e as alterações nos hábitos de consumo orientados por novos padrões de saúde e nutrição. O novo mix de produtos lançados nos mercados interno e externo pelo Grupo Sadia caracteriza-se como alimentos com alto grau de elaboração e, conseqüentemente, maior valor agregado. Dentre eles podem ser citados: cortes especiais em frango (tulipa, drumete), aves defumadas, congeladas, patê de frango, salsicha de frango, salsicha de peru, hambúrguer de peru, presunto de peru, produtos empanados e semifritos de coxa, sobrecoxa, peito e asa, patê de fígado, de presunto, novos embutidos (mortadelas, fiambres, queijo de porco), linha light de embutidos, enlatados, pratos prontos, margarinas, macarrão etc. (ESPÍNDOLA, 1996, p. 186).

Além desses, segundo Belusso e Hespanhol (2010), são exemplos mais recentes dessa estratégia produtiva, no âmbito da avicultura brasileira, o lançamento

do “frango caipira” e a criação e abate de frangos seguindo os preceitos do Alcorão para atender ao mercado muçulmano⁸⁰.

Mais recentemente podemos falar ainda do frango orgânico, que busca valorizar o modelo que não utiliza hormônios para estimular o crescimento animal.

A forte concorrência internacional obrigou as empresas brasileiras, especialmente as do oeste catarinense, a executarem mudanças no processo produtivo, a fim de buscarem os mercados de corte especiais no Extremo Oriente. De um total de 32 mil toneladas exportadas em 1984, o número subiu para 118 mil em 1991, isto é, um crescimento de 267% (ESPÍNDOLA, 1996, p. 216).

O Oriente Médio, com grande demanda muçulmana, sempre foi um mercado fundamental, representando os principais compradores do frango brasileiro. “Em 1980, por ordem de volume adquirido, o Kuwait, Iraque, Emirados da Arábia, Iêmen, Argentina, Omã, Líbano, Catar, Paraguai, Bahrain, Jordânia, EUA, Chile e Espanha formavam a quase-totalidade dos compradores” (SORJ et al., 2008, p.21).

Mesmo com a expansão do mercado asiático, sobretudo chinês, nas últimas décadas, esse grupo de países continua sendo de grande importância para as exportações brasileiras de frango.

Do total das exportações brasileiras em 2021, 29,78% foram para o Oriente Médio, o que representa o segundo maior mercado do frango brasileiro, atrás apenas do restante da Ásia, que corresponde a 36,76% das vendas (ABPA, 2022).

Sobre a exportação brasileira de frangos, iniciada na década de 1970, Sorj et al. (2008) propõe que a mesma deve ser entendida como um novo tipo de exportação, que, diferentemente do modelo tradicional, que estava baseado no uso intensivo da terra e da força de trabalho, se assenta em “um moderno complexo agroindustrial crescentemente interiorizado, e como centro impulsionador central o próprio mercado interno”.

⁸⁰ Esse modelo é chamado de halal, que em árabe significa “limpo”, “autorizado”, ou seja, que segue os princípios da religião islâmica, o que inclui o bem-estar animal durante a criação e procedimentos específicos para o abate nos frigoríficos, como ser uma morte rápida (corte único com faca) efetuado por um muçulmano que deve ainda invocar o nome de *Allah* (oração) antes do procedimento, a face do animal deve estar voltada para Meca e deve ocorrer a extração total do sangue da carcaça (AVISITE, 2019).

Além do lançamento de novos produtos, outra estratégia adotada pelas agroindústrias para aumentar sua competitividade é a aquisição de empresas menores e a fusão (BELUSSO e HESPANHOL, 2010).

No caso brasileiro, são exemplos dessa estratégia a fusão da Sadia e Perdigão, em 2009, dando origem a Brasil Foods (BRF)⁸¹ e as aquisições da JBS, que incorporou a Pilgrim's Pride, segunda maior produtora de frangos dos EUA em 2009 e a Seara em 2013.

No Brasil, o setor de abate e processamento de carne de frango é formado por empresas privadas nacionais e estrangeiras e também por cooperativas, dentre as quais destacam-se, respectivamente BRF, Marfrig, JBS, Big Frango, Diplomata e Globoaves entre as nacionais, a francesa Doux e a americana Tyson entre as estrangeiras e as cooperativas Aurora, Copacol, C. Vale e Coopavel (WERNER, 2017).

De acordo com Costa e Garcia (2015), esse mercado tem se tornado mais condensado e ágil em função das fusões ou incorporações, prova disso são os percentuais de participação das empresas na produção nacional. Enquanto em 2000 a Sadia e a Perdigão detinham respectivamente 11,8% e 9%, em 2010 a BRF representou 32,3% do mercado. Por sua vez, a parcela de participação das demais empresas (excluídas as participações das 13 principais empresas nos respectivos anos) caiu de 64 % para 33,1% no mesmo período, evidenciando uma tendência de concentração.

O processo de reestruturação da cadeia produtiva de frangos, por meio de associações e fusões, ocorridos no Brasil a partir de 1990, segue o padrão apresentado também pelos países desenvolvidos, embora, no caso desses, o processo de reestruturação da indústria de alimentos tenha sido iniciado ainda na década de 1970 (BELIK, 2007).

Quanto à forma de integração do produtor agrícola à agroindústria processadora, Graziano da Silva (1998) aponta que ela pode ocorrer de duas maneiras: 1. Por meio da integração vertical – quando a indústria produz e controla

⁸¹ Em 2018, segundo dados levantados por Sakomura (2019), a BRF foi a terceira maior produtora de frangos do mundo (1724 milhões de toneladas) atrás apenas da também brasileira JBS S.A. (primeira do ranking, com 3500 de toneladas) e da estadunidense Tyson Foods Inc (1844,300 milhões de toneladas).

sua própria matéria-prima. 2. Pela contratação de produtores que fornecem a matéria-prima.

No segundo caso, Graziano da Silva (1998) ressalta que há uma tendência de seleção, num primeiro momento, de pequenos e médios produtores familiares, visto que a indústria se favorece por não precisar adiantar capital próprio e por tais produtores não terem força para exercer pressão quanto aos preços, prazos de pagamento e sistemas de classificação. Num segundo momento, porém, quando essas vantagens iniciais são superadas e há um fluxo regular de matéria-prima, pode haver uma seleção de produtores mais eficientes, ou seja, daqueles com maior poder de resposta para a implantação de inovações tecnológicas, tendência que pode ser verificada na avicultura atual.

Para Canever (1998), o elevado nível de organização do complexo agroindustrial avícola o diferencia no cenário produtivo brasileiro. Tal atividade se organiza tanto por meio da integração vertical quanto horizontal, e os frigoríficos exercem papel central na estrutura por organizarem as relações desde a produção de insumos até a distribuição final dos produtos.

Implantado na década de 1960, estima-se que cerca de 90% dos avicultores brasileiros trabalhem sob o modelo de integração com a agroindústria (frigorífico) (ABPA, 2014, apud ZALUSKI; MARQUES, 2015).

Na literatura econômica os conceitos de quase-integração ou integração mediante contratos são adotados para tratar das relações entre diversos setores produtivos organizados a partir de uma base contratual, cuja finalidade consiste em “coordenar as atividades das empresas que operam nos vários segmentos da cadeia de produção, transformação e distribuição dos bens, sob a direção de um polo integrador” (JANNARELLI, 1981 apud PAIVA, 2010, p.24).

De acordo com Paiva (2010), a integração pode ser classificada em horizontal, vertical e conglomerada. A integração horizontal ocorre quando a relação de cooperação acontece entre agentes de um mesmo setor do processo produtivo. A integração vertical, por sua vez, se estabelece quando a relação de cooperação envolve agentes de setores distintos da cadeia produtiva. E, por fim, quando estão presentes, tanto a integração horizontal quanto a integração vertical, ocorre a chamada integração conglomerada.

Como exemplos das diferentes formas de integração, Martins (2015) aponta as cooperativas de produtores rurais como forma de integração horizontal e os contratos de parceria de venda da produção com a indústria de integração vertical.

Considerando ainda uma subdivisão da integração vertical, Paiva (2010) fala em integração vertical total, quando há unidade de gestão e integração parcial ou contratual, onde se define por meio de contratos as responsabilidades (obrigações recíprocas) de cada um dos agentes.

No caso da avicultura brasileira, o modelo produtivo predominante é o sistema de integração vertical contratual, porém existe também o sistema cooperativo e o sistema independente. Segundo Martins (2015, p.56): “No caso da avicultura nacional, a integração contratual em 2008 concentrava 85% da produção avícola e atualmente responde por 93% dessa produção”.

Nessa estrutura produtiva (integração vertical), no entanto, os produtores rurais (avicultores), representam o elo mais fraco da cadeia produtiva, visto que são esses os atores mais expostos aos riscos, tantos os de natureza biológica e ambiental quanto os de base econômica, apresentando, ainda, pouco poder de negociação frente aos frigoríficos, em função das regras estabelecidas em contratos (CANEVER, 1998).

Segundo Espíndola (1996, p.121), o sistema de integração está associado ao projeto de modernização agropecuária do Brasil, e seus objetivos, “aumento da produção, da produtividade agrícola, novas relações de produção, dissolução da estrutura produtiva rural auto-suficiente, mediante a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos”, representariam a expansão da composição orgânica do capital.

Esse modelo produtivo emerge em meio a demanda constante e abundante de matéria-prima pelos frigoríficos da região sul, seguindo o exemplo da Europa e dos EUA, onde as agroindústrias já haviam firmado tal parceria com a produção familiar (ESPÍNDOLA, 1996).

O Grupo Sadia foi responsável pela introdução do sistema de integração no Brasil. As primeiras experiências remetem a década de 1950 com um projeto envolvendo suinocultores de Santa Catarina. “Em 1951, Attilio Fontana procurou, através da instalação da Fazenda Santa Luzia, em Concórdia, conquistar pequenos produtores capazes de desenvolverem a criação de suínos” (ESPÍNDOLA, 1996, p. 119).

Contando com amplo apoio do poder público, do governo estadual de Santa Catarina “(Secretaria da Agricultura, Acaresc, Empasc e Cepa)” e das prefeituras, na década seguinte, o projeto foi estendido para a criação de aves, alcançando a partir de então, as demais agroindústrias e regiões do país (ESPÍNDOLA, 1996, p.120).

Na verdade, a experiência com suínos, desenvolvida pelo Grupo Sadia em 1951, estendeu-se para o setor de aves no início da década de 60, quando Attilio Fontana, após visita aos EUA, resolveu implantar o sistema no oeste catarinense através de um estoque de pintos de um dia vindos daquele país (ESPÍNDOLA, 1996, p. 119-120).

Podemos afirmar que a implantação do sistema de integração impulsionou significativamente o desenvolvimento das agroindústrias, pois, de acordo com Espíndola (1996), esse modelo passou a fornecer matérias-primas de modo regular, uniforme e a preços relativamente baixos para a indústria processadora.

No entanto, é preciso considerar que, do ponto de vista social, a integração significa uma ruptura, uma nova diferenciação entre as categorias sociais do campo. Para Belato (1985, p.379) a integração representa a “forma plena e total de articulação da agricultura ao capital” e que neste contexto, o campesinato desaparece. “É aqui que o camponês deixa de ser camponês em sua dimensão histórica para se tornar um integrado, um trabalhador, totalmente novo, criação do capital e para o capital”⁸².

De acordo com Zen et.al., (2014, p.1), o sistema de integração na avicultura brasileira foi responsável pelo desenvolvimento do setor, trazendo importantes avanços, sobretudo em relação “à biossegurança, sanidade, qualidade dos animais e da carne de frango” e ainda organizando a atividade ao estabelecer padrões de manejo e fornecer assistência técnica aos avicultores (ZEN et al., 2014, p.1).

Nesse novo modelo, o avicultor integrado passou a contar com o apoio da indústria no que se refere ao fornecimento dos principais insumos da

⁸² Belato (1985, p.380) não visualizava a extinção da categoria, mas o surgimento de um novo campesinato, que faria enfrentamento ao novo inimigo, representado agora pelas empresas ou conglomerados industriais. “Esse novo campesinato, é lícito concluir, poderá aprender a importante lição de enfrentar, de sua trincheira, o capital monopolista nacional e internacional. É seguramente por essa via que ele pode lançar uma ponte de união de suas lutas com as dos operários urbanos”. Essa tese é justamente oposta a visão que permeia este trabalho, cuja intenção central é evidenciar as transformações na avicultura familiar que a integra cada vez mais ao modelo empresarial e industrial de produção no campo. Ademais, a previsão de Belato (1985) não se cumpriu, ao contrário, o que se tem observado no caso da integração na avicultura é uma articulação dos pequenos proprietários ao agronegócio, conforme aponta a pesquisa de Moreira (2020).

atividade, como ração e medicamentos, além de assistência técnica e reposição de lotes (pintainhos). A produção é, então, repassada à indústria, que garante a remuneração ao avicultor (ZEN et al., 2014, p. 1).

No modelo de integração se estabelece um contrato entre a agroindústria e o produtor, onde a empresa é a responsável pelo fornecimento dos insumos (pintinhos, ração, medicamentos...), pela assistência técnica e pela compra da produção, por sua vez, o produtor deve seguir os padrões de produção estabelecidos pela agroindústria, o que inclui tanto as técnicas de manejo quanto o emprego de determinados equipamentos.

Embora se encontre numa relação de subordinação, os contratos de integração garantem estabilidade de renda ao avicultor. No entanto, a falta de recursos para os investimentos iniciais (construção do barracão, compra de equipamentos modernos exigidos pela agroindústria) é o principal entrave para a entrada dos produtores no sistema (LIMA, 2004).

Como principal desvantagem desse modelo, Lima (2004, p. 36) aponta a “centralização do poder de decisão pela indústria, uma vez que o produtor é um mero executor das decisões que lhe são impostas”.

Para os teóricos do Agribusiness, segundo Belato (1985), a integração refere-se ao processo de concentração industrial que ocorre a montante e a jusante da produção agropecuária, sendo que, a forma e o grau de subordinação do setor primário à indústria, condiciona, por sua vez, a forma e o grau da própria integração.

No entanto, verifica-se que a correlação entre o conceito de integração a esse grau de concentração e subordinação, implica em uma ambiguidade. Essa, por seu turno, resulta do fato de que, embora o termo integração tenha o sentido de união entre duas ou mais partes, o conceito não consegue abarcar a natureza dessa junção, permitindo desse modo, a negação das formas de integração anteriores, como o da agricultura camponesa (BELATO, 1985).

Assim, a adoção da expressão integração, no bojo das relações entre produtor e agroindústria, representa uma contradição, na medida em que a modernização da agricultura, que possibilitou o avanço do capitalismo no espaço agrário, promoveu na verdade uma desintegração da produção camponesa que já era uma agricultura integrada (autossuficiente) (BELATO, 1985).

De acordo com este raciocínio, a integração atual (agro-indústria) teria se estruturado a partir da desintegração da produção primária tradicional, e nessa nova

forma de integração, a produção agrícola perdeu autonomia, passando a ser diretamente influenciada pelas demandas e prescrições da indústria.

A partir destes pressupostos, para Werner (2017, p. 42), “o Capital desintegrou para integrar”.

O Capital, ao avançar sobre o espaço agrário via Revolução Verde, acabou desintegrando as funções outrora concentradas na unidade agrária. Promove-se por tal meio uma acentuada divisão do trabalho. A partir desta divisão, cabe à agricultura a função de produzir matéria-prima, mas não segundo a forma que lhe era específica. A partir da transformação ela deve produzir matéria-prima segundo os moldes exigidos pelo mercado, o que por sua vez, significa elevar os índices de produtividade. Para tanto, é preciso adotar equipamentos específicos e produzir sob a orientação do capital que lhe compra a matéria-prima (WERNER, 2017, p. 43).

Ainda que receba muitas críticas, de um modo geral, o sistema de integração apresenta vantagens tanto para a agroindústria quanto para o produtor, embora as vantagens para a empresa sejam mais significativas, o que é compatível com o poder desse agente na relação produtiva.

Entre as diversas vantagens enumeradas nas pesquisas consultadas, o quadro abaixo (QUADRO 1) visa destacar as mais relevantes para fins deste trabalho.

QUADRO 1 - PRINCIPAIS VANTAGENS DO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO VERTICAL NA AVICULTURA.

AGENTE DA CADEIA AVÍCOLA	VANTAGENS DO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO VERTICAL
AGROINDÚSTRIA	<ul style="list-style-type: none"> - Redução do montante financeiro (capital de investimento) aplicado com a terceirização da produção. - Pulverização dos riscos e diminuição de encargos sociais, (principalmente trabalhistas). - Menor custo e padronização da matéria-prima. - Ganhos financeiros nas vendas de insumos.
AVICULTOR	<ul style="list-style-type: none"> - Menor desembolso financeiro durante a fase de produção. - Assistência técnica especializada. - Segurança financeira, com a venda garantida da produção. - Maior facilidade para obtenção de crédito bancário. - Possibilidade de uso de mão-de-obra familiar.

Fonte: Adaptado de Costa (2011) e de Araújo (2007) apud Watanabe (2016).

Portanto, o sistema de integração é um dos elementos que, juntamente com o desenvolvimento técnico-científico, alavancaram a avicultura brasileira nas últimas décadas.

A evolução tecnológica levou ao surgimento de novos equipamentos para os aviários, bebedouros/comedouros automáticos e sistema de climatização, por exemplo, aumentando o investimento necessário à atividade e, por sua vez, selecionando os produtores. Assim, tendem a permanecer na atividade apenas os avicultores mais capitalizados, ou seja, aqueles que conseguirem investir na modernização da produção (CANEVER, 1998).

O novo padrão tecnológico empregado na produção, como por exemplo, a climatização dos galpões, exerce influência decisiva no setor, levando ao surgimento dos “aviários gigantes” e, por conta do elevado custo de investimento, tende a excluir as pequenas propriedades do sistema de integração. Estas ficam em dificuldade pela falta de recursos financeiros e de espaço físico, fatores de seletividade dos produtores (BELUSSO; HESPANHOL, 2010).

Assim, a adoção de novas tecnologias na criação de frangos tem o papel de reduzir custos de produção e aumentar a produtividade via aumento da densidade de aves por aviário. No entanto, como consequência, demanda um número cada vez menor de criadores para atender ao mercado, mas que, por sua vez, irão requerer um volume cada vez maior de recursos para permanecerem no ramo. Essa característica poderá inviabilizar a permanência dos produtores ou desestimular novos investimentos (CANEVER, et al., 1998).

Portanto, é possível falar na mudança de perfil do produtor integrado na avicultura brasileira. Enquanto o modelo implantado a partir da década de 1960 estava baseado na integração de pequenos produtores familiares e com intensivo uso de tecnologias modernas, nos últimos anos, as pressões internacionais pela produtividade e competitividade levaram a formação de um novo perfil, de médios e grandes produtores com as seguintes características

Alto nível de automação dos aviários; alto volume de aves confinadas por produtor; redução significativa do número de produtores integrados para cada planta industrial; produtores integrados de porte médio ou grande decorrente da necessidade de que os integrados tenham maior capacidade de alavancagem financeira devido aos altos custos para implantação dos novos aviários; produtores melhor informados sobre o mercado; produtores que buscam melhores opções de investimento e não simplesmente uma nova fonte de renda; uso predominantemente de mão-de-obra assalariada nos

aviários; reespecialização das agroindústrias integradoras para locais onde exista maior número de produtores que atendam o perfil desejado; áreas onde haja oferta abundante de matérias-primas como milho e soja (FERNANDES FILHO; QUEIRÓZ, 2002, p.5).

Nesse novo modelo se destacaria o processo de “homogeneização das características dos integrados em relação a uma planta industrial, principalmente em relação ao uso de tecnologias que privilegiem a automação” (FERNANDES FILHO e QUEIRÓZ, 2002, p.5).

Ressalta-se que a mudança no perfil dos produtores integrados acompanha as transformações da própria agroindústria, como a realocização e modernização de suas plantas industriais, que nos casos dos frigoríficos e das fábricas de óleos vegetais, foi subsidiada por política pública, com especial destaque aos financiamentos, a baixas taxas de juros, obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a partir de 1990, que por sua vez, operava por meio de repasses de recursos obtidos no exterior (BELIK, 2007).

Com base nas considerações de Fernandes Filho e Queiróz (2002), França (2006), por meio de estudo comparativo entre as estruturas tradicionais de produção de frangos de corte no município de Videira (SC) e a estrutura construída no município de Rio Verde (GO) - Projeto Buriti⁸³ demonstrou a presença desses dois perfis de produtores integrados no país.

O primeiro, modelo tradicional implantado no início da modernização da produção de frangos no país (década de 1960), sobretudo na Região Sul, é chamado de integração da produção familiar e corresponde ao padrão verificado entre os produtores de Santa Catarina (Videira), sendo caracterizado por pequenos produtores, uso de mão-de-obra familiar e uma grande gama de pequenos avicultores para o atendimento de uma planta agroindustrial (FRANÇA, 2006).

Já o segundo modelo de produção, que tem se fortalecido principalmente a partir dos anos 2000, corresponde a uma integração homogênea de escala, ou seja, um modelo de integração baseado em médios e grandes produtores, com predomínio

⁸³ Unidade de produção agroindustrial implantada pela Perdigão a partir de 1998 e com início das atividades em 2000. Contou com subsídios (incentivos, financiamentos e concessões) das três esferas estatais, federal (principalmente de recursos do BNDES), estadual e municipal e se configura como exemplo do novo modelo produtivo da avicultura brasileira. Mais detalhes sobre o projeto e a participação estatal no fomento a atividade, consultar França (2006).

de trabalho assalariado, uso intensivo de tecnologias poupadoras de mão-de-obra e maior capacidade produtiva (alojamento de aves por galpão e maior número de galpões por propriedade) e financeira (produtores mais capitalizados, com maiores extensões de terra e maior capacidade de alavancar recursos para investimentos). Nesse novo padrão, cada planta agroindustrial demandaria um número menor de produtores integrados (FRANÇA, 2006).

Trata-se do perfil encontrado em Rio Verde (GO) e tende a ser uma nova tendência dessa cadeia produtiva, por isso mesmo chamado por França (2006) de novo modelo de produção de frangos de corte.

No entanto, ressalta-se que muitas das características deste novo modelo, principalmente em relação às inovações tecnológicas, como automação da alimentação, uso de equipamentos de climatização e módulos de confinamento maiores, já estão presentes também no modelo tradicional. Desse modo o que de fato difere os modelos é a “heterogeneidade da base técnica no modelo tradicional e na homogeneidade destas tecnologias no novo modelo de produção” (FRANÇA, 2006, p. 58).

[...] as principais diferenças entre estes dois modelos referem-se ao tipo de produtor integrado; número de produtores integrados por estabelecimento agroindustrial e, portanto, número de contratos; número de aves confinadas por produtor; nível de automação dos aviários; uso de mão-de-obra assalariada; e exigências mínimas de aporte de capital para se tornar integrado (FERNANDES FILHO; QUEIRÓZ (2001) apud FRANÇA, 2006, p. 58).

Cabe, porém, considerar que, independente do perfil do integrado, pequeno, médio ou grande, a estrutura de funcionamento do sistema de integração (avicultor-agroindústria) não se alterou.

As obrigações da agroindústria continuam sendo o fornecimento da ave de um dia, da ração e a prestação de assistência técnica. Ao produtor cabe a construção dos aviários, que devem ser devidamente equipados seguindo as recomendações da integradora, a engorda e entrega das aves no prazo e peso estipulados. E, por fim, o pagamento, que é realizado de acordo com os indicadores técnicos alcançados e previamente definidos em contrato (FRANÇA, 2006).

Além de reduzir a demanda e o custo com mão-de-obra, é importante salientar que a tecnificação da produção também impõe um novo perfil para o

trabalhador ligado diretamente ao manejo das aves, ou seja, exige maior qualificação, visto que o mesmo deverá ser capaz de operar equipamentos modernos.

Outra tendência do setor, apontada por Espíndola (2009), é a produção da própria matéria-prima pela agroindústria, diminuindo a produção via integração e investindo na produção própria de aves por meio do trabalho assalariado. Essa reorganização ocorre em decorrência do elevado custo (necessidade de expressivo capital de giro) que a empresa tem para manter a integração e ainda devido às transformações no processo produtivo mundial de aves, as quais diante da necessidade de promover avanços qualitativos do produto, viabiliza-se em aviários com maior capacidade produtiva, entre 25.000 e 100.000 animais. Com menos espaço físico e limitação financeira, os pequenos produtores integrados tendem a perder espaço, enquanto avança o assalariamento.

Por último, de acordo com Espíndola (2009), a dispersão dos investimentos para o Centro-Oeste criou as bases para o surgimento de um novo perfil para o avicultor.

Apresentando esse mesmo padrão, existe ainda o sistema de “condomínios de granjas”, nova estratégia produtiva que atende ao requisito da produção em escala do processo de modernização, porém, separa definitivamente a produção de frangos da dinâmica da agricultura familiar, visto que a mão-de-obra assalariada e qualificada pode ter origem tanto rural quanto urbana.

Os lucros, por sua vez, ficam com o proprietário ou grupo de proprietários do condomínio, que não precisam ser, necessariamente, produtores rurais. Podem ser empresários urbanos, comerciantes, profissionais liberais, que possuem capital para o investimento no setor ou apenas condições (garantias patrimoniais) para alavancarem empréstimos junto ao sistema bancário.

Portanto, além de uma tendência para a mudança de perfil dos avicultores integrados, onde permaneceriam apenas os maiores e mais capitalizados produtores, há indicativos de que o modelo de integração possa estar atingindo o seu esgotamento e que novas formas de produção ganhem mais espaço na matriz produtiva brasileira de frangos nos próximos anos.

Embora haja essa tendência de integração aos médios e grandes produtores, Belusso e Hespanhol (2010) ressaltam que este modelo é especialmente vantajoso para as agroindústrias, contudo, pode não representar o investimento mais rentável para esse perfil de produtores, que pode não se interessar pela aplicação de seu

capital na atividade. Ou seja, a integração aos médios e grandes produtores pode interessar e ser vantajosa para a agroindústria, contudo, pode não despertar o interesse dos produtores mais capitalizados.

Ainda na década de 1990, Graziano da Silva (1998) apontou algumas tendências, na estrutura produtiva e nas relações sociais, para o campo brasileiro advindos do novo padrão produtivo, resultado da consolidação dos CAIs. A descrição desses elementos é importante para a compreensão das transformações recentes no complexo avícola analisadas nesse trabalho, pois algumas dessas tendências já se consolidaram, em parte ou totalmente, nesse setor.

É importante salientar que a avicultura é classificada como um CAI completo, ou seja, trata-se de um segmento moderno da agropecuária com ligações tanto para frente, com a agroindústria processadora, quanto para trás, com a indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

A primeira tendência a ser considerada é a concentração produtiva, tanto em termos espaciais/regionais quanto em relação ao perfil dos produtores.

Para Graziano da Silva (1998) são os médios e grandes produtores que formam a maior parcela dos integrados aos CAIs, estando estes concentrados sobretudo nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. No Nordeste, Norte e parte do Sudeste (nordeste de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro), por sua vez, predominariam pequenos produtores não integrados, reforçando o viés excludente da “modernização conservadora” da agropecuária brasileira.

Em relação à avicultura verifica-se que, até o momento, essa tendência se cumpriu em parte. Nesse setor, embora os produtores mais capitalizados tenham conseguido acompanhar melhor a evolução tecnológica e financeira imposta nos últimos anos, os pequenos produtores (modernizados) ainda exercem importância vital, sobretudo, na produção da Região Sul, que concentra a atividade.

Sobre as relações sociais, Graziano da Silva (1998, p.166) aponta o processo de proletarianização e de diferenciação do campesinato com “a recriação de produtores familiares que se tecnificam crescentemente, sem, todavia, conseguir escapar da sina de permanecer como pequenos produtores”.

No primeiro caso, em termos de proletarianização, esse processo ocorreria por dois meios: Pela purificação das relações de trabalho assalariadas, na medida em que, cada vez menos se tende a adotar formas não monetárias de remuneração (moradia, horta, lenha, etc), e que mantém os vínculos do trabalhador com a terra e

complementa sua subsistência, restringindo assim, a interação agrícola ao seu tempo de trabalho. E pelo crescimento relativo no grupo de assalariados permanentes frente aos temporários, resultante dos seguintes fatores

[...] crescentes requisitos de treinamento e qualificação exigidos pelos segmentos mais modernos do campo em relação a seus operários; crescimento das atividades administrativas e de prestação de serviços por parte de profissionais liberais; redução da sazonalidade do trabalho naquelas atividades que logram maiores índices de mecanização na colheita (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 167).

Esta tendência nas relações sociais é um dos temas de investigação dessa pesquisa, que será realizada através do levantamento de dados secundários (pesquisa bibliográfica) e do estudo de caso com um grupo de avicultores paranaenses (levantamento primário).

Por hora, através dos trabalhos já analisados, constata-se que, na avicultura moderna, há uma tendência de expansão do trabalho assalariado permanente, tendência explicada por dois motivos: 1. Por causa da necessidade de maior qualificação da mão-de-obra. Esta, por sua vez, é fruto do desenvolvimento tecnológico da atividade e da inserção de médios e grandes produtores/empresários (rurais ou urbanos) no setor e que contratam e capacitam até mesmo trabalhadores urbanos para o manejo dos aviários. 2. Por causa da tendência de esvaziamento do campo, que atinge inclusive a agricultura familiar, conforme apontaram Buainain; Romeiro, Guanzioli (2003, p.332): “[...] tanto o tamanho das famílias rurais como da mão-de-obra familiar tende a diminuir”.

Sobre a diferenciação do campesinato, Graziano da Silva (1998) aponta a propensão de uma polarização, opondo dois grupos. De um lado um segmento composto pelos mais pobres e pequenos produtores, que pouco tecnificados e sem ligação com os CAIs, converterão suas terras a simples locais de moradia ou só produzirão para o autoconsumo. Por sua vez, o outro grupo corresponderá a empresas familiares tecnificadas e integradas aos complexos agroindustriais, que, embora relativamente prósperas, terão cada vez menos autonomia no processo produtivo.

Novamente, no âmbito da produção de frangos, as recentes pesquisas confirmam as características do segundo grupo entre os avicultores.

Uma ressalva importante a ser considerada diz respeito ao papel desempenhado pelas inovações tecnológicas na seleção dos produtores, mais especificamente, a velocidade de inserção delas nos meios produtivos. Para Graziano da Silva (1998) a maior rapidez na adoção das tecnologias seria responsável por eliminar do circuito dos CAIs muitos produtores até então tecnificados, mas que, nos próximos anos, não conseguiriam mais acompanhar a velocidade das inovações.

Quanto aos empresários rurais, a tendência apontada por Graziano da Silva (1998, p.168) é de aumento da escala mínima de capital necessário para se manterem nas atividades ligadas aos CAIs completos e a crescente integração intersetorial entre os capitais envolvidos nos diversos ramos dos complexos agroindustriais. “Em resumo, há uma tendência crescente à concentração de capitais dentro dos ramos de atividades agropecuárias, em seu sentido estrito, e uma centralização intersetorial dos grandes capitais oligopólios”.

Essa tendência já é verificada entre os produtores integrados do complexo avícola brasileiro, principalmente na região de expansão da atividade, ou seja, no Centro-Oeste.

De modo geral, a agropecuária brasileira do início do século XXI já não poderia mais ser segmentada em pequenos ou grandes produtores, mas definida, a partir de sua relação com os CAIs, em produtores integrados e produtores não-integrados (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Aos produtores não integrados aos complexos agroindustriais, com grandes ou pequenas extensões de terras, restariam apenas atividades produtivas marginais. Embora uma minoria possa se estabelecer em atividades altamente lucrativas direcionadas a grupos sociais com maior poder aquisitivo (orgânicos, flores, etc), a maioria e, sobretudo, os pequenos produtores não integrados do Norte e Nordeste estará fadada a produzir, com baixo nível tecnológico, para o autoconsumo ou muito para o abastecimento das populações locais. Desse modo a qualidade de vida e a renda desse grupo social estará diretamente relacionada às políticas públicas implementadas ou não no país (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Do mesmo modo podemos pensar a condição atual dos pequenos agricultores e suas fragilidades para a inserção e permanência ao complexo avícola, de modo que a implantação ou não de uma política pública destinada a esse segmento será decisiva para definir o perfil produtivo dominante e talvez exclusivo que se forme nos próximos anos.

Em pesquisa sobre as tendências para a avicultura brasileira, Watanabe (2016) aponta os seguintes desafios para os próximos anos:

- Desgaste no sistema de integração (avicultor-agroindústria) por causa dos baixos preços pagos pela agroindústria e pela falta de autonomia dos produtores no processo decisório, pois é a integradora quem define quanto e quando produzir.
- Dependência da soja e do milho para a produção de ração.
- Contexto econômico e climático (a escassez de chuvas aumenta o custo da energia elétrica) que podem elevar os custos produtivos.
- Déficit de investimentos em infraestrutura (principalmente estradas e portos) no país.
- Aumento dos custos com mão-de-obra.
- Ampliação da concentração produtiva dificultando a inserção de novos produtores.

Sobre esses desafios, já é possível levantar algumas divergências. A primeira diz respeito aos preços pagos pela agroindústria, problema que pode ser contornado com o ganho de escala, o que explica a tendência de concentração produtiva na atividade. O segundo refere-se à questão energética. Visando a redução dos custos produtivos, os avicultores têm investido (financiamento) na instalação de placas de energia solar, tornando-os autossuficientes em geração de energia elétrica.

Para Watanabe (2016) a redução dos custos produtivos deve continuar como foco das atenções do setor, impelindo assim a automatização e criando novas tendências.

Por sua vez, a forte presença do crédito bancário na avicultura favorece a expansão da produção, seja pelo financiamento de novos aviários e equipamentos, quanto para a adequação tecnológica dos aviários mais antigos, de modo a continuar alavancando a produtividade no setor.

Visando atender os produtores integrados, o Banco do Brasil em parceria com agroindústrias, criou o Convênio de Integração Rural (BB Convir). Através deste convênio, o Banco do Brasil financia os produtores integrados através de diversas linhas de crédito rural para custeio e investimento. Dentre os principais itens financiados pelos avicultores, estão as máquinas e equipamentos utilizados na atividade e a implantação dos módulos avícolas, que nada mais é do que o financiamento da construção de aviários que atendam as exigências da empresa integradora (WATANABE, 2016, p. 29).

No entanto é preciso considerar que o crédito bancário tende a favorecer os produtores já inseridos na atividade, pois estes, com experiência e capital investido, têm mais chances de sucesso do que os novos produtores, aumentando a concentração no setor.

Também os novos investidores da avicultura moderna (empresários urbanos) por serem mais capitalizados, tendem a ter mais facilidade na obtenção de financiamento do que os pequenos produtores familiares, que, com a elevação do aporte de capital necessário para a inserção na atividade, fruto do constante progresso tecnológico, tende a ser cada vez mais excluídos do complexo avícola.

Além desses itens, o contexto sócio econômico brasileiro do final do ano de 2020 permite considerar algumas tendências:

- Aumento dos custos produtivos em decorrência da valorização da soja e milho, principais insumos do setor.

- Aumento do consumo interno de frango, pois mesmo num cenário de aumento de preços da proteína animal, principalmente bovina, o mesmo deve continuar sendo a carne mais barata disponível para o consumidor brasileiro. Também a crise econômica, o aumento do desemprego e das subocupações, com impactos diretos na renda e no poder de compra da população, juntamente com a inflação dos alimentos em alta, tendem a favorecer o consumo do frango.

- Aumento das exportações do frango brasileiro favorecida pela desvalorização da moeda nacional, que, no entanto, podem ser prejudicadas por causa da política interna, principalmente em relação ao meio ambiente, e externa, embates com países árabes, promovidas pelo atual governo federal.

Por fim, a introdução de inovações tecnológicas buscando a redução de custos produtivos, segundo Espíndola (2009), é uma característica marcante da avicultura de corte na América do Sul e, por consequência, no Brasil, com tendência a se manter nos próximos anos. Destacam-se, em termos de sistema de criação, tecnologias como a automatização dos galpões, a produção em alta densidade e a internalização das fábricas de rações, que, como apresentado, teve e deverá continuar tendo impacto direto sobre o perfil do avicultor.

Nesse contexto, de constante progresso tecnológico com aumento da capacidade de alojamento de frangos por galpão, torna-se cada vez mais dinâmica e relativa a definição das categorias pequeno, médio e grande produtor na avicultura. Em trabalho de 2010, Belusso e Hespanhol (2010) destacavam a escala produtiva dos

galpões climatizados com capacidade de alojamento de 25 mil frangos, cerca do dobro do encontrado em galpões sem tal estrutura. Mas essa marca tão impressionante na época já está superada, menos de uma década depois entraram em funcionamento galpões com o dobro dessa capacidade de alojamento de aves, ou seja, alojando até 50 mil cabeças.

Essas transformações (estrutura de controle artificial das condições do ambiente, tamanho e capacidade de alojamento dos galpões/densidade de aves) evidenciam que a escala de produção, tendo em vista a reduzida margem de lucro, é a variável determinante para a viabilidade da atividade.

Assim, em termos quantitativos, é muito difícil estabelecer comparações entre as diferentes classes (pequeno, médio e grande) de avicultores do início do século para os produtores atuais. Mesmo um “pequeno” avicultor integrado dos anos 2020, precisa possuir condições mínimas de capital, qualificação e produção, muito diferentes daquelas características que o pequeno produtor familiar tinha nas décadas passadas .

Configuram-se assim, novos padrões produtivos e sociais que redefinem a participação da produção de base familiar na avicultura brasileira.

Além disso, a dispersão geográfica se tornou uma ferramenta estratégica para a redução dos custos produtivos (ESPÍNDOLA, 2009).

No caso brasileiro buscando locais com maior oferta e menor custo de matéria-prima para a fabricação de ração (milho/soja), a avicultura se expande para o Centro-Oeste, conforme será detalhado na próxima seção.

Da combinação dessas estratégias, inovações tecnológicas e dispersão espacial, Espíndola (2009) aponta o aumento da oferta de carne de frango, que com um preço menor em relação às demais fontes de proteína animal, melhorou a dieta alimentar dos sul-americanos ao mesmo tempo em que acompanhou as novas tendências de consumo da crescente população urbana.

3.4 OS NÚMEROS DA PRODUÇÃO E A DIFERENCIAÇÃO REGIONAL DA AVICULTURA BRASILEIRA

O início da produção agroindustrial de carne de frango no Brasil remonta às décadas de 1940 e 1950 com a criação da Perdigão e da Sadia em Santa Catarina.

Embora, nas décadas seguintes, a produção tenha aumentado nos demais estados e recentemente alcançado as regiões Centro-Oeste e Norte, a produção continua fortemente concentrada no sul, sobretudo no Paraná e em Santa Catarina (BELUSSO; HESPANHOL, 2010).

Ainda que a economia nacional tenha passado por frequentes crises, a avicultura industrial brasileira, consolidada na década de 1970, tem apresentado uma evolução contínua com taxas de 11,39% ao ano e com crescimento acumulado de 2.446% de 1970 até 1999 (FRANÇA; FERNANDES FILHO, 2003).

Quando se analisa regionalmente a produção, a partir de dados do IBGE para o período de 1981 a 2013, verifica-se que, embora tenha aumentado em todo o país, o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste são as regiões que apresentaram as taxas mais expressivas de crescimento do rebanho de aves, sendo ainda o Centro-Oeste a apresentar a maior expansão. Esse diferencial para o Centro-Oeste, de acordo com os autores, é explicado pela busca por proximidade de áreas produtoras dos principais insumos (milho e farelo de soja) da avicultura. Em 2013, Sul, Sudeste e Centro-Oeste representavam, respectivamente, 50,13%, 28,36% e 10,35% do rebanho brasileiro (ZEN et al., 2014).

Nesse sentido, nota-se que a produção na região Sul, área tradicional e com forte presença de cooperativas, e na região Sudeste, vem apresentando desvantagens produtivas, como dependência da produção de grãos do Centro-Oeste e o elevado custo da terra e da mão-de-obra (ZEN et al., 2014).

Como aspecto positivo para o Sudeste destaca-se a presença de indústrias processadoras e maior oferta de mão-de-obra qualificada. Os estados que mais se destacam na produção são São Paulo e Minas Gerais (ZEN et al., 2014).

Já no Centro-Oeste, a desvantagem está na competição com as grandes lavouras por trabalhadores. No entanto, a expressiva produção de insumos (milho e farelo de soja) tem atraído integradoras, e a aposta em tecnologia, com o aumento da automatização das granjas, representa uma alternativa para solucionar a questão da mão-de-obra (ZEN et al., 2014).

Considerando o ranking nacional de abate de 2013 (IBGE), os estados com maior destaque são: Paraná (30,73%), Santa Catarina (16,85%), Rio Grande do Sul (13,97%), São Paulo (10,60%), Minas Gerais (7,64%) e Goiás (6,32%). Porém o que mais chama a atenção nesses indicadores é o desempenho do estado de Goiás, que apresentou “mais de 300% de crescimento no volume de abate entre 2001 e 2013,

evidenciando a presença da indústria e os investimentos em plantas na região Centro-Oeste” (ZEN et al., 2014, p.1).

Corroborando a tese de aumento da importância da região Centro-Oeste na avicultura, os autores apontam ainda projeções do Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) para a produção de grãos até 2024, indicando que o Mato Grosso deve permanecer na liderança e expandir significativamente sua produção de milho e soja (ZEN et al., 2014).

Embora representem a maior parte da produção de frangos de corte do país, existem significativas assimetrias produtivas entre as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. De acordo com Garcia (2006), a Região Sul e os estados de São Paulo e Minas Gerais, no Sudeste, integram a área de produção tradicional de frangos no Brasil. O Centro-Oeste, por sua vez, corresponde à região de expansão da atividade.

Entre essas duas áreas produtoras, ocorrem importantes diferenças quanto ao perfil do avicultor parceiro da agroindústria. Enquanto na região tradicional, sobretudo nos estados do Sul, a integração ocorreu com pequenos e médios produtores, que adotaram a mão-de-obra familiar e uma produção em pequena escala, no Centro-Oeste alguns projetos foram implantados em propriedades maiores e se caracterizaram pela produção em maior escala e mão-de-obra diferenciada, contratada ou em parceria (GARCIA, 2006).

Segundo pesquisa de Garcia (2006), a região Sul é a que mais utiliza mão-de-obra familiar (acima de 90%) e o estado de Goiás é o que mais utiliza mão-de-obra contratada (82,8%). Embora seja um levantamento amostral, Garcia (2006) considera que a amostra pesquisada representa bem as realidades regionais e indica um determinado padrão: enquanto no Sul e em Minas Gerais predominam produtores com pequenas propriedades e com menor capacidade produtiva, no Centro-Oeste concentram-se os avicultores com propriedades maiores e níveis de produção mais elevados.

Essas características apresentadas pelo Centro-Oeste corroboram a tese de França e Fernandes Filho (2003) de que as transformações na base técnica impactaram as relações de produção no setor, ocasionando a substituição da produção independente pelo sistema de integração, que inicialmente se ligou aos pequenos produtores, mas que, num segundo momento, com a inserção do setor no mercado internacional, tende a se integrar cada vez mais aos médios e grandes produtores.

[...] a tendência atual é de que os integrados sejam, cada vez maiores e em menor número em função do oferecimento de garantias bancárias ao financiamento de galpões de maior tamanho, com elevado nível automação, e do aumento da escala para viabilizar a produção; na eficiência da produção, já que da forma como o sistema integração remunera o integrado, a eficiência aumenta e não existe pagamento de não trabalho, o que é muito comum na atividade pecuária; na geração de empregos, pois a cada dia, graças à automação, 1 homem cuida de mais frangos e mais galpões, contribuindo para desemprego tecnológico e passando de um sistema de produção de frangos com base na mão-de-obra familiar para a utilização de mão-de-obra assalariada; e na localização das granjas, pois atualmente as novas plantas de produção de frangos são montadas no Centro-Oeste, região produtora de grãos e fornecedora de grandes incentivos fiscais. (FRANÇA; FERNANDES FILHO, 2003, p. 3-4).

Por sua vez, esse novo perfil dos avicultores do Centro-Oeste se enquadra nas demandas competitivas geradas pela inserção da produção brasileira de frangos no mercado internacional e é fruto do processo de abertura econômica iniciada nos anos 1990.

No caso brasileiro, deve-se ressaltar ainda o papel crucial das políticas setoriais para estimular e ampliar a produção e exportação de frango, visto que o viés setorial caracterizou historicamente a agricultura nacional (BELUSSO; HESPANHOL, 2010).

Para Belusso e Hespanhol (2010), no cenário de globalização econômica, a competitividade, perda ou ganho de mercados produzem efeitos diretos nos espaços rurais. Encontramos um exemplo dessa relação no estado de São Paulo, afetado diretamente pelo Programa Nacional do Alcool ou Proálcool (1975) que estimulou a produção de cana-de-açúcar em detrimento do milho, encarecendo um dos principais insumos da avicultura (LIMA, 1984, apud BELUSSO; HESPANHOL, 2010).

De acordo com Garcia (2006), São Paulo tem apresentado, nos últimos anos, uma perda relativa da participação na produção brasileira de frango. Ocorre ainda uma diferenciação produtiva nesse estado, caracterizado por pequenas e médias empresas direcionadas ao abastecimento do mercado interno, perfil distinto dos estados cuja produção mais recente é dominada por plantas maiores e mais modernas, com ganhos de escala expressivos (MARTINS, 2003, apud GARCIA, 2006).

Em 2021, o estado de São Paulo foi responsável por 8,32% do abate nacional de frangos e 4,74% das exportações brasileiras do setor (ABPA, 2022).

Sobre a influência da globalização na adaptação locacional das empresas, como as da agroindústria de aves, é preciso considerar que, embora esse processo

amplie as possibilidades territoriais, as regras de competitividade internacional e as fortes exigências de contínuo progresso tecnológico e flexibilização continuam a ser fatores decisivos (CASTRO, 2005, apud BELUSSO; HESPANHOL, 2010).

No caso brasileiro, para Belusso e Hespanhol (2010, p.33), a expansão das unidades industriais avícolas depende da combinação das seguintes variáveis: “[...] política agrícola, acesso aos mercados consumidores, aptidão dos produtores, condições de transporte e, principalmente, disponibilidade de matérias-primas indispensáveis à produção de frangos: o milho e a soja.” Como já apresentado, essas condições favoráveis foram encontradas no Centro-Oeste.

Goiás é o maior produtor regional, seguido por Mato Grosso e por Mato Grosso do Sul. A partir do ano de 1993 os Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso transformaram-se em exportadores de frango, tanto para outras Regiões como para o exterior, ainda que suas vendas externas representem pequenas participações no total nacional. Em 1999, todas as grandes empresas localizadas no Centro-Oeste, particularmente nos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, estavam com projetos de expansão da produção (FRANÇA; FERNANDES FILHO, 2003, p. 16).

Analisando o período de 1989 a 1998, França e Fernandes Filho (2003) constataram que a produção brasileira cresceu 116%, a do Centro-Oeste cresceu 251%, a de Goiás, no entanto, cresceu apenas 58%. Porém, nos anos seguintes, a expansão da atividade e a instalação de grandes projetos de integração aumentaram a expressividade da produção goiana. Se em 1998 Goiás representava 1,4% da produção brasileira de frangos, em 2021 esse índice alcançou 8,27% e ainda 4,81% das exportações nacionais (ABPA, 2022).

Abrangendo outro intervalo temporal, a pesquisa de Zen et al. (2014) também revelou a expansão da produção de frangos no Centro-Oeste de 1981 a 2003, o que, segundo os autores, se justifica pela vantagem produtiva advinda da proximidade com as áreas de produção de soja e milho, principais insumos do setor.

Além do Centro-Oeste, a pesquisa de França e Fernandes Filho (2003) apontou um processo de expansão da avicultura no estado do Tocantins, na região Norte.

Para esses autores, são fatores favoráveis à expansão da produção de frango de corte no estado, com a instalação de grandes projetos de integração, a existência de “créditos especiais, possibilidade de escoamento da produção através de sistemas de transportes intermodal (rodovia-ferrovia-hidrovia), ampliação da oferta de energia

elétrica e matéria-prima (soja e milho) para a produção de ração” (FRANÇA; FERNANDES FILHO, 2003, p.17).

Para Rodrigues et al. (2009), o Tocantins é uma área de expansão recente da avicultura industrial, por isso ainda há uma participação pequena na produção brasileira. No entanto, constatou-se, entre 2005 e 2007, uma evolução relativa da produção, com crescimento de 36,9% no estado contra 10,2% da média nacional.

Segundo esses pesquisadores, no entanto, há entraves para a expansão da atividade: “o baixo contingenciamento populacional, expresso em um mercado consumidor incipiente, e a distância existente entre a agroindústria local e a maioria dos fornecedores de insumos, que reduz os ganhos de escala” (RODRIGUES, et al., 2011, p.203).

Embora expandindo sua produção nos últimos anos, em 2021, Tocantins representou apenas 0,24% da produção brasileira (ABPA, 2022).

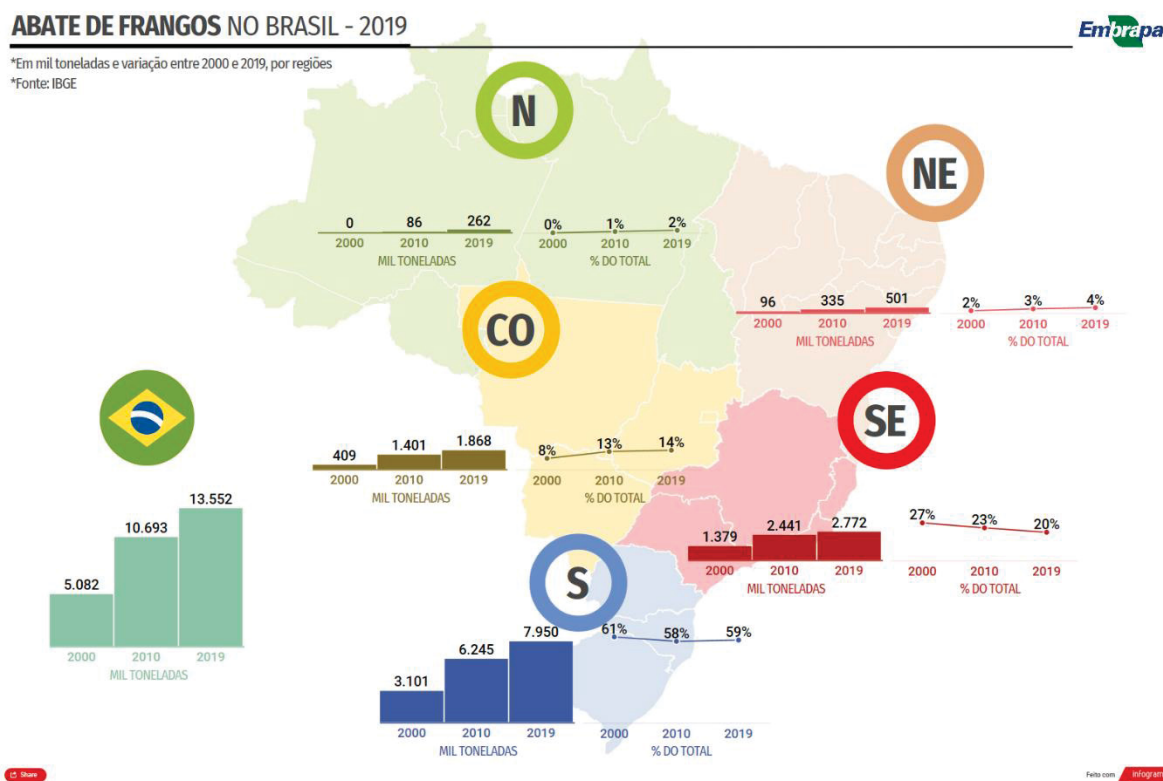
De acordo com Belusso e Hespanhol (2010), em análise sobre os reflexos territoriais da evolução da avicultura industrial na primeira década do século XXI, ocorreu uma rápida expansão nas novas áreas produtoras, tal como o Tocantins, mas também a expansão em regiões de produção tradicional de frangos, como o Paraná.

Mesmo tendo havido um importante aumento da produção do setor tanto na região Centro-Oeste, sobretudo em Goiás, como no estado do Tocantins nos últimos anos, não é possível falar em deslocamento da atividade, visto que a mesma permanece fortemente concentrada na região Sul.

Para Tremea e Silva (2020), que analisaram a produção regional de frango em 2005, 2010 e 2015, o Sul ampliou sua vantagem no valor bruto da produção nacional, com taxas de 57%, 58,33% e 59,45%, contra 10%, 13% e 15% do Centro-Oeste, e de 26%, 23% e 19% do Sudeste, respectivamente. Portanto, Sul e Centro-Oeste aumentaram sua participação, enquanto o Sudeste perdeu.

Dados mais recentes, conforme é possível constatar no mapa apresentado a seguir, confirmam essa tendência (FIGURA 8).

FIGURA 8 - ABATE DE FRANGOS NO BRASIL (2019).



Fonte: Portal Embrapa – mapas. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/cias/mapas>> Acesso: out./2020.

Portanto, no caso da avicultura, a reorganização da base agroindustrial aumentou a participação brasileira no mercado internacional, que ocorreu, concomitantemente, com um processo de concentração na região que sempre liderou a produção, o Sul, acompanhado de aumento da participação do Centro-Oeste e queda relativa no Sudeste.

3.5 VISÕES DISTORCIDAS SOBRE A AVICULTURA BRASILEIRA

Como demonstrado nas seções anteriores, a avicultura brasileira começou a se modernizar a partir da década de 1960 e atualmente é um dos componentes mais importantes do agronegócio. Vejamos mais alguns importantes números da produção avícola nacional.

Entre 2000 e 2011, enquanto a produção mundial de frango cresceu 53,07%, o Brasil obteve um crescimento de 90,97%. Da mesma forma, as exportações nacionais também tiveram um expressivo aumento, de 2.244,44%, partindo de 10,69

mil t no ano de 2000, e atingindo 250,62 mil t no ano de 2010, levando o país ao posto de maior exportador de carne de frango do mundo (RODRIGUES et al., 2014).

Sobre o mercado externo, o crescimento médio para o período analisado foi de 26,83%, sendo a Arábia Saudita o maior comprador de frango brasileiro (16,39%), seguido do Japão (9,99%) e de Hong Kong (8,03%), em 2012. Quando analisado por continentes, verificou-se a concentração das exportações brasileiras de frango para o Oriente Médio (35,65%) e Ásia (29,03) em 2012. Tanto o frango inteiro quanto o frango em cortes tiveram significativo aumento nas exportações no período analisado, cabendo a liderança aos estados do sul, com 72,81% das exportações brasileiras (RODRIGUES et al., 2014).

Em 2021, por sua vez, os maiores compradores da carne de frango do Brasil foram China (14,33%), Japão (10,04%), Emirados Árabes (8,71%), Arábia Saudita (7,91%) e África do Sul (6,64%). A União Europeia, por sua vez, aparece na sexta posição do ranking, com participação de 4,32% da taxa de exportação brasileira de frango (ABPA, 2022).

Quanto à exportação por regiões nacionais, entre 2000 e 2015, o Sul perdeu participação relativa (de 94,32% para 76,20%) e as demais regiões ganharam, sobretudo o Centro-Oeste (de 2,66% para 13,51%) (TREMEEA; SILVA, 2020).

No consumo interno de carne de frango, nota-se um grande salto de 29,91 kg/ano por habitante em 2000 para 45 kg/ano em 2012, com crescimento médio de 4,20% a.a. Ressalta-se que o aumento das exportações de carne de frango, em relação ao total produzido no país, verificado entre os anos 2000 e 2012, não representou redução da oferta interna do produto, mas somente um aumento da produção total (RODRIGUES et al., 2014).

Para Santos (2014, p.25), “o mercado consumidor interno tem sido a âncora do crescimento da produção de aves no Brasil”, uma vez que, a partir da década de 1980, acompanhando o ritmo da urbanização e o crescimento das novas demandas urbanas, a venda de frango inteiro e/ou cortado também aumentou significativamente.

Por fim, são estimadas projeções para o setor no período 2011/2012 a 2021/2022, tais como uma taxa de crescimento de 3% para as exportações e de 2,7% para o consumo interno (RODRIGUES et al., 2014).

Portanto, as estatísticas evidenciam a importância desse setor agropecuário na economia brasileira. No entanto, ainda são disseminadas certas incoerências sobre a avicultura moderna em nosso país.

Sobre tais equívocos, vejamos, inicialmente, uma abordagem de Milton Santos sobre globalização. Ao tratar especificamente da inserção do Brasil na globalização, Milton Santos destaca a vigência de um “modelo econômico” que

[...] privilegia o que se poderia chamar de distorção da produção, uma produção orientada para fora, *external oriented*, uma distorção igualmente do consumo com maior atenção ao chamado consumo conspícuo, que serve a menos de um terço da população, em lugar do consumo das coisas essenciais, de que o grosso da população é carente. Há uma relação íntima de causa e efeito entre a distorção da produção e a distorção do consumo, o que está ligado às múltiplas formas de 'abertura' da economia nacional e tem um efeito sobre as outras dimensões da economia que são também geográficas, como a circulação e a distribuição (SANTOS, 1994, p. 142 - itálico no original).

Contudo, é equivocado pensar que haveria essa incompatibilidade entre produzir para o mercado interno ou para exportar, pois o que existe, especialmente sob a égide da globalização, é uma complementaridade entre os mercados nacionais. Os anos 1990, época em que Santos fez essa reflexão, atestam isso muito bem, como se nota nos exemplos da indústria automobilística, da indústria de celulares e também na agricultura (LOCH; DINIZ FILHO, 2014). No caso desta última, reitera-se que “os setores exportadores são concomitantemente os que mais desenvolveram o consumo interno nas últimas décadas (laranja, frango, açúcar, frutas, entre outros)” (BROIETTI; MEDEIROS; SAMPAIO, 2005, p. 22).

Constatou-se que o consumo per capita de carne de frango no Brasil saltou de 29,91 kg/ano em 2000 para 45 kg/ano em 2012. Embora tenha havido uma pequena queda no consumo per capita em 2019, com 42,84 kg/ano, de acordo com dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), no referido ano, o Brasil produziu 13,24 mil ton de carne de frango, sendo que, desse montante, 68 % foi destinado ao consumo interno.

Nas últimas décadas, houve grandes transformações no consumo de carnes por parte da população brasileira. De acordo com dados da Organization for Economic Co-Operation and Development - OECD/FAO (2016), na década de 1970, a carne bovina representava 65% do total de carnes consumidas no Brasil, seguida pela suína (27%) e pela de frango (8%). A partir de década de 1980, o aumento da oferta de carne de frango, opção geralmente mais barata que suas principais rivais, e a busca por uma alimentação mais saudável fizeram com que o consumo de carne de frango aumentasse consideravelmente, ultrapassando o consumo da bovina em 2005. Em 2014, os dados de consumo aparente mostram que a carne de frango continuava sendo a mais consumida no Brasil, com 41,3 kg/capita/ano, seguido pela bovina (25,4 kg/capita/ano) e pela suína (11,6 kg/capita/ano). (TRAVASSOS; COELHO, 2017, p. 1).

Em 2019, os dados de consumo interno mostraram que, enquanto o consumo per capita de carne de frango no Brasil foi de 42,8 kg/ano, o de carne suína foi de 15,3 kg/ano e o de carne bovina de 39 kg/ano (ABPA, 2020).

Já em 2021, segundo o mais recente relatório da ABPA (2022), o consumo per capita de frango no Brasil foi de 45,5 kg/ano contra 16,7% da carne suína.

Bortolin (2002) considera que a exportação complementou a demanda interna e estimulou o crescimento da indústria nacional de frangos porque as empresas líderes direcionaram parte importante da sua produção para o mercado externo e, assim, abriram espaço para o surgimento de empresas menores, que se voltaram para o atendimento de mercados regionais.

Além disso, há aqueles que insistem em associar o consumo desse produto às camadas sociais de maior poder aquisitivo, quando é de notório conhecimento que entre as principais fontes de proteína consumidas no país, o preço médio da carne de frango é menor que das carnes bovina e suína, bem como de peixes. Desse modo, é possível associar o aumento do consumo per capita de frango ao aumento no consumo de proteína das camadas sociais mais baixas do país e não o contrário.

Também é preciso considerar o impacto do processo de abertura econômica sobre a reestruturação do setor. Segundo Bortolin (2002) foram justamente as medidas implantadas no contexto de abertura de mercado e redução do papel do Estado, da década de 1990, os responsáveis pelo aumento da eficiência produtiva de diversos setores econômicos no Brasil, dentre os quais podemos incluir a avicultura.

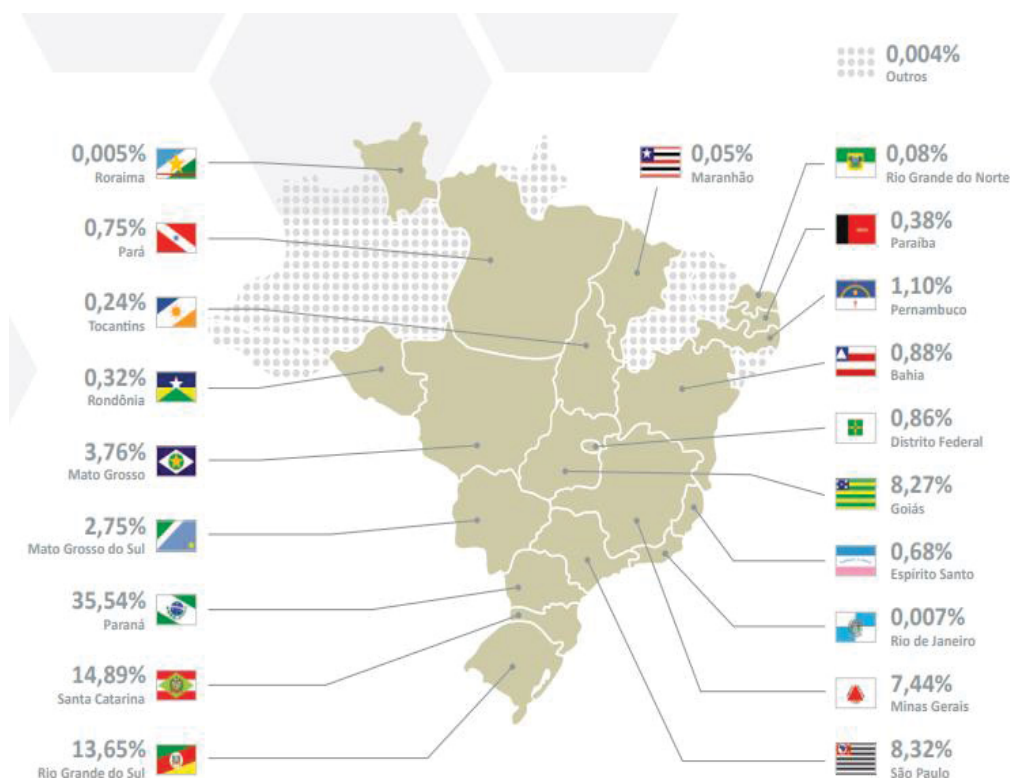
A concorrência internacional forçou a modernização produtiva e essa adaptação à nova conjuntura trouxe ganhos expressivos para a avicultura brasileira, que a partir de então, ganhou destaque no mercado mundial e assim permanece até os dias de hoje, contrariando a tese de que a abertura dos mercados, típica da globalização econômica, prejudica a produção nacional. As estatísticas, como demonstrado, evidenciam justamente o contrário.

As exportações brasileiras de frango apresentaram um crescimento de 158% durante a década de 90 (Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frango – ABEF, 2000), alcançando posição de destaque no cenário mundial. No ano de 1999, o Brasil passa a ocupar a segunda posição na relação dos maiores produtores de frango do mundo, sendo superado apenas pelos Estados Unidos (BORTOLIN, 2002, p. 3).

Por fim, outro mito sobre a agricultura brasileira é o de que o agronegócio produz para exportação e a produção familiar se volta para o mercado interno. Contudo, a região Sul é aquela onde a avicultura familiar tem maior importância na cadeia de produção de frangos e é também a região que predomina amplamente na exportação desse produto. Os dados de produção e exportação de carne de frango confirmam essa característica.

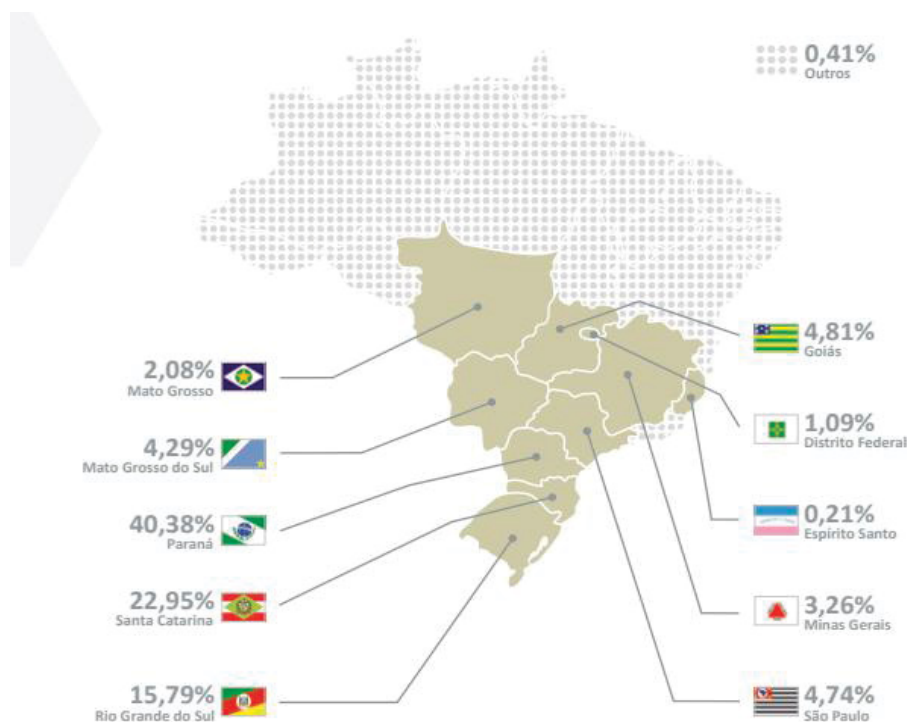
Em 2021, segundo Relatório Anual da ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal (2022), os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul responderam por 64,08% da produção brasileira (35,54%, 14,89% e 13,65%, respectivamente) e por 79,12% das exportações (40,38%, 22,95% e 15,79%, respectivamente), conforme podemos verificar nos mapas a seguir, que mostram a produção/abate (FIGURA 9) e exportação (FIGURA 10) por unidades da federação em 2021.

FIGURA 9 - ABATE DE FRANGO POR UNIDADE FEDERATIVA EM 2021.



Fonte: ABPA (2022, p. 48).

FIGURA 10 - EXPORTAÇÕES DE CARNE DE FRANGO POR UNIDADE FEDERATIVA EM 2021.



Fonte: ABPA (2022, p. 54).

Na verdade, a produção de carne de frango com destino à exportação sempre esteve concentrada na região sul do Brasil, como demonstrou trabalho de Sorj et al. (2008)

As empresas que iniciaram as exportações de frangos em 1975, por ordem de participação, foram a Sadia Concórdia (SC), a Perdigão S.A. (SC), Frigorífico Seara (SC), a Coopave (RS) e outros. Em 1980, do total de 187.834.459 kg exportados, participaram 43 empresas, encabeçadas por ordem de importância pela Sadia Concórdia S.A. (SC), Perdigão S.A. (SC), Frigorífico Seara S.A. (SC) e Coopave (Dados de Avicultura Industrial, (...), (852), p. 5 e Coopave, mar.-abr.-mai.- junho de 1980, p. 44), o que demonstra o caráter mais de exportação da avicultura do Sul. (SORJ et al., 2008, p.20)

Segundo Sorj, Pompermayer e Coradini (2008) a expressiva liderança da Região Sul nas exportações da avicultura se devem a três fatores. O primeiro é que a avicultura industrial já teria tido início nessa região em sua fase exportadora. O segundo refere-se à própria dinâmica da agricultura sulina de exportação, caracterizada pela produção integrada. E o terceiro se deve ao predomínio do setor de corte, setor da avicultura orientado para a exportação.

Como os dados de exportação mostram, mesmo nas décadas de 1970 e 1980, período em que é possível supor que os produtores integrados estivessem muito mais

próximos do modelo de produção camponês e/ou familiar do que os produtores atuais, essa ideia já estava equivocada.

Além disso, no Brasil a avicultura moderna (formação do complexo agroindustrial avícola) foi fomentada pela própria demanda do mercado interno, que continua sendo o principal consumidor desse produto (67,83% da produção em 2021 foi destinada ao mercado interno contra 32,17% de exportação – ABPA/2022), desmistificando a ideia de que o agronegócio está preferencialmente voltado ao mercado externo.

De fato, o crescimento da população urbana e a novas demandas geradas por este grupo (diversificação de produtos), foram determinantes para a expansão do mercado interno e impulsionaram a produção de frango nas últimas décadas.

Na próxima seção serão abordados os aspectos favoráveis ao desenvolvimento da avicultura industrial na Região Sul, especificamente no Paraná, as políticas estaduais de modernização e agroindustrialização e as características dos modelos produtivos do estado, com destaque ao cooperativismo.

3.6 A REGIÃO SUL E A AVICULTURA DE CORTE NO ESTADO DO PARANÁ

3.6.1 Vantagens produtivas e características da avicultura paranaense

O desenvolvimento da atividade avícola moderna teve início no sudeste brasileiro, principalmente em São Paulo, no período pós-guerra. Mas, somente a partir da década de 1970, com a reorganização do complexo de carnes no país, o segmento se estrutura na região sul, com destaque para o estado de Santa Catarina (CANEVER et al., 1997).

De acordo com Días (2010), o deslocamento da atividade do sudeste (São Paulo) para o sul se deve às características da segunda região, tais como a produção de insumos e a organização fundiária (minifundista) que favorecia a instalação do modelo de integração.

Além disso, se na década de 1970 a oferta de crédito rural farta ajudou a impulsionar o setor, na década seguinte, a recessão e o declínio dos incentivos estatais levaram a um processo de concentração e centralização do capital, o qual resultou na formação de um oligopólio com reflexos diretos na avicultura paulista: “Como as empresas existentes em São Paulo eram em sua maioria familiar, as

mesmas foram adquiridas por grandes integrações sediadas nos estados do Sul” (DÍAS, et al., 2010, p. 56).

Desse modo, a década de 1980 é marcada por uma intensa reestruturação no segmento, alavancada pelas empresas catarinenses, líderes do setor. No Sudeste (São Paulo e Minas Gerais) entram novas empresas de abate de frangos. No Rio Grande do Sul, a expansão produtiva é conduzida por meio da aquisição de algumas firmas locais pelas líderes catarinenses, dentre as quais uma delas, a Sadia, originalmente na produção de suínos, diversificou sua produção abrangendo também a avicultura. Essas líderes ainda expandem a produção com a instalação de filiais no território paranaense (BORTOLIN, 2002).

No Paraná surgem seis novas plantas produtivas, sendo duas cooperativadas (que atuavam no setor de laticínios e suinocultura), duas independentes e duas filiais de empresas catarinenses, as quais no final da década de 80 possuíam quatro filiais operando no Paraná. (BORTOLIN, 2002, p. 16).

Segundo Bortolin (2002), as transformações que ocorrem a partir de então impactam o setor nos aspectos quantitativo e qualitativo. Os avanços tecnológicos e a diversificação de produtos (estratégia das empresas líderes) acabam promovendo uma concentração econômica, por meio da aquisição de empresas e diversificação em empresas correlatas.

São essas empresas de maior expressão, concentradas na região, que também introduzem a integração com os agricultores familiares e alavancam a produção de aves no sul do Brasil.

Assim, o destaque da produção avícola sulina está ligada à existência de grandes agroindústrias, que atendem aos mercados interno e externo, e ao modelo de produção integrada (integração vertical), marca produtiva local (DÍAS et al., 2010).

Nos anos 1990, assistiu-se à expansão da avicultura para outras unidades da federação, com destaque para os estados do Centro-Oeste, como já apresentado nas seções anteriores, aproximando-se dos novos centros produtores de insumos para fabricação de ração. No entanto, a produção nos estados da Região Sul continuou aumentando.

Portanto, a agroindústria de aves consolidou-se no Sul, tanto em termos de produção total quanto em relação à taxa de exportação. Porém, nos últimos anos,

desbancando Santa Catarina, o principal produtor e exportador de carne de frangos do Brasil tem sido o estado do Paraná.

Sobre o desenvolvimento da avicultura moderna no Brasil, Rodrigues et al. (2014) propõe uma periodização dividida em três grandes fases:

A primeira fase corresponde ao período 1950-1970, definido como um momento de pouca relevância econômica, mas que se destacou pela ocorrência de pesquisas de melhoramento genético, visando desenvolver espécies mais vantajosas para a produção. A segunda fase, de 1970 a 1990, é marcada “pela instalação de novas plantas produtivas e pelo início do processo de centralização de capital”, sendo que os abatedouros concentraram-se nos estados do Sul, mais São Paulo e Minas Gerais. Trata-se da fase das inovações tecnológicas e da adoção de estratégias de agregação de valor e diversificação, tais como a diferenciação de cortes da carne de frango e os produtos reprocessados. E a última fase, que se instala a partir dos anos 1990, é caracterizada pela abertura econômica, que, ao expor a indústria brasileira à concorrência internacional, levou à redefinição de estratégias empresariais e à reestruturação e reorganização do segmento (RODRIGUES et al., 2014, p.1668).

De acordo com essa periodização, verifica-se que o Paraná consolidou sua expressividade na avicultura (produção e exportação) na terceira fase, após 1990, conforme dados da TABELA 6 e da TABELA 7.

TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NA PRODUÇÃO NACIONAL DE FRANGOS (SEM ESPECIFICAÇÃO).

ANO	PERCENTUAL SOBRE A PRODUÇÃO NACIONAL
1994	16,4%
1999	18,29%
2005	21,72%
2006	22,25%

Fonte: Sindiavipar – Anuário 2007.

TABELA 7 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NA EXPORTAÇÃO NACIONAL DE FRANGOS (SEM ESPECIFICAÇÃO).

ANO	PERCENTUAL SOBRE A EXPORTAÇÃO NACIONAL
1994	11,66%
1999	33,13%
2005	27,63%
2006	27,40%

Fonte: Sindiavipar – Anuário 2007.

Mas é na primeira década do século XXI que o estado, de fato, se estabelece na liderança produtiva nacional, superando Santa Catarina em termos de produção e em exportação, conforme dados da TABELA 8, TABELA 9 e TABELA 10.

Observa-se que a inversão na liderança da produção entre os dois estados ocorre no início dos anos 2000 e a partir de então, o Paraná consolida e expande a diferença para Santa Catarina.

Já em termos de participação nas exportações, o Paraná supera Santa Catarina em 2006, e vem mantendo a liderança do ranking desde então.

TABELA 8 - PRODUÇÃO DE FRANGOS SEGUNDO ALOJAMENTO DE PINTOS.

ANO	PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ SOBRE A PRODUÇÃO BRASILEIRA (%)	PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA SOBRE A PRODUÇÃO BRASILEIRA (%)
1999	18,29	18,78
2000	18,99	18,65
2004	22,68	17,89
2005	22,43	17,27
2006	22,25	16,90
2007	22,69	16,77
2008	23,21	16,45

Fonte: Sindiavipar – Anuários 2007, 2008 e 2009.

TABELA 9 - PRODUÇÃO DE FRANGOS SEGUNDO CABEÇAS ABATIDAS.

ANO	PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ SOBRE A PRODUÇÃO BRASILEIRA (%)	PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA SOBRE A PRODUÇÃO BRASILEIRA (%)
2005	28,61	21,74
2006	26,64	19,39
2007	26,80	19,10
2008	26,73	18,47
2009	28,01	18,83
2010	27,60	18,68
2011	26,90	18,16
2012	27,56	17,51
2013	29,03	16,95
2014	31,25	17,49
2015	32,04	16,63
2016	32,43	16,19
2017	34,17	16,25
2018	34,99	14,82
2019	35,88	15,53
2020	35,81	14,86
2021	33,61	13,43

Fonte: Sindiavipar – Anuários 2010, 2015, 2020, 2021 e 2022.

TABELA 10 - EXPORTAÇÃO DE FRANGO (EM KG).

ANO	PERCENTUAL DO PARANÁ SOBRE A EXPORTAÇÃO NACIONAL (%)	PERCENTUAL DE SANTA CATARINA SOBRE A EXPORTAÇÃO NACIONAL (%)
2001	24,81	39,53
2002	24,26	42,83
2003	25,63	31,25
2004	27,56	29,04
2005	27,63	27,76
2006	27,40	25,50

Fonte: Sindiavipar – Anuário 2007.

No mais recente relatório de produção avícola brasileira (ABPA, 2022), os dados comparativos são os seguintes: Em termos de participação no abate nacional, em 2021, o Paraná apresentou índice de 35,54% contra 14,89% de Santa Catarina. No mesmo ano, por sua vez, em termos de participação na exportação, o Paraná apresentou 40,38% contra 22,95% de Santa Catarina.

Para muitos pesquisadores, este expressivo desempenho produtivo está associado à expansão do sistema de produção integrada.

De acordo com Guareski et al., (2019, p.47)

Em oito anos o número de avicultores integrados no estado do Paraná subiu em torno de 50,6%. Esses dados informativos foram coletados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná – SEAB - entre os meses de agosto do ano 2000 e junho de 2008. No início deste período havia cerca de 5.810 produtores cadastrados sob regime de integração, esse número mais que dobrou no ano de 2008, passando para 11.465 avicultores (SEAB, 2008).

Seguindo o exemplo dos Estados Unidos, a produção baseada em contratos entre produtores e agroindústria (integração vertical) encontrou fatores favoráveis na região sul: estrutura agrária (baseada em pequenas propriedades com predomínio de mão-de-obra familiar) e ainda a tradição dos colonos, principalmente alemães e italianos, na criação de pequenos animais (CANEVER et al., 1997).

Além disso, Rizzi (1993) aponta que foram decisivos para a concentração do setor na região o fato da mesma constituir-se num polo de atração de capitais nacionais e internacionais, principalmente a partir de 1970, e a presença de empresas que já atuavam na produção de cereais e suínos e que passaram a atuar no setor avícola.

Para Cielo (2015) a expansão das fronteiras agrícolas e o intenso processo de modernização agropecuária pelo qual o estado do Paraná passou entre as décadas de 1970 e 1980, levaram à expansão do cultivo da soja e do milho, que, por sua vez, viabilizaram a implantação das agroindústrias de processamento desses produtos.

Como o milho e a soja correspondem à matéria-prima base para a fabricação da ração das aves, essa característica foi fundamental para fortalecer a avicultura moderna no estado.

Sobre a expansão da lavoura de soja no Paraná é importante ressaltar a criação da Comissão Estadual de Sementes de Soja no Paraná, em 1969 e do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), em 1972, que viabilizaram a produção de sementes e o desenvolvimento de pesquisas na área. Além disso, as cooperativas atuaram na execução de experimentação regional das sementes, e o Instituto Privado de Óleo (INSTIÓLEOS) ofertou suporte financeiro (CAMPOS, 2011)⁸⁴.

Mesmo com a expansão da produção no Centro-Oeste nos últimos anos, a produção paranaense de grãos continua representando papel de destaque no cenário nacional e favorecendo a produção de frangos, conforme evidencia os dados a seguir (TABELA 11).

TABELA 11 - RELAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO NACIONAL E PARANAENSE DE SOJA E MILHO – 2021.

	BRASIL		PARANÁ		PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ EM RELAÇÃO AO BRASIL (%)	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Milho	20.895.600	112.342.800	2.888.800	8.853.200	13,82	7,88
Soja	40.586.900	125.471.300	5.590.000	19.800.300	13,77	15,78

Fonte: A autora. Elaborado a partir dos dados do Anuário Sindiavipar 2022.

⁸⁴ Para Campos (2011, p.187), a introdução da soja foi responsável por alterar a configuração espacial do espaço rural e urbano paranaense, que a partir de então recebeu novos objetos geográficos, dentre os quais podemos destacar as agroindústrias, e gerou novos arranjos sociais com reflexo direto nas relações existentes entre campo e cidade, que, assim, se tornaram mais complexas. “Vale ressaltar que o espaço rural paranaense tornou-se o “locus” da modernidade pós-cientificização da agricultura, em parte graças ao complexo sojicultor, modificando assim os arranjos e configurações das paisagens rurais e urbanas, e com conseqüente geração de uma série de metamorfoses no espaço habitado”.

Para Zen (2009), a modernização da agricultura teve impacto decisivo no setor avícola, pois o uso de maquinários e defensivos agrícolas, ao reduzir a necessidade de mão-de-obra e o tempo dedicado à produção, favoreceu a adoção de atividades complementares pelos agricultores, embora tenha gerado uma dependência financeira para a viabilização da produção.

Com tempo disponível, a diversificação se tornou uma estratégia para aumentar a renda, levando à associação entre agricultores e agroindústria em diversos ramos, como na produção do tabaco, da seda, do vinho, além dos frigoríficos (avícola, bovino, suíno) (ZEN, 2009).

Como a produção em pequena escala tem inviabilizado a sobrevivência do pequeno produtor, coube a ele, nesse contexto, escolher entre dois caminhos, o do êxodo rural ou o da adaptação de sua propriedade e integração à agroindústria, área em que a mão-de-obra familiar era um elemento positivo (ZEN, 2009).

Foi o caso da Região Sul, onde a adaptação da agricultura familiar impulsionou o desenvolvimento da avicultura de corte.

A instalação de agroindústrias processadoras de carne na Região Sul foi favorecida ainda pela política estatal de estímulo à urbanização e industrialização, atendendo ao projeto de modernização da sociedade brasileira e respaldada pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE (instituído pela Lei Estadual nº 5.515, de 15/02/1967) operacionalizado no Paraná pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. – BADEP até 1991.

A fim de aguçar o processo de intensificação da urbanização no país, consequência do sucesso da industrialização, o governo decidiu incentivar o êxodo rural, com o objetivo de colocar operários à disposição da indústria ora em expansão. Nesse quadro muitos esforços não só para incrementar a agricultura e estimular as produções de soja e de milho, mas também conceder incentivos fiscais por parte do governo para as indústrias interessadas em atuar fora eixo Rio-São Paulo, que acabou por incentivar o aparecimento e o fortalecimento das agroindústrias de alimentação na região sul do país. De outro modo, o que permitiu que as agroindústrias ali instaladas assimilassem e estabelecessem o padrão de produção da avicultura integrada sem maiores dificuldades (WERNER, 2017, p.31-32).

Em função de uma conjuntura favorável, com inúmeras políticas públicas de fomento, a integração na avicultura, iniciada em Santa Catarina por empresas que já atuavam na produção de suínos, se espalha rapidamente, principalmente para os

demais estados do Sul e para o Sudeste, ainda nas décadas de 1970 e 1980, e, a partir da década de 1990, para o Centro-Oeste.

Esses fatores permitem afirmar, segundo Canever et al. (1997), que a avicultura empresarial brasileira surge de forma planejada, sendo que as agroindústrias buscaram se instalar próximas das regiões produtoras de grãos e, sobretudo, em áreas propícias ao modelo de integração, condições essas, plenamente atendidas pelo estado do Paraná.

Segundo Dalla Costa (1993) a avicultura industrial no Paraná tem início em 1962, a partir de um estudo de potencialidades realizado no início desta década em convênio com a Aliança para o Progresso⁸⁵. Como esse estudo concluiu que o estado apresentava condições favoráveis, formulou-se um projeto piloto que serviu de subsídio para a implantação e desenvolvimento do setor.

Para tanto, realizou-se um levantamento a nível de municípios, entre 5 a 10, em torno dos polos. Posteriormente, foram selecionados entre 5 e 10 avicultores de cada município para integrarem o programa que previa a doação de um galinheiro com 10 m², 100 pintinhos de um dia e rações suficientes para um período de criação. O programa fornecia ainda assistência técnica, vacinação e curso de treinamento para todos os avicultores. Os que conseguiram melhores resultados foram encaminhados a agentes financeiros para dar continuidade e ampliar a criação (DALLA COSTA, 1993, p. 105).

A partir dessa experiência, o governo saiu de cena, deixando a estruturação da atividade a cargo da iniciativa privada (DALLA COSTA, 1993).

Ressalta-se que, ao longo do tempo, ocorreu uma reespecialização da atividade no território paranaense. No início, em 1969, a maior parcela (92,73%) do total de abates se encontrava em Curitiba, e o segundo lugar estava em Maringá (6,94%), na região Norte, tipificando uma concentração próxima aos maiores centros consumidores (DALLA COSTA, 1993).

Essa tendência vai se modificando nas décadas seguintes. Já em 1978, 61,42% do total de abates do estado localizava-se nos municípios de Castro e Ponta Grossa, sendo que Curitiba e região ainda respondiam por 26,48% e a região Norte aparecia com 11,13% (DALLA COSTA, 1993).

⁸⁵ Projeto político, comandado pelos EUA, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e a integração entre os países americanos e, assim, impedir a expansão dos ideais comunistas no continente.

Porém, é na década de 1990 que ocorre uma significativa mudança de padrão, que perdura até os dias atuais. Trata-se do deslocamento e concentração da atividade para as regiões Sudoeste e Oeste. Segundo Dalla Costa (1993), nos anos 90 essas regiões representavam 37,42% e 31,79% dos abates de aves no Paraná, seguidos pela Lapa (7,96%) e Castro (7,89%).

Atualmente, conforme mostra a TABELA 12, essas regiões, ao lado do Norte Central, continuam sendo as áreas de grande destaque da avicultura paranaense, embora ambos tenham perdido participação relativa, principalmente o Sudoeste.

TABELA 12 - NÚMERO DE GRANJAS DE FRANGO DE CORTE POR REGIÃO DO PARANÁ – 2021.

REGIÃO (IBGE)	GRANJAS DE CORTE	%
Noroeste	1.709	9,03
Norte Central	2 833	19,46
Norte Pioneiro	772	5,66
Oeste	6.273	31,12
Centro Ocidental	957	8,29
Centro Oriental e Metropolitana	1.029	6,78
Sudoeste	2.779	19,86
Centro Sul	83	-----
Sudeste	155	-----
TOTAL	19.969	100

Fonte: Sindiavipar (2022).

Segundo Costa et al. (2015), a produção de aves no Oeste Paranaense tem se destacado nas diferentes escalas espaciais, ampliando sua participação de 5,3% em 2000 para 7% em 2010, na esfera nacional, de 10,8% em 2000 para 13,6% em 2010, no nível regional, e de 28,5% em 2000 para 29,7% em 2010, no âmbito estadual.

Esse padrão de localização pode ser explicado pelo fortalecimento das cooperativas de produtores rurais, que atuam principalmente na produção de grãos, carnes e laticínios, instaladas na região. Por exemplo, a Cooperativa Central Aurora Alimentos, fundada em 1969 pela fusão de cooperativas menores e atualmente o terceiro maior conglomerado industrial do setor de carnes do país, além de outros exemplos, como a C. Vale (antiga Campal, criada em 1963), a Copacol (1963), a Lar (1964), a Coasul (1969) e a Coopavel (1970). (COSTA et al., 2015).

Dessa forma, merece destaque a participação das cooperativas agroindustriais na produção de frangos de corte no Paraná, o que, somado à atuação das demais empresas, nacionais e internacionais, confere expressiva importância do estado no cenário nacional.

As principais empresas de abate de frango do país têm unidades no Paraná, principalmente, nas regiões Oeste, Sudoeste, Noroeste e Norte Central. Dentre as principais podemos citar: BR Foods, Seara (JBS), BIG Frango, Globoaves, Tayson Brasil e as cooperativas, C.Vale, Coopavel e Copacol. Além dessas grandes empresas existem no Paraná também empresas médias e pequenas que abastecem o mercado regional e local (COSTA et al., 2015, p. 13).

De acordo com levantamento de Costa et al. (2015), no Paraná atuam 34 grandes abatedouros, 9 médios abatedouros e 10 pequenos abatedouros, classificação esta baseada no sistema de inspeção do estabelecimento⁸⁶.

Por sua vez, o Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná – Sindiavipar, que representa abatedouros e incubatórios de produtos avícolas do estado, é composto pelas seguintes empresas, conforme a FIGURA 11.

⁸⁶ Grandes abatedouros possuem SIF (Sistema de Inspeção Federal), que lhes permite, além exportar, vender para todo o território nacional. Os médios abatedouros são aqueles que têm o SIP (Sistema de Inspeção Paranaense) e, portanto, suas vendas devem se restringir ao nível estadual. E por fim, os pequenos abatedouros, que possuem o SIM (Sistema de Inspeção Municipal), cuja atuação fica restrita ao próprio município (COSTA et al., 2015).

FIGURA 11 - EMPRESAS ASSOCIADAS AO SINDIAVIPAR – 2022.



Fonte: Anuário Sindiavipar – 2022.

É a atuação conjunta dos diversos tipos de empresas, incluindo as cooperativas, que confere notoriedade ao segmento no estado, no Brasil e mesmo no mundo.

A carne de frango é atualmente o segundo item mais exportado no Paraná. No estado chama a atenção o excelente desempenho da região Oeste, notadamente a partir de suas cooperativas de produção e industrialização de aves. Estas têm realizados grandes investimentos, que em conjunto com as maiores empresas do setor localizadas na região, transformaram o Oeste do Paraná com a principal região de produção de carne de frango do mundo. As inovações tecnológicas combinadas com as vantagens competitivas colocaram esta região no topo da produção e exportação nacional (COSTA et al., 2015, p. 14).

Em termos de destino, segundo o Anuário 2022 do Sindiavipar, os principais países compradores do frango paranaense, em volume são: China (19,95%); África do Sul (9,52%); Emirados Árabes (8,30%); Japão (7,51%); Rússia (3,90%); Arábia Saudita (3,78%); Kuwait (3,28%); Hong Kong (1,99%); Egito (1,40%) e Países Baixos (1,30%). De todo modo, os números revelam a importância do mercado asiático e do oriente médio (atendido com a produção do frango halal).

Considerando o tipo de produto exportado, segundo dados do Anuário 2022 do Sindiavipar, o frango em cortes representa 74,80% do montante, o frango inteiro

21,44%, os processados 1,71%, os salgados 1,45%, os embutidos 0,55% e os subprodutos 0,05%.

Embora a carne de frango seja extremamente relevante na pauta de exportações paranaenses, a maior parte da produção do estado continua sendo destinada ao consumo interno, conforme a TABELA 13.

TABELA 13 - DESTINO DA CARNE DE FRANGO PARANAENSE.

ANO	MERCADO INTERNO (%)	MERCADO EXTERNO (%)
2016	64,68	35,32
2017	64,76	35,24
2018	65,66	34,34
2019	66,42	33,58
2020	66,32	33,68
2021	63,01	36,99

Fonte: Sindiavipar – Anuário 2021; 2022.

Essas estatísticas desmentem alguns mitos em torno da agropecuária moderna, no caso, da produção e consumo da carne de frango. Embora o Paraná seja locus da modernização, tecnificação e capitalização da produção de grãos e de aves, ou seja, um polo do agronegócio brasileiro, os dados evidenciam a importância do setor para o consumo interno. O agronegócio produz alimentos para a população local, produz inclusive a proteína animal mais barata e mais consumida no país: o frango.

Portanto, é equivocado pensar que há uma incompatibilidade entre a produção para o mercado interno e a produção de exportação, pois o que existe, especialmente sob a égide da globalização, é uma complementaridade entre os mercados nacionais. Conclusão já apresentada em trabalhos de Broietti; Medeiros; Sampaio (2005), de Loch; Diniz Filho (2014) e de Zafalon; Diniz Filho (2020).

Esse fato, no entanto, não invalida as discussões sobre as transformações que se processaram no sistema produtivo avícola, que levaram à substituição do modelo familiar (camponês), no qual a criação de aves era apenas uma atividade complementar na propriedade, para um padrão empresarial, que demanda um aporte financeiro cada vez maior, introduz o trabalho assalariado e se associa definitivamente à dinâmica industrial.

Essas novas características não se restringem aos produtores integrados às agroindústrias, mas também são encontradas na dinâmica cooperativista.

Para Teixeira (2002, p.162), com a modernização e industrialização da agricultura e conseqüente formação dos CAIs, as cooperativas agropecuárias também

passaram a ter sua dinâmica definida a partir da indústria, de modo que, “ao modernizar-se e especializar-se na transformação dos produtos agrícolas em industriais, alteram-se para cooperativas agroindustriais e verticalizam-se nos moldes empresariais do pensar capitalista”.

Com a industrialização das cooperativas, orientada pela modernização agrícola, foram adotadas novas formas empresariais e novas funções produtivas, transformando-se em agroindústrias e integrando-se ao complexo agroindustrial (TEIXEIRA, 2002).

Tal processo é verificado nas cooperativas agrícolas do oeste paranaense que, de acordo com Belusso (2010), originaram-se nas décadas de 1960 e 1970 e estruturaram-se para receber grãos, principalmente milho e soja, mas que a partir da década de 1980, envolveram-se também na avicultura.

Para se manterem competitivas, essas cooperativas agroindustriais atuam de modo semelhante a uma empresa privada e respondem, atualmente, por expressiva participação na produção estadual de frangos de corte, além de contribuir para o posto de destaque que o Paraná apresenta nesse segmento produtivo.

Para Santos (2014, p.21), as cooperativas representam uma estratégia produtiva para a inserção de uma parcela significativa de produtores agrícolas no mercado, pois: “Elas facilitam ganho de escala, organização produtiva, infraestrutura, logística, armazenagem, compra de insumos em condições vantajosas, assistência técnica e adoção de novas tecnologias”, reduzindo custos, gerando informações mais precisas sobre a produção e o mercado bem como ainda facilitando demandas burocráticas e o acesso.

No caso da avicultura, especificamente, o sistema cooperativo facilitou a entrada de produtores de menor porte na atividade. Porém, é preciso relativizar a questão do porte neste ramo, visto que, embora sejam definidos como produtores de menor porte, os avicultores representam um segmento relativamente capitalizado, quando comparados aos demais pequenos produtores rurais brasileiros.

Considerando que o percentual de participação dos pequenos produtores rurais nas exportações brasileiras, em todos os produtos, é pequeno, pois são os grandes produtores, via integração e por meio das grandes empresas comercializadoras que detém a maior fatia das exportações, as cooperativas se tornam agentes de inserção dos produtores de menor porte nesta cadeia produtiva, como ocorre, por exemplo, na avicultura. “A inserção do pequeno avicultor no

comércio internacional ocorre por meio de cooperativas de todos os setores produtivos, sendo que 99,6% de todas as exportações de cooperativas são de produtos da agricultura e agroindústria” (SANTOS, 2014, p.24).

Além de favorecerem a participação de produtores de menor porte, as cooperativas, acompanhando as tendências estipuladas pelas empresas líderes do setor, estimulam a modernização, ou seja, buscam elevados padrões produtivos, compatíveis com as demandas do mercado interno e internacional. Com esse propósito, disseminam tecnologias e capacitam os avicultores, gerando benefícios para toda a cadeia nacional (SANTOS, 2014).

Segundo dados apresentados por Santos (2014), os principais produtos da pauta de exportação das cooperativas brasileiras são os provenientes do complexo soja, seguido de sacarose e aves.

Em termos espaciais, verifica-se que entre os estados com maior expressividade na exportação por parte de cooperativas estão o Paraná, com 31,44%, seguido de São Paulo, com 30,86% e Minas Gerais, com 10,10%. Merecem destaque ainda, por apresentarem percentual acima de 5%, os estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, com participação de 7,76%, 6,29% e 5,57%, respectivamente. “Os dados demonstram que o setor da avicultura tem significativa expressão nas exportações de cooperativas brasileiras para o exterior, o que reflete o crescimento da demanda internacional por proteína animal e, em especial, aves” (SANTOS, 2014, p.25).

Embora tenham apresentado papel decisivo para a expansão da avicultura paranaense, o atual contexto, de contínua expansão tecnológica e de aporte financeiro para ingresso na atividade, tende a limitar ou mesmo anular a capacidade das cooperativas de introduzir os agricultores familiares no setor.

Portanto, a avicultura paranaense, que começa tendo caráter complementar nas propriedades, vai se profissionalizando e especializando-se, e, juntamente com o progresso tecnológico, que amplia a capacidade de alojamento dos aviários, com o melhoramento genético e biológico (elevação da conversão alimentar – relação ração consumida e conversão em carne), as políticas públicas de fomento e a atuação das cooperativas agrícolas, revolucionam a produção de frangos no estado.

3.6.2 Políticas públicas: fomento a avicultura paranaense

Conforme apontado na segunda seção deste capítulo, no cenário nacional na década de 1990, o BNDES foi a principal fonte de financiamento da cadeia de carnes, na qual a avicultura está inserida. No Paraná, por sua vez, segundo Zen (2009) também merece destaque o Programa Panela Cheia (1991/94), que financiava produtos e equipamentos aos agricultores e que favoreceu a entrada dos agricultores na produção integrada de frangos.

[...] por mais que este programa tenha sido benéfico aos pequenos produtores rurais que encontraram nele um incentivo para integrar-se à agroindústria, seus efeitos repercutiram muito favoravelmente à indústria de frangos, que pode contar com a adesão de um número maior de avicultores com o apoio financeiro do Estado. (ZEN, 2009, p. 24).

Tanto no cenário nacional, quanto paranaense, a década de 1990 foi particularmente favorável à avicultura por causa do contexto político econômico, uma vez que a abertura comercial e a reestruturação produtiva impulsionaram significativamente a atividade, projetando-a no mercado internacional. “Se a abertura comercial trouxe perdas para a maioria dos setores da economia nacional, a avicultura, que já nasceu na condição de oligopólio, se beneficiou, e teve suas exportações multiplicadas a partir da década de 1990” (ZEN, 2009, p. 26).

Na primeira década do século XXI, o Paraná se tornou o maior produtor de carne de frango do Brasil e, a partir de então, conforme já exposto, mesmo com o aumento da produção em outros estados, sobretudo no Centro-Oeste, consolidou sua liderança, tanto em termos de abate e processamento quanto em relação à participação na exportação nacional.

No início dos anos 90, já se verificava uma forte concentração das exportações de frango na região sul do Brasil, com a liderança do estado de Santa Catarina: “De um total de 89.652 mil t exportadas em 1990, Santa Catarina participa com 57,87%, seguida do Rio Grande do Sul com 22,2% e Paraná com 18,5%” (ESPÍNDOLA, 1996, p. 217).

Nos anos seguintes, porém, verificou-se a expansão da participação do estado do Paraná, tanto na produção quanto na exportação de carne de frango, transformando o Paraná no maior produtor e exportador do país.

Para Zen (2009), as políticas de incentivo às exportações, adotadas pelo Estado a partir da década de 1970, permitiram a ampliação do mercado consumidor das indústrias, mesmo num cenário de crise do mercado interno. Para a avicultura

industrial, especialmente, essa política criou um importante mercado consumidor para o frango brasileiro, o Oriente Médio, tornando o país o maior exportador de frango halal do mundo.

Atualmente, o Paraná, maior exportador nacional, também detém a liderança no abate e exportação do frango halal, destinado, sobretudo, aos países dessa região.

Na pauta de exportação paranaense, a carne de frango ocupa posto privilegiado (segundo colocado em 2020, atrás apenas do complexo soja) e, embora a produção ocorra em todo o estado, merece destaque o desempenho atual das mesorregiões Oeste, Sudoeste e Norte Central, conforme apresentado na tabela 12.

Portanto, é possível afirmar que a avicultura moderna encontrou condições especialmente promissoras no Paraná, principalmente a partir da década de 1960, acompanhando o cenário nacional de modernização da agropecuária, de fomento a indústria e por fim, da constituição dos complexos agroindustriais. No território estadual, as políticas desenvolvimentistas, implantadas, sobretudo após 1964, favoreceram a instalação e o desenvolvimento das agroindústrias processadoras de carne.

Os programas de fomento à industrialização federal foram alavancados pela atuação do BADEP- Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., instituído pela resolução número 93 do Banco Central, em 26 de janeiro de 1968, substituindo a CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná, criada em 1962 e que até então administrava o FDE – Fundo de Desenvolvimento Econômico (IPARDES, 1978).

Cunha Filho (2005) aponta uma importante diferença no direcionamento dos financiamentos entre a CODEPAR e o BADEP. Com efeito, a CODEPAR privilegiava os investimentos em infraestrutura, mas, a partir de 1966, acompanhando o direcionamento da política de desenvolvimento federal e, posteriormente, com sua transformação em BADEP, o foco dos financiamentos se dirige para o setor industrial.

A transformação da CODEPAR em BADEP não uma mera troca de siglas. Ela veio alterar significativamente as metas a serem perseguidas. Ainda que tivesse seu campo de atuação definido pelo BACEN, ainda que estivesse acorrentado ao “Sistema BNDE”, ainda assim o BADEP continuava a ser um instrumento do Governo do Estado destinado ao desenvolvimento do Paraná (CUNHA FILHO, 2005, p.253).

Nesse contexto histórico, o desenvolvimento era entendido como sinônimo de industrialização, que no caso do Paraná significava uma transformação do padrão

primário-exportador, centrado na produção cafeeira, até então vigente (CUNHA FILHO, 2005).

Além dessa mudança de foco é importante destacar outro aspecto que difere a atuação da CODEPAR do BADEP em termos de fomento a industrialização. Segundo Cunha Filho (2005), enquanto que com a primeira agência de fomento os projetos industriais financiados seguiam a orientação de atender aqueles que se adequassem ao critério do desenvolvimento via substituição de importações (em relação aos centros mais dinâmicos da economia brasileira, como Rio de Janeiro e São Paulo), com o BADEP o eixo norteador se tornou a integração e complementação ao parque industrial nacional. Essa diretriz, por sua vez, também atendia a demanda do governo federal pós 1964, que cobrava mais eficiência nas políticas de desenvolvimento.

O BADEP operacionalizava recursos do BNDE (fundos e programas específicos do governo federal, como o FINAME), do FDE e ainda recursos próprios. Entre os ramos industriais financiáveis pelo mesmo, encontramos as agroindústrias de alimentos, setor onde se enquadram os frigoríficos de aves, definido como Categoria “D” – Ramos Industriais Não-Financiáveis com Créditos Privilegiados ou Exclusivos do BADEP/FDE, que atendia aos ramos tradicionais da economia paranaense, como atividades ligadas ao extrativismo mineral, a indústria de transformação, setor madeireiro, têxtil, fumo, entre outros.

No segmento dos produtos alimentares estavam enquadrados

a) beneficiamento, torrefação e moagem de produtos alimentares; b) abate de reses e preparação de carne para terceiros (matadouros municipais e particulares); c) abate de reses e preparação de carne verde por conta própria (inclusive subprodutos); d) abate e preparação de carne e de aves e pequenos animais; e) refinação e moagem de açúcar; f) fabricação de produtos de padaria, confeitaria, pastelaria e de sorvetes; g) fabricação de vinhos. Aguardentes, aguardentes de cana-de-açúcar e outras bebidas espirituosas (CUNHA FILHO, 2005, p. 262).

Destaca-se ainda que, principalmente na década de 1970, pautando-se pela teoria das vantagens comparativas, o BADEP buscou priorizar empreendimentos que encontrassem no Paraná condições favoráveis e também “oferecer incentivos às empresas (na sua maioria estrangeiras) que possuíam grandes fatias do mercado interno, e considerável penetração no mercado externo”, deslocando sua ênfase para o grande capital, mais competitivo. Com essa nova estratégia, as pequenas e médias

empresas (até então valorizadas como via alternativa à importação de produtos vindos de São Paulo) perdem espaço na política de industrialização paranaense (CUNHA FILHO, 2005, p. 257).

Essa política, juntamente com os projetos de abastecimento do mercado interno e de ampliação da pauta de exportações promovidas pelos programas federais, foram, certamente, decisivos para o fortalecimento das agroindústrias processadoras de frangos no território paranaense.

Também no bojo do processo de modernização, como abordado nas primeiras seções deste capítulo, foram criados centros de pesquisa e assistência técnica, como a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (1972) e a EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (1974). Acompanhando o programa nacional, são criadas a EMATER – Paraná (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1977), que substituiu a antiga Acarpa - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (1959) e o IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná (1972) (BIANCHINI, 2010).

A década de 1970 é especialmente significativa no Paraná por assinalar o declínio da lavoura cafeeira e inserir o estado na cadeia da soja e do milho, embasando, por sua vez, a avicultura e a suinocultura e “transformando o estado no maior produtor de grãos do país, principal produtor de frangos, terceiro em leite e suínos e detentor de um grande complexo agroindustrial formado pela ação da iniciativa privada e de um cooperativismo forte” (BIANCHINI, 2010, p. 164).

A grande oferta de crédito subsidiado, na esfera nacional (principalmente pelo BNDE), regional (pelo BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, fundado em 1961 pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e estadual (FDE/BADEP), do chamado período de modernização conservadora da agricultura, no entanto, é considerada por Bianchini (2010), altamente seletivo, pois priorizou determinadas regiões, cadeias de produção e perfis de agricultores.

Os Bancos de Desenvolvimento como o BADEP, hoje Agência de Fomento do Paraná, e o BRDE têm atuado mais em função de políticas de desenvolvimento junto às empresas agropecuárias e agroindústrias e tiveram atuação junto aos pequenos e médios agricultores e ou agricultores familiares (BIANCHINI, 2010, p.172).

Embora tenha excluído os produtores menos capitalizados do processo de modernização, o viés adotado pela política de crédito (rural e agroindustrial) foi um dos fatores responsáveis por projetar o setor avícola no estado.

A política de crédito subsidiado financiou tanto a instalação de frigoríficos e a comercialização para as agroindústrias, quanto a instalação de aviários e equipamentos aos fornecedores de matéria-prima (o produtor integrado), ainda que as vias e condições de acesso aos recursos tenham sido diferenciadas para grandes e pequenos proprietários (RIZZI, 1998, p. 3 apud ZEN, 2009, p. 21).

A exemplo do que ocorreu no Brasil, no Paraná também estão presentes mecanismos de apoio à avicultura: no financiamento da produção (CODEPAR, BADEP) e na criação de órgãos de estudos e pesquisas para o desenvolvimento econômico e agrícola (IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 1973 e IAPAR - Instituto Agrônômico do Paraná, 1972).

Assim, ao lado dos investimentos em pesquisa e assistência técnica, as operações de crédito foram fundamentais para alavancar o projeto desenvolvimentista em curso na economia brasileira e paranaense, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980. Desse modo, as cadeias agroindustriais de produção de alimentos, dentre as quais se encontra a avicultura, foram impulsionadas com recursos federais e estaduais.

Portanto, o processo de modernização agropecuária ocorrido no Paraná seguiu os padrões nacionais, ou seja, ocorreu por meio do fomento estatal a integração do setor primário ao setor industrial, ou como alguns autores costumam chamar “industrialização da agricultura”, e de agroindustrialização. O que, somado a características específicas (estrutura agrária assentada em pequenas propriedades com mão-de-obra familiar) e a substituição da lavoura cafeeira pela produção moderna de grãos, sobretudo soja e milho, a partir da década de 1970, impulsionaram a avicultura de corte no estado.

Ressalta-se também que, embora as políticas de crédito tenham, historicamente, favorecido determinado perfil de produtores, o sistema de financiamento continua exercendo papel fundamental na expansão da atividade avícola até os dias de hoje.

De acordo com Guareski et al., (2019, p.49)

Devido à grande demanda pela carne de frango no Paraná, as taxas de financiamentos ficam mais convidativas aos investimentos. O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), liberou em torno de um bilhão e duzentos milhões de reais em financiamentos direcionados somente para construção de aviários nos últimos 15 anos (MARTINS, 2015).

Corroborando esta tese, a pesquisa de Días et. al, (2010)⁸⁷ evidencia justamente o papel do crédito rural na expansão e consolidação da avicultura de corte na região sul. Para fins deste trabalho, os dados referentes ao estado do Paraná são particularmente importantes.

Sem desconsiderar seu caráter seletivo, os autores destacam o papel do SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural no processo de modernização da agricultura brasileira e a consequente integração da produção primária ao setor industrial e de serviços.

O crédito rural estimulou os investimentos rurais, garantindo o valor de custeio da produção e comercialização e conseqüentemente favorecendo o setor rural, o qual é responsável pela produção de alimentos. Além disto, favoreceu o desenvolvimento de tecnologias que promovem a melhoria da produtividade e o aumento da produção de alimentos, embora se tenha clareza de seus equívocos, sobretudo que tange sua trajetória seletiva, colocando a margem desse processo quantidade significativa de pequenos e médios agricultores. (DÍAS, et al., 2010, p. 54).

Embora não apresentasse a mesma dimensão da década de 1970, o crédito rural, via SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) continuou tendo papel de grande importância para a expansão da produção avícola brasileira nos anos 90, principalmente para os estados da Região Sul.

De acordo com dados apresentados em pesquisa de Días et al. (2010), o número de contratos destinados para a produção de aves de corte na modalidade custeio, entre 1990 e 2005, foi mais expressivo nos estados de Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, respectivamente.

Entre as diferentes atividades da avicultura, a produção de aves para abate é a que tem recebido maior financiamento. Vale destacar, que esta atividade apresentou significativo crescimento durante a década de 1990, e obteve

⁸⁷ Neste trabalho os autores analisaram o financiamento da produção de frango pelo Sistema Nacional de Crédito Rural entre os anos de 1990 e 2005, abrangendo os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e as seguintes modalidades de financiamento da produção avícola: custeio e investimento para a produção de frango de corte e custeio e investimento para a produção de crias.

ganhos de competitividade (DÍAS et al., 2010, p. 62)

Quanto ao montante de recursos liberados para a avicultura de corte, na modalidade custeio, no mesmo período, Días et al. (2010) verificou que 72,7% concentraram-se na região sul, com Santa Catarina à frente (39,7%), seguido do Rio Grande do Sul (17,9%) e Paraná (15%). Neste momento, a região Sudeste ocupava a segunda posição na liberação de recursos, mas foi ultrapassada pelo Centro-Oeste a partir de 2015.

Esses dados indicariam, segundo os autores, que na Região Sul há uma estratégia pública de utilização do crédito de custeio (recurso de curto prazo) para cobrir as despesas correntes da produção (DÍAS et al., 2010).

Outro dado relevante apontado na pesquisa refere-se ao número de contratos para a modalidade investimento granjas avícolas. No período de 1990 a 2005, o Paraná foi o estado que apresentou o maior número deste tipo de contrato. O segundo lugar foi ocupado por Santa Catarina, seguido de Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais (DÍAS et al., 2010).

E ainda, quanto aos valores (montante) destinados à modalidade Investimento Granjas Avícolas, que abrange compra de equipamento necessário, verificou-se que no período 1990-2005, os estados que receberam os maiores valores foram Paraná e Santa Catarina (DÍAS et al., 2010).

Neste quesito, Días et al. (2010) apontam que a modalidade investimento só passou a apresentar valores mais significativos a partir da desvalorização cambial de 1999. Isso indicaria que, durante a década de 1990, os créditos tomados não representaram aumento da estrutura produtiva.

No entanto, a expansão do crédito de investimento a partir dos anos 2000 ocorre concomitantemente ao processo de modernização do sistema de produção de frangos de corte (automatização dos galpões) e o fato do Paraná liderar o ranking do crédito de investimentos pode representar uma das causas da expressiva expansão da produção no estado e sua chegada ao posto de maior produtor e exportador de frango do país na primeira década do século.

A modalidade investimento destaca-se no estado de Paraná tanto para granjas avícolas como na compra de aves e ovos. A particularidade do estado do Paraná se estabelece pelo número de empresas integradoras e que apresentam parques de produção de material genético o que estimula o investimento para a renovação da produção, bem como a instalação de novos

galpões com a finalidade de aumentar a produção avícola (DÍAS et al., 2010, p.67).

Portanto, podemos considerar que o crédito rural associado aos demais fatores (vantagens competitivas como produção de insumos para a ração; presença de grandes empresas do setor e modelo de integração vertical) expostos nesta seção, são os determinantes da elevada competitividade alcançada pela avicultura paranaense.

Num cenário de constante modernização tecnológica, o acesso ao crédito rural desempenha papel fundamental na seleção dos produtores. Na atualidade o financiamento ao avicultor é feito pelo Pronamp - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural e pelo Inovagro, linha de crédito ao agronegócio do BNDES que se destina a incorporação de inovações tecnológicas nas propriedades rurais e que, portanto, apresentam características de enquadramento incompatíveis com os pequenos produtores rurais. Estes, por sua vez, são atendidos pelo Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que apresenta limites menores para financiamentos de custeio e investimento, incompatíveis com as demandas da avicultura moderna. Assim, o crédito rural continua a ser um fator impulsionador da atividade avícola no país, porém, apresenta caráter seletivo e cada vez mais excludente para os pequenos produtores.

Por fim, para Guareski et al. (2019), os resultados expressivos da avicultura nacional se devem a três fatores decisivos: o melhoramento genético das linhagens, a evolução estrutural, com a ampliação da automação dos aviários, e a profissionalização dos avicultores.

Considerando que o melhoramento do manejo resulta na ampliação da lucratividade, mas pode também alterar os padrões tradicionais no perfil do avicultor, a realização de uma pesquisa qualitativa para averiguar possíveis transformações sociais entre os produtores de frango é importante, pois pode indicar padrões e tendências e subsidiar a elaboração de políticas públicas.

Com este propósito, portanto, serão levantados dados primários a partir de entrevistas com um grupo de avicultores do município de Japira, Norte Pioneiro paranaense.

4 ESTUDO DE CASO: AVICULTORES DE JAPIRA PR

4.1 LOCALIZAÇÃO E AMOSTRA

Para melhor averiguar os pressupostos levantados nesta pesquisa definiu-se uma amostra qualitativa de doze avicultores integrados no município de Japira, na região Norte Pioneiro do estado do Paraná, conforme figuras 12 e 13. Estes produtores estão localizados no bairro rural com maior concentração de avicultores do município, o que facilitou a definição do local da amostra, uma vez que a prefeitura municipal não possui uma listagem de produtores e não consegue determinar com precisão a localização dos mesmos.

FIGURA 12 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAPIRA – PR.



FONTE: IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

FIGURA 13 - LIMITES DO MUNICÍPIO DE JAPIRA - PR.



FONTE: IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

Compreendendo uma área de 187,802 Km², Japira encontra-se a cerca de 300 km de distância da capital do Estado, Curitiba, a uma altitude de 660 metros e apresenta predominância de relevo de suave ondulado a ondulado. Possui uma população de 4.903 habitantes, estando 55,7% em domicílio urbano e 44,3% em domicílio rural. A densidade demográfica é de 26,04 hab/km² (IBGE: CONTAGEM DA POPULAÇÃO - 2010).

O município de Japira foi escolhido por já ter sido campo de análise de pesquisas anteriores da autora bem como o seu atual local de residência.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A amostra em análise foi composta por doze avicultores do município de Japira, dez homens e duas mulheres, integrados de uma mesma empresa cujo abatedouro localiza-se a cerca de 65km da sede municipal. A seguir, serão apresentados os dados levantados entre esses produtores por meio de pesquisa de campo (entrevista) realizada em dezembro de 2022.

a) Faixa etária:

Em relação à idade, os doze entrevistados se encontram divididos nas seguintes faixas etárias, conforme dados da TABELA 14. Observa-se a predominância de produtores na faixa entre 40 e 50 anos de idade. A primazia de avicultores com idade entre 40 e 50 anos também foi verificada em trabalho de Farias e Schneider (2017) para uma amostra de produtores integrados do oeste do Paraná.

TABELA 14 - FAIXA ETÁRIA DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS.

FAIXA ETÁRIA DOS AVICULTORES	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
De 20 a 30 anos	1	8,3
De 30 a 40 anos	2	16,7
De 40 a 50 anos	5	41,6
De 50 a 60 anos	2	16,7
De 60 a 70 anos	2	16,7
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

b) Escolaridade:

O grau de escolaridade dos avicultores também foi levantado na entrevista. Observa-se a predominância de produtores com ensino médio completo e ensino superior, cerca de 66% da amostra, conforme a TABELA 15. Esse dado corrobora a tendência já apontada pelo IBGE⁸⁸ de aumento da escolaridade dos produtores rurais, além de ser totalmente compatível com as demandas da avicultura moderna, como o manejo de tecnologias na produção e ainda o aperfeiçoamento da gestão das propriedades rurais. Estudos como os de Souza, Kiyota e Beal (2013) e de Souza (2015) também sugerem a maior escolaridade dos avicultores em relação aos demais produtores rurais e o aumento da escolaridade, sobretudo entre os avicultores mais jovens.

⁸⁸ “Segundo o Censo de 2017 do IBGE, cerca de 70% não têm o ensino fundamental completo e apenas 2% tem ensino superior. Embora lenta, a baixa escolaridade vem caindo. Caiu de 75% para 70% o percentual de produtores rurais com o ensino fundamental incompleto, do final de 2015 para janeiro de 2018 e subiu de 12% para 13% os com o fundamental completo, de 12% para 15% os com ensino médio completo e de 2,0% para 2,5% os com curso superior” (DALL’AGNOL e PRANDO, 2020, s.p).

TABELA 15 - ESCOLARIDADE DOS AVICULTORES ENTREVISTADOS.

GRAU DE ESCOLARIDADE	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
Ensino Fundamental Incompleto	3	25
Ensino Fundamental Completo	1	8,3
Ensino Médio	4	33,35
Ensino Superior	4	33,35
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

c) Função produtiva da mulher no estabelecimento:

Na amostra analisada, 10 de 12 dos gestores dos aviários são homens casados. Quanto às duas mulheres gestoras, uma é viúva e a outra é solteira.

Observa-se que, conforme a TABELA 16, diferentemente do que ocorre nas famílias comumente identificadas como camponesas, a maioria das esposas não exerce nenhuma função diretamente ligada a exploração econômica do estabelecimento produtivo.

TABELA 16 - FUNÇÃO PRODUTIVA FEMININA.

ATIVIDADE ECONÔMICA DA MULHER (ESPOSA)	NÚMERO DE RESPOSTAS	PERCENTUAL (%)
Esposa/"Do lar" (exerce apenas atividades domésticas)	6	50
"Esposa/"Do lar" e auxilia nas atividades do aviário	2	16,7
Esposa/Exerce atividade remunerada fora do estabelecimento (emprego urbano)	2	16,7
Gestora do estabelecimento	2	16,7
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

d) Atividade econômica e forma de trabalho do produtor anterior a inserção na avicultura:

Investigou-se também a origem produtiva dos avicultores, a fim de averiguar possíveis relações com o modo de produção familiar. Contatou-se, conforme dados da TABELA 17, que a maioria dos produtores já estava inserido em atividades rurais, quer em propriedade própria (58,3%) ou em regime de parceria (16,7%) antes da introdução da avicultura. Apenas três dos entrevistados possuem origem urbana.

TABELA 17 - ATIVIDADE ECONÔMICA E FORMA DE TRABALHO DO AVICULTOR ANTES DO INGRESSO NA PRODUÇÃO INTEGRADA DE FRANGO.

ATIVIDADE ECONÔMICA E FORMA DE TRABALHO ANTERIOR	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
Agricultor em estabelecimento rural próprio	7	58,3
Agricultor em regime de parceria	2	16,7
Trabalhador assalariado urbano	3	25
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

e) Motivações para a inserção na avicultura:

Em relação às motivações para a inserção na produção de frangos, observa-se a predominância das razões de ordem econômica, como o aumento da renda familiar e a estabilidade financeira, apontado por 66,7% dos entrevistados. Em segundo lugar aparece a influência de familiares que já estavam inseridos e que apresentavam resultados positivos na atividade e ainda, de acordo com a TABELA 18, um dos produtores citou o desejo de mudar de estilo de vida, migrando da cidade para o campo.

TABELA 18 - MOTIVAÇÕES PARA A INSERÇÃO NA AVICULTURA.

MOTIVAÇÕES ALEGADAS PELOS AVICULTORES	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
Motivação econômica (melhorar a renda familiar e ter estabilidade financeira)	8	66,7
Experiência positiva de familiares na produção	3	25
Mudança do meio urbano para o rural (mudança de estilo de vida)	1	8,3
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

f) Hipoteca de propriedade e crédito rural:

A hipoteca da propriedade para a obtenção do crédito rural é um mecanismo bastante comum entre os produtores rurais, não sendo diferente para os avicultores. A amostra analisada evidencia essa característica, visto que quase a totalidade desses produtores, de acordo com a TABELA 19, recorreu a esse instrumento para levantar o recurso financeiro necessário para a construção de seus aviários.

TABELA 19 - HIPOTECA DE PROPRIEDADE RURAL PARA A CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO DE AVIÁRIO.

NECESSIDADE DE HIPOTECA DE PROPRIEDADE RURAL	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
Sim	11	91,7
Não	1	8,3
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

A exceção em relação ao padrão de financiamento apresentado diz respeito a um avicultor que adquiriu a propriedade rural com dois galpões de criação já em funcionamento e para a construção do terceiro utilizou recursos próprios combinado com o financiamento, cerca de 45% do valor do novo aviário. Como já tinha uma base econômica consolidada (dois galpões de criação quitados), não precisou recorrer à hipoteca do estabelecimento para conseguir a concessão do crédito.

Na TABELA 20, por sua vez, observa-se que a maioria dos avicultores ainda possui dívida de financiamento a ser quitada, embora o último galpão financiado da amostra em análise tenha sido construído em 2016, apontando que este é um investimento de médio a longo prazo.

TABELA 20 - SITUAÇÃO ATUAL DOS FINANCIAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DOS AVIÁRIOS.

SITUAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
Estão parcialmente pagos	8	66,7
Já estão quitados	4	33,3
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

g) Tamanho médio das propriedades rurais:

A viabilidade (produtiva e financeira) da avicultura em pequenas propriedades rurais, conforme exposto em trabalho de Mello (2018), se confirma na amostra analisada, evidenciando que esta atividade é uma boa opção para aumentar a rentabilidade do produtor agrícola, mesmo que este disponha de uma pequena extensão territorial.

Na TABELA 21, expõem-se os dados sobre o tamanho médio das propriedades rurais que foram hipotecadas para a inserção do produtor na avicultura. Ressalta-se que, conforme mencionado no item anterior, entre os entrevistados, apenas um declarou não ter necessitado da hipoteca da propriedade como requisito para a concessão do crédito rural.

TABELA 21 - TAMANHO MÉDIO DAS PROPRIEDADES RURAIS HIPOTECADAS PARA FINANCIAMENTO DO AVIÁRIO.

TAMANHO MÉDIO DAS PROPRIEDADES	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
Até 3 alqueires paulista	4	36,4
De 3 a 5 alqueires paulista	4	36,4
De 5 a 10 alqueires paulista	2	18,2
Acima de 10 alqueires paulista	1	9
TOTAL	11	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

OBS: A medida de terras comumente adotada no norte do Paraná é o alqueire paulista, que equivale a uma área de 24 200 m², que, por sua vez, corresponde a 2,42 há (hectares), principal unidade de medida das áreas rurais brasileiras e referência para a definição do módulo fiscal, fixado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para cada município.

Por sua vez, a TABELA 22, mostra o tamanho médio de todas as propriedades declaradas pelos avicultores, num total de 15 propriedades. A diferença entre o número total de estabelecimentos entre essas tabelas explica-se em razão de uma propriedade (com 5 alqueires paulista de área) não ter sido utilizada para fins de hipoteca (razões já expostas no item f), uma segunda propriedade (acima de 10 alqueires paulista) já adquirida por um dos avicultores antes do início da atividade e utilizada na pecuária bovina de corte e da compra de duas propriedades (de até 3 alqueires paulista) ter sido realizada posteriormente ao início da atividade avícola pelo produtor. Entre as duas propriedades compradas após a introdução da produção de frangos, uma delas foi destinada justamente à expansão da atividade avícola, enquanto a outra tem sido utilizada para a produção comercial de grãos (soja e milho).

TABELA 22 - TAMANHO MÉDIO DE TODAS AS PROPRIEDADES DECLARADAS PELOS AVICULTORES.

TAMANHO DAS PROPRIEDADES RURAIS	UNIDADES	PERCENTUAL (%)
Até 3 alqueires paulista	6	40
De 3 a 5 alqueires paulista	5	33,4
De 5 a 10 alqueires paulista	2	13,3
Acima de 10 alqueires paulista	2	13,3
TOTAL	15	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Já na TABELA 23 podemos observar que a maioria dos avicultores entrevistados (75%) possui apenas uma propriedade rural.

TABELA 23 - NÚMERO DE PROPRIEDADES RURAIS QUE O AVICULTOR POSSUI.

PROPRIEDADES RURAIS	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
1 propriedade	9	75
2 propriedades	3	25
TOTAL:	15 propriedades	12 produtores

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Nota-se a expressividade das pequenas propriedades, contudo, é preciso ressaltar que a hipoteca de uma propriedade rural de até 5 alqueires paulista para o financiamento de um aviário, comum no município no passado, não se aplica mais, tendo em vista o notório aumento dos custos de instalação dos novos aviários. Estima-se, atualmente, um valor aproximado de R\$200.000, 00 por alqueire paulista na região. Contudo, a instalação de um aviário moderno, com capacidade produtiva entre 30 e 40 mil frangos, está estimada em torno de R\$1.500.000,00. Ou seja, com uma propriedade de até 5 alqueires paulista não é mais possível para o agricultor conseguir financiamento total para a construção de um aviário. Essa é, provavelmente, uma das razões da concentração produtiva, pois os produtores já inseridos na atividade, com um ou mais aviários em funcionamento, estão mais aptos a conseguir um novo financiamento, além de ter a preferência da própria integradora, por sua experiência na atividade. Essa característica também foi observada na amostra estudada, conforme detalhado no próximo tópico.

h) Quantidade de aviários por produtor:

As pesquisas mais recentes sobre a produção de frango no Brasil apontam uma tendência de concentração, com o aumento do número de galpões de criação (aviários) pelos avicultores já inseridos na atividade e uma maior dificuldade de inserção de novos produtores, pois, segundo Moreira (2020), a avicultura só é lucrativa para os produtores que conseguem gerir mais de um aviário. Tal característica também está presente na amostra em análise, onde mais da metade dos entrevistados (cerca de 66%) possuem mais de um aviário, como se observa na TABELA 24.

TABELA 24 - NÚMERO DE AVIÁRIOS QUE O PRODUTOR POSSUI ATUALMENTE.

QUANTIDADE DE AVIÁRIOS	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
Possui 1 aviário	4	33,4
Possui 2 aviários	6	50
Possui 3 aviários	1	8,3
Possui 4 aviários	1	8,3
TOTAL:	23 aviários	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

i) Capacidade de alojamento dos aviários:

Verificou-se que os três galpões com menor capacidade de alojamento são menores em área (1200 m²) e mais antigos, construídos no início dos anos 2000. Por sua vez, os maiores (a partir de 2400m²) e com capacidade de alojamento acima de 30 mil aves adultas foram construídos a partir de 2007/08. Assim, os dados da TABELA 25 confirmam a tendência de ampliação da capacidade produtiva dos aviários visando a redução dos custos de produção. Segundo Pinheiro (2020, p.22): “A criação de frangos de corte em alta densidade tem sido o objetivo dos criadores na produção de frangos no Brasil e no mundo. O objetivo dos criadores nacionais é aumentar o alojamento para 14 a 22 aves/m² de galpão”.

De acordo com Pinheiro (2020) a densidade média brasileira atual, considerando os variados modelos de galpão de produção, varia entre 11 a 13 aves/m².

TABELA 25 - CAPACIDADE MÉDIA DE ALOJAMENTO DOS AVIÁRIOS.

CAPACIDADE DE ALOJAMENTO DE AVES	NÚMERO DE AVIÁRIOS	PERCENTUAL (%)
Até 20 mil frangos	3	13
De 20 a 30 mil frangos	10	43,5
De 30 a 40 mil frangos	10	43,5
TOTAL	23	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

OBS: A capacidade de alojamento dos aviários também varia em função do destino da produção. O frango inteiro destinado a exportação (frango griller ou galeto) têm um peso menor, em torno de 1,5kg, demanda menor tempo de engorda, cerca de 28 dias, e requer um espaço menor no aviário. Por sua vez, o frango destinado ao mercado interno (inteiro ou em cortes) pesa entre 2,5 a 3 kg, necessitando de um espaço maior e mais tempo de engorda (entre 40 e 45 dias) no aviário. Todos os avicultores entrevistados nesta amostra seguem o padrão de produção destinado ao mercado interno, o que possibilita a produção de seis lotes por aviário ao ano.

A expansão da produção, com a construção de novos galpões e o próprio aumento da capacidade média de alojamento de aves por aviário, mostra que o fator produtividade é decisivo na avicultura. Essa característica é mais uma evidência da incompatibilidade entre a avicultura moderna e o campesinato, pois, como afirmam autores como Fernandes (2013), o “produtivismo” não é um elemento da produção camponesa.

j) Valor dos financiamentos para construção de aviários:

Os valores listados no QUADRO 2 referem-se ao montante declarado pelo avicultor para o financiamento do(s) aviário(s) e variam em função do tipo de financiamento realizado pelo avicultor, total ou parcial. Mesmo assim é possível observar o aumento gradual do valor dos financiamentos, característica compatível com a expansão do custo de instalação dos aviários.

QUADRO 2 - ANO E VALOR DOS FINANCIAMENTOS DECLARADOS PARA A CONSTRUÇÃO DOS AVIÁRIOS, EM ORDEM CRONOLÓGICA.

ANO DO FINANCIAMENTO	VALOR DO FINANCIAMENTO	DO	ANO DO FINANCIAMENTO	VALOR DO FINANCIAMENTO	DO
1999	R\$ 80.000,00		2008	R\$ 200.000,00	
2001	R\$ 80.000,00		2008	R\$ 200.000,00	
2002	R\$ 170.000,00		2014	R\$ 600.000,00	
2004	R\$ 93.000,00		2014	R\$ 700.000,00	
2006	R\$ 80.000,00		2014	R\$ 750.000,00	
2007	R\$ 200.000,00		2015	R\$ 300.000,00	
2007	R\$ 300.000,00		2015	R\$ 800.000,00	
2008	R\$ 180.000,00		2016	R\$ 400.000,00	

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

k) Sociedades na avicultura:

Embora a maioria dos produtores entrevistados, de acordo com a TABELA 26, seja o único dono do(s) aviário(s), uma característica interessante foi levantada neste grupo: a presença de avicultores que construíram seus galpões de criação em regime de sociedade, alternativa que diminui o montante inicial para investimento, facilita a concessão do crédito rural e ainda dilui os riscos do investimento.

TABELA 26 - PROPRIEDADE DO AVIÁRIO: INDIVIDUAL E EM SOCIEDADE.

Modelo de propriedade do(s) aviário(s)	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
É o único dono do empreendimento	7	58,4
Possui um sócio	3	25
Possui dois sócios	0	0
Possui três sócios	1	8,3
Possui mais de três sócios	1	8,3
TOTAL: 15 propriedades	12 produtores	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Embora a amostra analisada tenha um caráter qualitativo, em função da pequena expressividade numérica, a mesma apresentou uma característica da avicultura moderna que é a formação de sociedades, não necessariamente entre agricultores, para o investimento na produção de frangos. O avicultor que possui mais de três sócios é também proprietário de quatro aviários, reside no meio urbano e atua no serviço público, configurando um perfil socioeconômico distante do modelo agrícola familiar dos primórdios da atividade avícola integrada no país.

Por sua vez, o avicultor que mencionou possuir o empreendimento (apenas um aviário) com três sócios também atua na cafeicultura. Já entre os três avicultores com apenas um sócio, todos possuem dois aviários cada. Dois deles exercem outras atividades econômicas (prestação de serviços de serraria móvel e outro na produção de madeira de eucalipto) e apenas um trabalha somente no manejo do aviário.

I) Desejo de expansão da produção:

Evidenciando a viabilidade da avicultura entre os pequenos proprietários rurais, conforme TABELA 27, a maioria dos produtores entrevistados admite ter interesse na expansão da produção.

TABELA 27 - DESEJO DE EXPANSÃO DA PRODUÇÃO AVÍCOLA.

DESEJA CONSTRUIR NOVOS AVIÁRIOS?	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
Sim	5	41,7
Não	5	41,7
Talvez	2	16,6
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Para os avicultores que desejam expandir a produção, quatro apontam como justificativa o retorno financeiro da atividade e um menciona o exemplo de sucesso econômico dos irmãos (que possuem mais de um aviário) na produção. Para essa expansão, no entanto, todos eles afirmam ter necessidade de realizar um novo financiamento.

Entre aqueles que não desejam construir novos aviários três apontaram o custo elevado para a construção de novos galpões como fator de impedimento, um ressaltou a idade avançada e outro a falta de mão-de-obra para o manejo do aviário.

Por fim, os dois avicultores que responderam talvez, alegaram que dependendo do custo de instalação e da taxa de juros, poderão investir em novos financiamentos.

m) Expansão da posse de terras:

Os avicultores também foram questionados quanto ao desejo de adquirir novas propriedades rurais. Conforme TABELA 28, houve um empate, onde a metade dos entrevistados afirmou ter interesse na aquisição de novas propriedades rurais. Entre os seis produtores que se manifestaram positivamente, três relacionam esse desejo a expansão da própria produção avícola, dois mencionaram o desejo de produzir grãos (milho e soja) e um ainda não sabe qual tipo de exploração deseja realizar.

Para a aquisição das novas terras, três avicultores mencionaram a necessidade de novos financiamentos, dois o uso de recursos próprios acumulados e um ambos, financiamento juntamente com o uso de recursos próprios.

TABELA 28 - DESEJO DE AQUISIÇÃO DE NOVAS PROPRIEDADES RURAIS.

DESEJA ADQUIRIR NOVAS PROPRIEDADES RURAIS?	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
Sim	6	50
Não	6	50
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

n) Linhas e modalidades do crédito rural:

Embora seja a linha de crédito destinada aos agricultores menos capitalizados do país, de acordo com os dados da TABELA 29, o Pronaf ainda é muito importante entre os avicultores entrevistados, sendo muito utilizado nas suas duas modalidades, Custeio e Investimento.

TABELA 29 - LINHA DE CRÉDITO RURAL ATUAL.

MODALIDADES	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
Pronaf Custeio	1	8,3
Pronaf Investimento	1	8,3
Pronaf Custeio e Investimento	8	66,8
Pronamp	1	8,3
Nenhum	1	8,3
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

OBS: O Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - é a linha de financiamento para custeio e investimentos dos agricultores familiares em atividades agropecuárias. Já o Pronamp - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - é a linha de financiamento para custeio e investimentos dos médios produtores rurais em atividades agropecuárias.

Apenas um avicultor declarou não possuir atualmente nenhuma modalidade dessa linha de crédito, embora já tenha utilizado o Pronaf Custeio no passado. Outro declarou que já não se enquadra nos critérios do programa e que atualmente é atendido pela linha de crédito do Pronamp. Os valores declarados para custeio e investimento, bem como o respectivo ano em que estes empréstimos foram realizados estão expostos no QUADRO 3 abaixo.

QUADRO 3 - MODALIDADE E VALOR DOS EMPRÉSTIMOS RECENTES VIA CRÉDITO RURAL.

ANO	VALOR DO EMPRÉSTIMO - CUSTEIO	ANO	VALOR DO EMPRÉSTIMO INVESTIMENTO
2017	R\$40.000,00	2019	R\$110.000,00
2021	R\$30.000,00	2020	R\$100.000,00
2022	R\$33.000,00	2021	R\$294.000,00
2022	R\$38.000,00	2021	R\$400.000,00
2022	R\$47.000,00	2022	R\$25.000,00
2022	R\$70.000,00 / 2022	2022	R\$30.000,00
2022	R\$150.000,00	2022	R\$300.000,00
2022	-----	2022	R\$315.000,00

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Chama a atenção nesse conjunto de dados alguns dos valores declarados para investimento, visto que, segundo as normas vigentes do Pronaf, o limite atual para o crédito nessa modalidade é de R\$200.000,00 e quatro produtores declararam valores acima deste limite. Provavelmente esses avicultores já utilizaram o crédito do Pronamp, que apresenta atualmente limite individual de até R\$ 430 mil por ano-safra. Quanto ao destino do crédito, os avicultores declararam que o mesmo foi aplicado na reforma de aviário, na instalação de placas de energia solar, na construção de barracão para guardar maquinários e ainda na aquisição de uma retroescavadeira.

De todo modo, a passagem (consciente ou não) de uma modalidade de crédito rural para outra, de Pronaf para Pronamp, evidencia a capitalização e a mudança de perfil dos avicultores, que estão deixando de ser enquadrados como agricultores familiares e passando a ser definidos como médios produtores rurais.

o) Atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades rurais:

A capitalização responsável pela mudança da linha de crédito rural (Pronaf para Pronamp), mencionada no item anterior, tende a estar associada a avicultura, visto que, para a maioria dos entrevistados, dez entre doze (83,3%), a produção de frangos é a principal atividade econômica (fonte de renda) da família e, destes, sete avicultores (58%) ainda afirmaram não possuir nenhum outro cultivo comercial na propriedade.

Essa característica opõe-se ao que Oliveira (2021, p.37) afirma: “É perceptível que por mais que a atividade principal esteja vinculada a avicultura, o produtor rural ele não deixa as atividades ditas tradicionais de lado, pelo contrário, através da avicultura elas podem intensificar gerando outras formas de sustento”. De fato, além de não possuírem outro cultivo na propriedade, alguns avicultores ainda trabalham fora da mesma, como prestadores de serviços (maquinário agrícola e serraria). Esse perfil apresentado pela amostra é um indicativo de afastamento dos padrões tradicionais da agricultura familiar (camponesa) na avicultura, descritos por Oliveira (2021).

Quanto aos cinco avicultores com outras atividades econômicas desenvolvidas no estabelecimento onde se localiza(m) o(s) aviário(s), as atividades mencionadas foram a produção de café; de laranja, a criação de gado de corte e a olericultura em estufas (dois entrevistados).

Entre os três avicultores com uma segunda propriedade rural as atividades econômicas desenvolvidas nestas propriedades foram a produção de grãos (soja/milho), a pecuária bovina de corte e a produção de madeira de eucalipto.

p) Atividades econômicas desenvolvidas fora das propriedades rurais:

No mesmo campo de interesse os avicultores foram questionados sobre atividades remuneradas exercidas fora da propriedade rural. A maioria dos entrevistados (sete/(58%)) afirmou trabalhar apenas no próprio estabelecimento. Cinco deles, no entanto, exercem outras atividades, três dedicam-se a prestação de serviços com maquinários agrícolas (trator e retroescavadeira) para produtores rurais da região, outro presta serviços de serraria e o último exerce cargo comissionado no serviço público.

q) Mão-de-obra utilizada no manejo dos aviários:

Outro item importante para a análise do perfil socioeconômico dos avicultores é o tipo de mão-de-obra, familiar ou contratada, utilizada no manejo do aviário, conforme detalhado na TABELA 30.

TABELA 30 - MÃO-DE-OBRA ENVOLVIDA NO MANEJO DO(S) AVIÁRIO(S).

TRABALHADOR DO AVIÁRIO	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
Apenas o próprio proprietário	1	8,34
O proprietário e um trabalhador contratado	1	8,34
Proprietário e esposa	1	8,34
Filho e um trabalhador contratado	1	8,34
Filho e esposa	1	8,34
Outros familiares contratados	1	8,34
Trabalhador contratado	6	50
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Metade dos avicultores entrevistados (seis) conta exclusivamente com trabalho contratado (permanente) para o manejo direto dos aviários. Um avicultor, apesar de também executar atividades de manejo, declarou contratar mão-de-obra permanente. Outro conta com o trabalho do filho e de um trabalhador contratado permanente. E mais um possui um familiar contratado para o serviço. Desse modo,

apenas três avicultores (25%), entre os doze entrevistados, adotam exclusivamente mão-de-obra familiar (não remunerada) na produção de frangos.

Entre cinco dos seis avicultores com adoção exclusiva de mão-de-obra não familiar permanente a forma de remuneração declarada foi a de contrato de parceria, onde o trabalhador do aviário recebe um percentual sobre a renda líquida da produção, variando entre 15 e 20% entre os entrevistados. O mesmo modelo de remuneração foi encontrado para o funcionário que trabalha em associação com o avicultor (o proprietário e um trabalhador contratado), para o funcionário que trabalha com o filho de um avicultor (filho e um trabalhador contratado) e também para o funcionário que é parente do avicultor (outros familiares contratados). Apenas um avicultor declarou que o funcionário do seu aviário é contratado com salário fixo e carteira de trabalho assinada.

Esse levantamento aponta uma relativa informalidade das relações trabalhistas entre os avicultores e seus trabalhadores, embora haja um contrato entre as partes. A remuneração final, no entanto, não é baixa, variando entre R\$10.000,00 e R\$20.000,00 por lote, de produção de acordo com os contratantes. Mesmo considerando que, geralmente, cada aviário irá produzir seis lotes anuais, uma remuneração mínima de R\$10.000,00 por lote ainda é capaz de gerar um salário mensal médio de R\$5.000,00, valor bem acima do salário-mínimo nacional. Portanto, a principal desvantagem dessa forma de remuneração para o trabalhador contratado não é propriamente o valor recebido, mas o fato de não possuir uma cobertura previdenciária, por exemplo.

O contrato de parceria na avicultura, por não ser uma relação de assalariamento, tipicamente capitalista, é apontado por pesquisadores como Oliveira (2021) como uma forma de recriação das práticas camponesas no capitalismo.

Contudo, Graziano da Silva (1999) apud Chalita (2006, p. 131) aponta que o produtor familiar se torna capitalista quando: “1) guia-se pela taxa de lucro e, portanto, pela concorrência entre capitais; 2) tem comando sobre trabalho alheio; e 3) está desvinculado das atividades produtivas diretas”.

No caso da avicultura é possível encontrar exemplos em que todos esses elementos estão presentes. E mais, não ocorre só o comando, mas a própria exploração do trabalho alheio, caso contrário à atividade não geraria lucro. Nesse sentido, a parceria se torna uma evidência da desarticulação e não da recriação do

campesinato. Entre os avicultores que possuem trabalhadores permanentes, a ampla maioria possui apenas um funcionário contratado, conforme TABELA 31.

TABELA 31 - NÚMERO DE TRABALHADORES CONTRATADOS PARA O MANEJO NO AVIÁRIO.

NÚMERO DE TRABALHADORES CONTRATADOS POR AVICULTOR	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
Nenhum (apenas mão-de-obra familiar)	3	25
Possui apenas um funcionário contratado	6	50
Possui dois funcionários contratados	2	16,7
Possui três funcionários contratados	0	00
Possui quatro funcionários contratados	1	8,3
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

r) Origem da lenha usada no aquecimento dos aviários:

Ainda sobre o manejo dos aviários, os produtores foram questionados sobre a origem da lenha utilizada para o aquecimento dos galpões. Dez deles (83,3%) afirmaram comprar toda a lenha, enquanto dois (16,7%) afirmaram comprar uma parte e produzir outra no próprio estabelecimento. Nenhum deles, porém, consegue produzir toda a lenha utilizada. A compra de insumos de produção é uma característica da integração ao mercado dos produtores, característica oposta ao padrão (autonomia) comumente associado ao campesinato.

s) Mão-de-obra envolvida na coleta de frangos e na retirada da cama do aviário:

Perguntados sobre a ocorrência de algum tipo de trabalho em forma de mutirão (coleta de frango; retirada da cama) no manejo do aviário, todos os entrevistados afirmaram que o mesmo não acontece. A coleta de frangos é feita por uma equipe especializada da própria integradora, em todos os casos. Para a retirada da cama do aviário, por sua vez, também não ocorre o trabalho em mutirão, predominando o modelo em que o avicultor contrata uma equipe especializada (com maquinário próprio), para o serviço, conforme TABELA 32. A contratação dessa mão-de-obra especializada representa uma forma de integração técnica e econômica do produtor familiar ao mercado.

TABELA 32 - MODELOS DE FORÇA DE TRABALHO UTILIZADA NA RETIRADA DA CAMA DO AVIÁRIO.

MODELOS DE FORÇA DE TRABALHO	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
Equipe especializada	5	41,6
Trabalhadores (diaristas) contratados pelo avicultor	2	16,7
Mão-de-obra familiar e funcionário contratado para o manejo do aviário	2	16,7
Mão-de-obra familiar e trabalhadores (diaristas) contratados pelo avicultor	3	25
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Essas informações, produção da própria lenha e trabalho em forma de mutirão, já foram características comuns na produção avícola, e até mesmo associados, no caso do mutirão, ao modo de vida camponês (HECK, 2016; OLIVEIRA, 2021), elementos que, na amostra em questão, são irrelevantes.

Em relação ao destino da cama do aviário, onze avicultores afirmaram que a mesma se destina exclusivamente à venda. Apenas um produtor afirmou que utiliza uma pequena parte para adubar sua plantação comercial de laranja, contudo, a maior parte é mesmo destinada à venda.

Conforme já demonstrado em diversas pesquisas, a venda da cama do aviário compõe uma parcela importante da renda dos avicultores. Na TABELA 33, são apresentados dados sobre a produção e valor de venda, por tonelada, da cama de aviário no último ano, de acordo com as declarações dos produtores, bem como uma estimativa do valor bruto gerado com a venda, calculado a partir dos dados anteriores.

TABELA 33 - PRODUÇÃO E VALOR DE VENDA DA CAMA DE AVIÁRIO NO ÚLTIMO ANO.

Produtores integrados	Produção de cama (por tonelada)	Valor de venda (por tonelada)	Valor/total estimado da renda com a cama
Avicultor A	340	300	R\$102.000,00
Avicultor B	220	300	R\$66.000,00
Avicultor C	700	300	R\$ 210.000,00
Avicultor D	105	300	R\$31.500,00
Avicultor E	110	300	R\$33.000,00
Avicultor F	140	300	R\$42.000,00
Avicultor G	250	260	R\$65.0000,00
Avicultor H	400	310	R\$124.000,00
Avicultor I	400	305	R\$122.000,00
Avicultor J	110	240	R\$26.4000,00
Avicultor K	400	310	R\$124.000,00
Avicultor L	300	230	R\$69.000,00

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Oliveira (2021) afirma que o uso da cama do aviário como alimento na criação de outros animais e como adubo de outros cultivos, como milho e feijão, é uma das características das propriedades familiares e expressa um dos elementos da recriação camponesa na avicultura. Essa tendência, no entanto, não foi encontrada no grupo analisado.

t) Renda familiar:

Os avicultores foram também questionados sobre a progressão da renda média familiar a partir da introdução da produção de aves. A maioria (66,7%) considera que houve um aumento significativo na renda, como demonstrado na TABELA 34, a seguir.

TABELA 34 - EVOLUÇÃO DA RENDA FAMILIAR A PARTIR DA INTRODUÇÃO DA AVICULTURA DE CORTE.

PERSPECTIVA DO AVICULTOR SOBRE A EVOLUÇÃO DA RENDA	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
Diminuiu	0	00
Continua a mesma	0	00
Aumentou um pouco	4	33,3
Dobrou	0	00
Aumentou bastante (mais que o dobro)	8	66,7
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Entre os quatro produtores que afirmaram ter havido um aumento pequeno na renda familiar, três possuem sócios no empreendimento avícola e um deles justifica que no emprego urbano anterior já possui uma renda elevada.

Os avicultores ainda responderam sobre a renda média por lote e galpão de criação, cujos resultados estão expressos na TABELA 35. Observa-se que a maioria dos produtores tem uma renda líquida média de até R\$15mil por aviário e lote de criação. Todos os entrevistados realizam seis lotes de criação cada ano por aviário.

TABELA 35 - RENDA LÍQUIDA MÉDIA POR AVIÁRIO E LOTE.

FAIXAS DE RENDA ESTIMADA POR AVIÁRIO E LOTE DE PRODUÇÃO	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
De 5 a 10 mil reais	4	33,35
De 10 a 15 mil reais	4	33,35
De 15 a 20 mil reais	1	8,3
De 20 a 25 mil reais	1	8,3
De 25 a 30 mil	2	16,7
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Sobre o retorno financeiro da atividade, todos os produtores apresentaram uma avaliação positiva, variando de bom a excelente, conforme a TABELA 36.

TABELA 36 - AVALIAÇÃO DO RETORNO FINANCEIRO DA PRODUÇÃO DE FRANGOS.

AVALIAÇÃO DOS AVICULTORES	NÚMERO DE AVICULTORES	PERCENTUAL (%)
Ruim	0	00
Bom	10	83,4
Ótimo	1	8,3
Excelente	1	8,3
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Corroborando a evidência de ascensão econômica, onze dos doze entrevistados afirmaram que a qualidade de vida da família melhorou com a introdução da avicultura, ressaltando justamente a questão econômica como causa dessa melhoria. Um avicultor apenas destacou que a principal razão da melhoria da qualidade de vida não era a elevação da renda, mas o novo estilo de vida adotado, visto que o mesmo era um trabalhador urbano antes de se inserir na avicultura. Todos os doze entrevistados, no entanto, afirmaram ter havido aumento do patrimônio familiar a partir da produção de frangos.

Na TABELA 37 são indicados os principais itens apontados pelos avicultores sobre a aplicação da renda gerada pelo aviário e consequente aumento do patrimônio familiar. Nota-se que a aquisição de automóveis/motos e a de tratores/equipamentos agrícolas foram os principais bens adquiridos.

TABELA 37 - APLICAÇÃO DA RENDA DO(S) AVIÁRIO(S): BENS ADQUIRIDOS.

AQUISIÇÕES COM A RENDA DO(S) AVIÁRIO(S)	NÚMERO DE MENÇÕES	PERCENTUAL (%) ENTRE OS ENTREVISTADOS
Aquisição de automóveis/motos	12	100
Aquisição de tratores e equipamentos agrícolas	10	83,3
Aquisição de imóveis rurais	4	33,3
Aquisição de imóveis urbanos	3	25
Poupança	3	25
Aplicações financeiras	3	25

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

OBS: Cada avicultor podia citar mais de um item.

A análise desse item é particularmente interessante para a reflexão acerca da existência de avicultores camponeses na atualidade. Quando alguns autores afirmam que a produção camponesa é pautada pela sobrevivência e não pela lógica da acumulação (Oliveira, 2007), subentende-se que o camponês é avesso ao acúmulo de capital. No entanto, os dados levantados corroboram justamente o oposto, que o lucro advindo da produção avícola tem possibilitado o acúmulo de capital pelos produtores. Logo, se a produção está pautada no lucro e na acumulação, os avicultores não podem ser descritos como camponeses.

u) Produção de alimentos para autoconsumo:

Uma característica frequentemente levantada nas pesquisas sobre a agricultura camponesa é a relevância da produção para o autoconsumo nestes estabelecimentos, sobretudo a horta, geralmente cultivada pela mulher. Entre os entrevistados, com exceção do avicultor que reside na área urbana, todos possuem uma pequena horta em casa, destinada apenas ao consumo familiar.

Em relação aos cuidados com a horta, os familiares envolvidos nesta tarefa estão descritos na TABELA 38.

TABELA 38 - RESPONSÁVEIS PELOS CUIDADOS COM A HORTA.

MEMBROS DA FAMÍLIA	NÚMERO DE PRODUTORES INTEGRADOS	PERCENTUAL (%)
Marido e esposa	1	9,1
Apenas o marido	5	45,4
Somente a esposa	4	36,4
Pais do avicultor	1	9,1
TOTAL	11	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Esses dados indicam que a produção para autoconsumo não é essencial entre esses avicultores, pois, a renda que possuem é suficiente para assegurar a alimentação da família, tampouco a esposa é a principal responsável por essa tarefa. Tais características divergem do padrão comumente apresentado como tipicamente camponês. Além disso, apenas um dos avicultores afirmou que, sem a produção da horta, teria dificuldade para comprar esses alimentos.

v) Modelo de integração:

Com a finalidade de investigar a visão dos avicultores em relação à integração com a agroindústria, os mesmos foram questionados sobre o grau de satisfação com o modelo de integração (TABELA 39) e sobre o atendimento (fornecimento de insumos e assistência técnica) da agroindústria (TABELA 40).

TABELA 39 - AVALIAÇÃO DO MODELO DE PRODUÇÃO INTEGRADA (INTEGRAÇÃO COM A AGROINDÚSTRIA).

AVALIAÇÃO DA INTEGRAÇÃO COM A AGROINDÚSTRIA	NÚMERO DE AVICULTORES	PERCENTUAL (%)
Ruim	0	00
Bom	9	75
Ótimo	2	16,7
Excelente	1	8,3
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

TABELA 40 - AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO DA AGROINDÚSTRIA INTEGRADORA.

AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO DA INTEGRADORA	NÚMERO DE AVICULTORES	PERCENTUAL (%)
Ruim	0	00
Bom	7	58,4
Ótimo	4	33,3
Excelente	1	8,3
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Tanto em relação ao modelo de integração quanto ao atendimento da agroindústria, todos os produtores apresentaram uma avaliação positiva, variando de bom a excelente.

Questionados ainda sobre quais eram as principais vantagens do sistema de integração, a maioria dos entrevistados apontou fatores de ordem econômica, como observado na TABELA 41.

TABELA 41 - VANTAGENS DO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO PARA O AVICULTOR.

VANTAGEM MENCIONADA	NÚMERO DE AVICULTORES	PERCENTUAL (%)
Segurança/estabilidade financeira pela venda garantida da produção	4	33,3
A remuneração/renda gerada pela atividade	3	25
Estabilidade na atividade (contrato de produção e venda)	2	16,7
Autonomia de trabalho	2	16,7
Não soube responder	1	8,3
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Chama a atenção o fato de dois avicultores terem apontado a “autonomia” como vantagem, visto que outros consideram essa característica uma desvantagem, conforme TABELA 42. Esses produtores entendem que a autonomia está no fato de poder trabalhar sem uma supervisão direta permanente, embora tenham que seguir, rigorosamente, as instruções técnicas determinadas pela agroindústria.

TABELA 42 - DESVANTAGENS DO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO PARA O AVICULTOR.

DESVANTAGEM MENCIONADA	NÚMERO DE AVICULTORES	PERCENTUAL (%)
Não vê nenhuma desvantagem	6	50
Falta de autonomia	3	25
Não conseguir negociar o preço do frango	2	16,7
Abrir mão da vida social	1	8,3
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Metade dos entrevistados não mencionou nenhuma desvantagem. A falta de autonomia e o controle do preço pela integradora, constatados na amostra, são desvantagens comumente citadas pelos avicultores (GUARESKI, et al., 2019).

Já o “abrir mão da vida social” refere-se à supervisão permanente que a atividade demanda, principalmente quando todo o manejo é realizado pela própria família.

Comparando a avicultura com outras atividades agropecuárias, os avicultores ressaltaram a viabilidade da produção em pequenas propriedades rurais (50%) e a não influência das variações climáticas na produção (TABELA 43) como principais vantagens.

TABELA 43 - VANTAGENS DA AVICULTURA EM RELAÇÃO A OUTRAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS.

VANTAGEM MENCIONADA	NÚMERO DE AVICULTORES	PERCENTUAL (%)
A viabilidade da produção em uma pequena área territorial	6	50
Não depender das condições climáticas	2	16,7
A regularidade da renda:	1	8,3
A segurança do contrato/venda garantida	1	8,3
Melhor rentabilidade	1	8,3
Trabalho que requer pouco esforço físico	1	8,3
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

x) Tecnologias e viabilidade da produção:

Em relação às atualizações de equipamentos dos aviários, constantemente demandadas, dez avicultores (83,3%) afirmaram já ter realizado algum investimento para a instalação de novas tecnologias em seus galpões de criação, tais como forro/painel isotérmico; cortinado; placas evaporativas; painéis de comando; placas de energia solar. Sete produtores (58,3%) presumem a necessidade de investir em algum equipamento novo nos próximos dois anos. Tanto para os equipamentos já instalados quanto para as futuras inovações, o papel do crédito rural tem sido decisivo, sendo apontado por todos os entrevistados como o principal meio para a aquisição de novos equipamentos.

Essa demanda constante por atualizações tecnológicas foi apontada como uma das dificuldades que o avicultor enfrenta para se manter na produção atualmente, conforme detalhado na TABELA 44.

TABELA 44 - PERSPECTIVA DO AVICULTOR SOBRE A ATUAL VIABILIDADE DA PRODUÇÃO.

PERSPECTIVA DO AVICULTOR	NÚMERO DE AVICULTORES	PERCENTUAL (%)
Está fácil se manter na avicultura:	6	50
Está difícil se manter na avicultura:	5	41,7
Não soube responder:	1	8,3
TOTAL:	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Os avicultores que afirmaram que está “fácil” se manter na atividade justificam essa visão pela facilidade de obtenção de crédito. Por sua vez, aqueles que dizem estar “difícil” usam como argumento a elevação dos preços dos insumos de produção e os gastos com a manutenção/atualização dos aviários. Embora apontem algumas

dificuldades, todos os entrevistados afirmaram não desejar trocar a produção de frangos por outra atividade produtiva.

y) Autodefinição dos avicultores:

Na última parte da entrevista, os avicultores responderam questões de opinião, ou seja, de caráter subjetivo. A primeira delas foi sobre o conceito que consideravam mais adequado para a sua própria definição. Metade deles se autodefiniu como “agricultor familiar”, enquanto outros se enxergam como “empreendedores rurais” e mesmo como “empresário rural”. Chama a atenção o fato de nenhum deles ter mencionado os termos “pequeno produtor” ou “camponês”, vide TABELA 45.

TABELA 45 - AUTODEFINIÇÃO DOS AVICULTORES.

AUTODEFINIÇÃO DO AVICULTOR	NÚMERO DE AVICULTORES	PERCENTUAL (%)
Pequeno produtor rural	0	00
Agricultor familiar	6	50
Empreendedor rural	5	41,7
Empresário rural	1	8,3
Camponês	0	00
TOTAL:	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

w) Afinidades político-ideológicas:

Para discutir possíveis afinidades político-ideológicas buscou-se conhecer a opinião dos avicultores sobre alguns conceitos e temas político-sociais e que marcam o embate entre os paradigmas agrários: campesinato; agronegócio; reforma agrária; MST; agricultura familiar; agroecologia.

As respostas foram transcritas nos quadros apresentados a seguir (QUADRO 4, QUADRO 5, QUADRO 6, QUADRO 7, QUADRO 8 e QUADRO 9).

QUADRO 4 - QUEM É CAMPONÊS?

“Quem desbrava o mato”.	“Quem vive da produção da terra”.
“É o pequeno produtor do interior do Nordeste”.	“Quem planta para viver”.
“Quem trabalha no campo”.	“Quem vive no campo”.
“Pessoa que vive do campo”.	Não sabe definir.

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

As ideias apresentadas sobre o campesinato estão associadas a um modo de vida, enfatizando a sobrevivência próxima à natureza (mato, terra, campo) e o cultivo direto da terra. Cinco avicultores não souberam responder.

QUADRO 5 - O QUE ENTENDE POR AGRONEGÓCIO?

“É a produção, o que está presente nas feiras, os equipamentos, é tudo”.	
“É tudo o que se produz no campo”.	“Um negócio no campo”.
“Negócio agrícola”.	“Produção industrializada”.
“Produto que precisa de industrialização”.	“É quem mantém o país”.
“É quem tem produtividade”.	Não sabe definir.

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Em relação ao agronegócio, percebe-se que os avicultores remetem o conceito à relação com a indústria e à produtividade agrícola. Todos os entrevistados afirmaram considerar o “agronegócio” importante para a economia brasileira e como justificativa para esta opinião responderam o que consta a seguir.

QUADRO 6 - POR QUE O AGRONEGÓCIO É IMPORTANTE PARA A ECONOMIA BRASILEIRA?

“É o que dá mais renda no país”.	“É a geração de renda, emprego e fomenta a economia”.
“É o que movimenta o mundo”.	“Daqui que sai o sustento do mundo”.
“É quem mantém o país”.	“Sem alimento o país não se sustenta”.
“É quem produz para quem está na cidade”.	“É o que sustenta o país, é a comida, é a matéria-prima, é tudo”.
“Pois tudo gira em torno do agro”.	Não sabe justificar.

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Percebe-se a reprodução de expressões muito empregadas pela mídia para exaltar o desempenho econômico do setor.

Todos os avicultores afirmaram se considerar partes do agronegócio brasileiro, até mesmo aqueles que se autodefiniram como agricultores familiares. Ainda perguntados sobre a relação entre agronegócio e exportação de alimentos, todos os entrevistados afirmaram considerar a frase “*O agronegócio só produz para a exportação*” falsa.

Em se tratando de reforma agrária, por sua vez, apenas três avicultores conseguiram expressar uma opinião sobre o tema, conforme o QUADRO 7 a seguir.

QUADRO 7 - O QUE VOCÊ ENTENDE POR REFORMA AGRÁRIA?

“É dar terras para quem quer produzir, mas tem muita gente que só quer vender as terras”.	Só serve na região lá pra cima, em terras que não estão produzindo, fazendas abandonadas por dívidas”.
“É a distribuição de terra para quem não possui”:	Não sabe responder:

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

No mesmo âmbito, os produtores foram questionados sobre o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Metade deles afirmou não conhecer essa organização social. Contudo, quando a questão foi sobre a ocupação de terras por movimentos sociais, a maioria (8 avicultores/ 66,7%) afirmou discordar dessa estratégia, três disseram não saber opinar e um afirmou concordar, com a ressalva de que as terras ocupadas sejam improdutivas.

QUADRO 8 - POR QUE NÃO CONCORDAM COM A OCUPAÇÃO DE TERRAS POR MOVIMENTOS SOCIAIS?

“Não deveriam invadir, mas esperar o governo organizar a distribuição de terras para quem quer produzir”.	
“Invadem propriedades alheias”.	“Porque são invasores de terras que são produtivas”.
“Pessoas que não necessitam acabam pegando terras e os que precisam ficam sem”.	“Tiram a terra de quem trabalhou para obter”.

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

As respostas apresentadas no QUADRO 8, sobre a contrariedade em relação a ocupação de terras por movimentos sociais, enfatizam o sentimento de posse, a defesa da propriedade privada da terra e a visão negativa em relação aos integrantes dos movimentos pró-reforma agrária. Essa postura se reflete na questão seguinte, sobre a criação de novos assentamentos rurais. A maioria (7 avicultores/ 58,3%)

respondeu que o governo brasileiro NÃO deve criar mais assentamentos rurais. Os demais afirmaram não saber responder. As justificativas para a contrariedade em relação a criação de novos assentamentos estão descritas no QUADRO 9.

QUADRO 9 - POR QUE O GOVERNO BRASILEIRO NÃO DEVE CRIAR MAIS ASSENTAMENTOS RURAIS?

“Os assentados vendem as terras”.	“Pegam o terreno e vendem”.
“O governo deveria dar mais oportunidades pra quem já está produzindo, como financiamentos a juros baixos”.	“Por tirar proveito de uma propriedade que não é sua”.
“-Quem precisa não é beneficiado”.	“Porque não tem mais terra, teria que desmatar”.

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Sobre a agricultura familiar foram feitas duas questões, as quais os avicultores deveriam responder se consideram verdadeiras (V) ou falsas (F), conforme exposto na TABELA 46.

TABELA 46 - PERSPECTIVAS SOBRE O PAPEL PRODUTIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR.

AFIRMATIVA	V	PERCENTUAL (%)	F	PERCENTUAL (%)
É a agricultura familiar que produz a maior parte dos alimentos no Brasil	5	41,7	7	58,3
Apenas a agricultura familiar preserva o meio ambiente e produz alimentos saudáveis	3	25	9	75

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Embora um percentual maior (41,7%) de avicultores considere verdadeira a propagada superioridade da agricultura familiar sobre o agronegócio na produção de alimentos, quando a temática se volta para a questão da sustentabilidade ambiental, os entrevistados expressam uma perspectiva menos positiva, com apenas três deles afirmando considerar a agricultura familiar como o único modelo capaz de produzir alimentos saudáveis e preservar o meio ambiente.

Outra forma de captar a percepção dos avicultores sobre a agricultura familiar foi relacionando os modelos de produção à concessão pública do crédito rural, conforme a TABELA 47.

TABELA 47 - PRIORIDADE DE ACESSO AO CRÉDITO RURAL.

GRUPO SOCIAL PRIORITÁRIO	NÚMERO DE AVICULTORES	PERCENTUAL (%)
--------------------------	-----------------------	----------------

Agricultores familiares	0	00
Produtores do agronegócio	2	16,7
Ambos igualmente	10	83,3
TOTAL	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Neste quesito, a maioria (83,3%) dos entrevistados demonstrou o mesmo apreço pelos diferentes grupos sociais. Contudo, os dois avicultores que responderam que a maior parte do crédito rural deve ser destinada aos produtores do agronegócio justificaram afirmando que “a maior parte deve ficar com quem produz mais”.

Por fim, em relação à temática agroecológica, propagada atualmente em discussões acadêmicas no âmbito do paradigma da questão agrária, por movimentos sociais ligados à defesa da reforma agrária e mesmo na pauta política de alguns partidos, parece ser um tema ainda desconhecido entre os avicultores. Entre eles, sete (58,3%) disseram nunca ter ouvido falar em agroecologia; quatro afirmaram já ter ouvido falar, porém, não sabem exatamente do que se trata e apenas um conseguiu expressar alguma opinião sobre o tema: “*É quando mistura a produção com a mata, mas só funciona pra quem tem pouca terra*”.

Ao tratar das transformações na agricultura familiar e de seus atuais vínculos com as práticas econômicas, Chalita (2006) afirma que a produção familiar moderna se distanciou das características tradicionais (indissociação entre família, trabalho e propriedade) da produção familiar. A dissolução dessas características tradicionais, por sua vez, teria reflexos na própria identidade social da categoria.

A dissolução das características tradicionais da produção familiar, quando esta crescentemente adere à noção de competitividade, pode ocorrer devido às características da divisão social do trabalho existente em uma determinada realidade regional ou em uma determinada organização de trabalho setorial, assegurando ao agricultor familiar a contratação de assalariados em um contexto de ampla disponibilidade de força de trabalho e seu posicionamento em atividades estratégicas de administração comercial da propriedade. Nesse caso, a conseqüência é uma marcante alteração de sua posição na estrutura social, com modificações na formulação de projetos sobre seu devir familiar, à definição de estratégias econômico-produtivas e financeiras (com diminuição da participação da família nas decisões sobre a atividade específica e a diversificação das escolhas profissionais dos descendentes) e novas fontes de ingresso financeiro na propriedade. Essa alteração se dá também em relação ao seu engajamento nas práticas e lutas sociais (CHALITA, 2006, p.132-133).

Essas modificações no modo familiar de produção podem explicar a maior proximidade dos avicultores às demandas do agronegócio que em relação aos interesses dos pequenos produtores rurais, conforme manifestado nas entrevistas.

z) Povos tradicionais e meio ambiente:

Com o intuito de avaliar a percepção dos avicultores sobre a problemática ambiental, os mesmos foram questionados a respeito da importância da demarcação e preservação de terras indígenas e quilombolas e sobre a presença de áreas de preservação natural em suas propriedades.

A maioria, seis produtores (50%), respondeu ser favorável e apresentou as justificativas descritas no QUADRO 10. Três avicultores disseram não saber e três se mostraram contrários a essa política pelas razões apresentadas no QUADRO 11.

QUADRO 10 - POR QUE CONCORDA COM A DEMARCAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS?

“Para preservar as áreas de mata”.	- “Eles não sabem viver de outra forma, precisam da terra pra viver lá”.
- “Faz parte da história do Brasil”.	“Porque protege as matas”.
- “Faz parte da cultura brasileira”.	-Não sabe responder.

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

QUADRO 11 - POR QUE NÃO CONCORDA COM A DEMARCAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS?

“Designam muita terra para poucas pessoas”.	“Depois arrendam para a produção de grãos”.	“Porque eles querem muita terra”.
---	---	-----------------------------------

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

Por fim, no último quesito avaliado, observou-se nesta amostra que, em todos os estabelecimentos rurais em que estão instalados aviários há pelo menos um tipo de área de preservação, seja mata ciliar ou uma área de reserva propriamente (TABELA 48).

TABELA 48 - ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA PROPRIEDADE.

TIPO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO	NÚMERO DE AVICULTORES	PERCENTUAL (%)
Mata ciliar	3	25

Reserva	6	50
Ambos	3	25
TOTAL:	12	100

Fonte: A autora (Pesquisa de campo/dezembro de 2022).

A maioria dos produtores entrevistados (75%) tem uma área de reserva natural em sua propriedade. Entre estes, no geral, áreas pequenas, de até um alqueire paulista para cinco avicultores, de um a dois alqueires paulista para dois avicultores e de dois a três alqueires paulista para outros dois avicultores. Considerando, porém, o tamanho médio das propriedades, as áreas destinadas a preservação são relativamente importantes. Essa característica associada ao manejo adequado dos resíduos da atividade, a compra de lenha legalizada e a instalação de placas para captação de energia solar, mostram que a avicultura pode ser conduzida de maneira sustentável, contrapondo-se ao pressuposto ideológico de que toda atividade produtiva ligada ao agronegócio é maléfica ao meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de mais de um século de debates sobre as tendências do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, inúmeras teorias desenvolvidas, refutadas, retomadas, até agora são muitas as controvérsias que os cientistas sociais, no mundo inteiro, procuram desvendar. No Brasil não é diferente e, surpreendentemente, alguns temas, embora há muito explorados, continuam ambíguos e por isso mesmo, são alvos de disputas paradigmáticas e mesmo políticas. É nessa ciranda retórica que, em pleno século XXI, se encontram os estudos sobre o campesinato brasileiro.

Ainda são retomados pressupostos clássicos, que tipificaram o campesinato europeu nos séculos passados, para caracterizar grupos sociais modernos do espaço rural. Não se trata de rechaçar completamente tais atributos, mas de reconhecer a limitação teórica, e mesmo prática, que essa opção paradigmática pode acarretar para a compreensão da realidade atual.

Nesse sentido, retomando a leitura dos estudos clássicos sobre a agricultura e dos geógrafos rurais dos dias de hoje, buscou-se analisar a aplicabilidade e as limitações conceituais dessas teorias para o entendimento do espaço agrário brasileiro contemporâneo, tratando especificamente da avicultura.

Sendo assim, a partir das discussões realizadas nos capítulos teóricos deste trabalho e dos dados levantados em pesquisa qualitativa, é possível tecer algumas considerações.

Tratando, primeiramente, do tema campesinato, evidenciou-se que a adoção do adjetivo camponês para caracterizar os atuais produtores integrados de frango se baseia muito mais em atributos subjetivos que propriamente na realidade econômica destes produtores.

Por causa disso, um dos maiores, se não o maior, dos equívocos dos pesquisadores alinhados ao Paradigma da Questão Agrária, seja justamente tratar a produção familiar como sinônimo de produção camponesa. É preciso lembrar que, embora toda produção camponesa seja familiar, nem toda a produção familiar é camponesa.

Os dados do trabalho de campo, embora de caráter qualitativo, indicam um progressivo afastamento dos avicultores do padrão produtivo e socioeconômico camponês, começando mesmo pela questão do trabalho familiar. A amostra

analisada corrobora tendências de outros estudos, como o de Moreira (2020), onde a mão-de-obra exclusivamente familiar tem perdido espaço para a contratação de trabalhadores nos aviários.

Embora na avicultura, na maioria das vezes, não se trate de uma relação tipicamente capitalista (assalariamento), a contratação de trabalhadores no modelo de parceria, se observada à luz da teoria marxista, não muda a relação de exploração da força de trabalho e o claro objetivo de acumulação de capital.

Essa incoerência numa questão central como é a força de trabalho acaba por gerar divergências entre os próprios pesquisadores alinhados ao paradigma do campesinato, onde alguns irão considerar que a parceria, por não ser uma relação tipicamente capitalista, representa uma estratégia da recriação camponesa na avicultura (Oliveira, 2021), enquanto outros, como Paulino (2003), consideram que os capitalistas na avicultura são, justamente, aqueles produtores que usam trabalhadores em forma de parceria. Desse modo, a ampliação da força de trabalho não familiar é um elemento de tensão que pode ser utilizado tanto para afirmar quanto para refutar a recriação camponesa na avicultura.

Neste trabalho, assume-se a perspectiva de que, na avicultura, devido à indubitável integração do produtor ao mercado capitalista, independente da mão-de-obra ser familiar, assalariada ou em parceria, o produtor não pode ser classificado como camponês, embora o termo familiar ainda possa ser corretamente aplicado em muitos casos.

O envolvimento dos membros da família no trabalho não significa exclusão da mão-de-obra assalariada. Esta pode representar o menor ou o maior percentual da força de trabalho, sem, no entanto, descaracterizar o caráter familiar do estabelecimento, definido muito mais pela gestão que pela força de trabalho. Além disso, os estabelecimentos agropecuários familiares são extremamente diversificados, variam em tamanho físico, no tipo de mão-de-obra utilizada, no emprego de tecnologias e, sobretudo, em volume de capital.

Por essa razão, os trabalhos tipológicos são os mais adequados para captar as enormes diferenciações regionais da agricultura familiar brasileira, sendo que os trabalhos baseados no PQA, justamente por englobarem todos os produtores familiares na categoria "campesinato", acabam deixando essa questão de lado. Nesse sentido, o PQA acaba sendo muito menos adequado para a geografia rural do que o

PCA, na medida em que o segundo paradigma é que permite trabalhar com tipologias que revelam a diversidade regional dos produtores familiares.

Mesmo excluindo-se o debate sobre o tipo de mão-de-obra, outros elementos atribuídos à dinâmica camponesa, como a circulação simples de mercadorias, a autonomia produtiva (independência em relação aos insumos industriais) e a integração parcial a mercados incompletos, discutidos anteriormente, também não se aplicam aos produtores integrados de frango.

Em vista da dificuldade de enquadramento dos avicultores como agricultores camponeses, a partir de critérios econômicos concretos, observa-se a busca por critérios qualitativos.

Os critérios qualitativos são uma forma de olhar “da porteira para dentro”, expressão proposta por Sampaio (2014), uma leitura sobre o meio rural, predominante na geografia agrária nos últimos anos, que tem centralizado as análises em questões sociais em detrimento dos aspectos econômicos mais amplos⁸⁹.

Características como o contrato de trabalhadores em regime de parceria, a integração a cooperativas agroindustriais, a produção da própria lenha, o aproveitamento da cama do aviário para a engorda de animais e adubação de outros cultivos na propriedade (produção secundária), o trabalho comunitário (mutirão) e mesmo a presença de uma horta e de um jardim na propriedade, acabam sendo os argumentos utilizados por alguns pesquisados (Storti (2010); Heck (2016); Oliveira (2021)) para justificar a “recriação do campesinato” na avicultura. São trabalhos que não se baseiam em dados econômicos, como, por exemplo, a linha de crédito que os produtores utilizam ou o volume financeiro movimentado na atividade.

⁸⁹ Esses aspectos econômicos mais amplos envolvem uma gama de elementos que estão articulados na agricultura moderna, como os sistemas de financiamento, a indústria de bens de capital, a produção de insumos, a agroindústria de processamento, os diversos agrosserviços, a integração com o mercado internacional, o papel das bolsas de mercadorias na regulação dos preços, entre outros. Considerar esses elementos, segundo Sampaio (2014), significa olhar a agricultura da “porteira para fora”. É uma proposta para a investigação do espaço agrário que se fundamenta na categoria marxista da totalidade. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de se pensar os processos de desenvolvimento na agricultura a partir das suas especificidades intrasetoriais e nas suas relações com outros setores da atividade. “A agricultura brasileira após a modernização se modifica bastante, ela se torna uma agricultura altamente competitiva internacionalmente, ela vai estar integrada a um ramo maior de acumulação de capital, não dá mais para estudar a agricultura por ela mesma” (SAMPAIO, 2014, p.45). É importante assinalar que a análise dos elementos econômicos, “da porteira para fora”, não se opõe à análise da subjetividade dos produtores familiares, “da porteira para dentro”.

Contudo, esses elementos qualitativos, por si sós, não comprovam nada. A horta pode não ser essencial, do ponto de vista econômico, para a sobrevivência da família. Uma boa renda é suficiente para assegurar a compra desses alimentos, conforme se verificou na amostra analisada, onde também a compra da lenha para o aquecimento dos aviários foi preponderante. A cama do aviário, por sua vez, tem sido destinada essencialmente à venda, tornando-se um importante incremento na renda familiar. E o trabalho em mutirão está em processo de extinção, frente ao surgimento de equipes da própria integradora e de empresas terceirizadas que realizam as atividades de coleta dos frangos e a retirada da cama do aviário. São alternativas que se firmam no contexto de gradativa redução da mão de obra rural. Todas essas características corroboram o processo de integração ao mercado e não o contrário.

A análise geográfica precisa ser pautada em diversas variáveis e mesmo na combinação entre elas, possibilitando um olhar mais amplo sobre a realidade. Ao retirar os indicadores econômicos e centrar sua abordagem unicamente nos aspectos sociais e culturais, corre-se o risco de converter a geografia em uma espécie de sociologia rural. E, como consequência desse direcionamento, perder espaço (analítico e político) para as abordagens mais objetivas, como por exemplo, as realizadas por agrônomos, entre eles, Zander Navarro e Xico Graziano.

Afinal, as análises que levam em conta o espaço "da porteira para fora" são justamente aquelas que trabalham com uma perspectiva mais geográfica de pesquisa⁹⁰.

É preciso ir além dos aspectos subjetivos, como afirma o geógrafo Sampaio (2014), para abarcar corretamente a realidade.

Outro ponto que ressaltamos é o pressuposto marxista que a realidade é fruto como síntese de múltiplas determinações, por isso então não se pode falar apenas nas relações culturais, não dá para falar como tem sido comum que o pequeno proprietário resiste ao capitalismo porque ele ainda apanha o limão no pé. Isso não é resistir ao capitalismo. Porque ele tem amor a terra? Isso não é resistir ao capitalismo (SAMPAIO, 2014, p. 46).

⁹⁰ Um exemplo dessa orientação é encontrada na pesquisa "Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto", coordenada por Guanzioli e Cardim (2000) e que mostra a elevada diversificação regional da agricultura familiar brasileira, em termos de tipo de produtos cultivados, tamanho de propriedade, faixa de renda, pessoal ocupado, etc.

Parafraseando Sampaio (2014), não é porque o avicultor, ou qualquer outro produtor rural, tem uma horta que ele resiste ao capitalismo e tão pouco pode ser chamado de camponês!

Logo, o diagnóstico desta pesquisa corrobora a visão de Navarro (2010, p. 200), de que “a verificação de processos sociais rurais que poderiam ser chamados de recampesinização somente pode ser vista enquanto parte da mitologia sociológica”.

A avicultura industrial é uma das atividades econômicas mais desenvolvidas da agropecuária brasileira, representando um CAI – Complexo Agroindustrial - completo e plenamente inserido no circuito produtivo mundial. Todos os produtores desta cadeia, mais ou menos capitalizados, estão integrados à produção capitalista, ou ao que no Brasil costuma-se chamar de agronegócio.

Por essa razão, considerando tanto os elementos econômicos como os elementos não econômicos, é possível afirmar que não há compatibilidade entre campesinato e produção moderna de frangos. Defender a existência (ou sobrevivência) de uma avicultura camponesa entre os atuais produtores, mesmo para aqueles integrados a cooperativas, é um grande equívoco teórico, é uma leitura desconectada da realidade.

Considerando que é justamente a integração ao mercado que transforma camponeses em agricultores familiares (criando um novo padrão de mentalidade e sociabilidade entre os produtores), como é possível que os avicultores possam regredir a um padrão econômico e social compatível com o cenário anterior à própria criação das agroindústrias? A integração é um caminho sem retorno, por isso, falar em um processo de recampesinização é, segundo Navarro (2010, p.200), “um contrassenso histórico”.

No entanto, ainda é coerente falar em avicultura familiar, tendo o devido cuidado de enfatizar que esse modelo não é sinônimo de produção camponesa, tampouco de pequena produção e que, além de tudo, a produção familiar também faz parte do agronegócio. Ou seja, essa classificação parte do entendimento de que a agricultura familiar é uma forma específica de produção da agricultura capitalista contemporânea, sem laços com o campesinato.

Não se trata mais de um modo de vida ou da produção simples de mercadoria para a sobrevivência, como no campesinato, mas de uma profissão, de um empreendimento agrícola dirigido pela família, ou seja, uma empresa agrícola familiar.

A agricultura familiar moderna, com maior ou menor percentual de mão-de-obra assalariada, em pequenas, em médias ou em grandes propriedades, está integrada ao mercado capitalista e sua meta é gerar lucro. Lucro este que permite a sua sobrevivência e expansão. Lucro que, no caso dos avicultores, permite a expansão da atividade com a construção de novos aviários, a compra de terras e a expansão do patrimônio familiar de modo geral.

Na realidade do capitalismo contemporâneo não há mais espaço para pensar na racionalidade da produção com base na concepção da reprodução simples do capital, na qual o objetivo do agricultor seria a mercadoria. Em qualquer atividade, o agricultor, enquanto capitalista, investe dinheiro na produção de mercadoria para obter mais dinheiro, ou seja, obter lucro. Em qualquer espaço da economia monetária de produção, a busca do lucro representa o motor da expansão produtiva, qualquer que seja o perfil da sua estrutura (GONÇALVES, 2004, p.42-43).

Lucro que, por fim, conduz à transformação do agricultor familiar (pequeno produtor) em médio produtor rural, segundo as definições do próprio Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Essa mudança de classificação em nada se deve ao tamanho da propriedade rural, mas ao processo de capitalização do produtor, como se observa na mudança de enquadramento de programa de crédito, de Pronaf para Pronamp para os avicultores.

Portanto, os avicultores, de base familiar ou empresarial, são parte do agronegócio e não seus opositores.

A perspectiva antagônica, que opõe a agricultura familiar ao agronegócio, é fruto de um radicalismo político e culminou na criação de uma avaliação moral que o agronegócio é tratado como um personagem “do mal” em oposição à agricultura familiar, que seria “do bem” (GRAZIANO; GAZZONI; PEDROSO, 2020, p.190).

Porém, a dicotomia agronegócio versus agricultura familiar é artificial mesmo à luz do marxismo, como mostra Sampaio (2014).

Não é razoável que imprecisões como “é a agricultura familiar (camponesa) que produz a maior parte dos alimentos no Brasil”; “apenas a agricultura familiar (camponesa) preserva o meio ambiente e produz alimentos saudáveis”; “o agronegócio não produz comida”; “o agronegócio só produz para a exportação”; entre outras, continuem a ser reproduzidas em discursos políticos e, sobretudo, em trabalhos científicos.

No Brasil, como resultado de uma metodologia de classificação imprecisa, é muito provável que haja uma superestimação do número de pequenos proprietários rurais enquadrados como agricultores familiares e, por associação, ao campesinato, na leitura dos defensores do Paradigma da Questão Agrária (GRAZIANO; GAZZONI; PEDROSO, 2020).

No entanto, parte desses pequenos produtores, entre eles os avicultores, está plenamente inserida no mercado capitalista. São agricultores integrados ao setor industrial à montante e à jusante, que produzem com tecnologia de ponta e elevada produtividade e que buscam aumentar cada vez mais sua margem de lucro, ou seja, são membros indissociáveis do agronegócio. Por essa razão, o emprego do tamanho do estabelecimento agropecuário como principal critério de separação entre a produção familiar e a patronal/agronegócio precisa ser urgentemente revisto.

Eles [os pequenos produtores] se fazem presentes no ramo da soja e milho, no café, nas aves, na floricultura e na fruticultura, nas hortaliças, em muitos setores do agro onde os produtores familiares estão capitalizados. Pequenos, mas fortes, e com alta produtividade e qualidade. Nessa condição, embora sejam agricultores familiares, participam ativamente dos agronegócios. Geralmente tal inserção produtiva ocorre quando eles se encontram organizados em grandes e poderosas cooperativas, ou integrados com grandes agroindústrias. É o caso dos produtores de suínos, frango e leite, que entregam sua produção sob contrato, incluindo a reciprocidade da assistência técnica e auxílio em financiamentos. Fazem parte da cadeia de produção, pouco importando seu tamanho. Fundamental, nesse caso, é o padrão tecnológico, que garante produtividade elevada (GRAZIANO; GAZZONI; PEDROSO, 2020, p.193 - 194).

Além disso, segundo Graziano, Gazzoni e Pedroso (2020, p.104), é incorreto pensar que os agricultores familiares sejam essencialmente pobres e, sobretudo anticapitalistas, pois “inseridos na economia de mercado, pretendem dela tirar seu proveito para progredirem na vida”. Tais características diferem, contundentemente, das definições comumente associadas à agricultura camponesa, apresentada como uma forma não capitalista de produção, voltada para o autoconsumo e que não visa o lucro, mas apenas a reprodução de um modo de vida.

Embora o uso do termo campesinato (ou agricultura familiar camponesa) possa representar, para alguns pesquisadores, uma forma de resistência⁹¹ ao

⁹¹ Sampaio (2014, p.47) considera que “falar em resistência ao capitalismo tem dois sentidos, um no sentido de sua superação, a resistência dos trabalhadores ao capital e outro no sentido de preservar as relações anteriores ao capitalismo. Então a resistência ao capitalismo não é apenas no sentido de querer algo novo, querer algo superior, mas também é na manutenção daquilo que é arcaico, que é

capitalismo, no contexto em que o mesmo tem sido empregado atualmente, essa opção conceitual não parece corroborar o sentido de superação do capitalismo, mas reforçar uma ideia de preservação do obsoleto, idealizando a volta a um passado idílico.

Não há possibilidade de uma volta ao passado, tampouco a criação de uma nova estrutura produtiva assentada nos moldes do campesinato. São premissas inviáveis, economicamente e socialmente.

Proposições de cientistas sociais e ativistas que sugerem que outra agricultura (camponesa) é possível – em ambas as direções, ou seja, a volta ao campo através de uma recampesinização, de um lado, e a redução da integração econômica e a correspondente presença em múltiplos mercados, de outro – representam manifestações populistas sem nenhuma aderência às realidades agrárias concretas. São discursos de fundo romântico que idealizam o mundo rural (NAVARRO, 2010, p. 201).

Desse modo, é preciso repensar a empregabilidade da categoria campesinato na geografia, visto que as análises mais objetivas, entre elas as pesquisas fundamentadas no marxismo clássico, como encontrado em Sampaio (2014), refutam a existência de camponeses na agricultura moderna.

Propondo um debate paradigmático, se buscou enfatizar neste trabalho, as diferenças conceituais, políticas e ideológicas que caracterizam a leitura do espaço agrário brasileiro entre os teóricos do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e os pesquisadores do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA).

Entre os primeiros, verificou-se a unanimidade do enfoque anticapitalista, com temáticas voltadas para questões como a defesa da agricultura familiar/camponesa; a luta pela terra e a reforma agrária e, principalmente, uma forte crítica ao agronegócio, apresentado como antagonista da produção familiar. É nessa corrente que se enquadram também os trabalhos sobre a presença/permanência e recriação de camponeses na avicultura moderna, tese refutada nesta pesquisa.

Para a segunda vertente, no entanto, a leitura está centrada nas transformações dos agricultores e nas possibilidades de integração ao mercado capitalista e não em sua superação. A categoria central de análise é a agricultura

pré-capitalista”. A insistência no uso do conceito de campesinato na geografia agrária parece expressar muito mais o segundo sentido, uma vez que inúmeros teóricos se negam a enxergar a incompatibilidade dessa categoria para a análise contemporânea da agricultura.

familiar, entendida como uma forma capitalista moderna de produção e que não possui ligações com o antigo campesinato. Modelo que, para parte dos teóricos, pode sobreviver e prosperar no capitalismo (coexistência com a produção empresarial), sobretudo graças ao apoio estatal, ou que, segundo outros, mais cedo ou mais tarde, desaparecerá, frente à superioridade da empresa capitalista.

De acordo com Vinha (2021)

[...] para os pesquisadores que concebem que a transformação do campo só existe no interior do capitalismo, através de tendências que defendem a agricultura familiar integrada ao mercado e sobrevivendo com o auxílio de políticas públicas, o paradigma é o PCA. Para os pesquisadores que entendem que o campo deve ser transformado, com a superação (mesmo sem perspectivas) do capitalismo, incorporando de estratégias de resistência e enfrentamento, o paradigma é o PQA. (VINHA, 2021, p. 77).

Observando as pesquisas mais recentes da geografia agrária brasileira, Vinha (2021)⁹² constatou a predominância de trabalhos embasados nos pressupostos do Paradigma da Questão Agrária (PQA). Conseqüentemente, os estudos agrários de base econômica têm perdido espaço para aqueles que priorizam a análise sociológica⁹³.

E, em decorrência dessa orientação teórica, que também é ideológica e política, são reproduzidas inverdades sobre o espaço rural brasileiro, como a falsa disjuntiva entre a agricultura familiar e agronegócio. Premissa que, como exposto, já foi fartamente refutada por diversos pesquisadores, até mesmo por geógrafos, embora esta não seja a visão dominante no meio.

Em razão disso, ao confirmar a predominância dessa orientação, este estudo sobre a avicultura contribui para ampliar o debate e apontar outras direções (além das análises assentadas no PQA) para as pesquisas em geografia agrária.

⁹² A autora analisou 5.239 trabalhos apresentados entre 2002 e 2015 nos principais eventos da geografia agrária brasileira, ENGA - Encontro Nacional de Geografia Agrária e SINGA - Simpósio Internacional de Geografia Agrária. "Com 944 trabalhos, Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária é a temática de grande expoência da Geografia Agrária. Indica que os estudos críticos, pautados no PQA e balizados na perspectiva de superação ao capitalismo, alcançaram notoriedade nesse início de século (VINHA, 2021, p.72). Essa temática é denominada pela autora de "Geografia das Lutas e Resistências".

⁹³ Essa característica é notada nos temas das pesquisas, conforme mostrou Vinha (2021), e nos títulos dos próprios encontros científicos, tal como no XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA 2016 "Ajuste Espacial X Soberania(s): a multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo".

É preciso ponderar que esses modelos produtivos não são categorias sociais da luta de classes, como, infelizmente, tem sido reproduzido. Reitera-se, os agricultores familiares não são proletários, são produtores capitalistas de menor escala, um “pequeno agronegócio”, como propõe Sampaio (2014). É nessa condição que ainda se encontra grande parte dos avicultores.

Para combater essas distorções, uma opção é a retomada das categorias fundamentais do método e da teoria marxistas: totalidade; luta de classes, os momentos do processo de valorização do capital, entre outros (SAMPAIO, 2014).

Por todos esses motivos, embora seja a vertente de pensamento preponderante na geografia agrária, neste trabalho se buscou apresentar as limitações do Paradigma da Questão Agrária para a compreensão da agricultura moderna, sobretudo para a avicultura. Na análise dessa atividade produtiva, os estudos orientados por este paradigma têm se assentado em aspectos qualitativos, relegando a análise econômica, propriamente, a segundo plano. Contudo, é justamente na análise econômica que estão os elementos capazes de refutar o pressuposto da recriação camponesa na avicultura, conforme evidenciado.

Por outro lado, contrariando as previsões clássicas de desaparecimento, a agricultura familiar sobreviveu e continua se reproduzindo sob o capitalismo, representando um percentual significativo da produção agrícola atual, nos países capitalistas desenvolvidos e também no Brasil. No entanto, nem de longe esse modelo produtivo pode ser associado ao campesinato, como costumeiramente encontramos nas discussões da geografia agrária.

Portanto, a partir dessa perspectiva, conclui-se que não existem avicultores camponeses, existem avicultores familiares ou ainda empresas avícolas familiares. Essa constatação se deve ao fato de que, além da irrefutável integração ao mercado capitalista, tem ocorrido nos últimos anos, um processo de capitalização dos avicultores, transformando-os de pequenos em médios produtores rurais e alterando, profundamente, os padrões econômicos e sociais dessas famílias. Com amplo acesso ao crédito rural, mais tarde, esses médios produtores familiares podem ainda se tornar grandes produtores (familiares ou não), pois o caráter familiar do empreendimento em nada impede a concentração produtiva e financeira, tampouco o viés capitalista da produção. Nesse cenário econômico, não há espaço para que características qualitativas sejam apontadas como evidências de um processo de recampesinização.

Enfim, conclui-se que, na atualidade, a avicultura corrobora a tese de Gasson e Errington (1993) apud Schneider (2003, p.66), de que “as unidades produtivas agrícolas modernas possuem, ao mesmo tempo, características familiares e empresariais”, sendo, dessa forma, incompatíveis com o campesinato.

Se, futuramente, a produção patronal irá substituir totalmente a produção familiar na avicultura, só o tempo irá dizer, porquanto é inegável a expansão de projetos de base empresarial nesta atividade. Enquanto isso, cabe aos teóricos agrários, entre eles os geógrafos, acompanhar a evolução das características econômicas dos estabelecimentos rurais bem como as transformações mais amplas da produção capitalista mundial e seus reflexos na agricultura.

Somente se propondo a analisar também “da porteira para fora”, ou seja, além das subjetividades dos indivíduos, será possível diagnosticar corretamente as tendências econômicas e sociais do espaço rural brasileiro e dessa forma, propor políticas públicas plausíveis para todo o setor e não a simples, e até então inviável, ruptura do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL – ABPA. **Relatório anual 2020**. Disponível em: <<http://abpa-br.org/relatorios/>>. Acesso em: out.2020.

_____. **Relatório anual 2022**. Disponível em: <<https://abpa-br.org/wp-content/uploads/2023/01/abpa-relatorio-anual-2022.pdf>>. Acesso em: abr.2023.

ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores**: paradigmas do capitalismo agrário em questão. 1990. 354 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

_____. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Brasília, DF. **Anais...**, 1997. 29p. (Texto para discussão).

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932/5051>>. Acesso: 14 out. 2022.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7763/5871>> Acesso: 11 jan. 2023.

_____. Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 32-38, maio 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50242/33470>>. Acesso: 15 jan. 2023.

ALTAFIN, Iara Guimarães. Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira. Brasília. 2003. 225f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2003.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 13, n.16, p.22-32, jan-jun. 2010. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362/1347>> Acesso: 21 fev.2023.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 2, p. 40-68, 2005.

_____; LIMA, Débora Assumpção e. Questões rurais e campesinato: uma entrevista com Teodor Shanin. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, pp. 236-244. Presidente Prudente, 2018.

ALVES, Flamarion Dutra.; LINDNER, Michele.; RODRIGUES, Suelen De Leal. Formas de (re) produção familiar no espaço rural: Campesinato, agricultura familiar e pluriatividade. **Geo UERJ**, ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008.

_____; FERREIRA, Enéas R. Importância das teorias agrárias para a geografia rural. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v.8, n.16, p.147-156, out. 2009. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/223>>. Acesso: 05 jul. 2020.

AQUINO, Joacir Rufino de. GAZOLLA, Marcio. SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, Piracicaba-SP, v. 56, n. 01, p. 123-142, Jan./Mar. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/gRpLPHPWQQ8jrHnMv5DSGYK/?lang=pt&format=pdf>> Acesso: 18 jan.2023.

AVISITE. Produtos halal: importância mercado e aumento da população muçulmana no mundo. Revista do AviSite, dez.2019. Disponível em: <https://issuu.com/mundoagroeditora/docs/edi__o_129_-_revista_do_avisite>. Acesso em jan.2021.

AZEVEDO, Letícia Fátima de. NETTO, Tatiane Almeida. Agroecologia: o “caminho” para o desenvolvimento rural sustentável no processo de extensão rural. **REGET - Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v.19, n.3, p. 639-645, 2015. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:80OPGZAsV9YJ:https://periodicos.ufsm.br/reget/article/download/17031/pdf&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso: 21 fev.2023.

BARTELMÉBS, Roberta Chiesa. Resenhando as Estruturas das Revoluções Científicas de Thomas Kuhn. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 14, n.3, p.351-358, set-dez., 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epec/a/7yjtkd74BffSn5fjkj84JYt/?format=pdf&lang=pt#:~:text=J%C3%A1%20na%20introdu%C3%A7%C3%A3o%20Kuhn%20apresenta,de%20praticantes%20de%20uma%20ci%C3%Aancia%E2%80%9D.>>> Acesso: 21 fev.2023.

BASTOS, F. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar: avanços e retrocessos**. Natal, 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 256 p. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13833/1/AmbienteInstitucionalCr%c3%a9dito_Costa_2005.pdf> Acesso em: 25 set. 2022.

BELATO, Dinarte. **Os Camponeses Integrados**. 1985. 477 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 1985.

BELIK, Walter. Agroindústria e política agroindustrial no Brasil. In: RAMOS, P. (org.) **Dimensões do Agronegócio Brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: MDA, 2007, pp. 141-170.

_____. **Agroindústria processadora e política econômica**. 1992. 226f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286545>>. Acesso em: dez. 2020.

BELUSSO, Diane. **A integração de agricultores às cooperativas abatedouras de frangos no oeste do Paraná**. 2010. 219f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2010.

BELUSSO, D.; HESPANHOL, A. N. A Evolução da Avicultura Industrial Brasileira e seus Efeitos Territoriais. **Revista Percurso** – NEMO. Maringá, v.2, n.1, p. 25-51, 2010.

BIANCHINI, Valter. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a sustentabilidade da agricultura no Vale do Ribeira – Paraná**. 2010. 413 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BORSARI, Letícia. **Falta mão de obra qualificada em MT para trabalho no campo apesar de salários altos**. TV Centro América e G1 Mato Grosso, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/02/18/falta-mao-de-obra-qualificada-para-trabalho-no-campo-em-mt.ghtml>> Acesso: 15 jan.2023.

BORTOLIN, S. E. **Estimação de equação de oferta de exportação de frango para o Brasil (1991/2000)**. Piracicaba/SP. (Dissertação Mestrado) – Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, 2002.

BOSETTI, Cleber José. O camponês no olhar sociológico: de fadado ao desaparecimento à alternativa ao capitalismo. **Revista IDEAS**, v. 5, n. 2, p. 08-32, 2012. Disponível em: <<https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/87/87>> Acesso em: 26 abr. 2022.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 6, p. 11-28, jul./dez. 2002.

BROIETTI, Marcos Henrique. **Os bóias-frias no Paraná: entre a aparência e a essência**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BROIETTI, M. H.; MEDEIROS, M. C.; SAMPAIO, F. S. Dinâmica capitalista na agricultura brasileira: acumulação e relações de trabalho. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 11, p. 1-78, maio 2005.

BUAINAIN, Márcio (coord) et al. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 10, p. 312-347, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/yWYK66v4CJXDqsmKtVH5bkD/?lang=pt&format=pdf>> Acesso: 24/01/2021.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Discutindo o paradigma da questão agrária: o movimento desigual e contraditório do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. **Entre-Lugar**, Dourados, ano 2, n. 3, p. 17-34, 2011. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/719>> Acesso: 06 mar.2023.

CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. S. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. In: **Anais...** Disponível em: <<https://www.ub.edu/geocrit/9porto/chriscam.htm>> Acesso em: 12 jan. 2023.

CAMPOS, Margarida Cassia. Modernização da agricultura, expansão da soja no Brasil e as transformações socioespaciais no Paraná. **Revista Geografar**, Curitiba, v.6, n.1, p.161-191, jun./2011.

CANEVER, M.D.; TALAMINI, D.J.D.; CAMPOS, A.C.; SANTOS FILHO, J.I. dos. A cadeia produtiva do frango de corte no Brasil e na Argentina. Concórdia: EMBRAPA-CNPISA, 1997. 150p.

_____. et al. Mudanças tecnológicas na avicultura de corte: implicações sócio-econômicas. **Revista de Política Agrícola**, São Paulo, v. 7, p. 5-10, 1998.

CAPORAL, Francisco R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cpatia.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2442.pdf> Acesso: 21 fev.2023.

CARNEIRO, Patrício A. Silva. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **Campo-Território**. Uberlândia. v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009.

CASTRO, Heloisa Vitória de.; CHELOTTI, Marcelo Cervo. O processo de modernização tecnológica na agricultura e a disputa territorial no campo brasileiro. **Espaço em Revista**, v. 20, n. 1, p.55-65, jan./jun. 2018.

CHALITA, Marie Anne Najm. Agricultura familiar e seus novos vínculos com a prática econômica. **Agric. São Paulo**, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 125-139, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/asp9-2-06.pdf>> Acesso em: 14 out. 2022.

CIELO, I.D. **O sistema de integração na avicultura de corte na mesorregião oeste paranaense**: uma análise sob a ótica da nova economia institucional. 199 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio), Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste, Toledo, 2015.

CNA, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; CEPEA, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do agronegócio**. CNA Brasil, 2022. Disponível em: <[https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/PIB-DO-AGRO-20.12\(1\).pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/PIB-DO-AGRO-20.12(1).pdf)> Acesso: 17 jan.2023.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. O desenvolvimento territorial no Paradigma do Capitalismo Agrário. **Revista da Anpege**, v.10, n.13, p.107-130, 2014. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6463/3422>> Acesso: 06 mar.2013.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Reprodução do capital avícola e campesinato no espaço agrário do agreste paraibano**. 2018. 405 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018.

COSTA, S. A saga da avicultura brasileira: como o Brasil se tornou o maior exportador mundial de carne de frango. São Paulo: UBABEF, 2011.

COSTA, Luciano de Souza.; GARCIA, Luís Alberto Ferreira. Panorama do Setor de Frango de Corte no Brasil e a Participação da Indústria Avícola Paranaense no Complexo Dado seu Alto Grau de Competitividade. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, São Paulo, 2015.

CUNHA FILHO, Valter Fernandes da. **Estado, Política Econômica e Cultura Desenvolvimentista: o caso do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A.** 2005. 381 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós - Graduação em História, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2005.

FELÍCIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105009/felicio_mj_dr_prud.pdf?sequence=1> Acesso: 06 mar.2023.

DALLA COSTA, Armando João. **O Grupo Sadia e a Produção Integrada**: o lugar do agricultor no complexo agroindustrial. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 1993.

DALL'AGNOL, Amélio. PRANDO, *André Mateus*. Perfil do produtor rural brasileiro. **Canal Rural**. 24 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://blogs.canalrural.com.br/embrapasoja/2020/08/24/perfil-do-produtor-rural->

brasileiro/#:~:text=Embora%20lenta%2C%20a%20baixa%20escolaridade,5%25%20os%20com%20curso%20superior> Acesso em: 08 de jan. 2023.

DAROLT, M. R. Agricultura orgânica: um estudo de sustentabilidade na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná. In: MENDONÇA, F. A. (Org.). **Cidade, desenvolvimento e meio ambiente**: a abordagem interdisciplinar de problemáticas socioambientais urbanas de Curitiba e Região Metropolitana. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

DELGADO, Guilherme Costa. **O que significa agronegócio no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando a inclusão de variável no banco de dados do censo, disponível para ampla consulta**. Brasília, FAO/MAPA/FINATEC, 2019. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Censo_Agropecuario/Censo_Agropecuario_2017/Resultados_Definitivos/agricultura_familiar/Metodologia_Agricultura_Familiar_e_PRONAF_Censo_Agropecuario_2017.pdf> Acesso: 12 out. 2022.

DINIZ FILHO, L. L. Agricultura e mercado no Brasil: revendo as visões da geografia sobre os condicionantes da produção agrícola no capitalismo. **RAÍE GA**, n. 23, p. 124-158, 2011.

DÍAS, Frida Liliana Cárdenaz.; SOUZA, José Gilberto De.; BORGES, Ana Claudia Giannini. Financiamento da produção avícola pelo sistema nacional de crédito rural no Brasil 1990 – 2005. **Revista Perspectiva Geográfica**, v.5, n.6, 2010.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. Embrapa, Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829>> Acesso: 17 jan. 2013.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias do oeste catarinense: o caso Sadia**. 1996. 309 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. A cadeia produtiva de frango de corte na América do Sul: considerações preliminares. In: **12º Encontro de Geógrafos da América Latina**, 03 a 07 de abril de 2009, Montevideu, Uruguai. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/76.pdf>>. Acesso em: out. 2020.

_____. Trajetórias do progresso técnico na cadeia produtiva de carne de frango no Brasil. **Revista Geosul**, v.27, n.53, p.89-113, jan./jul. Santa Catarina, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2012v27n53p89/24472>> Acesso: 20/11/2021.

FAJARDO, Sergio. Complexo agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. **Caminhos de Geografia Uberlândia**, v. 9, n. 27, p.31-44, set/2008. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15725>> Acesso: jul. 2021.

FARIAS, Celso José. SCHNEIDER, Mirian Beatriz. Caracterização dos produtores avícolas da região oeste do Paraná. **Revista Orbis Latina**, v.7,n.4, Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/878/888>> Acesso: 02/01/2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. XIII Encontro Nacional de Geógrafos. **Anais...** João Pessoa: AGB, 2002.

_____. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **AGRÁRIA**, nº 1, pp. 16-36, 2004.

_____. Campesinos e procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas. **Boletim DATALUTA.**, v.44, p.1 - 12, 2011.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária:** o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. 2v. Tese (Livre-docência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106708>>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

_____. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

FERNANDES FILHO, J. F.; QUEIROZ, A. M. Transformações recentes na avicultura de corte brasileira: o caso do modelo de integração. XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural-SOBER, 2002, Passo Fundo-RS. In: **Anais...** XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural-SOBER 132 Equidade e Eficiência na Agricultura Brasileira. BRASÍLIA-DF: SOBER, 2002. v. 1. p.1-16.

FRANÇA, L. R. de; FERNANDES FILHO, J. F. A evolução da avicultura de corte em Goiás. In: PEREIRA, S. L. **O agronegócio nas Terras de Goiás.** Uberlândia: EDUFU, 2003. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/25101284-A-evolucao-da-avicultura-de-corte-em-goias.html>> Acesso: out.2020.

FRANÇA, Levy Rei de. **A reestruturação produtiva da avicultura de corte:** Rio Verde (GO) e Videira (SC). 2006. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104972/franca_lr_dr_jabo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: jan.2021.

GARCIA, L. A. F. Caracterização sócio-econômica dos produtores de frango de corte no Brasil: Um estudo comparativo entre regiões brasileiras. XLIV Congresso

Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento. In: **Anais...** Fortaleza, 2006.

GERARDI, Lucia H. O.; SALAMONI, Giancarla. Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov. In: CARVALHO, Horacio Martins de. **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo-SP, Ed: Expressão Popular, 2014. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal4/Teoriaymetodo/Conceptuales/04.pdf>> Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

GERMER, Claus. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. **Revista da ABRA**, v.31, n.01, p.47-61, jan./abr.2002. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=4853508575099&pagfis=13189>> Acesso em: 25 set. 2022.

GONÇALVES, José Sidney. Carmas da questão agrária. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.34, n.7, jul. 2004. p.41-44. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicacoes/pdf/seto1-0704.pdf>> Acesso: 22 jan.2023.

_____. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações econômicas**, São Paulo, v. 35, nº 4, 2005.

GRAZIANO DA SILVA J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 2ªed., 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. v.19. n.1. Brasília: 2002. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8795>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

GRAZIANO, Xico. **O carma da terra no Brasil**. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

_____. NAVARRO, Zander. **Novo mundo rural**: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. GAZZOLLI, Décio Luiz. PEDROSO, Maria Thereza. **Agricultura fatos e mitos**: fundamentos para um debate racional sobre o agro brasileiro. Baraúna, São Paulo, 2020.

GRIGOROVSKI, Paulo Roberto E. (et al). O BNDES e a Agroindústria nos anos 90. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 13, p. 157-190, mar. 2001.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. INCRA/FAO, Brasília, 2000.

_____.; BUAINAIN, A. M; DI SABBATTO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v.50, n.2, 2012. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/resr/a/gYkb6s9xcpqvLLHKRw3PCnn/?lang=pt>> Acesso: 24/01/2022.

GUARESKI, Andreia Helena Pasini, et al. Sistema Contratual de Integração: Vantagens e Desvantagens percebidas pelos produtores de frangos de corte na região de Cafelândia – Paraná. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas** – RGC, Santa Maria, RS, v. 6, n. 11, 1º Sem. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/33824>>. Acesso em: mar. 2021.

HECK, F. M. Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território. **Revista NERA** (UNESP), v. 19, p. 98-118, 2016. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4775/3561>>. Acesso em: 10/07/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Resultados Preliminares**. Rio de Janeiro, 2018a. 108p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73093>>. Acesso em: 12 out. 2022.

_____. **Censo agropecuário 2017/ Resultados definitivos: Agricultura familiar - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf>. Acesso: 17 jan. 2023.

_____. **Censo Agro 2017**. IBGE, 2017. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em->>> Acesso: 18 jan. 2023.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Relatório de pesquisa 3: análise do impacto da CODEPAR e BADEP na economia paranaense através dos investimentos no setor público**. Curitiba, 1978, v.2.

KARAM, K. F. Agricultura orgânica: um estudo para uma nova ruralidade. In: MENDONÇA, F. A. (Org.). **Cidade, desenvolvimento e meio ambiente: a abordagem interdisciplinar de problemáticas socioambientais urbanas de Curitiba e Região Metropolitana**. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. 3. ed. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980 [1899]. Disponível em: <https://www.academia.edu/14695609/2_Quest%C3%A3o_Agraria_Kautsky_1_PD>. Acesso em: 01 ago. 2022.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. Nova Cultural, São Paulo, 1986.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/621483/mod_resource/content/3/Lamarche%20introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso: 14 out. 2022.

LÊNIN, Vladimir I. **As tarefas dos social-democratas russos**. Emancipação do Trabalho, Genebra, 1898. Disponível em: <<https://lavrapalavra.com/2019/04/19/as-tarefas-dos-social-democratas-russos/>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

_____. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos**: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, D. **A programação Matemática no Planejamento de Produção na Relação Avícola/Aviário**. Dissertação de Mestrado, 118 p. – UFPR – PR 2004.

LOCH, F. A. S.; DINIZ FILHO, L. L. O Brasil na globalização: crítica à perspectiva de Milton Santos. **Revista Geografar**, Curitiba, v.9, n.1, p.63-98, jun./2014.

MACHADO, Edson de Moraes. Questão agrária e capitalismo: o caso brasileiro. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v.46, n.1/2, 2019. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/94768/58356>>. Acesso: 23 jan. 2023.

MALAGODI, Edgard. A correspondência de Marx com Vera Sassulitch. **Raízes**, Campina Grande, n. 22, v. 1 e 2, p. 104-109. Jul/Dez 2003. Disponível em: <<http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/216/199>> Acesso: 22 mai. 2022.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E, T. FABRINI, J, E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Geografia agrária crítica: um pouco de história. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 3, p. 504-514, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/153292/152062>> Acesso: 24 jun.2020.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2004.

MARTINS, G. B. **Análise da qualidade de vida no trabalho no setor de avicultura em sistema de integração vertical segundo a visão dos produtores do município de Mineiros (GO)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté, Taubaté, 2015.

MDA/INCRA/FAO. Cardim, S. (INCRA) e Guanziroli, C. (FAO) (coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, fev. 2000.

MELLO, Geisi Fernanda Maestri Ribeiro de. **Desempenho financeiro e produtivo em pequenas propriedades rurais de produção avícola e leiteira: um estudo de caso**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2810>> Acesso em: 03/01/2023.

MINEIRO, Márcia. Pesquisa de survey e amostragem: aportes teóricos elementares. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, v. 1, n. 2, p. 284-306, out./dez., 2020. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/7677/5424>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

MOREIRA, V. J. A reorganização das relações de produção no campo: agronegócio e trabalho (Oeste do Paraná, final do século XX e início do século XXI). **Revista de História Regional**, v. 25, n. 2, 2 dez. 2020. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/14605>>_Acesso em: 20/11/2021.

MÜLLER, Geraldo. Observações sobre a noção de complexo agroindustrial. **Cadernos de Ciências & Tecnologia**, v.8, n.1/3, p.28-47, 1991. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9052/5150>> Acesso: fev.2023.

MURAKAMI, Yumie. PINTO, Nanci Ferreira. ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de. PERNA, Paulo de Oliveira. LACERDA, Adriana. Intoxicação crônica por agrotóxicos em fumicultores. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 113, p. 563-576, abr-jun, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/wxcz6Tv577M38cnbbkwtjpw/?format=pdf&lang=pt>> Acesso: 18 jan. 2023.

MUSUMECI, L. **O mito da terra liberta**: colonização “espontânea”, colonato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais; ANPOCS, 1988. (Coleção Socius, 2).

NAVARRO, Z. “Nunca cruzaremos esse rio” - a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a “sociologia militante”, e o ocaso da reforma agrária no Brasil. **Revista REDES**, v. 13, n. 2, p. 5-51, mai./ago. 2008.

NAVARRO, Z. Agricultura Familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. **IPEA – A agricultura brasileira**, Brasília, p.185-209, 2010. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/904333/1/AgriculturafamiliarnoBrasilcap.7.pdf>>. Acesso em: 22 jan.2023.

NAVARRO, Z. **O mundo rural brasileiro** – o que mudou? Universidade Federal do Paraná, Campus Agrárias. Palestra realizada no dia 26 de outubro de 2015.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, IEA/USP São Paulo, v. 15, n.43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. FFLCH, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Fagne de Almeida. **A organização produtiva na avicultura: um olhar sobre a monopolização do território no município de Oivedos – PB**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/22751/1/FAGNE%20DE%20ALMEIDA%20DE%20OLIVEIRA%20-%20TCC%20MONOGRAFIA%20LIC%20GEOGRAFIA%20CH%202021.pdf>> Acesso em: 03/01/2023.

PAIVA, N. S. V. **Contratos Agroindustriais de Integração Econômica Vertical**. São Paulo: Juruá, 2010. Disponível em: <<https://www.jurua.com.br/bv/conteudo.asp?id=21529&pag=3>> . Acesso: jan.2021.

PAULINO, Eliane Tomiasi. A questão agrária e o campesinato: um retorno aos clássicos. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1 n. 19-20, p.5-20, 1997. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7247/5351>> Acesso: 14 jul. 2022.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná**. 2003. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2003.

_____. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 9, p. 85-95, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/148>>. Acesso em: 19 dez. 2021.

PALMEIRA, Humberto Santos. **Marx e a questão camponesa**. 2016. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/8700/1/HSPalmeira.pdf>> Acesso: 12 jul. 2022.

PEREIRA, Viviane Camejo.; DAL SOGLIO, Fábio Kessler. As sementes crioulas e o conhecimento ecológico: semeado a resistência camponesa. **Cadernos de Agroecologia**, v.8, n.2, p.1-5, nov.2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/312307266_As_sementes_crioulas_e_o_c onhecimento_ecologico_semeado_a_resistencia_camponesa> Acesso em: 15/12/21.

PINHEIRO, Angélica Louredo. **Efeito da densidade de alojamento sobre o desempenho, rendimento de carcaça e parâmetros sanguíneos de frangos.** Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – Escola de Veterinária e Zootecnia, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2020. 82 p. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/10850/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Ang%C3%A9lica%20Louredo%20Pinheiro%20-%202020.pdf>> Acesso em: 03/01/2023.

PLOEG, Jan D. V, der. O modo de produção camponês revisitado. p.13-54. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A Diversidade da Agricultura Familiar.** Porto Alegre: EDUFRGS, 2006. Disponível em: <http://www.jandouwevanderploeg.com/PORT/doc/diversidade_O_modos_de_prod.pdf> Acesso em: 13/12/21.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo. (Org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA. 2009. p. 17-31. Disponível em: <<https://edepot.wur.nl/108071>> Acesso em: 13/12/21.

QUEIROZ, A.M; CAMPOS, F.R; SILVA, D.M. As transformações na avicultura de corte e o uso da ECT no sistema integração goiano na ótica da empresa. **Conjuntura Econômica Goiana**, n.26, p.13-24, set.2013. Disponível em: <<https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/conjuntura-economica-goiana/conjuntura26.pdf>>. Acesso: jan.2021.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto.; MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. A visão escatológica de Marx e Engels sobre o campesinato e a vida local rural. **Estudos de Sociologia.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 1, n. 16, p. 179-208, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235311>> Acesso: 26 abr. 2022.

REGO, Adilson José da Costa. WRIGHT, Charles L. Uma análise da distribuição do crédito rural no Brasil. **R. Econ. Rural**, v.19, n.02, p. 217-238, abr./jun. 1981. Disponível em: <<https://ageconsearch.umn.edu/record/267578/>> Acesso: abr.2023.

RIBEIRO, Marina Pires.; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; RODRIGUES, Gisele Silva. Agricultura camponesa e agroecologia: relato de experiência da feira e festa de sementes, mudas e raças crioulas em defesa da biodiversidade. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21. In: **Anais...** Uberlândia – MG, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1332_1.pdf> Acesso em: 16/12/21.

RIZZI, A. T. **Mudanças Tecnológicas e Reestruturação da Indústria Agroalimentar: o caso da indústria de frangos no Brasil.** 1993. 201 f. Tese (Doutorado) - Unicamp, Campinas 1993.

RIZZI, Aldair Tarcísio. **Mudanças tecnológicas e reestruturação da indústria de**

frangos no Brasil. Curitiba. CMDE/UFPR, 1998. Disponível em: <<http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/1998/txt0898%20Aldair.doc>>. Acesso em 21/10/2007.

RODRIGUES, W. et al. Competitividade do sistema agroindustrial do frango de corte no Tocantins: o caso da empresa Frango Norte. **REGE**, São Paulo – SP, Brasil, v. 18, n. 2, p. 195-209, abr./jun. 2011.

RODRIGUES, W. et al. **Evolução da avicultura de corte no Brasil. Enciclopédia Biosfera**, v. 10, n.18, p.1666-1684, 2014.

SAKOMURA, Nilva Kazue. **Avicultura: Evolução, Situação e Perspectivas da Avicultura no Brasil.** Unesp, 2019. Disponível em: <<https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/zootecnia/nilvakazuesakomura/zootecnia/aula-1-evolucao-situacao-e-perspectivas-da-avicultura-no-brasill--11-03-2019.pdf>>. Acesso: jan.2021.

SAMPAIO, Fernando dos Santos. Questão Agrária e Projeto Nacional: notas para um debate. **Geosul**, Florianópolis, v. 29, ESPECIAL, p 39-56, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/318843884_Questao_Agraria_e_Projeto_Nacional_notas_para_um_debate> Acesso: 20 jan. 2023.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994 (Geografia: Teoria e Realidade, 25).

SANTOS, G. R. **Cadeias Agroindustriais e Avicultura no Brasil: organização produtiva e upgrading por cooperativas.** SERIE DOCUMENTOS DEL REPORTE ANUAL 2014, Recursos Naturales y Desarrollo. RED SUDAMERICANA DE ECONOMÍA APLICADA. 2014.

SANTOS, Thiago Araújo. Marxismo e campesinato: abordagens teóricas sobre a "classe incômoda". **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 11, n. 24, p. 46-69, ago., 2016. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/32958/21312>> Acesso: 26 abr. 2022.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/b7spy/pdf/schneider-9788538603894.pdf>> Acesso: 25 set. 22.

SCHNEIDER, Sergio. CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In: DELGADO, Guilherme Costa.; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf> Acesso: 27/01/2022.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/b7spy>> Acesso: 20 fev.2023.

SEGRILLO, Angelo. Karl Marx e a Revolução Russa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 479-496, maio-agosto 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/FTfSpHPsSRLTDvLdvnXTXBv/?format=pdf&lang=pt>> Acesso: 26 abr. 2022.

SERPA, Ivone Maria. **Da produção colonial ao sistema agroindustrial: a modificação do perfil produtivo da região de Chapecó (1920-1980)**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Ano 8, n. 7, pp. 1-21. Presidente Prudente, 2005.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, E, T. FABRINI, J, E. **Campeinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVEIRA, R. L. L. Corporação, rede agroindustrial fumageira e território: transformações na dinâmica de produção do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo. In: FIRKOWSKI, O. L. C. F. (Org.). **Transformações territoriais: experiências e desafios**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

SINDIAVIPAR - Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná. **Anuário paranaense da avicultura 2021**. Disponível em: <<https://sindiavipar.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Anuario-Sindiavipar-2021.pdf>> Acesso: jan.2022.

_____. **Anuário paranaense da avicultura 2022**. Disponível em: <<https://sindiavipar.com.br/wp-content/uploads/2022/09/Anuario-Sindiavipar-2022.pdf>> Acesso: abr.2023.

SORJ, B., POMPERMAYER, MJ., and CORADINI, O. L. **Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 102 p. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/q43wq>>. Acesso: jan. 2021.

SOUZA, Jessica Odila Lourenço de. KIYOTA, Norma. BEAL, Mariana. Avicultura e Agricultura Familiar no Município de Itapejara D'Oeste – Sudoeste do Paraná. In: **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 51, 2013. Belém – Pará. Anais... Belém: SOBER, 2013.

_____. **Diferentes percepções da avicultura de corte entre integrados cooperados e da iniciativa privada**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015. Disponível em:

<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/14066/3/PB_COAGR_2015_1_08.pdf> Acesso em: 02/01/2023.

SOUZA, Gilson Luiz Rodrigues. História do Agronegócio no Brasil. **Folha Acadêmica do CESG**, n. XIII, p.13-15, jan./mar.2017.

STORTI, I. **As estratégias de existência camponesa entre os avicultores vinculados à Copagril**. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1174/1/Irma%20Storti.pdf>> Acesso em: 26/12/2021.

TEIXEIRA, Wilson Antônio. **O processo de desenvolvimento geoeconômico do complexo agroindustrial cooperativista na mesorregião norte central paranaense**. 2002. 363f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2002.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v.3, n.2, set.2005.

TRAVASSOS, G. F.; COELHO, A. B. Padrão de Substituição entre Carnes no Consumo Domiciliar do Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v.55, n.2, Brasília, apr./june 2017.

TREMEA, Franciele Thais; SILVA, Ariana Cericatto da. O setor avícola no Brasil e sua distribuição regional. **Economia & Região**, Londrina (Pr), v.8, n.1, p.183-200, jan./jun. 2020. Disponível em:<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/35464/26384>>. Acesso: jul. 2020.

VASCONCELOS, Y. L.; et al. Reflexos da globalização: uma análise das formas de inserção no mercado internacional. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 39, p.95-129, jul./dez. 2008.

VANZO, Pedro Henrique. Questão agrária e campesinato: teoria e paradigma no contexto da corrente marxista clássica. **Revista Sociologias Plurais**, v. 7, n. 3, p. 170-193, jul. 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/view/82260>> Acesso: 21 abr. 2022.

VIEIRA, N.M. & DIAS, R.S. Uma abordagem sistêmica da avicultura de corte na economia brasileira. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIEDADE RURAL, 43, 2005, Ribeirão Preto. In: **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro e CONCEIÇÃO, Júnia Cristina Peres. Censo Agropecuário 2006: uma crítica ao recorte metodológico. **Radar-Ipea**, n.6, Brasília, 2010. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5427/1/Radar_n6_Censo.pdf>
Acesso: 22 jan. 2023.

VILCZAK, A. **A territorialidade das empresas fumageiras no espaço rural: o caso da Souza Cruz em Prudentópolis (PR)**. Curitiba: Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Dissertação de Mestrado em Geografia, 2016.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Temas e paradigmas da geografia agrária brasileira: contribuições do debate paradigmático aos estudos agrários. **Revista da ANPEGE**, v. 17. n. 34, p. 71 - 86, 2021. Disponível em:
<<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/11623>> Acesso: jan.2023.

VOILÁ, M.; TRICHES, D. **A Cadeia de Carne de Frango: Uma Análise dos Mercados Brasileiro e Mundial de 2002 a 2010**. IPES Texto para Discussão. Publicação do Instituto de Pesquisas Econômica e Sociais. Universidade de Caxias do Sul. Rio de Janeiro, 2013.

VOILÁ, M.; TRICHES, D. A cadeia de carne de frango: uma análise dos mercados brasileiro e mundial de 2002 a 2012. **Teoria e Evidência Econômica**, Ano 21, n. 44, p. 126-148, jan./jun. 2015. Disponível em:
<<http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/5357/3477>> Acesso: mar.2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareh B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20º., Caxambu/MG, 1996. In: **Anais...** Caxambu/MG. Outubro 1996.

WATANABE, Gustavo Eiji. **O desenvolvimento da avicultura no Brasil e as tendências para os próximos anos**. Monografia (Especialização em Gestão do Agronegócio no curso de MBA em Gestão do Agronegócio), Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 49 p., 2016.

WERNER, Leonardo Klosovski. **Complexo avícola no sudoeste paranaense – uma análise sobre o sistema integrado e o pequeno produtor**. 67 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em:
<<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/55421/Leonardo%20Klosovski%20Werner.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso: jan.2022.

ZAFALON, R. **Análise do desempenho do Pronaf no Projeto de Assentamento Marimondo Japira – PR**. Curitiba, 2009. 86p. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná

ZAFALON, Rosana. DINIZ FILHO, Luís Lopes. Reestruturação global e regional na produção de aves: Características da produção brasileira. XVI Seminario Internacional de la Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio. In: **Anais...** Blumenau, 2020. Disponível em:
<<https://drive.google.com/file/d/1FYv9oHHVI0dtVSvhbdqk3WORdvY0covT/view>>
Acesso: jul.2021.

ZALUSKI, Patrícia Regina da Silva; MARQUES, Ieso Costa. Vantagens e desvantagens do sistema de integração vertical na avicultura de corte. ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO, 35, 2015. Fortaleza. In: **Anais...** Fortaleza: ENEGEP, 2015.

ZEN, Rosane Toebe. **O processo de trabalho dos avicultores parceiros da Sadia S.A: controles, mediações e autonomia**. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2009.

ZEN, Sergio De.; IGUMA, Marcos Debatin; ORTELAN, Camila Brito; FELLI, Camila B. Evolução da avicultura no Brasil. **Informativo CEPEA** – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, Esalq/USP, ano.1, ed.1, 4ª tri., 2014. Disponível em:
<<https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/revista/pdf/0969140001468869743.pdf>>.
Acesso: jul. 2020.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A DEFINIÇÃO DE PERFIL DOS AVICULTORES JAPIREENSES

<p>1) Gestor da propriedade/aviário: () M () F IDADE: _____ Escolaridade: _____ () E. Fund. Incompleto. () E. Fund. Completo. () E. M. Incompleto. () E. M. Completo. () Ensino Superior. () Outro. Qual?</p> <p>Papel produtivo da mulher: () Do lar. () Realiza atividades agrícolas/no aviário. () Atividade fora do estabelecimento rural. Qual? _____</p>	<p>2) Quais atividades econômicas eram realizadas pelo avicultor antes da criação de frangos? _____ _____</p>
<p>3) Qual era a forma de trabalho? (já era proprietário rural? parceiro/meeiro? assalariado urbano?). _____</p>	<p>4) Por que decidiu começar a produzir frango? _____</p>
<p>5) Hipotecou propriedade rural para conseguir financiamento e se inserir na atividade? () Sim () Não Se sim, qual era o tamanho da propriedade? _____</p>	<p>6) Primeiro aviário/ Ano de construção: _____ Valor do financiamento: R\$: _____</p>
<p>7) Número de aviários que possui atualmente: () 1 () 2 () 3 () 4 () Outro: _____</p>	<p>8) Ano da construção do último aviário: _____ Valor do financiamento: R\$: _____</p>
<p>9) Tamanho (m²) e capacidade média de alojamento (quantos frangos) dos aviários: Aviário 1: Tamanho: _____ (m²) Capacidade: _____ (mil aves) Aviário 2: Tamanho: _____ (m²) Capacidade: _____ (mil aves) Aviário 3: Tamanho: _____ (m²) Capacidade: _____ (mil aves) Outro: _____</p>	<p>10) Presença de sócios no empreendimento: () É o único dono do(s) aviário(s). () Tem um sócio. () Tem dois sócios. () Tem três sócios. () Mais de três sócios.</p>
<p>11) Número de propriedades rurais que possui: () 1 () 2 () 3 () _____</p>	<p>12) Tamanho médio das propriedades rurais: () Até 3 alqueires. () De 3 a 5 alqueires. () De 5 a 10 alqueires () Acima de 10 alqueires.</p>
<p>13) Atualmente, em relação ao financiamento dos galpões de criação: () Estão todos quitados. () Estão parcialmente pagos.</p>	<p>14) Tem desejo de expandir a produção, construindo novos aviários: () Sim () Não () Talvez Por quê? _____</p>
<p>15) Para a expansão da atividade, deverá utilizar: () Recursos próprios () Financiamento.</p>	<p>16) Deseja adquirir novas propriedades rurais? () Sim () Não () Talvez Se sim, o que deseja produzir na nova</p>

<input type="checkbox"/> Ambos. <input type="checkbox"/> Não se aplica.	propriedade? _____
17) Para a compra de novas terras, deverá utilizar: <input type="checkbox"/> Financiamento <input type="checkbox"/> Recursos próprios <input type="checkbox"/> Ambos	PRONAF 18) Tem acesso a linha de crédito do Pronaf? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Já teve, porém não tem mais. Se sim: <input type="checkbox"/> Custeio <input type="checkbox"/> Investimento <input type="checkbox"/> Ambos CUSTEIO Quando/Ano que usou pela última vez: _____ Valor: _____ INVESTIMENTO Quando/ano usou pela última vez: _____ Valor: _____ Com qual finalidade? (O que foi comprado?) _____
19) A criação de frangos é a principal atividade econômica (fonte de renda) da família? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não. Se não, qual é? _____	20) Na propriedade que mora, além do aviário, tem outro cultivo (lavoura) comercial? <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim. Quais? _____
21) Se for o caso , nas demais propriedades que possui, qual é o tipo de lavoura cultivada? (Essa produção é para o consumo da família ou para a venda? _____ —	22) Exerce algum tipo de trabalho remunerado fora da propriedade? <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____
23) Quem cuida do trabalho dentro do (s) aviário (s): <input type="checkbox"/> Marido. <input type="checkbox"/> Esposa. <input type="checkbox"/> Filhos. <input type="checkbox"/> Trabalhador contratado.	24) Tem quantos trabalhadores contratados para o manejo dos aviários? <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> Mais.
25) Como o(s) trabalhador(es) do aviário é/são contratado (s)? <input type="checkbox"/> Salário fixo e registro em carteira. <input type="checkbox"/> Contrato de parceiro/Participação na renda do aviário por lote. Quanto? <input type="checkbox"/> 10% <input type="checkbox"/> 15% <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> Outra forma. Qual? _____	26) Sobre a lenha utilizada para o aquecimento dos galpões: <input type="checkbox"/> É produzida no próprio sítio. <input type="checkbox"/> É comprada.
27) Costuma contar com o <u>trabalho gratuito</u> de vizinho e/ou parentes (mutirão) em alguma atividade produtiva no aviário ou no sítio? <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim. Se sim, Qual? De que forma? _____	28) Como é feita a coleta dos frangos? <input type="checkbox"/> Equipe da integradora. <input type="checkbox"/> Equipe terceirizada. <input type="checkbox"/> Trabalhadores contratados pelo avicultor. <input type="checkbox"/> Mutirão de vizinhos e parentes. <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____ Sempre foi dessa forma? Se não, como era? _____
29) Como é feita a retirada da cama do aviário? <input type="checkbox"/> Equipe da integradora. <input type="checkbox"/> Equipe terceirizada. <input type="checkbox"/> Trabalhadores contratados pelo avicultor.	30) Destino da cama do aviário: <input type="checkbox"/> Venda. <input type="checkbox"/> Uso pelo produtor. No quê? _____ —

<p>() Mutirão de vizinhos e parentes. () Outro. Qual?</p> <p>Qual o intervalo de remoção da cama? () 6 meses () 1 ano () _____</p>	
<p>31) Produção de cama de aviário no último ano: Quantas toneladas? _____ Preço da venda por tonelada? R\$ _____</p>	<p>32) A partir da introdução da produção de frangos, a renda média da família: () Diminuiu. () Continua a mesma. () Aumentou pouco. () Dobrou. () Aumentou bastante (mais que o dobro da renda anteriormente).</p>
<p>33) Renda líquida (R\$) média por lote e barracão: () De 5 a 10 mil reais. () De 10 a 15 mil reais. () De 15 a 20 mil reais. () De 20 a 25 mil reais. () De 25 a 30 mil. () Acima de 30 mil. Lotes por ano: _____</p>	<p>34) Produção para autoconsumo na propriedade: () Tem frutas. () Tem horta. O excedente é comercializado? () Sim () Não</p>
<p>35) Quem geralmente cuida do pomar e da horta? () Só o marido. () Só a esposa. () Marido e esposa.</p>	<p>36) Se não tivesse essas frutas e/ou a horta, teria dificuldade para comprar esses alimentos? () Sim () Não.</p>
<p>37) A qualidade de vida de família melhorou com a produção de frangos: () Sim () Não Se sim, de que forma? _____</p>	<p>38) Houve aumento do patrimônio familiar com a produção de frangos? () Sim () Não De que forma? (Marcar todos que ocorreram) () Aquisição de automóveis/motos. () Aquisição de tratores e equipamentos agrícolas. () Aquisição de imóveis rurais. () Aquisição de imóveis urbanos. () Poupança. () Aplicações financeiras.</p>
<p>39) Grau de satisfação com os resultados (retorno) financeiros da produção de frangos: () Ruim () Bom () Ótimo () Excelente</p>	<p>40) Como considera o atendimento da empresa (entrega de insumos; assistência técnica): () Ruim () Bom () Ótimo () Excelente</p>
<p>41) Grau de satisfação com o modelo de integração: () Ruim () Bom () Ótimo () Excelente</p>	<p>42) Principal ou principais vantagens do sistema de integração com a indústria de frangos para o produtor rural:</p>
<p>43) Principal ou principais DESvantagens do sistema de integração com a indústria de frangos para o produtor rural:</p>	<p>44) Na sua opinião, quais são as vantagens da produção de frangos em relação a outras atividades agrícolas?</p>
<p>45) Foram necessárias inovações tecnológicas no aviário desde sua instalação? Quais? Como pagou por esses equipamentos (financiamento ou recurso próprio)?</p>	<p>46) (Previsão) - Alguma inovação precisa ser instalada nos aviários nos próximos dois anos? Quais?</p>
<p>47) Para a aquisição futura de equipamentos para os aviários (modernização): () Vai precisar de novos financiamentos. () Possui recursos próprios (poupança) pra essa finalidade. () Ambos.</p>	<p>48) Considera que está fácil ou difícil para os avicultores <u>se manterem</u> na atividade atualmente? Por quê?</p>

<p>49) Deseja trocar a produção de frangos por outra atividade? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Em qual atividade quer se inserir?</p>	<p>50) Como se autodefine: <i>(Como o avicultor se considera):</i> <input type="checkbox"/> Pequeno produtor rural. <input type="checkbox"/> Agricultor familiar. <input type="checkbox"/> Empreendedor rural. <input type="checkbox"/> Empresário do campo. <input type="checkbox"/> Camponês <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____</p>
<p>51) Quem é camponês para você? <input type="checkbox"/> Não sei.</p>	<p>52) O que você entende por agronegócio? <input type="checkbox"/> Não sei.</p>
<p>53) Considera o agronegócio importante para a economia brasileira? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei. Por quê?</p>	<p>54) Você, como produtor de frangos, se considera parte do agronegócio brasileiro? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei.</p>
<p>55) “O agronegócio só produz para a exportação”. Você considera essa frase: <input type="checkbox"/> Verdadeira <input type="checkbox"/> Falsa</p>	<p>56) O que você entende por reforma agrária? <input type="checkbox"/> Não sei.</p>
<p>57) Você conhece o MST? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Você concorda com a estratégia de ocupação de terras pelos movimentos sociais como o MST? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei. Por quê? _____</p>	<p>58) O governo brasileiro deve criar mais assentamentos rurais? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei. Por quê? _____</p>
<p>59) “É a agricultura familiar que produz a maior parte dos alimentos no Brasil”. Você considera essa afirmativa: <input type="checkbox"/> Verdadeira <input type="checkbox"/> Falsa</p>	<p>60) “Apenas a agricultura familiar preserva o meio ambiente e produz alimentos saudáveis”: Você considera essa afirmativa: <input type="checkbox"/> Verdadeira <input type="checkbox"/> Falsa</p>
<p>61) O governo brasileiro deve destinar <u>a maior</u> parte do crédito rural: <input type="checkbox"/> Aos agricultores familiares. <input type="checkbox"/> Ao agronegócio. <input type="checkbox"/> Ambos igualmente.</p>	<p>62) Concorda com a demarcação e preservação de terras indígenas e quilombolas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei. Por quê? _____</p>
<p>63) Tem alguma área de preservação natural na ou em alguma das propriedades rurais? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim: <input type="checkbox"/> Mata ciliar <input type="checkbox"/> Reserva florestal. Tamanho? _____(alqueires)</p>	<p>64) Já ouviu falar em agroecologia? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>65) O que pensa sobre a agroecologia/produção agroecológica? <input type="checkbox"/> Não sei.</p>	